XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão

Encontro de iniciação científica



Compromissos

da **Educação Superior**
para a **formação profissional**

30/09 a 02/10 de 2014

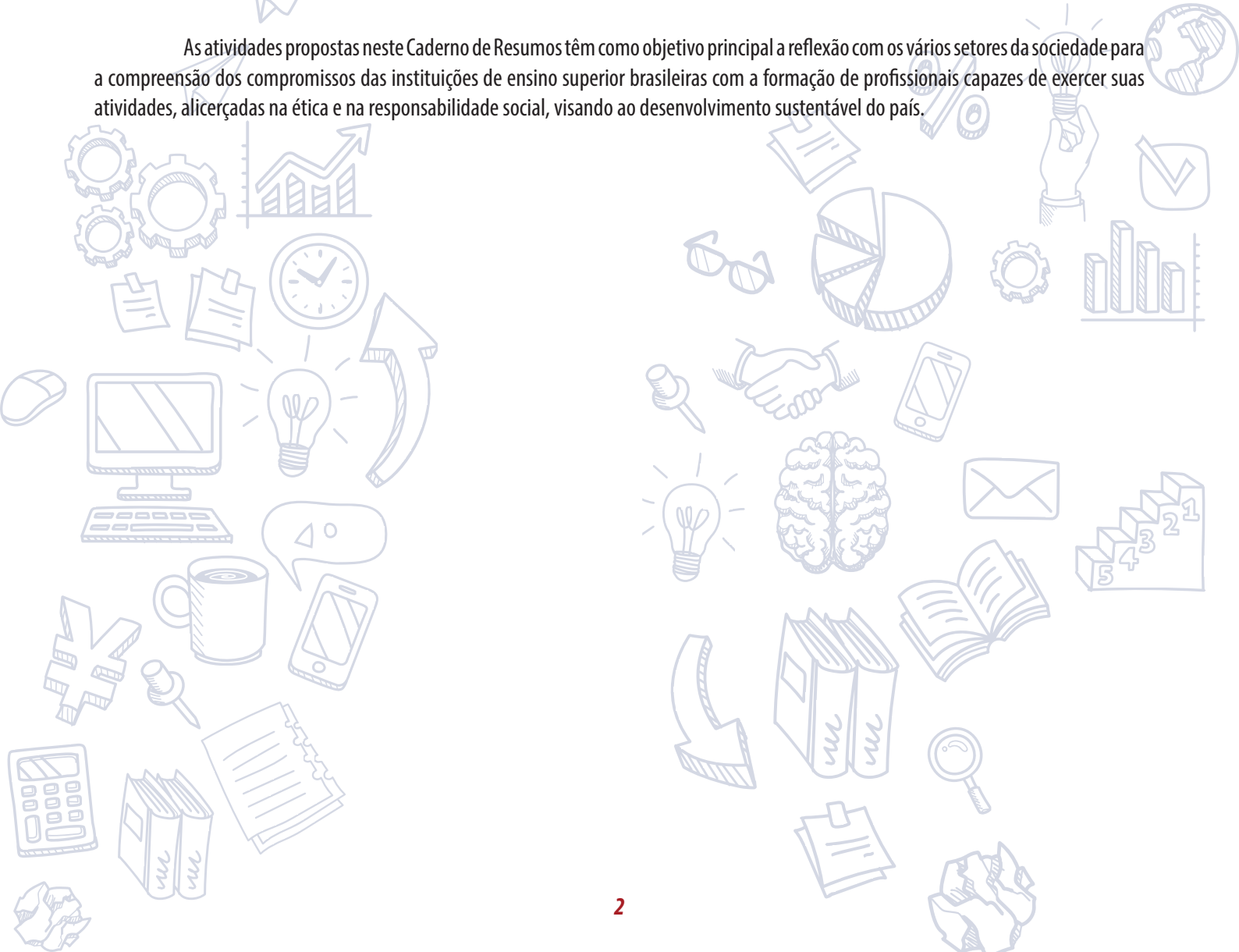
Inscrições pelo portal
www.uniceub.br

UniCEUB
Centro Universitário de Brasília

APRESENTAÇÃO

O XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e o XII Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB serão realizados nos dias 30 de setembro, 1 e 2 de outubro de 2014, nos três turnos, em auditórios e espaços dos *campi* universitários do UniCEUB, no Distrito Federal. O evento é promovido pela Pró-Reitoria Acadêmica e pela Diretoria Acadêmica do UniCEUB e apresentará o tema *Compromissos da educação superior para a formação profissional.*

As atividades propostas neste Caderno de Resumos têm como objetivo principal a reflexão com os vários setores da sociedade para a compreensão dos compromissos das instituições de ensino superior brasileiras com a formação de profissionais capazes de exercer suas atividades, alicerçadas na ética e na responsabilidade social, visando ao desenvolvimento sustentável do país.



SUMÁRIO

PALESTRAS

GASTRONOMIA E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: NEM TUDO QUE É GOSTOSO ENGORDA 18

HPV COMO EXEMPLO DE ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR DO ENSINO EM SAÚDE 19

O ESTÁGIO COMO FACILITADOR DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO 20

OS PRINCÍPIOS E OS BENEFÍCIOS DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS 21

QUALIDADE DO ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA AS RESPOSTAS CARDIOVASCULARES DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA HIPERTENSOS 22

QUALIDADE NO ATENDIMENTO E NÍVEL DE CONHECIMENTO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CLIENTES IDOSOS 23

USO DE PROTEÍNAS NA HIPERTROFIA MUSCULAR 24

MESAS-REDONDAS

DEZ ANOS DA LEI DE INOVAÇÃO: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS NA ÁREA DA SAÚDE 26

INCUBADORA E ACELERADORA: PROGRAMAS DE APOIO A EMPREENDIMENTOS INOVADORES 27

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: OPORTUNIDADE PARA QUEM? 28

MULHERES DE NEGÓCIOS: A VISÃO EMPREENDEDORA SOBRE AS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AS CIÊNCIAS DA SAÚDE 29

O DIREITO À EDUCAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR COMO ELEMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA: A PRÁTICA DO COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA ONU 30

OBJETIVOS DA GINÁSTICA LABORAL E DO PILATES PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPEUTAS 31

PLANO DE NEGÓCIOS: A IMPORTÂNCIA DE UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO 32

PROJETOS DE EXTENSÃO

ADOTE UMA ESCOLA 34

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO UNICEUB 35

UNICEUB - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA 36

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA 37

ANÁLISE E CRIATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PROBLEMA 38

ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM BASEADO NO RISCO CARDIOVASCULAR 39

ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS 40

CICLO DE PALESTRAS INSTITUCIONAIS 41

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DO UNICEUB 42

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS – PROJETO *DIREITO HUMANO À SAÚDE* 43

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS – DIREITO À MORADIA 44

CURSO A DISTÂNCIA DE NIVELAMENTO EM LINGUA PORTUGUESA – TEXTO: ANÁLISE LINGUÍSTICA E PRODUÇAÕ DE SENTIDO 45

CURSO A DISTÂNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA: TÓPICOS GRAMATICAIS NA PRODUÇÃO TEXTUAL . 46
CURSO DE FUNDAMENTOS EM RACIOCÍNIO LÓGICO A DISTÂNCIA 47
CURSO DE NIVELAMENTO EM FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA A DISTÂNCIA 48
CURSO FORMAÇÃO DE TUTORES – MODALIDADE A DISTÂNCIA 49
DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO – DICCOP 50
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA CRIMINAL: PROBLEMAS DA CONTEMPORANEIDADE – COMO ESTIMULAR A PRÁTICA SOCIAL DE RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS COM AS FINALIDADES DO DIREITO PENAL, ESPECIALMENTE O DISCURSO PUNITIVO? 51
EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A CIDADANIA: EDUCAÇÃO E SAÚDE 52
EDUCAÇÃO PARA SAÚDE 53
ENGENHARIA PÚBLICA: TÉCNICA E SOLIDARIEDADE 54
FISIOTERAPIA DO TRABALHO 55
GASTRONOMIA E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL 56
GESTÃO AMBIENTAL DO UNICEUB 57
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: PROJETOS E PRÁTICAS 58
LIONS CLUBE DE BRASÍLIA UNIVERSITÁRIO - UNICEUB 59
NÚCLEO DE ESPORTES E ATIVIDADES COMUNITÁRIAS 60
NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA 61
PROJETO DE EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA *ATLETAS DO FUTURO* 62
PROJETO DE INTEGRAÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS ACADÊMICAS – PIFLA 63
PROJETO DIREITO INTEGRAL – PRODI 64
PROJETO RESGATE – UNICEUB 65
PROJETO VICAJ – VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM 66
PROSPECÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO 67
PROTEÇÃO À MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – PROVID 68
REVISÃO DE PROCEDIMENTOS DE EXPERIMENTOS (PE) DE FÍSICA III 69
SAÚDE MENTAL : SUBJETIVAÇÃO, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE 70
PRISME: PROJETO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE MENTAL 70
UNICON - NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR 71

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NOS CASOS DE AUTOANISTIA: DISPARIDADES CONCEITUAIS ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 73
A EMERGÊNCIA DO PROFESSOR ENQUANTO SUJEITO EM RELAÇÃO AO ENSINO REPRODUTIVO DA ESCOLA 74

A SUBJETIVIDADE NA ATUAÇÃO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PRIMEIRA DIMENSÃO NO CASO ARTAVIA VS. COSTA RICA 75

A RELAÇÃO ENTRE A RELIGIÃO E A ATITUDE QUANTO AOS HOMOSSEXUAIS: UMA PESQUISA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO 76

AVALIAÇÃO CITOGENÉTICA DE PACIENTES COM LEUCEMIA MIELÓIDE CRÔNICA EM USO DE INIBIDORES DE TIROSINO CINASE 77

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 78

ESTUDO DE METODOLOGIA PARA INTERPRETAÇÃO DE ENSAIOS DE INTEGRIDADE PILE INTEGRITY TEST – PIT 79

DIREITO DE PATENTES SOBRE SEQUENCIAMENTO GENÉTICO HUMANO – A MUDANÇA DE PARADIGMA CAUSADA PELA DISCUSSÃO DA PATENTE SOBRE SEQUENCIAMENTO GENÉTICO DOS GENES BRCA1 E BRCA2 80

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PESQUISA EM JORNALISMO AMBIENTAL 81

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA MEIA ELÁSTICA DE COMPRESSÃO NA PERFORMANCE EM CICLISTAS POR MEIO DA ELETROMIOGRAFIA, DA ERGOESPIROMETRIA E DO LACTATO SANGUÍNEO 82

"QUEM ENTENDE DE FEIRA É FEIRANTE": A FEIRA DE ARTESANATO DA TORRE DE TV DE BRASÍLIA ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS 83

IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DA DIABETES *MELLITUS* TIPO I EM JOVENS ADULTOS 84

OS MATERIAIS ADEQUADOS AO CONFORTO AMBIENTAL NO RESIDENCIAL JARDIM MANGUEIRAL .. 85

O SFT E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE 86

POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE MENTAL: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES SOBRE A EFETIVIDADE DOS CAPS 87

ANÁLISE DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO STF, AO APLICAR A MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS DAS DECISÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA 88

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE NO CERRADO: AVALIAÇÃO DA ECOTOXICIDADE AQUÁTICA DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS 89

O SUJEITO QUE APRENDE: A APRENDIZAGEM COMO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO 90

A CONEXÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A CORRUPÇÃO 91

EFEITO DA ELETROESTIMULAÇÃO NO MÚSCULO ESFÍNCTER ANAL EXTERNO EM RATAS NULÍPARAS 92

GÊNERO E CORPOREIDADE: O ESPAÇO OCUPADO PELA VAIDADE NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO 93

ELABORAÇÃO DE TERMOS ESPECÍFICOS DE BIOLOGIA EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS 94

ESTUDO CITOGÉNETICO EM FAMÍLIA COM SUSPEITA DE SÍNDROME DE CURRARINO 95

A REPRESENTAÇÃO DA JUSTIÇA NOS SERMÕES DO PADRE ANTONIO VIEIRA 96

RESÍDUOS HOSPITALARES: RECICLAGEM PARA RETROALIMENTAÇÃO ENERGÉTICA HOSPITALAR 97

ISOLAMENTO DE ENZIMAS HIDROLÍTICAS DE FUNGOS *ASPERGILLUS* E *PENICILLIUM* 98

SATISFAÇÃO COM O TRABALHO DOS ENFERMEIROS DE UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 99

A EFETIVIDADE DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS NA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE 100

ESCOLA DE PAIS: TREINAMENTO DE PRÁTICAS POSITIVAS PARENTAIS EM GRUPOS PSICOEDUCATIVOS 101

BRASÍLIA / QUADRAS 700: PROJETO DE HABITAÇÃO E CIDADE 102

CINEMA E ÁFRICA: RETRATO FIEL? 103

EM BUSCA DA COMPETÊNCIA SOCIOINTERACIONAL: REFLEXÕES SOBRE O TRATAMENTO DADO AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA 104

ABORTO LEGAL: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA 105

EFEITO DA ELETROESTIMULAÇÃO NO MÚSCULO ESFÍNCTER ANAL EXTERNO EM RATAS MULTÍPARAS 106

SISTEMA INTELIGENTE DE AUXÍLIO À LOCOMOÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL 107

ANÁLISE MACROMECÂNICA DO COMPORTAMENTO DA TERRA COMO REVESTIMENTO EXTERNO COM REFORÇO DE FIBRAS VEGETAIS 108

EFEITO DE INSTRUÇÕES SOBRE A CORRESPONDÊNCIA VERBAL EM CRIANÇAS 109

UM ESTUDO DO REAPROVEITAMENTO DE SACOS DE CIMENTO PARA FABRICAÇÃO DE BLOCOS DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL 110

CIDADE E SUBJETIVIDADE: OS TRANSTORNOS PSICOSSOCIAIS NO ESPAÇO URBANO 111

UMA ANÁLISE DA IGUALDADE FORMAL DAS NORMAS JURÍDICAS BRASILEIRAS E DA DESIGUALDADE MATERIAL ENTRE GÊNEROS NA SOCIEDADE: O CASO DA PUBLICIDADE 112

AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS: REALISMO POLÍTICO, IDEALISMO E PONTOS CONVERGENTES 113

QUALIDADE DE VIDA DOS ENFERMEIROS DE UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 114

IDENTIFICAÇÃO DE ESTIRPES DE *BACILLUS THURINGIENSIS* PRODUTORAS DE PROTEÍNAS ISOLADAS DE SOLO DO CERRADO 115

CAMPANHAS DIFAMATÓRIAS CONTRA ATIVISTAS DE DIREITOS SEXUAIS NO BRASIL 116

A EFETIVIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DADAS AO BRASIL POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS NOS CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL 117

MÉTRICAS PARA MÉTODOS ÁGEIS DE DESENVOLVIMENTO 118

AVALIAÇÃO DA HABITAÇÃO QUANTO À QUALIDADE DE PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO: OS ESPAÇOS PÚBLICOS E COLETIVOS DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS 119

IMPACTO DAS QUEIMADAS NOS RECURSOS HÍDRICOS: ESTUDO DOS EFEITOS DAS CINZAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO EMBRIONÁRIO DO PEIXE *DANIO RERIO* 120

O SOLO COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL 121

ESTUDO DAS PROPRIEDADES DE BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS, COM ENCAIXES NA VERTICAL E HORIZONTAL, COM ADIÇÃO DE PARTÍCULAS DE BORRACHA DE PNEUS 122

INTERNET, REDES SOCIAIS E AVAAZ: CONSTRUINDO UMA CULTURA INCLUSIVA E DEMOCRÁTICA 123

GAMIFICAÇÃO DOS SINAIS MIOELÉTRICOS E PROPOSTA DE UM CONTROLE INTELIGENTE DE PRÓTESE MIOELÉTRICA PARA MEMBROS SUPERIORES 124

IMPLANTAÇÃO DO TELHADO VERDE NO PROJETO E EXECUÇÃO DO RETROFIT NO BLOCO 02 DO UNICEUB 125

ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: CALÇADAS DA ASA NORTE 126

PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE ÁGUA EM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL 127

ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DOS ALELOS QUE CODIFICAM A ENZIMA 5,10-METILENOTETRAHIDROFOLATO REDUTASE (MTHFR) 128

TRAVESTIS ENCARCERADAS, VIOLÊNCIA E DILEMAS DENTRO DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL 129

O EMPREGO DAS ARTES NO ENSINO DE GEOGRAFIA 130

ANÁLISE DO NÍVEL DE DOR, DA FLEXIBILIDADE E DE TESTES DE APTIDÃO FÍSICA EM PACIENTES ACROMEGÁLICOS 131

WEBSITE OFICIAL DA EMBAIXADA DO HAITI 132

GRUPOS DE PESQUISA

A RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS SOCIAIS INSTITUÍDAS E DESENVOLVIMENTO CULTURAL 134

AVALIAÇÃO DA HABITAÇÃO QUANTO À QUALIDADE DO EDIFICADO, DO PROJETO ARQUITETÔNICO E À ADEQUAÇÃO À DEMANDA DOS USUÁRIOS OBJETO DE ESTUDO: JARDIM MANGUEIRAL, BRASÍLIA-DF 135

ATIVIDADE FÍSICA SÁUDE E QUALIDADE DE VIDA 136

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS 137

CITOGENÉTICA APLICADA 138

CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL 139

DEBATENDO COM O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 140

DIREITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 141

DIREITO PÚBLICO E POLÍTICA URBANA - GPDPPU - A MOBILIDADE URBANA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: ANÁLISE, CRÍTICAS E SOLUÇÕES 142

ESTADO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 144

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO 145

MEDICINA E DIREITOS HUMANOS 146

POLÍTICA CRIMINAL 147

PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES 148

NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO INTERNACIONAL 149

ISO – JUSTIÇA PROCESSUAL E DESIGUALDADE 150

DIREITO EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO 151

DIREITO, VERDADE E MÉTODO 152

LEI E SOCIEDADE 153

DIREITO & LITERATURA 154
JUSPOSITIVISMO E JUSMORALISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL 155
DIREITO DO CONSUMIDOR EM NÚMEROS 156
PROPRIEDADE INTELECTUAL 157
NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO E ECONOMIA – NEDE 158

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

A EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL 160
A INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS POR MEIO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO E A FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS 161
A MOBILIDADE URBANA NO DISTRITO FEDERAL 162
A NOVA VISÃO AMBIENTAL: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 163
AS FRENTES PARLAMENTARES E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS 164
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL - RECLAMAÇÃO 4335/AC 165
O CRESCIMENTO DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS: A ARBITRAGEM 166
O *IN DUBIO PRO SOCIETATE* E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 167
A PRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO À LUZ DO ARTIGO 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 168

PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DIREITO

O PAPEL DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PERANTE A INFLUÊNCIA DO DIREITO COMUNITÁRIO NA DINÂMICA DO PRINCÍPIO FEDERATIVO: A RELAÇÃO ENTRE A IDEIA DE COMPETIÇÃO E A ESTRUTURA DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO FEDERALISMO ALEMÃO E A MEDIDA COMPARATIVA COMO FEDERALISMO BRASILEIRO 170
A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, O ESTADO DE DIREITO E O INADIMPLENTE NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS DO DIREITO BRASILEIRO 171
A JURIDICIDADE E OS PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DO INSTITUTO NORTE-AMERICANO DO "CRAM DOWN" NAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS NO BRASIL 172
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS CORTES EUROPEIA E INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 173
A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A REPARAÇÃO CIVIL DAS VÍTIMAS DE CRIMES 174
DIREITOS FUNDAMENTAIS E ABORTO 175
OGM, CTNBIO E ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES BIOÉTICAS PARA A DEVIDA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO PELA (IN)OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BENEFICÊNCIA E DA NÃO MALEFICÊNCIA 176
USUCAPIÃO FAMILIAR: A SEPARAÇÃO DISCUTIDA NO PROGRAMA DE GOVERNO MINHA CASA MINHA VIDA 177

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: UM ESTUDO SOBRE O SENTIDO E O ALCANCE DO ARTIGO 5.º, INCISO XXIII, E DO ARTIGO 170, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SOB AS LUZES DO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 178

DIREITO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL 179

ANÁLISE DOGMÁTICA E ECONÔMICA DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 180

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA: UM ESTUDO SOBRE A CERTEZA, A PREVISIBILIDADE E A CONFIABILIDADE NORMATIVA DAS DECISÕES JUDICIAIS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, SOB AS LUZES DO MODELO BRASILEIRO DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, NO MARCO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 181

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO À INOVAÇÃO 182

DA (NÃO) ATRIBUIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA AO MENOS ADOTADO NO ESTRANGEIRO POR PAIS BRASILEIROS 183

TEORIA ECONÔMICA DAS PENAS 184

A AUDIÊNCIA PÚBLICA NA JURISDIÇÃO ORDINÁRIA 185

JURISDIÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA: A RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE RECURSOS PÚBLICOS 186

A TEORIA DAS NULIDADES MATERIAIS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS APLICADA AOS ATOS PROCESSUAIS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL 187

INOVAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 188

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O CONTEXTO NORMATIVO NACIONAL E A SITUAÇÃO JURÍDICA E SOCIAL DO IMIGRANTE EM SITUAÇÃO IRREGULAR PERANTE O ESTADO BRASILEIRO 189

O DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE SADIO NO PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL SOB A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E OS PRECEDENTES DOS SISTEMAS 190

A NOVA COMPLEXIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL E OS MODELOS JURÍDICOS QUE VISAM À SUA EXPLICAÇÃO 191

SEGURANÇA JURÍDICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO: UM ESTUDO ACERCA DA REALIZAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA ADMINISTRATIVA POR MEIO DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO, MEDIANTE A ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DOS MANDADOS DE SEGURANÇA 24.781/DF E 25.116/DF 192

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL: UM MODELO PARA A GESTÃO EFICIENTE DO SERVIÇO JUDICIAL 193

REGIMES PÚBLICO E PRIVADO: ESTUDO SOBRE A CATEGORIZAÇÃO E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO 194

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO: A POLÍTICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL NAS VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL 195

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA CARACTERIZAÇÃO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA COMO MEDIDA DE EXCEÇÃO: DAS CATEGORIAS CONCEITUAIS DE CARL SCHMITT E GIORGIO AGAMBEN À CRÍTICA AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PARTICULAR 196

RESTRIÇÕES ÀS EXPORTAÇÕES NO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, SOBERANIA E LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO 197

PREOCUPAÇÃO COMERCIAL ESPECÍFICA: UMA FERRAMENTA EFICAZ DO ACORDO SOBRE APLICAÇÃO DE MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS 198

TERRORISMO MEDIANTE GUERRA DE INFORMAÇÕES NO DIREITO INTERNACIONAL: BREVE ANÁLISE DE CASOS 199

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O SISTEMA INTERAMENRICANO DE DIREITOS HUMANOS 200

CONCRETIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS EM CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE NO BRASIL 201

O TRABALHO NO REGIME FECHADO SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO MODELO EXISTENTE NO DISTRITO FEDERAL 202

O PODER E A QUESTÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS E O "FORDISMO JUDICIAL" 203

O FINANCIAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC 204

PARADIGMAS SOCIOEDUCATIVOS: OPERAÇÃO CONCOMITANTE NO CAMPO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL 205

POLÍTICA PÚBLICA ESTATAL COM PARTICIPAÇÃO POPULAR: O PAPEL DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF NA DEFESA, NA PROMOÇÃO E NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 206

OS PACTOS REPUBLICANOS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS E AVALIAÇÃO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 207

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO ACRE, BRASIL 208

A POLÍCIA JUDICIÁRIA E O COMBATE À CRIMINALIDADE: ABERTOS OS TRABALHOS, DEU-SE A PALAVRA AO MESTRANDO PARA QUE, NO PRAZO DE ATÉ TRINTA MINUTOS, EXPUSESSE SEU TRABALHO, O QUE FOI FEITO 209

O ACESSO À JUSTIÇA E O PARADOXO DO EXCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO 210

ESTADO DE EXCEÇÃO, DIREITO PENAL DO INIMIGO E POLÍTICA CRIMINAL 211

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA AOS OBSTÁCULOS JURÍDICOS NORMALMENTE SUSCITADOS PARA AFASTAR A UTILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 212

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: A BUSCA DA CONSENSUALIDADE PARA A DEVIDA EXECUÇÃO, PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA PERSPECTIVA DO PODER PÚBLICO 213

OMISSÃO INCONSTITUCIONAL E FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO ACERCA DO PROCESSO E JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 875, 1.987, 2.727 E 3.243 214

O CONTROLE JURISDICIONAL DO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO: DIÁLOGOS ENTRE DEMOCRACIA E REPÚBLICA 215

CONSTITUCIONALISMO COMPENSATÓRIO E PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA INTERATIVIDADE PROMOVIDA PELOS JULGAMENTOS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COM OS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS DOS ESTADOS DA AMÉRICA LATINA 216

A CARTA MAGNA DE 1988 E A SUBMISSÃO DO BRASIL À JURISDIÇÃO DE TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O ADVENTO DE LEGISLAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO 217

OS LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS REGULATÓRIOS: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA DEFERÊNCIA TÉCNICA ÀS AGÊNCIAS REGULADORAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL 218

O RESPEITO À PRIVACIDADE NO CONTEXTO DA GUERRA CIBERNÉTICA NO BRASIL COM FINS A REFORÇAR O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO EM TEMPO DE PAZ 219

AS INGERÊNCIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIAS EMINENTEMENTE AFETAS A INSTÂNCIAS DEMOCRÁTICAS..... 220

EM BUSCA DA RACIONALIDADE NA UTILIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA POLÍTICA PELO APLICADOR DA LEI TRIBUTÁRIA 221

DO DEVER MORAL À CONDUTA JURIDICAMENTE EXIGÍVEL NAS RELAÇÕES PRIVADAS: PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DO DIREITO FRATERNO A SITUAÇÕES CONCRETAS 222

OS PRINCÍPIOS NO DIREITO BRASILEIRO..... 223

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DO SUS..... 224

DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL 225

ESTUDO DO CASO KADI PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA 226

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO DIREITO NAS INSTITUIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL 227

TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL E DEMOCRACIA 228

A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL..... 229

REFLEXÃO, DISCUSSÃO E PERTINÊNCIA JURÍDICA DAS PESQUISAS ENVOLVENDO SERES VIVOS 230

A AÇÃO REGRESSIVA ACIDENTÁRIA 231

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E ECONÔMICO E O GERENCIAMENTO DAS DÍVIDAS EXTERNAS DOS PAÍSES POBRES ALTAMENTE ENDIVIDADOS: ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS, JURÍDICOS E POLÍTICOS..... 232

RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E DO EGRESSO: FUNDAMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE À LUZ DE ASPECTOS SOCIAIS, RELIGIOSOS, FILOSÓFICOS E JURÍDICOS..... 233

CARTÉIS TRANSNACIONAIS E TRANSNACIONALIZAÇÃO DE DECISÕES INTERNACIONAIS EM DEFESA DA CONCORRÊNCIA..... 234

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO SOCIAL À SAÚDE À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O ATIVISMO JUDICIAL..... 235

A BOA-FÉ OBJETIVA PROCESSUAL E SUAS REPERCUSSÕES PRÁTICAS 236

O PAPEL CENTRAL DOS PLANOS PLURIANUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DESAFIOS À SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO..... 237

JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A EXIGÊNCIA DA PRÉVIA COMPREENSÃO SOBRE A DINÂMICA DAS FASES DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA E SUAS VARIÁVEIS COMO PRESSUPOSTO PARA O FORTALECIMENTO DO RESPECTIVO CONTROLE JURISDICIONAL 238

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA CONCORRENCIAL E DE MEDIDAS *ANTIDUMPING*: ASSIMETRIAS TRIBUTÁRIAS E A SUA LEGITIMIDADE COMO CRITÉRIO DE AFERIÇÃO DE PRÁTICA DE *DUMPING* NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS..... 239

OS RISCOS JURÍDICOS DA REGULAÇÃO NO DOMÍNIO DO CONTROLE DAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS NO MERCADO INTERNACIONAL 240

ATIVISMO JURÍDICO INTERNACIONAL 241

CONTRATAÇÃO GOVERNAMENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: OS PARÂMETROS NORMATIVOS DA FUNÇÃO INDUTORA DA CONTRATAÇÃO GOVERNAMENTAL 242

(DES)IGUALDADE DENTRO DO PROCESSO CIVIL: BALIZAS PARA CONTENÇÃO DO ABSURDO 243

ACESSIBILIDADE AOS DIREITOS SOCIAIS PELA VIA ADMINISTRATIVA: ESTUDO DO SISTEMA DE JURISDIÇÃO DÚPLICE FRANCÊS E DO SISTEMA DE JURISDIÇÃO *UNA* BRASILEIRO NO CONTEXTO DO CONTENCIOSO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS 244

AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO 245

IGUALDADE: UM OLHAR SOBRE A JURISPRUDÊNCIA 246

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA TRADIÇÃO CULTURAL 247

QUAL É O CAMINHO A SER TRILHADO PELAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS? 248

A BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRAL: A QUESTÃO DOS MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NAS LISTAS OFICIAIS DOS ENTES FEDERATIVOS 249

ESTUDO DA POLÍTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DO ATO DE DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL NO BRASIL 250

O CRIME DE DESERÇÃO EM TEMPO DE PAZ 251

INTERVENÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS: LIÇÕES DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2007/2008 252

O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL 253

A ABRANGÊNCIA DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS 254

O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PELO STF E PELA CORTE CONSTITUCIONAL DA ÁFRICA DO SUL: COMPARAÇÃO E CRÍTICAS 255

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 256

A JURIDICIDADE E OS PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DO INSTITUTO NORTE-AMERICANO DO "CRAM DOWN" NAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS NO BRASIL 257

ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DE LIMITES FÁTICOS E ECONÔMICOS PARA A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO 258

USO ABUSIVO DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA, CONFUNDIDO COM O ACESSO À JURISDIÇÃO PELOS LITIGANTES QUE VISAM OBTER VANTAGENS 259

SISTEMA PENITENCIÁRIO E CRIMINOLOGIA 260

USUCAPIÃO FAMILIAR: A SEPARAÇÃO DISCUTIDA NO PROGRAMA DE GOVERNO MINHA CASA, MINHA VIDA 261

O PRONUNCIAMENTO JUDICIAL NAS AÇÕES COLETIVAS VOLTADAS AO ATENDIMENTO DE DIREITOS SOCIAIS: A COGNIÇÃO PLENA, DIFERENCIADA E EXAURIENTE 262

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E LEI MARIA DA PENHA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 263

TERCEIRO SETOR E CORRUPÇÃO 264

RECRUDESCIMENTO PENAL E ARREFECIMENTO NA EXECUÇÃO PENAL: UM PARADOXO NORMATIVO NO SISTEMA BRASILEIRO QUE ESTIMULA A IMPUNIDADE 265

AS EXTERNALIDADES PROVOCADAS PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NO DF 266

SUPERENDIVIDAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS FORMANDO CONSUMIDORES E NÃO CIDADÃOS .. 267

ATUAÇÃO DO STF NO PERÍODO DA DITADURA 268

DEFENSORIA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA PENAL: O DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM GOIÁS 269

PROTEÇÃO DE DADOS DE TESTES EXIGIDOS PARA FINS DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS PARA USO HUMANO NO PAÍS 270

JULGAMENTO COMO DRAMATURGIA: A CIVILIZAÇÃO DO ESPETÁCULO NA CORROSÃO DO GARANTISMO 271

A DIMENSÃO POLÍTICA DA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL 272

IMPACTOS DA REGULAÇÃO ESTATAL DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA INTERNET NO BRASIL 273

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE DAS LEIS SOBRE AS DECISÕES JURÍDICAS 274

PARA ALÉM DO PLURALISMO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL SOBRE A ESTRUTURA DO DIREITO PÓS-NACIONAL 275

OS NOVOS DIREITOS HUMANOS E O DIÁLOGO ENTRE AS CORTES: EFICÁCIA E APLICABILIDADE ... 276

EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO FATOR GARANTIDOR DOS PRINCÍPIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 277

A RELAÇÃO ENTRE A PROPORCIONALIDADE E A EFICIÊNCIA 278

EPISTEMOLOGIA DO CONTROLE DA PRODUTIVIDADE JURÍDICA 279

IGUALDADE: UM OLHAR SOBRE A JURISPRUDÊNCIA 280

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA TRADICÇÃO CULTURAL 281

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA TRADIÇÃO CULTURAL 282

A BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRAL: A QUESTÃO DOS MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NAS LISTAS OFICIAIS DOS ENTES FEDERATIVOS 283

ESTUDO DA POLÍTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DO ATO DE DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL NO BRASIL 284

ESTUDO DA POLÍTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DO ATO DE DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL NO BRASIL 285

INTERVENÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS: LIÇÕES DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008/2009 286

O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL 287

O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL 288

A ABRANGÊNCIA DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS 289

O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PELO STF E PELA CORTE CONSTITUCIONAL DA ÁFRICA DO SUL COMPARAÇÃO E CRÍTICAS 290

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 291

A JURIDICIDADE E OS PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DO INSTITUTO NORTE-AMERICANO DO "CRAM DOWN" NAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS NO BRASIL 292

ANALISE DA EXISTÊNCIA DE LIMITES FÁTICOS E ECONÔMICOS PARA A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO 293

ABUSIVO DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA, CONFUNDIDO COM O ACESSO À JURISDIÇÃO PELOS LITIGANTES QUE VISAM OBTER VANTAGENS..... 294

NEOPROCESSUALISMO, O ATIVISMO JUDICIAL E O GARANTISMO PROCESSUAL CIVIL 295

SISTEMA PENITENCIÁRIO E CRIMINOLOGIA 296

USUCAPIÃO FAMILIAR: A SEPARAÇÃO DISCUTIDA NO PROGRAMA DE GOVERNO MINHA CASA MINHA VIDA 297

O PRONUNCIAMENTO JUDICIAL NAS AÇÕES COLETIVAS VOLTADAS AO ATENDIMENTO DE DIREITOS SOCIAIS: A COGNIÇÃO PLENA, DIFERENCIADA E EXAURIENTE 298

A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA CONSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE SAÚDE NA NEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL Á VIDA PELO ESTADO POR AUSÊNCIA DE VAGA EM UTI. 299

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E LEI MARIA DA PENHA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 300

TERCEIRO SETOR E CORRUPÇÃO 301

RECRUDESCIMENTO PENAL E ARREFECIMENTO NA EXECUÇÃO PENAL: UM PARADOXO NORMATIVO NO SISTEMA BRASILEIRO QUE ESTIMULA A IMPUNIDADE 302

AS EXTERNALIDADES PROVOCADAS PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NO DF 303

SUPERENDIVIDAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS FORMANDO CONSUMIDORES E NÃO CIDADÃOS .. 304

ATUAÇÃO DO STF NO PERÍODO DA DITADURA 305

DEFENSORIA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA PENAL: O DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM COTAS 306

PROTEÇÃO DE DADOS DE TESTES EXIGIDOS PARA FINS DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS PARA USO HUMANO NO PAÍS 307

JULGAMENTO COMO DRAMATURGIA: A CIVILIZAÇÃO DO ESPETÁCULO NA CORROSÃO DO GARANTISMO 308

A DIMENSÃO POLÍTICA DA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL 309

IMPACTOS DA REGULAÇÃO ESTATAL DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA INTERNET NO BRASIL 310

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE DAS LEIS SOBRE AS DECISÕES JURÍDICAS. 311

PARA ALÉM DO PLURALISMO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL SOBRE A ESTRUTURA DO DIREITO PÓS-NACIONAL..... 312

NOVOS DIREITOS HUMANOS E O DIÁLOGO ENTRE AS CORTES: EFICÁCIA E APLICABILIDADE..... 313

EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO FATOR GARANTIDOR DOS PRINCÍPIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 314

A RELAÇÃO ENTRE A PROPORCIONALIDADE E A EFICIÊNCIA 315

A DEMOCRACIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA NO AMBIENTE DE UMA SOCIEDADE DE RISCO - JUIZADO ESPECIAL: APRENDENDO A LIDAR COM 316

DO DIREITO DE REGRESSO EM FACE DA INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR NO CONTRATO DE *FACTORING* 317

O IMPACTO DAS NORMAS DE INTERPRETAÇÃO DO PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA PARA A ARBITRARIEDADE DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DE JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 318

A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, O ESTADO DE DIREITO E O INADIMPLENTE NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO 319

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS CORTES EUROPEIA E INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 320

A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A REPARAÇÃO CIVIL DAS VÍTIMAS DE CRIMES 321

DIREITOS FUNDAMENTAIS E ABORTO 322

OGM, CTNBIO E ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES BIOÉTICAS PARA A DEVIDA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO PELA (IN)OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BENEFICÊNCIA E NÃO MALEFICÊNCIA 323

A NATUREZA JURÍDICA DAS EMPRESAS NO CONTEXTO INTERNACIONAL: SUJEITOS DE DIREITO? UMA PROPOSTA DE REVISITAÇÃO DA TEORIA CLÁSSICA DO DIREITO INTERNACIONAL À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA DO DIREITO E DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO 324

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: UM ESTUDO SOBRE O SENTIDO E O ALCANCE DO ARTIGO 5.º, INCISO XXIII, E DO ARTIGO 170, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SOB AS LUZES DO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 325

DIREITO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL 326

ANÁLISE DOGMÁTICA E ECONÔMICA DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 327

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA: UM ESTUDO SOBRE A CERTEZA, A PREVISIBILIDADE E A CONFIABILIDADE NORMATIVA DAS DECISÕES JUDICIAIS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, SOB AS LUZES DO MODELO BRASILEIRO DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, NO MARCO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 328

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO À INOVAÇÃO 329

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E O COMBATE À APATRIA NOS CASOS DE ADOÇÃO INTERNACIONAL 330

TEORIA ECONÔMICA DAS PENAS 331

A AUDIÊNCIA PÚBLICA NA JURISDIÇÃO ORDINÁRIA 332

JURISDIÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA: A RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE RECURSOS PÚBLICOS 333

A TEORIA DAS NULIDADES MATERIAIS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS APLICADA AOS ATOS PROCESSUAIS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL 334

INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 335

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O CONTEXTO NORMATIVO NACIONAL E A SITUAÇÃO JURÍDICA E SOCIAL DO IMIGRANTE EM SITUAÇÃO IRREGULAR PERANTE O ESTADO BRASILEIRO 336

O DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE SADIO NO PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL SOB A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E DOS PRECEDENTES DOS SISTEMAS 337

A NOVA COMPLEXIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL E OS MODELOS JURÍDICOS QUE VISAM A SUA EXPLICAÇÃO 338

LIMITES FÁTICOS E ECONÔMICOS À FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO 339

A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA CONSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE SAÚDE NA NEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA PELO ESTADO POR AUSÊNCIA DE VAGA EM UTI 340

TEORIAS DO DIREITO INTERNACIONAL E MECANISMOS DE COMPROMETIMENTO DO ESTADO NO SUBSISTEMA DIREITOS HUMANOS MEDIANTE O DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL 341

DEMOCRACIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA NO AMBIENTE DE UMA SOCIEDADE DE RISCO - JUIZADO ESPECIAL: APRENDENDO A LIDAR COM 342

PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* PSICOLOGIA

SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS AGENTES PÚBLICOS QUE EXECUTAM AS POLÍTICAS DE EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL 344

EFEITO DE TREINOS SUCESSIVOS SOBRE REPERTÓRIOS DE TRANSPOSIÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES DE FALANTE E OUVINTE 345

CORRESPONDÊNCIA VERBAL EM UM JOGO DE CARTAS COM CRIANÇAS 346

SUPORTE SOCIAL NO TRABALHO 347

OFICINAS E MINICURSOS

GEOTECNOLOGIA APLICADA A ANÁLISE GEOMORFOMÉTRICA 349

USO DE SOFTWARE LIVRE APLICADO À GEOGRAFIA 350

QUALIDADE NAS AULAS DE NATAÇÃO PARA BEBÊS 351

MINICURSO "FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA" 352

PALESTRAS

GASTRONOMIA E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: NEM TUDO QUE É GOSTOSO ENGORDA

Grazielle Gebrim Santos
grazielle.santos@uniceub.br

Alimentação e nutrição são fatores importantes na promoção e na manutenção da saúde. O crescimento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis no mundo é causado, em grande parte, por fatores modificáveis, como os hábitos alimentares. A relação entre saúde e obesidade tem contribuído para a conscientização dos consumidores sobre a qualidade da alimentação. Consequentemente, os fabricantes de alimentos oferecem produtos alternativos com características especiais. Os alimentos considerados saborosos são, em sua maioria, de alto valor calórico, e, comumente, a frase "tudo que é bom engorda" é utilizada por indivíduos com excesso de peso, que atribuem a esses alimentos a culpa pelo peso acima na balança. Desenvolver receitas com reduzido teor calórico é um desafio para gastrônomos e nutricionistas, que, muitas vezes, não recebem capacitação suficiente para isso. O objetivo do projeto de extensão é preparar receitas modificadas das tradicionais que resultem em melhora do valor nutritivo, como redução do valor calórico e aumento do teor de fibra alimentar. Assim, foram elaboradas 28 receitas, sendo 14 tradicionais e 14 modificadas para melhora do valor nutritivo. A aceitabilidade foi avaliada por meio de teste afetivo informal, no qual os provadores atribuíram notas de 1 a 9 às receitas modificadas após avaliação visual e degustação. Foi estimado o valor nutritivo por meio do cálculo da composição das preparações, utilizando-se tabelas de composição de alimentos. Em seguida, comparou-se o valor nutritivo das receitas, e foi redigida uma cartilha com as preparações, seu valor nutritivo, foto e forma de preparo. Todas as preparações foram consideradas aceitas, com notas superiores a 6 na avaliação visual e sensorial global. Foi possível reduzir de 15% a 40% do valor calórico das receitas e de 5% a 30% dos teores médios de carboidratos e lipídios. Em algumas preparações, houve aumento de até 20% no teor de fibras alimentares. Conclui-se que é possível introduzir modificações em preparações consideradas muito calóricas, sem afetar sua aceitabilidade, aliando o prazer de comer à alimentação saudável. Aos alunos o projeto proporcionou a integração entre a teoria e a prática, além da troca de conhecimentos entre os cursos de Nutrição e Gastronomia do UniCEUB.

Palavras-chave: alimentação saudável; receitas; gastronomia.

HPV COMO EXEMPLO DE ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR DO ENSINO EM SAÚDE

Bruno Milagres, Fabíola Castro, Flávia Tuany, Kelly Simi, Paulo Queiroz, Vanessa Carvalho
Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde, curso de Biomedicina

O papiloma vírus infecta as células epiteliais e causa lesões na pele ou nas mucosas, como a verruga comum e a verruga genital ou condiloma, que têm crescimento limitado e, com frequência, regridem espontaneamente. Existem mais de 100 tipos virais de HPV descritos até o momento, e, destes, aproximadamente 35 são encontrados no trato ano-genital. O período de incubação é variável, e pouco é conhecido sobre a latência ou a persistência no organismo humano. A infecção por alguns tipos de HPV, considerados de alto risco oncogênico, está relacionada à transformação neoplásica de células epiteliais, sendo o principal fator de risco para o desenvolvimento do câncer de colo uterino. As lesões não tratadas têm potencial para progressão para o câncer. Em estudo recente, observou-se que o risco de desenvolver câncer de colo uterino em mulheres com infecção por HPV é 19 vezes maior. Como esse conteúdo é extremamente importante do ponto de vista científico, individual e acadêmico, há a necessidade de realizar atividade multidisciplinar sobre conteúdos associados ao HPV, tais como, a epidemiologia, o diagnóstico clínico, o impacto na reprodução humana, o diagnóstico molecular do vírus, os conhecimentos de microbiologia associados. Os estudos sobre imunologia para o entendimento da infecção por esse vírus contribuem para tomadas de decisão a ser realizadas em vários âmbitos na área de saúde, visando às políticas de prevenção e tratamento.

Palavras-chave: virologia; DNA; imunologia; epidemiologia.

O ESTÁGIO COMO FACILITADOR DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO

Aline Maria Thomé Arruda
aline.arruda@uniceub.br

A oportunidade de iniciar experiências profissionais na área de formação durante a graduação tem-se mostrado fundamental para a inserção de docentes no mercado de trabalho. As vagas disponíveis para estagiários em empresas privadas, órgãos públicos, representações diplomáticas, entidades do terceiro setor expandiram-se nos últimos anos. Isso tem facilitado o enriquecimento pessoal e curricular dos alunos do curso de Relações Internacionais. Sendo assim, o objetivo principal da discussão é o compartilhamento de experiências de profissionais que atuam nesse campo e que tiveram, em estágios, a primeira oportunidade de exercício profissional.

Palavras-chave: estágio; inserção profissional; relações internacionais.

OS PRINCÍPIOS E OS BENEFÍCIOS DA TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS

Ranieri Rodrigues de Oliveira – FACES/UniCEUB
ranieri.oliveira@uniceub.br
Maria de Fátima Martins – FMVZ/USP
martins@usp.br

As relações afetivas entre homem e animal existem há muito tempo. O primeiro registro do elo afetivo entre um humano e um animal data de 12.000 anos. Várias intervenções têm gerado publicações com forte convicção de que relações com os animais podem contribuir com o bem-estar das pessoas. Muitos estudos corroboram a ideia de que pequenas sessões com animais devidamente escolhidos, treinados e higienizados têm efeitos positivos na saúde de pacientes que sofrem de diferentes enfermidades, servindo como terapia complementar, atuando, de forma sinérgica, no tratamento tradicional. É nesse pilar que se sustenta a terapia assistida por animais (TAA). Uma sessão de terapia com cães tem a duração média de 10 a 15 minutos, em que o paciente brinca com um cão treinado e preparado enquanto o treinador monitora e supre as necessidades dos cães e reponde a questões sobre a espécie animal utilizada na atividade. Publicações científicas investigam o impacto das visitas dos animais terapêuticos em paciente com condições, como alterações pervasivas, doenças cardiovasculares, desordens psiquiátricas, doença de Alzheimer e câncer. A TAA com cães tem proporcionado redução dos marcadores de estresse cardiovascular e aumento e melhora na resposta imunológica. Entre os principais benefícios aos pacientes que passam por sessões de TAA, destaca-se aumento da socialização, redução do estresse, da ansiedade e da solidão, melhora do humor e do bem-estar, descontração e desenvolvimento de habilidades. Apesar disso, para identificação dos mecanismos biológicos envolvidos, ainda se necessita de estudos mais detalhados.

Palavras-chave: humanização do atendimento; terapia assistida por animais; sucesso terapêutico.

QUALIDADE DO ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA AS RESPOSTAS CARDIOVASCULARES DO EXERCÍCIO FÍSICO PARA HIPERTENSOS

Márcio Rabelo Mota
UniCEUB, FACES, Educação Física

No Brasil, cerca de 30% das causas de mortalidade são atribuídos aos comprometimentos cardiovasculares. A elevação crônica da pressão arterial (PA) é um dos principais fatores de risco para a doença cardíaca; consequentemente, a redução dos valores pressóricos, mesmo em sujeitos normotensos, é importante fator para minimizar esses riscos. Doença nos rins, nas glândulas endócrinas, no sistema nervoso, abuso de certos medicamentos, gravidez e obesidade são reconhecidos como fatores de risco independentes para doença coronariana, morte súbita e insuficiência cardíaca, além de ter relação com o aumento da PA. Essa associação multiplica os riscos de danos cardiovasculares, merecendo, assim, atenção especial. Por outro lado, a prática de exercício físico com alternativa regular tem sido empregada no tratamento não farmacológico da hipertensão arterial sistêmica (HAS). A redução da PA a valores abaixo dos níveis de repouso após uma sessão de exercício dinâmico tem sido denominada hipotensão pós-exercício e é considerada importante meio preventivo da HAS. Estudos analisaram as respostas da PA em modalidades de exercício físico, tais como, caminhada, exercício resistido, hidroginástica, entre outras, como método de tratamento não farmacológico para o controle da PA e a melhoria da qualidade de vida. Assim, se jovens e adultos praticantes de exercício físico sofrem alguma doença, sugere-se, antes de iniciar a atividade, consultar o professor de Educação Física, que lhe recomendará o tipo de exercício adequado e a intensidade com que se deve praticar como forma preventiva e para o tratamento não farmacológico da PA.

Palavras-chave: exercício físico, hipotensão pós-exercício, hipertensão arterial sistêmica.

QUALIDADE NO ATENDIMENTO E NÍVEL DE CONHECIMENTO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CLIENTES IDOSOS

Msc. Darlan Farias, UniCEUB, Educação Física, fariasdl@gmail.com
Msc. Rômulo Custódio, UniCEUB, Educação Física, abreu.abreu97@gmail.com

Atualmente, existem técnicas de atendimento essenciais para a correta, obrigatória e excelente fidelização do idoso e argumentos indispensáveis para a satisfação por meio de ferramentas do *marketing*, comportamento assertivo e experiências pessoais de sucesso. Além disso, há métodos de avaliação física, composição corporal e testes adequados ao treinamento físico de excelência para o perfil de cada idoso. As ferramentas necessárias para a qualidade superior no atendimento, além da adequação de cada conhecimento à prática diária com o idoso, são incentivadas. Por meio desses instrumentos, é possível o profissional de Educação Física interessado em trabalhar com esta população obter os direcionamentos necessários, imprescindíveis e atuais, tornando-se um profissional não só capacitado, mas também crítico, capaz de multiplicar o conhecimento e o desenvolvimento técnico-científico específico para o idoso.

Palavras-chave: terceira idade; treino de força; atendimento.

USO DE PROTEÍNAS NA HIPERTROFIA MUSCULAR

Antonio Felipe Correa Marangon
felipe@opeun.com.br

O uso de suplementos nutricionais tem despertado o interesse de pesquisadores e desportistas há vários anos. Novos recursos ergogênicos são lançados no mercado diariamente, movimentando cifras cada vez maiores. Entre a gama de suplementos nutricionais existentes, as proteínas ocupam lugar de destaque. Sua função é fornecer aminoácidos ao organismo, para recuperar as lesões musculares decorrentes do exercício físico. A leucina, aminoácido de cadeia ramificada junto com a isoleucina e a valina, é capaz de estimular o tônus muscular, iniciando processos de fosforilação proteica. Além disso, quanto maior a quantidade de leucina na proteína, maior seu efeito insulinotrópico, que também estimula o tônus, além da glicogênese muscular. Quanto maior for a concentração de aminoácidos essenciais presentes na proteína, maior será seu efeito anabólico. O tempo de absorção da proteína também desempenha papel importante na nutrição. Quanto maior for o tempo de absorção, maior será a manutenção do *pool* proteico plasmático.

Palavras-chave: hipertrofia; proteína; lesão muscular.

MESAS-REDONDAS

DEZ ANOS DA LEI DE INOVAÇÃO: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS NA ÁREA DA SAÚDE

Profa. Msc. Erika Lisboa
erika.lisboa@uniceub.br
Prof. Dr. Carlos Cezar Flores Vidotti
carlosvidotti@gmail.com

A Lei de Inovação, nº 10.973, de 2004, que completará 10 anos em dezembro, tem como objetivo estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país. Conforme a Pesquisa de Inovação PINTEC/IBGE, de 2011, para o setor industrial, 35,6% das empresas são inovadores. Entretanto, em comparação à pesquisa anterior, de 2008, 38,1% haviam sido inovadores. Ou seja, houve queda de 2,5%. Por outro lado, a produção tem crescido no início do processo, com a geração de conhecimento na academia. Em 1998, o Brasil ocupava a 22ª posição mundial de artigos publicados e indexados e, em 2008, passou a ocupar 13ª. No que se refere a patentes, conforme o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), em 2002, houve cerca de 20 mil anuais, e, em 2012, a quantidade aumentou para cerca de 33 mil em 2012. O resultado, porém, pode ser considerado modesto por representar 1,6% do total de patentes produzidos no mundo em 2012 (2,1 milhões), acrescido do fato de que as empresas nacionais solicitaram 7,6 mil, cerca de um terço da quantidade solicitada ao INPI por empresas estrangeiras. Entretanto, o déficit tecnológico brasileiro tem crescido sistematicamente. O déficit do setor farmacêutico passou de US$2.718,30 milhões, em 2006, para US$6.488,89 milhões, em 2011. Neste mesmo período, o déficit de instrumentos médicos passou de US$2.929,78 milhões para US$5.824,83 milhões. Diante do exposto, a comparação entre os contextos da academia e da indústria aponta para aparente dissociação entre a produção acadêmica e a vinculação da pesquisa às necessidades de saúde, depreendida da crescente importação de produtos. A possível debilidade da produção nacional em saúde indica significativa vulnerabilidade do sistema de saúde brasileiro. Ademais, a indústria nacional precisa adaptar-se à situação epidemiológica de permanência de doenças infecciosas, à crescente prevalência de doenças não infecciosas, aos problemas de saúde decorrentes da violência, além das mudanças das características socioeconômicas e da incorporação de tecnologias pelo sistema de saúde. Nesse sentido, os palestrantes, um representante do governo, um da academia, um da indústria e um do Legislativo, tratam da temática da inovação na área da saúde. Os ouvintes serão capazes de entender o que é inovação, inovação em saúde, as formas de estímulo previstas na legislação e como utilizá-las, avaliar os avanços e desafios para a inovação em saúde, compreender etapas no processo de pesquisa e desenvolvimento, ter visão crítica sobre inovação em saúde sob os ângulos do governo, da academia, da indústria e do Legislativo.

Palavras-chave: lei de inovação; indústria farmacêutica; empreendedorismo.

INCUBADORA E ACELERADORA: PROGRAMAS DE APOIO A EMPREENDIMENTOS INOVADORES

Profa. Msc. Erika Lisboa
erika.lisboa@uniceub.br
Msc. Luiz Phillipy Moreira Sampaio
luiz@velum.com.br
Msc. Gustavo Gorenstein

Reconhecidas como entidades promotoras de empreendimentos inovadores, as Incubadoras de Empresas têm como objetivos disseminar a cultura empreendedora no meio universitário e contribuir para a formação de profissionais com o perfil mais adequado aos novos desafios do mundo globalizado; criar facilidades para o acesso da empresa ao mercado e a financiamentos; estimular a criação e o desenvolvimento de novas tecnologias por meio de trabalhos acadêmicos; criar condições para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores com diferencial competitivo no mercado; disponibilizar recursos de ordem técnica e gerencial para o desenvolvimento dos projetos; buscar reduzir o gasto na transferência do conhecimento gerado principalmente na universidade para o setor produtivo; contribuir para a capacitação científica e tecnológica no Brasil, participando de redes relacionais, voltadas a pesquisas, geração de novos produtos, metodologias em processo e serviços que poderão ser disponibilizados a instituições públicas e privadas. Para alcançar tais objetivos, uma incubadora oferece aos empreendimentos selecionados, pelo período de 6 (seis) meses, quando pré-incubados, e 2 (dois) anos, quando incubados, formação estratégica e gerencial; programas de capacitação empresarial; consultorias; identificação de linhas de financiamento; serviços de apoio à comercialização; participação em feiras e eventos setoriais; espaço físico compartilhado e individualizado para instalação do empreendimento; infraestrutura física e administrativa; facilidade na utilização dos laboratórios. Concomitantemente, as aceleradoras de empresas atuam como sócias das *startups* que apoiam, aportando capital e recebendo uma participação da companhia. Ao ser aprovada, a *startup* e a aceleradora estabelecem uma relação de cofundadoras, cujo foco é a alavancagem do projeto. Para que isso ocorra, as aceleradoras disponibilizam auxílio ao desenvolvimento da *startup* por meio de assessoria de *marketing*, vendas, tecnologia, jurídico, finanças, pessoas, gestão e estratégia; pequenos aportes de capital, quando necessário; *mentoring*; direcionamento da estratégia de *bootstrapping* e *funding*; ideias constantes para melhoria do modelo de negócio; divulgação e visibilidade na imprensa especializada; contato com investidores nacionais e internacionais; validação do modelo de negócios junto a investidores parceiros; preparação para apresentação em eventos e junto a investidores; capacitação do time de empreendedores da *startup*, além de espaço físico e amplo *networking*. Frente aos objetivos e à atuação similares, esta mesa-redonda tem o intuito de apresentar as experiências de dois empreendedores por meio de suas dificuldades, obstáculos, sucessos e resultados alcançados seja em uma incubadora de empresas, seja em uma aceleradora.

Palavras-chave: incubadora de empresas; aceleradora; empreendedorismo.

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: OPORTUNIDADE PARA QUEM?

Profa. Msc. Erika Lisboa
erika.lisboa@uniceub.br

Com a relevância da Copa do Mundo e a evidência de Brasília enquanto cidade-sede, os pequenos e os microempreendedores do Distrito Federal ganham mais visibilidade em um mercado competitivo. Em contrapartida, diante do alarde da Copa do Mundo como uma oportunidade de bons negócios para todos, surgiu o interesse em identificar como, de fato, um evento de tal magnitude caracteriza-se para o pequeno e o microempreendedor. Assim, levam-se em consideração dois critérios da economia: o Produto Interno Bruto -PIB e a taxa de juros básicos da economia, a SELIC. Concomitantemente, os megaeventos consolidaram-se como potenciais modificadores de cidades, não apenas no que se refere à preparação do evento, mas também quanto ao legado e aos resultados que irão permanecer, de forma a abranger todos os aspectos do local, ultrapassando os modelos clássicos de planejamento da administração pública. Diante desse panorama, a mesa-redonda tem como objetivo apresentar os aspectos positivos e negativos relacionados à realização da Copa do Mundo por meio da perspectiva dos pequenos e microempreendedores do Distrito Federal.

Palavras-chave: copa do mundo; megaeventos esportivos; pequeno e microempreendedor.

MULHERES DE NEGÓCIOS: A VISÃO EMPREENDEDORA SOBRE AS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AS CIÊNCIAS DA SAÚDE

Profa. Msc. Erika Lisboa
erika.lisboa@uniceub.br
Patrícia Barbosa Pelegrini
pbpelegrini@gmail.com

Brasília, como capital do país e uma das principais cidades da região Centro-Oeste, oferece, anualmente, diversas oportunidades de emprego em diferentes áreas de atuação. No entanto, ainda são poucos os profissionais de biologia e da saúde que se encorajam a seguir a carreira de empreendedor na região, haja vista as ofertas de empregos públicos na capital e a pouca divulgação do empreendedorismo dentro e fora das instituições educacionais. Porém, existem oportunidades para que profissionais comecem um negócio próprio com o apoio de instituições, como o SEBRAE e as incubadoras de empresas, que disponibilizam cursos, treinamentos e direcionamento empresarial a qualquer pessoa que queira tornar-se um empreendedor. Igualmente, essas instituições estimulam a criação de pequenas e microempresas inovadoras e oferecem ao empreendedor formação gerencial e orientação empresarial, proporcionando melhor desenvolvimento e consolidação do negócio nos primeiros anos de vida. Assim, é possível que profissionais, tais como, nutricionistas, biomédicos e biólogos, possam exercer a profissão dentro de suas áreas como empreendedores, ampliando seu espectro de atuação e tornando-se donos do negócio. Dessa forma, o objetivo da mesa-redonda é oferecer uma visão empreendedora a profissionais que desejam seguir a carreira no empreendedorismo, em especial nutricionistas, biomédicos e biólogos, como interessante alternativa no mercado de trabalho. Além disso, compartilha-se a história de duas nutricionistas, uma biomédica e uma bióloga que obtiveram sucesso como empreendedoras na busca do negócio próprio. Também se pretende mostrar a atuação de uma incubadora de empresas no acolhimento e na instrução de futuros empreendedores com ideias inovadoras e de alto potencial para o mercado.

Palavras-chave: nutrição; biotecnologia; empreendedorismo.

O DIREITO À EDUCAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR COMO ELEMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA: A PRÁTICA DO COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA ONU

Renato Zerbini Ribeiro Leão

O direito à educação é um direito humano fundamental, crucial na formação cidadã. A mesa-redonda tratará da prática do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU com relação à afirmação desse direito e à indicação de políticas públicas a ser tomadas pelos Estados para sua observação à luz dos princípios da igualdade e da não discriminação. Será enfocada, de maneira especial, a importância do ensino superior na formação profissional e cidadã de acordo com a complementaridade, a indivisibilidade e a universalidade dos direitos humanos.

Palavras-chave: educação; políticas públicas; ensino superior.

OBJETIVOS DA GINÁSTICA LABORAL E DO PILATES PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPEUTAS

Renata Aparecida Elias Dantas
Valéria Sovat de Freitas Costa
Docentes do curso de Educação Física e de Fisioterapia, FACES, UniCEUB
e-mail: profrenataelias@yahoo.com.br
Representantes do Conselho Regional de Educação Física-CREF7 e do Conselho Regional de Fisioterapia-CREFITO

O pilates e a ginástica laboral podem ser trabalhados por profissionais de Educação *Física e* Fisioterapia. Contudo, os objetivos e as abordagens são específicos de cada área. Esclarecer isso aos futuros profissionais é de suma importância para que se entenda como deve ser o trabalho nessas modalidades e, dessa forma, respeitar a atuação de cada um. O profissional de Educação Física emprega os conhecimentos sobre o movimento humano nas dimensões biodinâmicas, comportamentais e socioculturais, para atender as necessidades da sociedade em relação às atividades físicas e esportivas (art. 2º, Lei 9696/98). A tipificação da atuação do profissional de Fisioterapia reside na especificidade do uso de técnicas e procedimentos com o propósito terapêutico, ou seja, de tratamento conforme estabelece o artigo 3º do Decreto-Lei nº 938/69, que dispõe sobre as profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional.

Palavras-chave: ginástica laboral; pilates; profissionais da saúde.

PLANO DE NEGÓCIOS: A IMPORTÂNCIA DE UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO

Profa. Msc. Erika Lisboa
erika.lisboa@uniceub.br
Marilene Castro
marilene.castro@uniceub.br

Vinculadas às necessidades de consumo já atendidas, mal atendidas ou não atendidas, as oportunidade de negócios são constituídas de ideias, ou seja, uma elaboração mental descompromissada da ação. Uma vez estruturada e planejada, a ideia envolve uma potencialidade de ser viável de implementar, configurando uma oportunidade. Entre os recursos disponíveis no mercado, o Plano de Negócios é o mais eficaz para identificar a viabilidade de um empreendimento, ao indicar se vale a pena abri-lo, mantê-lo ou ampliá-lo. Muitas vezes subutilizado, o Plano de Negócios é um instrumento estratégico para a empresa e não só para terceiros, pois é um documento que contém a caracterização do negócio, sua forma de operar, suas estratégias, seu plano para conquistar uma fatia de mercado e as projeções de despesas, receitas e resultados financeiros. Quanto às suas finalidades, pode ser utilizado com o intuito de obter um empréstimo bancário ou junto a instituições de fomento, para apresentação do negócio e busca de parcerias e de investidores e servir de base para a divulgação do empreendimento. Para uma empresa, o Plano de Negócios caracteriza-se como uma forma de olhar para o empreendimento de maneira objetiva, crítica e imparcial, pois ajuda a focalizar as ideias e demonstra a viabilidade do negócio; define a posição atual e as possibilidades da empresa; permite dar atenção aos fatores que poderiam ser mal avaliados ou negligenciados, transformando-o numa ferramenta proativa na previsão e na solução de problemas. Desta forma, esta oficina tem como objetivo apresentar a importância do Plano de Negócio não só na concepção do empreendimento, mas também como uma ferramenta de mensuração, avaliação e acompanhamento da viabilidade e da potencialidade de uma empresa.

Palavras-chave: plano de negócios; empreendedorismo; viabilidade.

PROJETOS DE EXTENSÃO

ADOTE UMA ESCOLA

Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
celeida.pinto@uniceub.br /
celeidacintra@uol.com.br
Magda Verçosa Carvalho Branco
magda.vercosa@uniceb.br

Os projetos de ensino e extensão realizam ações variadas, envolvendo professores e alunos de diferentes áreas do conhecimento e funcionários do UniCEUB, buscando viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a comunidade educacional. A escola é utilizada como espaço de aprendizagem prática a professores e alunos. Assim, o Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e a Escola Classe 708 Norte – EC 708 N são parceiros por meio de intercâmbio de ações pedagógicas e administrativas, relacionadas ao projeto de extensão *Adote uma escola UniCEUB/GDF*, cujo objetivo é mediar o desenvolvimento de ações de extensão institucionalizadas, referentes às disciplinas dos cursos da Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES. O projeto teve a participação de 27 alunos de Enfermagem e 03 alunos de Educação Física com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das crianças, atendendo a 06 turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, dos turnos matutino e vespertino, com cerca de 220 alunos, orientados sobre cuidados com a saúde, por meio de oficinas e atividades preventivas, comprometidas com bom relacionamento interpessoal, cuidados com acidentes, hábitos de higiene corporal, bucal e prevenção de doenças, buscando contribuir com a formação integral e a melhoria da qualidade de vida mediante ações voltadas à promoção e à atenção à saúde. Orientaram-se as ações de professores coordenadores de projetos de extensão e acadêmicos de Enfermagem, Biomedicina, Nutrição, Gastronomia e Educação Física de forma interdisciplinar. O curso de Nutrição desenvolveu o projeto *Alimentação saudável na escola* com a participação de 14 alunos, por meio de educação nutricional, estimulando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação e higiene, buscando o crescimento harmonioso e a melhor qualidade de vida. Foram realizadas três reuniões com os professores e a direção da escola, durante o semestre, para planejamento de ações relativas ao projeto, com a participação dos professores do UniCEUB, da escola, da orientadora dos projetos de extensão e da coordenação do LABOCIEN. Os cursos de Enfermagem, Educação Física, Nutrição e Direito, com a parceria do LABOCIEN, participaram da Semana de Educação para a Vida no mês de maio, desenvolvendo oficinas de orientação sobre os cuidados com a prevenção e a manutenção da saúde, a importância da aferição de glicose e pressão arterial e a orientação nutricional. O curso de Direito prestou assessoria jurídica aos pais. O LABOCIEN deu suporte pedagógico e material aos projetos e cooperou com as ações de manutenção estrutural e apoio técnico em equipamentos de informática, objetivando o bem-estar do contexto escolar e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Os alunos participantes do projeto consideraram as ações importantes e enriquecedoras para sua área de formação e experiência de vida. A participação dos alunos do UniCEUB foi considerada relevante por parte da Direção, da Coordenação Pedagógica, das professoras, dos pais e das crianças envolvidas nas atividades, quanto à importância dos cuidados pessoais necessários ao desenvolvimento harmonioso e saudável e ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem. A Direção da escola ressaltou a importância da parceria tanto na área administrativa quanto na área pedagógica e manifestou o desejo de sua continuidade por meio de projetos e atividades de assistência e orientação, no segundo semestre de 2014. Ressalta-se o comprometimento dos participantes com resultados positivos quanto aos objetivos propostos e a obtenção de conhecimento, maturidade e competências. As ações pedagógicas auxiliaram os alunos em sua formação acadêmica, profissional, identidade social e prática de princípios de responsabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: responsabilidade pedagógica e social; promoção de saúde; qualidade de vida.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO UNICEUB

Luiz Claudio Ferreira
Katrine Tokarski Boa Ventura
Manoel Henrique Tavares Moreira
henrique.moreira@uniceub.br

O projeto de extensão Agência de Notícias do UniCEUB é uma iniciativa do curso de Comunicação Social e tem acumulado, a cada semestre, novos resultados significativos. Foi fechada mais uma parceria, um contrato com a rádio Nova Aliança, que solicitou à Agência três reportagens diárias a ser veiculadas na programação da emissora. O material tem as seguintes características: notícias de interesse público, com mais de um minuto de duração, e assinatura com o nome do aluno da Agência de Notícias do UniCEUB para a Rádio Nova Aliança. A "obrigação" de um número mínimo de veiculações em áudio conferiu nova dinâmica aos integrantes do projeto, que, além de produzir material de texto e foto, precisaram pensar em áudio. A parceria com a rádio elevou a produção da agência para mais de 100 notícias somente em áudio. Os materiais também geraram notícias para a página da agência na internet. Com isso, as publicações chegaram a mais de 150 *posts*. Fundamental para a execução do trabalho foi a cessão de estagiários do curso de Comunicação Social para a Agência de Notícias, mediante processo seletivo: quatro de Jornalismo e um de Publicidade. Os alunos de Jornalismo exerceram, entre outras, as seguintes funções: produção diária de, pelo menos, uma notícia; elaboração de pautas, entrevistas, checagem e edição de acordo com o estipulado pelos professores que integram o projeto; produção de *mailing*; organização de programas de TV e rádio conforme disponibilidades dos laboratórios. À estagiária de Publicidade couberam: ações de relacionamento e difusão de informações em mídias sociais (twitter e facebook); execução de política de relacionamento com público externo mediante publicação da agência; melhorias visuais no *site* da Agência; organização de *mailing* para relações com a imprensa. Aos voluntários foi orientado que, a cada 15 dias, produzissem uma sugestão de pauta e um programa original na rádio. Dois programas despontaram e ganharam bastante espaço: *Programa 10* (TV), sobre cultura, que apresentou, semanalmente, artistas, produtores, diretores, especialistas para tratar de temas ligados à cena cultural de Brasília; *Esquina musical* (rádio), que apresentou, semanalmente, bandas e cantores locais que buscam espaço na cena cultural brasiliense. Além disso, veicularam-se jogos de futebol do campeonato brasileiro e de basquete do NBB, Semana da Comunicação do UniCEUB, eventos externos, como painel sobre eleições da ONG Contas Abertas e CBN. Manteve-se a preocupação com a produção de artigos sobre comunicação para o Observatório da Imprensa. O programa *Outro olhar*, de conteúdo colaborativo da EBC, veiculou quatro materiais produzidos por alunos do UniCEUB. O vídeo de Heron Andrade, *O andar debaixo de Brasília*, editado pela Agência, sobre pessoas que vivem embaixo das pontes da capital, foi vencedor do Festival Internacional de Curtíssimos, de Brasília. Além da manutenção dos programas, é necessária a busca contínua com outros projetos de extensão e eventos de ensino e pesquisa para que possam pautar ainda mais as produções.

PALAVRAS-CHAVE: reportagem; comunidade; vídeo; áudio.

UNICEUB - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
renata.carvalho@uniceub.br
redealfa@uniceub.br
Norma D' Albuquerque Augusto
norma.augusto@uniceub.br

O projeto institucional de extensão - *UniCEUB*: *alfabetização e letramento na EJA* propõe capacitar alfabetizadores selecionados entre acadêmicos da IES e integrantes da comunidade externa para atuar nos locais do Distrito Federal onde existir essa necessidade. A proposta visa discutir as ideias de Maria Montessori (1950), Piaget (1960), Paulo Freire (1965), Vygotsky (1980), Emília Ferreiro (1983), Ana Teberosky (1985), Esther Grossi (1990), que norteiam a base metodológica das atividades desenvolvidas durante as aulas, preparadas numa perspectiva dialética, com ênfase na troca de saberes e experiência e na construção das práticas pedagógicas das diferentes metodologias. A capacitação dos agentes alfabetizadores é organizada em 70 horas, distribuídas em 35 aulas, com 2 horas de duração. Os momentos presenciais incluem aulas teóricas, atividades práticas em grupo e individuais, oficinas para confecção de materiais, simulações de situações de sala de aula e dinâmicas de grupo interpessoais, intragrupais e intergrupais. O projeto enfatiza a preocupação do UniCEUB na formação integral do ser e no resgate de valores essenciais à vida humana para a construção de uma sociedade mais democrática. Portanto, a formação de agentes alfabetizadores insere-se como atividade da Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB, com o objetivo de participar, de maneira efetiva, do enfrentamento da questão da inclusão social, colaborando para alfabetizar a parcela da população que ainda não se beneficiou dessa conquista. Essa iniciativa representa esforço conjunto para a consecução dos quatro pilares da educação definidos na Conferência da UNESCO – Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (2001): *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser*. A capacitação dos alfabetizadores tem como princípio metodológico a construção coletiva de conhecimentos, a vivência e o planejamento das intervenções didáticas. Ao alfabetizador pressupõe o trabalho de organizar a instrumentalização teórica e prática, para assegurar os modos de articular o processo de ensino e aprendizagem e recriar a prática de ensino própria, de forma a torná-la reflexiva e crítica. O processo de avaliação da atuação do aluno alfabetizador será acompanhado por meio de encontros e visitações aos locais de trabalho ou de acordo com a necessidade dos alfabetizadores em horários a ser definidos.

PALAVRAS-CHAVE: capacitação; alfabetização; letramento**.**

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA

Karina Aragão Nobre Mendonça
karina.mendonca@uniceub.br
Maria Cláudia da Silva
maria.silva@uniceub.br

O nutricionista é responsável por contribuir para promover, preservar e recuperar a saúde do homem, ou seja, é um promotor de saúde nas diversas áreas de atuação. A alimentação saudável na infância é um dos aspectos trabalhados na educação nutricional, pois faz que a criança se torne um adulto saudável. Dado da última pesquisa de orçamento familiar, executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apresentou alto índice de obesidade infantil, o que reforça a necessidade de trabalhos que envolvam esse tema, pois a escola tem um papel importante na formação de opinião e hábitos entre as crianças. Outro aspecto são os hábitos de higiene pessoal para evitar doenças que provocam diarreias e infecções, como conjuntivites e gripes, e a higiene dos alimentos, a fim de evitar surtos de doenças. Segundo o Ministério da Saúde, o simples ato da lavagem das mãos diminui, de forma significativa, a transmissão de várias doenças. Assim, o projeto realizou atividades na Escola Classe 708 Norte, visando tratar da importância do hábito saudável. Houve a avaliação antropométrica e nutricional de 200 crianças, e 104(52%) foram classificadas como eutróficas, 32(16%), com sobrepeso, 29 (14,5%), com obesidade e 35(17,5%), com baixo peso. Os índices utilizados foram: peso por idade, peso por altura e IMC. Foram realizadas duas oficinas na escola para as crianças do turno matutino: uma sobre alimentação saudável e outra sobre higiene pessoal e dos alimentos. Foram realizadas duas oficinas para as crianças do turno vespertino, que ocorreram no Laboratório de Técnica Dietética do UniCEUB e consistiram no preparo de pratos saudáveis pelas crianças e na discussão sobre as características dos pratos que permitem classificá-los como saudáveis e os benefícios do consumo dos pratos para a saúde. Foram preparados hambúrgueres caseiros com carne com baixo teor de gordura, sanduíche com tomate, pão de queijo com iogurte desnatado e cenoura, panqueca com frutas e mel, salada de fruta e sucos de couve com limão e de melancia com poupa de morango. As crianças consomem os pratos e ficam surpresas, ao descobrir o que há em cada receita. Foram analisados com as merendeiras os aspectos de higiene no recebimento e no armazenamento de alimentos.

PALAVRAS-CHAVE: promoção da saúde; educação nutricional; ambiente escolar.

ANÁLISE E CRIATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PROBLEMA

Jocinez Nogueira Lima
jocinez.lima@uniceub.br
João Marcos Souza Costa
joao.marcos@uniceub.br

Oferece-se nova perspectiva quanto à integração dos conhecimentos basais nas áreas de matemática e física aplicadas à engenharia civil e quanto ao desenvolvimento da capacidade elaborativa e resolutiva de problemas específicos, utilizando-se de construtos teóricos, técnicas e ferramentas computacionais, proporcionando um diferencial na formação do aluno de Engenharia Civil.

PALAVRAS-CHAVE: análise; criatividade; resolução de problemas.

ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM BASEADO NO RISCO CARDIOVASCULAR

Henry Maia Peixoto
henry.peixoto@uniceub.br
Dayane Xavier de Barros
dayane.barros@uniceub.br

A doença cardiovascular é considerada mundialmente a principal causa de morte e de invalidez. Apesar da queda na proporção de mortes ocorridas por doença cardiovascular em países desenvolvidos, nas últimas décadas, as taxas têm crescido em países de baixa e média renda. O conhecimento da prevalência dos principais fatores de risco para doença cardiovascular e o reconhecimento da necessidade de implantação de medidas capazes de modificar tais fatores são essenciais para reduzir os efeitos deletérios sobre o sistema cardiovascular. Mediante o estudo de Framingham, identificaram-se os principais fatores de risco para a ocorrência das doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, níveis elevados de colesterol total e/ou reduzidos de HDL-colesterol, tabagismo, diabetes *mellitus* e idade. O escore de Framingham é, até os dias atuais, uma forma confiável, simples e de baixo custo de identificação de pacientes ambulatoriais em maior risco de doença cardiovascular, o que possibilita a introdução de rastreamento rigoroso e terapias agressivas como modo de prevenção de eventos coronarianos que possam acontecer nos próximos 10 anos. Para a realização das atividades de extensão em um centro de atendimento à comunidade, em uma instituição de ensino superior privada no Distrito Federal, foi utilizada a consulta de enfermagem para a execução das ações em saúde voltadas à avaliação do risco cardiovascular da população frequentadora. Durante o período de atividades do projeto, de fevereiro a junho de 2014, foi atendido o total de 23 pacientes, e 11 retornaram com os resultados de exames solicitados na primeira consulta. A maioria dos pacientes atendidos eram do sexo feminino, de faixa etária, entre 35 e 45 anos, casados, com ensino fundamental incompleto e realizavam atividade remunerada. Verificou-se que a maioria dos pacientes apresentou baixo risco cardiovascular embora tenham sido observadas alterações nas variáveis que descreveram o perfil lipídico, a glicemia e o tabagismo. Nesses casos, foi realizado um plano de ação em relação às necessidades apresentadas pelo cliente, sendo necessário o encaminhamento para avaliação de outros profissionais. Obteve-se grande aceitação pela população alvo, uma vez que, no momento da consulta de enfermagem, foi dada a oportunidade de os alunos praticarem os métodos de semiologia e semiotécnica. Houve o estreitamento da relação entre paciente e profissional, o que trouxe maior confiança aos alunos, pois as atividades de extensão são o primeiro contato deles com o cliente.

PALAVRAS-CHAVE: educação em saúde; risco cardiovascular; atividade de extensão.

ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS

Fernanda Costa Vinhaes de Lima
biomedicina@uniceub.br
Vanessa Carvalho Moreira
Vanessa.Moreira@uniceub.br

Oferece-se atendimento laboratorial a uma entidade de idosos carentes e aos funcionários terceirizados do UniCEUB. Foram realizados a coleta de material biológico, os exames laboratoriais e a liberação do laudo. Foram esclarecidas as providências de tratamento a ser tomadas por profissionais especializados. Os exames foram realizados em parceira com o Laboratório de Análises Clínicas do curso de Biomedicina do UniCEUB, que prestou treinamento de coleta aos alunos participantes. Além do benefício do atendimento, os exames ofertados gratuitamente solucionavam demandas não contempladas pela rede pública de saúde em tempo hábil. No primeiro semestre letivo de 2014, foram atendidos 30 funcionários terceirizados do UniCEUB e cerca de 40 idosos com idade entre 60 e 96 anos, do Lar São José, localizado em Sobradinho/DF, fundado em 1973, que faz parte das Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília (OASSAB). Os alunos do curso de Biomedicina participaram de todas as etapas do projeto, da coleta à liberação dos resultados, praticando o conhecimento teórico, aprimorando, assim, competências e habilidades. As atividades desenvolvidas contribuem, satisfatoriamente, à formação acadêmica do aluno, possibilitando a convivência comunitária e o incentivo à filantropia.

PALAVRAS-CHAVE: exames laboratoriais; idosos; ação comunitária.

CICLO DE PALESTRAS INSTITUCIONAIS

Neide Fonseca de Oliveira
nad@uniceub.br
Homero Barbosa Reis
homero@homeroreis.com

O projeto Ciclo de Palestras Institucionais é desenvolvido junto ao corpo discente e à comunidade interna dos *campi* do UniCEUB. *Educação transformadora* foi o tema de suporte no primeiro semestre de 2014, sustentado por uma abordagem motivacional, com o objetivo de levar os alunos participantes a uma reflexão sobre seu papel como coagentes construtores de um perfil profissional adequado ao momento mercadológico atual, juntamente com a universidade e a sociedade. A palestra discute os requerimentos do mercado atual quanto à educação do profissional, em termos tanto nacionais como internacionais. Esses requerimentos são: a adequada formação técnica; a agregação de diferenciais competitivos como domínio de idiomas, experiência internacional, atuação em projetos de responsabilidade social; a mentalidade empreendedora; a atitude para a educação continuada; o comportamento ético centrado em princípios. Apresentam-se os fundamentos técnicos para a educação transformadora mediante pesquisa feita com base na teoria construtivista de J. Piaget e nos princípios da psicologia social de Erick Ericksen, sugerindo-se que cada faixa etária tenha demandas e interesses específicos quanto ao processo educacional e que a formação profissional se torna mais adequada quando tais demandas e princípios são atendidos. A pesquisa fornece indicadores que os alunos podem usar, ao escolher o curso superior e avaliar as instituições. A palestra cita duas tríades do moderno processo de construção do conhecimento profissional. A primeira sustenta-se em três distinções: de identidade, que procura refletir sobre a pergunta "quem sou eu?"; de relacionamento, que indaga sobre como o indivíduo se relaciona; de tarefa, que analisa o que se faz e o que se quer fazer. A segunda tríade sustenta-se em outras três distinções: projeto, que procura refletir sobre a construção do futuro; capacidade técnica, que avalia o grau de competência, habilidade e atitude que se possui; governabilidade, que reflete sobre o grau de controle que se tem sobre o futuro, mediante a gestão da realidade. Conclui com o modelo do Observador, da Ação e do Resultado (MOAR), que possibilita perfeito entendimento dos cinco processos de gestão que cada pessoa pode utilizar para aperfeiçoar os processos educacionais aos quais se submete: gestão da realidade; gestão das possibilidades; gestão das ações e dos resultados; gestão da aprendizagem; gestão dos relacionamentos. Por fim, desafia os participantes a organizar planos de desenvolvimento individuais, levando-os a refletir sobre as coisas que querem manter em suas vidas, as que querem eliminar, as que querem modificar e as que querem acrescentar. A palestra encerra-se com a discussão sobre o papel da educação transformadora como geradora de possibilidades.

PALAVRAS-CHAVE: educação transformadora; profissionalismo; formação acadêmica; educação continuada**.**

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DO UNICEUB

Aline Albuquerque
aline.oliveira@uniceub.br
Camila Sales
bottarosales@gmail.com
Humberto Fernandes
humberto.moura@uniceub.br

A Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB tem três projetos: *Direito humano à saúde*, *Direitos humanos e justiça criminal* e *Direito humano à moradia*. O projeto *Direito humano à saúde* finalizou o conteúdo do *Manual de direitos humanos para médicos* e aprovou-o em duas instâncias fundamentais para a disseminação de ideias entre os profissionais de Medicina no Brasil: o Conselho Federal de Medicina e a Federação Nacional dos Médicos. Na Federação Nacional dos Médicos, o *Manual* foi apresentado em evento realizado na cidade de Salvador para mais de quarenta médicos de todas as regiões do Brasil. Realizou-se palestra aos estudantes de Medicina do UniCEUB com o propósito de divulgar o *Manual*. O projeto celebrou cooperação com o *Coletivo da Cidade*, com o objetivo de realizar capacitação em direitos humanos para os Conselheiros de Saúde da Região Administrativa Estrutural. O projeto *Direitos humanos e justiça criminal* buscou analisar e contribuir com o ensino de direitos humanos no âmbito das Academias de Polícia Civil e Militar do Distrito Federal, produziu nota técnica que avalia as informações constantes das páginas oficiais das Academias de Polícia do Distrito Federal e desenvolveu estudos, visando à elaboração de questionário aos professores das Academias de Polícia. O projeto *Direito humano à moradia* desenvolveu atividades na área de Sol Nascente, localizada em Ceilândia, Distrito Federal, iniciou o estudo do marco nacional sobre o tema, a fim de analisar se a realidade do Distrito Federal é compatível com os relatórios produzidos pela ONU, coletou as legislações federal e distrital sobre regularização da posse em área pública, analisou qual seria o mecanismo para aplicar-se na área pública do Sol Nascente, promoveu visita aos órgãos do Distrito Federal para descobrir como se dá o processo de regularização na Região Administrativa de Ceilândia, analisou se as legislações, tanto federal quanto distrital, obedecem às orientações da Relatoria da ONU sobre moradia adequada. Por fim, constata-se que, no âmbito dos projetos da Clínica de Direitos Humanos, houve o desenvolvimento de habilidades e competências em relação à leitura de artigos e livros nacionais e estrangeiros, de relatórios produzidos por organismos internacionais de *expertise* incontestável no campo dos direitos humanos e à condução de atividades docentes, como a de dinâmica com estudo de caso. Dessa forma, as atividades desenvolvidas pela Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB foram impactantes, pois alcançaram esferas distintas da sociedade, como Forças de Segurança Pública, moradores de localidade desprovida de acesso a direitos humanos básicos e médicos atuantes em todas as regiões do país. Ademais, as atividades da Clínica beneficiaram a formação do corpo discente do UniCEUB.

Palavras-chave: direitos humanos; saúde; justiça criminal; moradia.

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS – PROJETO *DIREITO HUMANO À SAÚDE*

Aline Albuquerque Sant'Anna de Oliveira
alineaoliveira@hotmail.com

O projeto Direito Humano à Saúde, integrante da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB, desenvolveu atividades no 1º semestre de 2014, com o objetivo de introduzir o referencial dos direitos humanos no campo da saúde, envolvendo a Medicina e a Saúde Pública. Especificamente, na esfera da Medicina, o projeto finalizou o conteúdo do *Manual de Direitos Humanos para m*édicos e aprovou-o em duas instancias fundamentais para a disseminação de ideias entre os profissionais de Medicina no Brasil: o Conselho Federal de Medicina e a Federação Nacional dos Médicos. No Conselho Federal de Medicina, o *Manual* foi apresentado ao seu presidente e aprovado em reunião plenária dos conselheiros. Na Federação Nacional dos Médicos, primeiramente, foi apresentado em reunião de sua Diretoria, realizada em Brasília. No segundo momento, foi apresentado em evento realizado na cidade de Salvador para mais de quarenta médicos de todas as regiões do Brasil. Houve um debate profícuo acerca do conteúdo, inclusive com sugestões de aprimoramento quanto a aspectos pontuais. Nessa linha, realizou-se palestra aos estudantes do segundo semestre do curso de Medicina do UniCEUB com o propósito de apresentar as principais linhas conceituais e operativas do *Manual*, e, na mesma ocasião, aproveitou-se a oportunidade para que os alunos participantes da Clínica realizassem dinâmica com os alunos de Medicina acerca de casos concretos em que havia situações de violação de direitos humanos em contextos médicos. Do ponto de vista da saúde pública, o projeto celebrou Termo de Cooperação com o *Coletivo da Cidade*, com o objetivo de realizar capacitação em direitos humanos para os conselheiros de Saúde da Cidade Estrutural. Os alunos visitaram o Conselho Nacional de Saúde, ocasião em que puderam ver *in loco* como um órgão colegiado de saúde desenvolve suas atividades. Com o propósito de contribuir para a formação dos alunos que irão participar do Curso de Capacitação em Direitos Humanos para Conselheiros de Saúde, houve a palestra do médico Marcio Forza, ex-diretor regional de Saúde da Tunísia e ex-médico da Organização Mundial de Saúde. Os alunos apresentaram seminários sobre o último relatório do relator das Nações Unidas para o Direito Humano à Saúde sobre Saúde e Conflitos Armados e acerca do documento produzido pela OMS sobre Saúde, Direitos Humanos e Estratégias de Redução da Pobreza. Assim, pode-se afirmar que os alunos foram introduzidos a temáticas de grande relevância na área dos direitos humanos e da saúde, tais como, a conexão entre os direitos humanos e os determinantes sociais da saúde, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais à capacidade de reflexão sobre os problemas atuais em saúde da sociedade brasileira. Além disso, houve o desenvolvimento de habilidades e competências em relação à leitura de textos em inglês, produzidos por organismos internacionais de *expertise* incontestável no campo da saúde e dos direitos humanos e à condução de atividades docentes, como a de dinâmica com estudo de caso. Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelo Projeto Direito Humano à Saúde foram impactantes na medida em que alcançaram médicos atuantes em todas as regiões do país e beneficiaram a formação do corpo discente do UniCEUB.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; saúde; medicina.

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS – DIREITO À MORADIA

Luciana Barbosa Musse
neac@uniceub.br
Camila Bottaro Sales
bottarosales@gmail.com

As atividades desenvolvidas pela Clínica de Direitos Humanos sobre direito à moradia avançaram no primeiro semestre de 2014, tendo como marco a área de Sol Nascente, localizada na cidade-satélite de Ceilândia, no Distrito Federal. O ponto de partida foi o trabalho desenvolvido no segundo semestre do ano de 2013, mediante estudo realizado pelos alunos do marco internacional sobre moradia adequada, sobretudo os trabalhos desenvolvidos pela Relatoria da ONU sobre direito à moradia. Assim, iniciou-se o estudo do marco nacional sobre o tema, a fim de analisar se a realidade brasileira é compatível com os relatórios produzidos pela ONU. Para isso, os alunos dividiram-se em 04 grupos. O primeiro coletou toda a legislação federal sobre regularização da posse em área pública. Foi discutida, sobretudo, a concessão de uso especial para fins de moradia, a legitimação de posse e a doação. O segundo fez um levantamento de toda legislação distrital sobre regularização da posse em área pública. Foi analisado qual o melhor mecanismo para aplicar-se na área pública de Sol Nascente. O terceiro foi aos órgãos do Distrito Federal, para descobrir como se dá o processo de regularização na cidade de Ceilândia. O quarto grupo analisou se as legislações, tanto federal quanto distrital, obedecem às orientações da Relatoria da ONU sobre moradia adequada. Ao final, todas as informações foram organizadas em *slides*.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; função social; posse.

CURSO A DISTÂNCIA DE NIVELAMENTO EM LINGUA PORTUGUESA – TEXTO: ANÁLISE LINGUÍSTICA E PRODUÇAÕ DE SENTIDO

Carlos Augusto de Souza
carlos.augusto@uniceub.br
Leonardo Humberto Soares
leonardo.soares@uniceub.br
Cátia Regina Braga Martins
catia.martins@uniceub.br
Luiza Hiroko Yamada Kuwae
luiza.Kuwae@uniceub.br

O curso de extensão Nivelamento em Língua Portuguesa – Texto: Análise Linguística e Produção de Sentido tem o objetivo de ampliar a competência linguística e o grau de letramento acadêmico de estudantes de graduação do UniCEUB para que sejam capazes de desempenhar atividades de leitura, escrita e oralidade nas práticas sociais relacionadas à atuação profissional. As habilidades que o curso visa despertar são: compreender a organização dos elementos linguísticos necessários à produção de textos diversificados; produzir textos orais e escritos de forma a demonstrar conhecimentos linguísticos necessários à construção da argumentação, da narração, da exposição, da descrição e da injunção; produzir textos com posicionamento crítico a respeito dos temas relacionados ao exercício da futura profissão; produzir textos coesos e coerentes de maneira que se selecionem, relacionem, organizem fatos e opiniões a fim de defender-se um ponto de vista. O conteúdo do curso é organizado em três eixos temáticos. No primeiro, são discutidos os níveis de compreensão leitora e as condições de produção do texto. No segundo, os alunos são apresentados a noções de linguística importantes para o melhor entendimento dos textos, como concepções de língua, linguagem e sociedade; semelhanças e diferenças entre língua escrita e língua falada; noções de gênero e tipo textual; coesão, coerência e análise de elementos linguísticos. Finalmente, no terceiro eixo, a atenção é voltada à reflexão sobre o ato de escrever. São discutidos o planejamento, as etapas de escrita, revisão e reescrita do texto e a adequação ao registro formal e informal. Os saberes adquiridos no curso são fundamentais para o desempenho acadêmico dos alunos e para a futura prática profissional.

PALAVRAS-CHAVE: texto; análise linguística; produção de sentido.

CURSO A DISTÂNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA: TÓPICOS GRAMATICAIS NA PRODUÇÃO TEXTUAL

Carlos Augusto de Souza
carlos.augusto@uniceub.br
Cátia Regina Braga Martins
catia.martins@uniceub.br
Leonardo Humberto Soares
leonardo.soares@uniceub.br
Luiza Hiroko Yamada Kuwae
luiza.Kuwae@uniceub.br

O curso de extensão Atualização em Língua Portuguesa: Tópicos Gramaticais na Produção Textual oferece aos estudantes do UniCEUB a possibilidade de discutir as características dos gêneros textuais sob a perspectiva sociointeracionista, mediante a reflexão gramatical norteada pelo propósito de fazer que se entenda o funcionamento dos mecanismos gramaticais em um contexto linguístico delimitado: o texto. Nesse sentido, as atividades voltam-se aos textos argumentativos requeridos no âmbito acadêmico. As habilidades a desenvolver são: compreender a organização dos elementos linguísticos necessários à produção de textos diversificados; elaborar textos orais e escritos; produzir textos com posicionamento crítico a respeito dos temas relacionados ao exercício da futura profissão; elaborar textos coesos e coerentes de maneira que se selecionem, relacionem, organizem fatos e opiniões, a fim de defender, refutar ou negociar um ponto de vista. O conteúdo é organizado em dois eixos temáticos. No primeiro, discutem-se aspectos gramaticais, como seleção vocabular, mecanismos de coesão sequencial e de coesão referencial, pontuação, sintaxe de regência, sintaxe de concordância, orações relativas e uso de pronomes relativos. No segundo, são discutidos temas referentes à produção textual e à interpretação de textos. Apresentam-se atividades de interpretação e compreensão leitora, análise linguística e produção textual, distribuídas em quatro modalidades de avaliação: exercícios de compreensão textual e gramatical, fóruns de discussão, produções textuais e avaliação final.

PALAVRAS--CHAVE: texto; gramática; argumentação.

CURSO DE FUNDAMENTOS EM RACIOCÍNIO LÓGICO A DISTÂNCIA

Carlos Augusto de Souza
carlos.augusto@uniceub.br
Leonardo Humberto Soares
leonardo.soares@uniceub.br
Deusdedith Alves Rocha Junior
desdedith.junior@uniceub.br

Oferece-se aos alunos a oportunidade de estudar os principais conceitos e fundamentos do raciocínio lógico em uma perspectiva reflexiva e aplicável ao cotidiano acadêmico, visando possibilitar a construção de estratégias para efetivar a aprendizagem, uma vez que as estruturas de conhecimento desenvolvidas atuam em consonância com todos os cursos e disciplinas da Instituição. Além do estudo do livro didático, foram realizados exercícios e fóruns de discussão no ambiente virtual para auxiliar a aprendizagem do conteúdo e o desenvolvimento das habilidades relacionadas ao raciocínio lógico.

PALAVRAS-CHAVE: fundamentos do raciocínio lógico; perspectiva reflexiva; estratégias.

CURSO DE NIVELAMENTO EM FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA A DISTÂNCIA

Carlos Augusto de Souza
carlos.augusto@uniceub.br
Leonardo Humberto Soares
leonardo.soares@uniceub.br
Luis Claudio Lopes de Araujo
luis.claudio@uniceub.br

O curso de Nivelamento em Fundamentos de Matemática a distância oferece aos alunos a oportunidade de rever conceitos importantes estudados em matemática de nível fundamental. Durante o desenvolvimento da disciplina, houve preocupação com a contextualização histórica dos conteúdos, a fim de permitir a percepção do desenvolvimento de conceitos e teorias. Com o advento de computadores, calculadoras e afins, ganham-se velocidade e precisão nos resultados, mas é importante conhecer como é a estrutura criada, quais as propriedades e suas implicações. Foram trabalhados conteúdos, como: operações com frações e números decimais, princípios aditivos e multiplicativos da igualdade, equações de 1º grau, porcentagem, expressões algébricas, valor numérico e operações. O curso contribui para a revisão de conceitos matemáticos e aprendizado de novos conteúdos. Foram realizados dois encontros presenciais, e as atividades foram desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem do UniCEUB.

PALAVRAS-CHAVE: matemática; contextualização histórica; conceitos e teorias.

CURSO FORMAÇÃO DE TUTORES – MODALIDADE A DISTÂNCIA

Carlos Augusto de Souza
carlos.augusto@uniceub.br
Leonardo Humberto Soares
leonardo.soares@uniceub.br

O curso de Formação de Tutores em EAD tem o objetivo de atender a demanda interna do UniCEUB nos diferentes níveis de ensino e aprendizagem e modalidades de ensino à distância e semipresencial, tratando das dimensões técnica, pedagógica e gerencial da tutoria. Nesse sentido, o curso foi oferecido gratuitamente aos professores e aos colaboradores interessados. A formação das turmas deu-se por critério de seleção organizada em três etapas: análise do perfil do solicitante, averiguação da habilidade escrita e averiguação dos conhecimentos de informática. A certificação no curso é condição obrigatória para o vínculo de tutores em qualquer um dos programas oferecidos pela EAD e poderá atender a demanda da comunidade interna (alunos) e externa (comunidade em geral) e os interessados em desenvolver as competências necessárias à atividade de tutoria em EAD. O curso teve carga horária de 30 horas e a duração de 2 meses, foi composto por 4 módulos e realizado à distância, com encontros presenciais de acolhimento e avaliação. O conteúdo programático foi organizado em módulos. O acompanhamento do participante ocorreu por meio tutorial *online*, *help-desk* e encontros presenciais. A equipe foi composta pelo coordenador, responsável pelas informações sobre objetivos, metodologia e situações pertinentes ao acompanhamento das atividades programadas; pelos tutores, responsáveis pela condução do ambiente virtual e pela orientação frente ao conteúdo proposto; pelo monitor, disponível para auxiliar as questões de uso da interface e o contato entre coordenação e participantes; pela equipe de suporte técnico, composta por analistas de sistemas e programadores responsáveis pela manutenção do ambiente virtual e pelo atendimento ao participante. Os encontros presenciais ocorreram em momentos pré-agendados, propiciaram momentos de integração entre participantes e tutores e atuaram como instrumentos de avaliação. O *help-desk* caracterizou-se pelo atendimento realizado por telefone, em horários e dias específicos e auxiliou os participantes na resolução de dúvidas sobre procedimentos técnicos, navegabilidade no AVA e aspectos administrativos. A tutoria *online* ocorreu na condução do curso, por meio da interação em fóruns, *chats*, *e-mail* e demais ferramentas midiáticas, além da gestão das avaliações, dos avisos individuais e coletivos e das mensagens motivacionais.

PALAVRAS-CHAVE: tutoria; educação a distância; docência.

DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO – DICCOP

Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br
Luciana Barbosa Musse
luciana.musse@uniceub.br
Pablo Malheiros da Cunha Frota
pablomalheiros07@gmail.com

O projeto Direito Civil Constitucional Prospectivo estima inserir os (as) estudantes de Direito às novas perspectivas e demandas de catadores e catadoras de materiais recicláveis do DF, estimulando a construção de conhecimento em perspectiva crítica, à luz da experiência constitucional, superando os limites da formação tradicional de bacharéis, na tentativa de formar juristas conscientes de seu papel transformador e comprometidos a promover a justiça social. Pretende-se envolver o tripé – ensino, pesquisa e extensão – no trabalho, desde 2012, com a comunidade de catadores e catadoras de materiais recicláveis do DF, cuja experiência e dilemas permitem uma cartografia dos problemas e das virtudes do Direito Civil, identificados na esfera das titularidades, do trânsito jurídico, das identidades e do projeto parental. O grupo realiza diálogo nacional e internacional com outros grupos de pesquisa de mesma natureza, participando, anualmente, das Agendas do Direito Civil Constitucional, que tiveram edições em 2012, em Porto Alegre, e em 2014, em Brasília. Articula-se com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais, a Defensoria Pública do Distrito Federal e outros grupos, a fim de garantir a materialização de direitos fundamentais dos catadores e das catadoras. A atuação é dividida em quatro frentes de trabalho: Frente 1 – Direito de Família (Estatutos); Frente 2 – Regularização Estatutária; Frente 3 – Relações Contratuais e Direito do Consumidor; Frente 4 – Fechamento do Lixão da Estrutural e Responsabilização do DF.

PALAVRAS-CHAVE: direito civil constitucional; educação popular; serviços públicos; catadores e catadoras de materiais recicláveis.

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA CRIMINAL: PROBLEMAS DA CONTEMPORANEIDADE – COMO ESTIMULAR A PRÁTICA SOCIAL DE RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS COM AS FINALIDADES DO DIREITO PENAL, ESPECIALMENTE O DISCURSO PUNITIVO?

Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br
Humberto Fernandes de Moura
humberto.moura@uniceub.br
humbertofernandesdemoura@hotmail.com

O Centro Universitário de Brasília instalou, no ano de 2013, a Clínica de Direitos Humanos, composta de duas linhas temáticas: Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Direitos Humanos e Justiça Criminal. Um dos principais objetivos é contribuir para melhora contínua das políticas públicas relacionadas à prática de direitos humanos. Assim, teve início o projeto de extensão: *Direitos humanos e justiça criminal: problemas da contemporaneidade – como conciliar a prática social de respeito aos direitos humanos com as finalidades de Direito Penal, especialmente o discurso punitivo?* A proposta gira em torno da análise do ensino dos Direitos Humanos. Assim, considerando-se que a Polícia Militar é importante ator no Sistema de Proteção dos Direitos Humanos, um dos objetivos da Clínica é expor, analisar e contribuir com o ensino de Direitos Humanos no âmbito das Academias de Polícia Civil e Militar do Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; ensino; academias de polícia.

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A CIDADANIA: EDUCAÇÃO E SAÚDE

Marcelo Guimarães Boia do Nascimento
marcelo.boia@uniceub.br
Arthur José Medeiros de Almeida
arthur.almeida@uniceub.br

O projeto de extensão Educação Física para a Cidadania: Educação e Saúde contribui, de maneira significativa, com todos os envolvidos, ou seja, instituição escolar, crianças, professores, gestores e estudantes do UniCEUB. As atividades colaboraram para o desenvolvimento e a participação dos educandos das turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, da Escola Classe 708 Norte. As ações foram planejadas, executadas e avaliadas pelos estudantes semanalmente, com a supervisão de um docente do curso de Educação Física do UniCEUB. Cerca de 200 crianças da Escola Classe praticaram jogos, danças, esportes e gincanas durante a manhã e a tarde. A programação, a seleção das turmas e os horários foram elaborados pelo professor supervisor e pelos 14 alunos do curso de Educação Física do UniCEUB, participantes do projeto, com o apoio da direção da escola atendida. As oficinas e as práticas favoreceram a vivência de experiências lúdicas com o movimento, por meio de intervenções pedagógicas, considerando-se os aspectos contextuais e sociais. Os conteúdos das atividades propostas aos alunos da Escola Classe têm como orientação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Neste sentido, observou-se que os estudantes do UniCEUB puderam relacionar a teoria desenvolvida nas disciplinas do curso de Educação Física com a prática profissional no âmbito escolar, ampliando sua formação. Em relação às crianças, notou-se grande envolvimento com as atividades, o que proporcionou seu desenvolvimento de forma integral e contribuiu para o exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: escola; educação física; cidadania.

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE

Simone Roballo
simone.roballo@uniceub.br
Magda Verçosa Carvalho Branco
magda.vercosa@uniceub.br
Marília Queiroz Dias Jácome
marilia.jacome@uniceub.br

A atividade de extensão representa a oportunidade pela qual a comunidade acadêmica se aproxima e troca seus saberes com a comunidade externa, permitindo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes sobre diferentes realidades sociais, principalmente as compostas por sujeitos que vivem em situação de pobreza e exclusão social. O Projeto Educação para Saúde – PES é desenvolvido pelo curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES, do Centro de Ensino Universitário de Brasília – UniCEUB, e tem como objetivo elaborar e implementar atividades de promoção de saúde e prevenção de problemas relativos a questões biopsicossociais do público-alvo, composto por adolescentes de diferentes instituições. O PES é ofertado aos alunos dos cursos de saúde e de educação a cada semestre. Os 20 (vinte) adolescentes com idade entre 12 e 16 anos originários de uma instituição de atendimento psicossocial, localizada em uma região administrativa do Distrito Federal foram os protagonistas do projeto. Realizaram-se ações de sensibilização, explorando os talentos tanto dos adolescentes quanto dos alunos extensionistas, além, de atividades sobre temas relativos às especificidades do desenvolvimento da adolescência, como o despertar para a vida futura, questões de gênero, manifestações da sexualidade, drogas e relacionamentos afetivos e sexuais. Os recursos usados envolveram diferentes instrumentos didáticos, entre eles, oficinas, debates, competições lúdicas e apresentação musical, incentivando a expressão artística e criativa dos envolvidos. As atividades foram de dois tipos, uma destinada à orientação teórica dos acadêmicos, desenvolvida pelas professoras responsáveis por meio de discussões de textos de apoio sobre os temas propostos para o semestre e o planejamento das atividades, e outra voltada às atividades práticas com os adolescentes, planejada e executada pelos estudantes extensionistas. A análise dos resultados obtidos revelou que o método de trabalho escolhido é adequado à clientela. Por meio dos instrumentos lúdicos, buscou-se facilitar a participação nas oficinas, e, nos em casos em que não atendessem as expectativas, o tema seria repetido por meio de novas ações. Pelo fato de o projeto ter participantes de todos os cursos, verificou-se o desenvolvimento de uma visão multidisciplinar, quiçá interdisciplinar, o que contribui para o enriquecimento pessoal e profissional, além do treino para o trabalho em equipe. Os alunos facilitadores relacionaram-se com os adolescentes de maneira profissional e afetiva, fato que contribuiu para maior entrosamento, e manifestaram o desejo de continuidade de participação no projeto. Relataram as necessidades de alteração de algumas oficinas e destacaram que o projeto estimula o exercício de seu papel de cidadãos e cidadãs, a responsabilidade social promovida pela inserção em diferentes realidades socioeconômicas, e principalmente, o papel profissional de educadores enquanto multiplicadores de ações de promoção de saúde e prevenção de problemas.

PALAVRAS-CHAVE: saúde e educação; adolescência; atividades de extensão.

ENGENHARIA PÚBLICA: TÉCNICA E SOLIDARIEDADE

Maruska Tatiana Nascimento da Silva
maruskanascimento@gmail.com
Jocinez Nogueira Lima
Jocinez.lima@uniceub.br

O conhecimento adquirido nos cursos de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo e Tecnologia das Construções deve ser aplicado a todos os tipos de clientes, proprietários de imóveis do pequeno ao grande porte, tendo em vista solucionar os problemas dos projetos com a melhor técnica e o menor custo possível. Porém, vale a pena investir mais recurso e obter o melhor produto. Nesse sentido, percebe-se a real necessidade de um trabalho humanizado, pois os profissionais têm de lidar com todas as classes sociais, dos operários aos clientes, por isso é fundamental a parceria de todos que fazem parte do empreendimento. O projeto de extensão denominado *Engenharia pública: técnica e solidariedade* tem como objetivo principal a inserção dos alunos de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo e áreas afins na construção e na reforma de edificações de pequeno porte em localidades precárias, principalmente no que diz respeito a saneamento e drenagem local. Para a implantação, fez-se necessária a reflexão de ações fundamentais, como a regularização fundiária, o projeto-embrião e o fomento financeiro. Além disso, propõem-se ações de campo nas quais, por meio de chamado específico ou iniciativa própria da equipe em igreja, administrações de bairros e afins, sejam realizadas vistorias em localidades que necessitem de relatório técnico para a solução de problemas. Assim, a engenharia solidária tem agregado valor técnico e humanitário aos profissionais e aos alunos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: técnica; solidariedade; humanização.

FISIOTERAPIA DO TRABALHO

Valeria Sovat Freitas Costa
Valéria.costa@uniceub.br
Enilda Marta Carneiro de Lima Mello
enilda.mello@uniceub.br

Diante da variedade de aspectos envolvidos na compreensão sobre as LER/DORT, faz-se necessário destacar a atenção voltada a este assunto há alguns anos, no Brasil e no mundo. Com a complexidade dos fatores envolvidos na geração deste fenômeno, a sociedade procura saída e adaptações de toda parte que incidem por múltiplos ramos de atividade e do conhecimento. A ação pela compreensão aprofundada sobre as queixas dos trabalhadores e suas consequências, anteriormente, era foco da atenção apenas de profissionais da segurança e da saúde do trabalho. No decorrer da evolução histórica, passa a ser uma inquietação, também, de sindicatos, empresas, governos, ONG, pesquisadores, associações de trabalhadores lesados, Poder Judiciário, entre outros. Em nosso país, a síndrome que advém de origem ocupacional está composta de afecções que alcançam os membros superiores, a região escapular e o pescoço e foi reconhecida pelo Ministério da Previdência Social como Lesões por Esforços Repetitivos (LER), pela Norma Técnica de Avaliação de Incapacidade (1991). Em 1997, passou-se a utilizar a expressão Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Por sua vez, a Ginástica Laboral (GL) é uma prática desenvolvida na empresa que consiste em exercícios específicos realizados no próprio local de trabalho. A necessidade de concentração e atenção do trabalhador para realizar suas atividades e a pressão imposta pela organização do trabalho são fatores que interferem, significativamente, na ocorrência da síndrome. Na década de 1990, houve um crescimento acelerado dos casos no Brasil; o que, antes, parecia uma síndrome isolada, causada pela susceptibilidade do trabalhador exposto a riscos, transformou-se numa epidemia. Esse crescimento pode ser atribuído ao processo de reestruturação produtiva, que trouxe a precarização do trabalho, e ao reconhecimento social da LER, que se deu pela criação da Norma Técnica em 1991. As LER/DORT têm origem multifatorial, e a forma diagnóstica é imprecisa e dificulta o processo de associação entre o adoecimento e o histórico profissional do trabalhador que apresenta os sintomas. Isso aumenta a complexidade dos casos, as crenças e o comportamento do doente sobre a dor, a incapacidade e o resultado do tratamento. A GL é importante na prevenção dos distúrbios ocupacionais, na minimização dos acidentes de trabalho e do absenteísmo, no avanço da operosidade, na redução dos gastos com auxílio médico e, consequentemente, no maior retorno financeiro para as empresas.

PALAVRAS-CHAVE: fisioterapia; ginástica laboral; ergonomia.

GASTRONOMIA E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Janaina S. Bispo e Karina Aragão
janaina.bispo@uniceub.br
karina.mendonça@uniceub.br

Alimentação e nutrição são fatores importantes na promoção e na manutenção da saúde. O crescimento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis no mundo é causado, em grande parte, por fatores modificáveis, como os hábitos alimentares. A crescente importância e a divulgação da relação entre saúde e obesidade têm contribuído para a conscientização dos consumidores com relação à qualidade da alimentação. Consequentemente, os fabricantes de alimentos oferecem produtos alternativos com características especiais. Aos alimentos considerados saborosos atribui-se alto valor calórico. Comumente, a frase "tudo que é bom engorda" é utilizada por indivíduos com excesso de peso, que atribuem a preparações gastronômicas a culpa pelo peso acima na balança. A modificação dos hábitos alimentares constitui apenas uma das ferramentas no combate ao excesso de peso e à obesidade. Desenvolver receitas com reduzido teor calórico é um desafio para gastrônomos e nutricionistas, que, muitas vezes, não recebem capacitação suficiente para isso. O objetivo do projeto de extensão é preparar receitas modificadas das tradicionais que resultem em melhora do valor nutritivo, como redução do valor calórico e aumento do teor de fibra alimentar. Foram elaboradas 28 receitas, sendo 14 tradicionais e 14 modificadas para melhora do valor nutritivo. A aceitabilidade foi avaliada por meio de teste afetivo informal, no qual os provadores atribuíram notas de 1 a 9 às receitas modificadas após avaliação visual e degustação. Foi estimado o valor nutritivo por meio do cálculo da composição das preparações, utilizando-se tabelas de composição de alimentos. Em seguida, comparou-se o valor nutritivo das receitas, e foi redigida uma cartilha com as preparações, seu valor nutritivo, foto e forma de preparo. Todas as preparações foram consideradas aceitas, com notas superior a 6 na avaliação visual e sensorial global. Foi possível reduzir de 15% a 40% do valor calórico das receitas e de 5% a 30% dos teores médios de carboidratos e lipídios. Em algumas preparações, houve aumento de até 20% no teor de fibras alimentares. Conclui-se que é possível introduzir modificações em preparações consideradas muito calóricas, sem afetar sua aceitabilidade, aliando o prazer de comer à alimentação saudável.

PALAVRAS-CHAVE: alimentação saudável; receitas; gastronomia.

GESTÃO AMBIENTAL DO UNICEUB

Carlos Alberto da Cruz Júnior
carlos.junior@uniceub.br
Andrea Marilza Libano
andrea.libano@uniceub.br

O projeto de extensão em Gestão Ambiental abrange 10 programas com atividades de educação ambiental e capacitação continuada, monitoramento de ações e levantamento de informações ambientais relativas aos programas de Gestão Ambiental do UniCEUB, além de auxílio à implementação de infraestrutura para coleta seletiva e destinação correta de resíduos. Como atividade de educação ambiental, o projeto realizou, no segundo semestre de 2013, duas oficinas de reaproveitamento de óleo residual de uso culinário para a produção de sabão e detergente, uma destinada a funcionários da limpeza e outra a alunos da instituição, destacando a importância da destinação correta desse resíduo para redução de impactos sobre recursos hídricos e custos de tratamento da água. Desenvolveu-se uma atividade de coleta seletiva na gincana SISPAT-2013, visando contribuir para a identificação dos diferentes tipos de resíduos recicláveis pelos participantes e sensibilizar acerca da importância da destinação correta. Foi realizada a segunda *blitz* ambiental "Bituca *blitz*" com distribuição de porta-bitucas e informações acerca de dados do cigarro para o usuário e do resíduo ao ambiente, resultando em um aumento de 30% no volume coletado no *campus*. Duas palestras foram realizadas, uma no Dia da Responsabilidade Social, acerca de resíduos sólidos, com apresentação do programa de gerenciamento do UniCEUB, e uma no XI Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão, com o balanço ambiental desde o estabelecimento da Política Ambiental do UniCEUB. Foram desenvolvidas três atividades de capacitação continuada, duas para funcionários terceirizados da limpeza e uma para os funcionários dos setores. A equipe do projeto fez a distribuição de coletores de copos e de papel nos setores e a colocação de coletores seletivos em salas de aula, em caráter experimental. No primeiro semestre de 2014, houve a capacitação de todos os funcionários que atuam nos estacionamentos para controle de derramamento de óleo veicular e de emissão de fumaça negra. Houve duas oficinas e uma palestra acerca de produção de papel de bitucas de cigarro. Foi iniciado o programa de controle de animais sinantrópicos com remoção de ninhos e limpeza de áreas ocupadas por pombos e distribuição e fixação de materiais educativos para sensibilização da comunidade acerca de danos à saúde e ao patrimônio. A divulgação das ações é feita em eventos institucionais, como recepção aos novos alunos, incluindo do PRONATEC, entrega do prêmio Mérito Acadêmico do UniCEUB, e tem gerado interesse por parte da mídia, com matérias sobre os programas de gestão do UniCEUB, em diferentes meios de comunicação. As atividades da extensão envolvem pesquisa para nortear novas ações. A equipe realiza experimentos para a compostagem de resíduos orgânicos gerados no *campus*, a fim de propor o melhor modelo para o gerenciamento desse resíduo na instituição. Conforme a demanda institucional e as propostas da Comissão de Gestão Ambiental do UniCEUB, o projeto constitui um espaço de atividade prática aos estagiários e de promoção de educação e capacitação continuada à comunidade do *campus*. No segundo semestre de 2013 e no primeiro de 2014, o projeto atendeu 29 estagiários, sendo um deles de pós-graduação, capacitou 95 funcionários do serviço de limpeza, 15 de proteção patrimonial e 35 dos setores da instituição; abordou, diretamente, 300 pessoas no *campus,* em *blitz* ambiental, 520 em palestras e mais de 2000 nos eventos institucionais e em salas de aula; gerou quatro trabalhos de monografia defendidos, um projeto de iniciação científica em andamento e possibilitou o desenvolvimento de um projeto socioeducativo de licenciatura. Foi atingida a marca de 42 toneladas de resíduos destinados corretamente em 20 meses e 100% dos resíduos eletrônicos e de serviço de saúde; 10700 lâmpadas fluorescentes foram descontaminadas, e 2000 bolsas, feitas com reaproveitamento de lonas, foram distribuídas. A continuidade é importante para contribuir com a formação acadêmica do corpo discente, a capacitação dos funcionários da instituição, a disseminação de informações ambientais, a sensibilização acerca da responsabilidade socioambiental individual e coletiva e a melhor qualidade ambiental no UniCEUB.

PALAVRAS-CHAVE: plano de gerenciamento ambiental; educação; resíduos sólidos.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: PROJETOS E PRÁTICAS

Luciano Henrique Duque
luciano.duque@uniceub.br

A importância da eletricidade no cotidiano é inquestionável, pois está presente em todos os setores da cadeia produtiva e é fundamental para o desenvolvimento do país. Ela ilumina os lares, movimenta os eletrodomésticos, permite o funcionamento dos aparelhos eletrônico, aquece o banho e alimenta as indústrias. Por outro lado, a eletricidade, quando mal empregada, oferece perigos, como os choques, que podem ser fatais, e os curtos-circuitos, que podem causar incêndios. A melhor forma de conviver em harmonia com a eletricidade é conhecê-la, tirando-lhe o maior proveito, desfrutando de todo seu conforto com máxima segurança. Nesse contexto, é importante introduzir os conceitos e as normas relativas a projetos e segurança nas instalações elétricas residenciais. O curso tem por objetivo apresentar ao aluno os efeitos da corrente elétrica no homem e em animais, as características de projetos de instalações elétricas residenciais, capacitando-o a analisar plantas e especificações de instalações elétricas e elaborar projetos simples, envolvendo dimensionamento de quadros de distribuição, cabos, eletrodutos e dispositivos de proteção. Além disso, proporciona uma visão prática das conexões elétricas de tomadas, interruptores e disjuntores e medição e análise de energia.

PALAVRAS-CHAVE: energia; corrente elétrica; choque elétrico.

LIONS CLUBE DE BRASÍLIA UNIVERSITÁRIO - UNICEUB

Adilson de Lizio
adilson.lizio@uniceub.br

O Lions Universitário visa atender às necessidades da comunidade acadêmica em nível mundial. No Brasil, não é diferente, pois há vários Lions Universitários em instituições de ensino superior, o que demonstra a responsabilidade social. Os Lions Clubes Universitários realizam projetos e atividades, para atender a comunidade universitária, dando aos associados o poder de efetuar mudanças, propiciando experiências e oportunidade de desenvolver habilidades de liderança útil, disseminando a cultura do voluntariado, modificando a realidade local, incentivando a união dos estudantes com os demais integrantes das faculdades. Ao entrar para o Lions, o cidadão passa a integrar uma rede global de prestação de serviços. Então, ao mesmo tempo em que realizam serviços comunitários locais, o companheiro(a) Leão e os alunos(as) envolvidos(as) contribuem com os esforços voluntários do Lions ao redor do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: voluntariado; responsabilidade social; prestação de serviços.

NÚCLEO DE ESPORTES E ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

Daniel Vasconcelos Veloso
daniel.veloso@uniceub.br

O Núcleo de Esportes do UniCEUB atende à comunidade acadêmica, visando democratizar o acesso ao esporte no *campus*, por meio de práticas e eventos esportivos. No 1º semestre de 2014, o Núcleo de Esportes ofertou as seguintes modalidades: futebol, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, natação, clube da corrida, jiu-jítsu e ai-ki-do. Além disso, organizou a Calourada Esportiva 1º/2014 e a VIII Copa UniCEUB de Futebol Society. O Núcleo de Esportes vincula-se diretamente à Diretoria Acadêmica e atua com excelência de atendimento e organização. As atividades rotineiras atendem aos anseios dos praticantes e têm propostas de treinamento vinculadas aos aspectos técnicos, táticos, físicos e pedagógicos de cada modalidade, fazendo que o aluno do UniCEUB, mesmo sem a ambição de ser atleta, tenha a oportunidade de realizar treinamento com excelência em atendimento, tornando o esporte um vínculo dele com a instituição e com outros alunos, desenvolvendo, concomitantemente, possibilidades de resultados para sua saúde física e mental. As atividades são ofertadas em diversos horários, nos períodos matutino, vespertino e noturno. As modalidades atendem, em média, 100 alunos por dia, do total de 450 praticantes ativos nas 9 modalidades. De acordo com a política institucional do esporte, realizou-se a Calourada Esportiva 1º/2014 no dia 22 de março. O evento, no 11º semestre consecutivo, tem o intuito de apresentar as instalações esportivas do *campus* aos novos alunos, incentivando, dessa maneira, a prática de esportes na instituição. A atividade teve a participação de mais de 300 alunos, de 15 diferentes cursos, dos 3 turnos, de ambos os *campi*. A VIII Copa UniCEUB de Futebol Society, realizada anualmente desde 2007, ocorreu em maio e junho de 2014, com a inscrição gratuita para todos os membros do ambiente acadêmico, sendo solicitada a doação de 2kg de alimento por participante, o que gerou mais de uma tonelada destinada à creche Promovida, de São Sebastião, e ao Lar dos Velhinhos, de Sobradinho. O evento aproveitou-se do ambiente criado pela realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol no Brasil e organizou as atividades, replicando os jogos, ofertando a todas as equipes, uniformes de cada seleção participante do mundial.

PALAVRAS-CHAVE: esporte; esporte universitário; lazer.



NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA

Ana Regina Melo Salviano
ana.salviano@uniceub.br;
niva@uniceub.br

O projeto institucional de extensão e integração comunitária denominado Núcleo de Integração à Vida Acadêmica foi criado em 18 de julho de 2005. Tem como objetivo geral possibilitar a transformação de práticas para construção de uma política de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais de desenvolvimento que apresentam necessidades educacionais especiais e que estejam matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação do UniCEUB. O atendimento pedagógico prestado a esta clientela tem como proposta de atuação a metodologia de projetos, em que há a possibilidade de articulação dos saberes escolares com os saberes sociais. São realizadas as seguintes ações: atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais de desenvolvimento; acompanhamento das adaptações arquitetônicas realizadas no *campus para a* acessibilidade dos alunos com deficiência física e múltipla; oferecimento de acompanhamento de intérpretes aos alunos surdos; acompanhamento individualizado de ledores aos alunos cegos ou com baixa visão; oferecimento de atendimento e orientações aos professores destes alunos; novas metodologias para o ensino de surdos semioralizados que não dominam LIBRAS; materiais sensoriais didáticos para alunos cegos e surdos.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, necessidades educacionais especiais, ensino superior.

PROJETO DE EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA *ATLETAS DO FUTURO*

Marcio de Paula e Oliveira
marcio.oliveira@uniceub.br

Considerando-se o número crescente de praticantes esportes do Distrito Federal que almejam tornar-se futuros atletas olímpicos e as perspectivas de Brasília, sede de eventos esportivos, e levando-se em conta a precariedade que essa população encontra no seu dia a dia, o Projeto de Assistência Fisioterapêutica "Atletas do Futuro" têm por objetivo disponibilizar opção de acompanhamento fisioterapêutico curativo e preventivo especializado aos atletas competitivos que sofram intercorrências tráumato-ortopédicas que impeçam ou dificultem suas atividades diárias, treinamento e/ou participação em competições, ou que almejam melhorar a performance e não possuam estrutura adequada nem condições de arcar com despesas do acompanhamento. No primeiro semestre de 2014, foram realizados 901 atendimentos a 90 atletas por 30 alunos em 55 dias de atendimento. A maior parte eram lutadores (50%), seguidos por jogadores de futebol/futevôlei (15,3%), handebol (7,7%), corrida (7,7%), triathlon (7,7%) e outras modalidades, como basquete, *beach tennis* e voleibol. A média de idade foi de 30,7± 12,24 anos, e a divisão por gênero foi 61,5% masculino e 38,5% feminino. O número médio de atendimentos por atleta foi 10,7±4,6 de modo geral, 14,3±2,7 quando operados e 8,8±4,3 quando não operados. A principal região lesionada foi o joelho (65,3%). Como atividades extras, citam-se: fevereiro - Cascade Course, do Programa FIFA 11 pela Saúde, Fan Page no Facebook; março: concorrência nos prêmios Peter Muranuy e PNGE; abril: reunião científica - *A realidade dos atletas de combate*; Iron Man 70.3; competições em Anápolis e Goiânia, com o time de basquete universitário do UniCEUB; maio: curso FIFA 11+ em Manaus; gravação do vídeo institucional; visita técnica do ex-jogador da seleção brasileira Roberto Carmo; concorrência no prêmio Top Educacional; junho: competição na cidade de Brusque, com o time de basquete universitário do UniCEUB; palestra com o professor Diogo Netto, da CBF; apresentação do Programa de Prevenção de Lesões em MMSS aos alunos de pós-graduação da UNIFOA; participação em mesa-redonda sobre multidisciplinaridade no esporte, durante o III CONFINES; aulão do Programa FIFA 11+ no Parque da Cidade; filmagem com a equipe da FIFA no Programa FIFA 11+ com os Meninos da Vila. Foram premiados(as) os(as) alunos(as): Simone Alves - frequência; Renato da Silva Straehl, Glauciene Ferreira, Andrêssa Girotto e Jéssika Balduino - destaque; Bárbara Pocceschi, Bruna Carla Torres, Thiessa Lourenço e Isac Aguiar - capacidade técnica; Shayenne Gonçalves - envolvimento científico; Isabella Rezende - melhor aluna. Os resultados obtidos com a realização do projeto permitem confirmar que se trata de um modelo efetivo de assistência à saúde dessa população, além de proporcionar desenvolvimento técnico e científico aos alunos e aos professores participantes.

PALAVRAS-CHAVE: fisioterapia esportiva; prevenção de lesões; assistência à saúde.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS ACADÊMICAS – PIFLA

Prof° Msc. Marcelo Gagliardi
marcelo.gagliardi@uniceub.br
Profa. Msc. Erika de Farias Lisboa
erika.lisboa@uniceub.br
Profa. Msc. Érika Costa Vieira Gagliardi
erika.gagliardi@uniceub.br

Acredita-se que a troca de experiências e as relações entre alunos e professores podem influenciar, de maneira positiva, o conhecimento, a construção de vínculo com o curso e, consequentemente, a diminuição da evasão dos alunos do primeiro semestre. Sendo assim, este projeto tem o intuito de promover uma relação de troca entre os alunos recém-chegados e os que estão nos últimos semestres e estabelecer a comunicação e a transferência de informações. Por meio do apadrinhamento, propõe-se promover conversas sobre problemas e identificar soluções sobre o mercado de trabalho e a situação de um jovem administrador recém-formado. Para o aluno novo, é uma oportunidade de ser acolhido por um experiente e, para este, é a oportunidade de passar seus conhecimentos e colaborar, de modo efetivo, com o desempenho do colega de curso. Desta forma, o objetivo do projeto consiste em contribuir para a conexão dos alunos e estabelecer uma relação colaborativa, a fim de gerar uma atividade que proporcione a troca de experiências, a discussão de assuntos curriculares e o apoio a dificuldades durante o curso. A estratégia adotada implica a participação de um aluno, denominado padrinho, responsável por três apadrinhados, para acompanhá-los no âmbito institucional, acadêmico e pessoal. Os resultados obtidos ao final do projeto do primeiro semestre de 2014 consistiram, para os alunos padrinhos, no desenvolvimento de habilidades técnicas, tais como, conhecimento da instituição e de ferramentas para a inserção no mercado, habilidades comportamentais e interpessoais, além de 25 horas complementares para cada padrinho com, no mínimo, três apadrinhados e que participaram do projeto até o final do semestre. Para os alunos apadrinhados, houve um ganho significativo no tocante à construção de *networking* com os alunos de semestres adiantados e à maior facilidade de obter conhecimento sobre a instituição de ensino, mediante as experiências dos demais alunos. Por último, para o curso de Administração, um dos fatores que se leva em consideração é a prevenção da evasão de alunos iniciantes que ocorre após 30 dias de ingresso na instituição ou ao final do semestre.

PALAVRAS-CHAVE: ambientação; apadrinhamento; evasão escolar.

PROJETO DIREITO INTEGRAL – PRODI

Luciana Barbosa Musse
luciana.musse@uniceub.br
Paulo Roberto Thompson Flores
paulo.flores@uniceub.br
Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br

O Projeto Direito Integral (PRODI), de extensão acadêmica, propõe, por meio de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, formação diferenciada a alunos de Direito. Caracteriza-se por ser uma estratégia adicional, complementar e paralela à graduação, que visa tanto ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de competências necessárias ao profissional das diversas carreiras jurídicas quanto ao aprofundamento em temas jurídicos relevantes, atuais e polêmicos e que, preferencialmente, não sejam analisados nas disciplinas da graduação. Cada um dos quatro módulos do PRODI tem duração de um semestre e abrange as seguintes atividades: monitoria presencial, reflexão estruturante e docência temática. Um dos grandes diferenciais do projeto é o desenvolvimento do raciocínio crítico-reflexivo, que capacita o aluno a resolver problemas sociais e políticos complexos, levados ao campo jurídico. Privilegia-se a interdisciplinaridade e a aplicação de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Os alunos mantêm contato com palestrantes de diferentes linhas doutrinárias e de diversas instituições jurídicas e acadêmicas, que são convidados a expor e debater um tema. Os participantes do PRODI têm-se destacado na realização de pesquisas acadêmicas e em estágios pela capacidade de tomar decisões, razão pela qual têm sido requisitados.

PALAVRAS-CHAVE: educação jurídica; metodologias ativas de ensino-aprendizagem; tomada de decisões.

PROJETO RESGATE – UNICEUB

Deusdedith Alves Rocha Junior
deusdedith.junior@uniceub.br

O Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) é um órgão de investigação do Estado português, vinculado ao Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), que zela pelo arquivamento e pela conservação de documentos que tratam da história colonial portuguesa, envolvendo a Ásia, a África e a América, entre os séculos XVI e XX. A documentação referente ao Brasil foi digitalizada no final do século XX, mediante convênio entre os dois governos, encontrando-se disponível para consulta por CD, nos principais centros de pesquisa brasileiros. A Biblioteca Reitor João Herculino, do UniCEUB, possui esse material, doado pelo Ministério da Cultura, e pretende ampliar o acesso aos documentos do AHU, fomentando a pesquisa mediante a dinamização do sistema de buscas, a seleção e a publicação de documentos interessantes e a capacitação de alunos para a leitura paleográfica, com a parceria do curso de História. Assim os objetivos deste projeto são: promover o acesso e a pesquisa ao acervo de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) por intermédio da Biblioteca do UniCEUB; capacitar alunos na Oficina de Paleografia; selecionar, organizar, comentar e publicar documentos em caderno do Repositório da Biblioteca; fomentar a organização de grupos de estudos e pesquisas com documentos do AHU em monografias, PIC, PIBIC e outras pesquisas acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: paleografia; Arquivo Histórico Ultramarino; história.

PROJETO VICAJ – VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM

Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br
Luciana Barbosa Musse
luciana.musse@uniceub.br
Selma L. N. Sauerbronn de Souza
selma.souza@uniceub.br
Betina Günther Silva
betina.silva@uniceub.br

O Projeto VICAJ resultou de uma parceria com o CNI/SESI, que teve como objetivo geral o atendimento a adolescentes e jovens *vítimas da violência sexual* e suas respectivas famílias em busca da promoção da inclusão social, com atenção para as vertentes: educação, profissionalização, aspecto psicossocial e assistência jurídica. O VICAJ encontra-se no marco do Observatório de Direito e Políticas Públicas-NEAC/FAJS; seguindo a tipologia da Política Institucional de Extensão, insere-se na linha programática "Direitos de Grupos Sociais" e enquadra-se no eixo Infância, Adolescência e Juventude. Ao longo do 1° semestre de 2014, envolveu diretamente 97 pessoas, apresentando os seguintes produtos: aplicação de questionários a 05(cinco) Conselhos Tutelares do Distrito Federal, no intuito de continuar o levantamento iniciado no 2º semestre de 2013, para identificar as dificuldades enfrentadas por esses órgãos na operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no campo da proteção infanto-juvenil; realização de oficina voltada aos adolescentes vitimizados do projeto VIRA VIDA sobre a temática *Direito à liberdade e suas vertentes*. As atividades desenvolvidas possibilitaram fortalecer as parcerias e permitiram maior contato dos alunos extensionistas com as diferentes realidades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: violência sexual; adolescentes; jovens.

PROSPECÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Gagliardi
marcelo.gagliardi@uniceub.br
administração@uniceub.br
Marcelo Antonio Lisboa Cordeiro
Marcelo.lisboa@uniceub.br
cordeiromarcelo@yahoo.com.br

O projeto de extensão *Prospecção de Tecnologias de Informaç*ão e Comunicação (TIC), iniciado no 2º semestre de 2012, representa iniciativa do curso de Administração para impulsionar o uso de modernos recursos em proveito do aprimoramento dos processos pedagógicos. Dedica-se a investigar as tecnologias que possam ser aplicadas em sala de aula, apresentando experiências positivas a todos os cursos vinculados à FATECS. No 2º semestre de 2013, o Projeto concentrou-se em três frentes de trabalho: comunicação oral das experiências do TIC no XI Congresso de Pesquisa e Extensão do UniCEUB; avaliação, junto a professores e alunos da disciplina Jogos Empresariais, do *software* Coliseum; visita técnica ao Colégio Marista de Brasília, para identificar as experiências com o uso da tecnologia na educação. No 1° semestre de 2014, o TIC ampliou a prospecção de novas tecnologias, atendendo a demanda da Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB, que solicitou a institucionalização do projeto. Para tanto, foram desenvolvidas as frentes de trabalho: capacitação de professores para aprimoramento do uso da tecnologia em sala de aula; experimentação e avaliação do simulador de empresas SDE em disciplina do curso de Administração; análise da pesquisa *Recursos didáticos na captação e na retenção de alunos no ensino superior*.

PALAVRAS-CHAVE: jogos de empresa; tecnologias da informação; tecnologia da comunicação; emprego pedagógico.

PROTEÇÃO À MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – PROVID

Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br
Luciana Barbosa Musse
luciana.musse@uniceub.br
Laura Frade Rodrigues
laurafrade4@yahoo.com.br
Camila de Magalhães Gomes
camila.gomes@uniceub.br

O projeto Proteção à Mulher contra a Violência Doméstica - PROVID completou dois anos no final de 2013 e caminha para o terceiro ano do convênio firmado com o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Segurança Pública. Isso representa um desafio. O foco do trabalho é teórico, voltado à produção de artigos e notas técnicas que traduzem o que a teoria e a prática foram capazes de conjugar a respeito da violência doméstica. O PROVID mostra que pesquisa, extensão e ensino formam o tripé da verdadeira produção científica e ensina aos alunos, aos professores e aos parceiros como a realidade tem a oferecer para a formação profissional e humana.

PALAVRAS-CHAVE: PROVID; violência doméstica; mulher.

REVISÃO DE PROCEDIMENTOS DE EXPERIMENTOS (PE) DE FÍSICA III

Abiezer Amarilia Fernandes
abiezer.fernandes@uniceub.br
Ingrid Maria Dittert
ingrid.dittert@uniceub.br

Os conjuntos de procedimentos práticos para realização das aulas experimentais de física adquiridos pela Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS passaram por revisões e ajustes de formatação para inclusão no sistema do LABOCIEN. Novos materiais e equipamentos foram incluídos nas práticas experimentais, a fim de dar complemento e englobar um número maior de conceitos em mesma aula prática. Os procedimentos foram adquiridos com o intuito de contribuir com a aquisição do conhecimento e relacioná-lo ao conteúdo obtido na aula teórica, permitindo ao aluno maior contato com o assunto. Os experimentos foram testados e, após a elaboração de um Procedimento de Experimentos (PE), foram colocados em prática aos alunos do quarto semestre na disciplina de Física III Eletromagnetismo. A descrição dos experimentos de forma clara e objetiva permite ao aluno entender melhor e com facilidade o que será realizado na aula prática. A relação completa dos materiais a ser utilizados também se torna importante uma vez que contribui para auxiliar o corpo técnico, responsável pela organização da aula prática e pela distribuição dos materiais nas bancadas do laboratório. Por esta razão, o projeto visou revisar e aprimorar os procedimentos experimentais de modo a fornecer as informações necessárias para melhor funcionamento da aula prática de laboratório, facilitando a comunicação entre o corpo técnico, o corpo docente e os alunos. O objetivo do projeto foi realizar a revisão de Procedimentos de Experimentos (PE) utilizados na prática de laboratório correspondente à disciplina Física III e propor novos procedimentos que pudessem englobar o assunto visto em sala de maneira correlata. Com o novo sistema do LABOCIEN em vigor, os procedimentos experimentais tiveram de ser ajustados para seu cadastramento. Isso garantiu melhor comunicação entre a equipe técnica e o docente quanto à disposição dos materiais nas bancadas visto que ambos tinham o mesmo material.

PALAVRAS-CHAVE: procedimentos experimentais; Física III; eletromagnetismo.



SAÚDE MENTAL : SUBJETIVAÇÃO, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE

PRISME: PROJETO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE MENTAL

Simone Roballo
coord.psicologia@uniceub.br
Tania Inessa Martins de Resende
tania.resende@uniceub.br
Edinei Abreu
ednei.abreu@uniceub.br
Arthur Almeida
arthur.almeida@uniceub.br
Laura Frade
laura.rodrigues@uniceub

O presente projeto, embasado em uma compreensão da saúde mental como campo de atuação multiprofissional, propõe a realização de atividades práticas e conjuntas em instituições de saúde mental que permitam o desenvolvimento, por parte dos alunos dos cursos de Psicologia, Comunicação Social, Direito, Enfermagem e Educação Física, de um pensamento crítico-reflexivo sobre o campo da saúde mental, pela atuação interdisciplinar. Mediante atividades práticas e psicossociais que propiciem entrar em contato com o sujeito em sofrimento, pessoas com transtornos mentais, produzem-se novos sentidos, articulando a saúde mental com os processos de subjetivação na contemporaneidade, nas dimensões de saúde, qualidade de vida, inclusão social e direitos humanos. O projeto visa atender as necessidades de reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento psíquico grave e as demandas das instituições de saúde mental, contribuindo para a construção de práticas substitutivas em saúde mental no Distrito Federal. Dessa forma, articula-se com o objetivo maior da política nacional de saúde mental do Ministério da Saúde, a saber, a inclusão social. Assim, os alunos de diferentes cursos do UniCEUB desenvolvem o trabalho interdisciplinar, guiado pela seguinte reflexão: como meu campo de saber específico, em articulação com outros saberes, pode contribuir para a reabilitação psicossocial de pessoas com sofrimento psíquico grave, ajudando-as em sua efetiva reinserção social? Por meio de atividades práticas na comunidade, busca-se desenvolver habilidades específicas nos alunos, preparando-os para realizar estágio na área de saúde mental. Nesse sentido, mediante o vínculo com as pessoas em sofrimento psíquico, os alunos têm-se destacado no esforço de construir espaços de interlocução e diálogo com o objetivo de construir práticas emancipadoras com ênfase na cidadania e na ética. A proposta do grupo interdisciplinar é realizar ações que permitam repensar práticas e atitudes e definir estratégias que afirmam a condição de cada participante como integrante do processo de respeito e de valorização da dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: saúde mental; cidadania; interdisciplinaridade.

UNICON - NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Leonardo Roscoe Bessa
leoroscoe@globo.com

O UNICON é um projeto de extensão do UniCEUB, constituído pela parceria com o Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON, que objetiva oferecer ensinamentos e informações sobre as relações de consumo em paralelo com atividades que possam resultar em benefício imediato para a comunidade. No primeiro semestre de 2014, após a abordagem teórica sobre direito do consumidor e a atividade de incorporação imobiliária, realizou-se, por meio de 116 entrevistas, levantamento de dados para análise e estudo do conhecimento do consumidor brasileiro sobre aspectos relacionados à educação financeira. Elaborou-se relatório final com gráficos e análise preliminar do conteúdo da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: educação financeira; consumidor; pesquisa empírica; entrevistas.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NOS CASOS DE AUTOANISTIA: DISPARIDADES CONCEITUAIS ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Ana Carolina de Sousa e Silva
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Direito
anacsousas@gmail.com

O processo de internacionalização do Direito oferece formas complexas de interação e de diálogo entre a jurisprudência dos diversos países e a das cortes internacionais, especialmente no que tange às questões de direitos humanos. No contexto da América Latina, essa interação ocorre, principalmente, no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos. O controle de convencionalidade realizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos é o principal instrumento responsável pela uniformização do entendimento jurídico acerca de questões de direitos humanos perante os países-membros da Organização dos Estados Americanos que aceitaram a competência contenciosa da Corte. O presente trabalho analisa, primeiramente, como esse instrumento foi responsável pela fixação do entendimento da Corte Interamericana acerca da inadequação das leis de autoanistia em relação à Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Em segundo momento, a pesquisa confrontou a jurisprudência consolidada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos com a decisão proferida por maioria na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, meses antes da condenação do país no caso *Gomes Lund y otros (Guerrilha do Araguaia) versus Brasil*. Essa análise evidenciou que a Corte e o Supremo divergem, essencialmente, na definição do conceito de autoanistia, o que deu ensejo à disparidade na aplicação de outros conceitos, como crimes conexos, crimes políticos e crimes contra a humanidade. Essa disparidade entre os tribunais reflete duas soluções jurídicas distintas e, consequentemente, duas fundamentações diversas para as decisões que revelam como foram aplicados os conceitos semanticamente abertos. A análise dos conceitos abertos e da disparidade conceitual entre as decisões estudadas pressupõe, portanto, a possibilidade de apreciação crítica das decisões judiciais à luz, principalmente, da teoria da linguagem de Richard Hare.

Palavras-chave: controle de convencionalidade; autoanistia; hermenêutica.

A EMERGÊNCIA DO PROFESSOR ENQUANTO SUJEITO EM RELAÇÃO AO ENSINO REPRODUTIVO DA ESCOLA

UniCEUB – FACES – Curso de Psicologia
Profa. Dra. Luciana de Oliveira Campolina
Email: campolina.luciana@gmail.com
Ana Carolina Maia Soares – bolsista
Email: acarolmaias@gmail.com

A presente pesquisa insere-se no campo da psicologia escolar e busca relacionar o importante papel desempenhado pelo professor na escola às formas de ensino reprodutivo que predominam em instituições educativas. Com aportes da teoria histórico-cultural, que compreende o ser humano como constituído historicamente e capaz de gerar transformações no contexto, e fundamentada na teoria da subjetividade de González Rey, a pesquisa tem como objetivo caracterizar o professor na sua condição de sujeito ativo, intencional, capaz de criar espaços de mudança e novas práticas em relação ao ensino reprodutivo. Tais práticas são valorosas, porque têm o potencial de impactar, positivamente, a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos e propiciar mudanças favoráveis na escola. Baseada na epistemologia qualitativa, na qual o estudo da singularidade é uma via legítima de produção teórica, a pesquisa investiga os elementos da subjetividade individual do professor implicadas ao ensino reprodutivo. Para tanto, foi realizada uma investigação com dois professores que apresentam características inovadoras no seu trabalho pedagógico e atuam em escolas públicas de ensino fundamental do Distrito Federal. Para a construção das informações, foram utilizados elementos específicos, como dinâmicas conversacionais, instrumento escrito e observação sistemática das práticas inovadoras em sala de aula. A partir do processo construtivo-interpretativo, foi possível produzir indicadores sobre o trabalho pedagógico e a subjetividade individual dos professores. Desse modo, buscou-se caracterizar a produção subjetiva do sujeito que se envolve no espaço social da escola. No conjunto articulado de indicadores, evidenciaram-se importantes aspectos da subjetividade individual de cada participante, relacionados à docência, ao ensino e à necessidade de valorização e reconhecimento pessoal e profissional. Mediante as construções interpretativas, reconheceu-se que a expressão da condição de sujeito não é absoluta e não pode ser compreendida pela expressão discursiva, pois é recursivamente produzida pela história pessoal e profissional singular que se vê afetada pela questão institucional da escola. A dinâmica de produção de sentidos dos professores sobre o ensino e sua dimensão reprodutiva implica produzir reflexões sobre o contexto interativo da sala de aula e da escola, resultando em nova produção de sentidos subjetivos que podem confrontar-se e modificar parte do ensino reprodutivo predominante nas escolas.

Palavras-chave: sujeito; subjetividade; ensino reprodutivo.

A SUBJETIVIDADE NA ATUAÇÃO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PRIMEIRA DIMENSÃO NO CASO ARTAVIA VS. COSTA RICA

Ana Carolina Oliveira
Direito - UniCEUB - PIBIC/CNPq
carolinacoelho.oliveira@gmail.com

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) é indicado como ambiente de debates e proteção dos direitos humanos, mas, apesar da natureza de organização regional, trabalha com diferentes realidades político-sociais e culturais. Desse modo, o objeto deste estudo será a verificação de um tratamento que leve em consideração a realidade subjetiva do Estado mediante o caso Artavia Murillo e outros vs. Costa Rica, que trata de um direito de primeira geração, especificamente o direito à vida, analisado desde o momento da concepção do embrião, o qual observa o grau de subjetividade da atuação do SIDH e os efeitos da decisão para a proteção do direito à vida relativos aos fatos que motivaram o caso. Para isso, devem-se observar os principais conceitos operacionais utilizados pela Corte Interamericana e pela Comissão Interamericana para a proteção de tal direito. Em seguida, será analisada a efetividade da decisão da Corte sob três enfoques fundamentais: a efetividade individual, o pagamento das indenizações; a efetividade pontual social, o cumprimento de obrigações sociais; a efetividade jurídico-social, a punição dos culpados, a mudança da legislação e/ou a formulação de políticas públicas. Com base em tais ponderações, busca-se analisar se o SIDH deve atuar de modo diferenciado, em função das realidades dos Estados ou se tal atuação seria um obstáculo à efetividade deste direito, ou seja, deve-se considerar a realidade nacional como elemento necessário à proteção do direito à vida. Posto isto, questiona-se se o Sistema Interamericano deve estabelecer uma jurisprudência uniforme ou proteger tal direito de maneira relativa. Neste caso, deve ser considerado que, por tratar-se de um direito universal e indisponível, a Corte não possuiria uma margem discricionária de atuação de modo a incluir critérios subjetivos, tais como, economia, cultura, política ou sistema jurídico interno, na procura da efetivação de um direito tão importante como a vida.

Palavras-chave: direitos humanos; direito à vida; efetividade; caso Artavia.

A RELAÇÃO ENTRE A RELIGIÃO E A ATITUDE QUANTO AOS HOMOSSEXUAIS: UMA PESQUISA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Ana Carolina Silveira Simões (Bolsista) – Psicologia, UniCEUB
carolina.tisc@gmail.com
João Mendes Gomes Brasil de Holanda (Voluntário) – Psicologia, UniCEUB
joaogholanda@gmail.com
Fabiana Queiroga (Orientadora) – Psicologia, UniCEUB
fabiana.queiroga@uniceub.br

A escola excede sua função de formação acadêmica e representa um bem constitucional, o qual deve ser resguardado e conservado por todos, além de ser um reflexo imediato da sociedade, demarcando sua heterogeneidade e diversidade. No combate à homofobia, as escolas exercem um papel crucial como aliadas ou opositoras, transmitindo conhecimento ou perpetuando e reproduzindo padrões e normas sociais, crenças e valores e legitimando relações de poder e hierarquia. Em um levantamento de dados dos livros didáticos utilizados em disciplinas de Ensino Religioso, identificou-se preferência pelas religiões cristãs e passagens discriminatórias a grupos minoritários, como o LGBT. Socialmente, espera-se que um macho apresente comportamentos masculinos, assim como a fêmea, comportamentos femininos, ambos tendo a heterossexualidade como referência normal. Quando um indivíduo rompe esse paradigma, é hostilizado e vítima de homofobia. A presente pesquisa situa-se na investigação da relação entre a religião e a atitude quanto aos homossexuais, com alunos do ensino médio. Aplicaram-se em uma escola pública de ensino médio de Brasília questionários com vinte e quatro afirmações relativas à homofobia nos quais os participantes deveriam marcar seu grau de concordância em uma escala *likert*. Participaram da pesquisa 90 alunos, 34 do sexo masculino e 56 do sexo feminino, com idades entre 15 e 20 anos, em que 51 dos entrevistados cursaram Ensino Religioso, e os demais, 39, não. A maioria dos alunos eram católicos, seguidos pelos protestantes. Ao considerar o sexo, puderam-se constatar os alunos do sexo masculino com maior média de preconceito do que as alunas do sexo feminino. O fato de o(a) aluno(a) ter cursado Ensino Religioso não exemplificou média significativa na presença de preconceito. O debate sobre a diversidade sexual é escasso, por isso a dificuldade do acesso às escolas no decorrer da pesquisa reflete a omissão dos gestores sobre o assunto. Medidas públicas e esforços acadêmicos no combate à homofobia com atuação conjunta de alunos, educadores e gestores tornam-se fundamentais.

Palavras-chave: educação; homofobia; religião.

AVALIAÇÃO CITOGENÉTICA DE PACIENTES COM LEUCEMIA MIELÓIDE CRÔNICA EM USO DE INIBIDORES DE TIROSINO CINASE

Aluna bolsista: Ana Clara Nogueira Brathwaite - PIC/UniCEUB
Orientadora: Profª. Drª. Fernanda Costa Vinhaes de Lima
FACES - Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde
Curso: Biomedicina
Contatos: anaclarabrath@gmail.com
fernanda.lima@uniceub.br

A Leucemia Mielóide Crônica (LMC) é um câncer do tecido hematopoiético, no qual células imaturas permanecem com a capacidade de diferenciação. É uma neoplasia originada da translocação entre os cromossomos 22 e 9, criando o cromossomo Philadélfia (Ph), que forma o gene híbrido BCR-ABL. A incidência da LMC na maioria dos países ocidentais é cerca de 1,5 por 100 000 habitantes por ano, sendo ligeiramente mais frequente em homens que em mulheres (1,4 a 2,2:1) e rara em crianças. Desenvolve-se normalmente em três fases: fase crônica, fase acelerada e crise blástica. O tratamento da patologia pode ser realizado mediante o uso de inibidores de tirosino cinase (TKI), sendo eficaz quando há simultânea resposta molecular completa, resposta hematológica completa e resposta citogenética completa. A terapia, alvo do estudo, age sobre a proteína modificada, provocando apoptose das células alteradas. No Brasil, são empregados na prática clínica TKI de primeira geração, o mesilato de imatinib e, de segunda geração, o dasatinib e o nilotinib. Estudos recentes têm como alvo os TKI de terceira geração, que teriam menos efeitos colaterais quando comparados aos usados na prática clínica. Exemplos disso seriam o bosutinib, aprovado pela FDA desde setembro de 2012, o ponatinib e o rebastinib, em fase de estudo pré-clínico. A presente pesquisa tem por objetivo avaliar a ação terapêutica do TKI de primeira e segunda geração por meio da análise de prontuários de pacientes do Hospital de Base do Distrito Federal que fizeram uso de um ou mais medicamentos no período de novembro de 2011 a janeiro de 2014, totalizando 49 prontuários. Para isso, procedeu-se uma análise estatística dos dados coletados com base no teste T de comparação de médias. Após a coleta de informações pessoais e clínicas, constatou-se que a mediana de idade dos pacientes foi de 52 anos. Desses, 87,75% (n=43) fizeram uso, em algum momento, do mesilato de imatinibe; 42,86% (n=21) utilizaram-se do dasatinibe; 20,41% (n=10) tomaram nilotinibe. A mudança de protocolo de tratamento deve-se à tolerância e à resistência de cada paciente às drogas anteriormente utilizadas. Por meio da análise de leucócitos e plaquetas antes e após o tratamento, constatou-se a eficácia do mesilato de imatinib. Para os demais medicamentos, dasatinib e nilotinib, a análise não pôde ser confirmatória, pois existe a necessidade de ampliação da amostra para a obtenção de resultado estatisticamente significativo.

Palavras-chave: BCR-ABL; cromossomo Philadelphia; translocação.

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

André Fortes Chaves (bolsista)
andreforteschaves@gmail.com
Igor Studart dos Santos (voluntário)
igor.studart@gmail.com
Prof. Dr. Gustavo Ferreira Ribeiro – Orientador
Centro Universitário de Brasília – Direito

O presente trabalho analisa o instituto da Reserva do Possível, criado pelo Tribunal Constitucional Federal alemão no intuito de adstringir o que se pode exigir do Estado aos limites da razoabilidade, no tocante à sua aplicação pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, nos julgados de 2000 a 2013. Objetiva-se, no contexto de Estado pretensamente social, a verificação da existência e do eventual peso dos argumentos econômicos nas decisões de questões concernentes à alocação e à escassez de recursos, mormente quando se trata de efetivação de normas programáticas, ou seja, as que determinam programas constitucionais a ser cumpridos, a fim de materializar direitos sociais. No propósito, portanto, de apurar padrões argumentativos em casos de similaridade temática, as decisões são examinadas consoante agrupamentos realizados em razão do conteúdo dos direitos demandados, como educação, saúde, indenização em função de responsabilização do Estado por superlotação de presídios e pedido de intervenção federal decorrente de não pagamento de precatórios de natureza alimentícia. Observando a sistematização da conjuntura estudada, avaliam-se possíveis inexatidões e incoerências quanto à aplicação do instituto ante a hipótese de insuficiência técnica de abordagens meramente dogmáticas. Em sequência, por meio do contraste quanto à construção que se tem feito a respeito do conceito no âmbito teórico e prático, são apresentadas, em sede de conclusões, breves reflexões, a fim de promover o avanço na discussão do instituto.

Palavras-chave: reserva do possível; direitos sociais; economia.

ESTUDO DE METODOLOGIA PARA INTERPRETAÇÃO DE ENSAIOS DE INTEGRIDADE PILE INTEGRITY TEST – PIT

Arthur Teixeira Costa - bolsista
arthurtcosta92@gmail.com
Neusa Maria Bezerra Mota - professora orientadora
neusa.mota@uniceub.br

Em se tratando das etapas estruturais em construções, a fundação é uma das que recebe maior importância. Diversas obras utilizam a estaca hélice contínua, e mais de vinte empresas atuam na execução do Ensaio de Integridade - PIT no país, que se trata de ensaio não destrutivo em estacas, conhecido como de baixa deformação e que permite avaliar seu comprimento e sua integridade, tornando o ensaio confiável e de baixo custo. À medida que se propaga, a onda sofre reflexões em seu trajeto, que podem ser provocadas por variações nas características do material da estaca, pela presença de atrito lateral ou resistência de ponta ou pela ponta da estaca. Podem surgir defeitos identificados como falhas de concretagem, trincas, rupturas, além de variações seccionais no fuste. Em território brasileiro, ainda não existem normas técnicas quanto à execução deste tipo de ensaio, tendo-se como referência a norma americana ASTM (Amercican Society for Testing and Materials) D5882. Isso cria um desconforto no que tange a padronização da execução do ensaio e a análise dos resultados, que pode não ser totalmente conclusiva por limitação da metodologia. Assim, este estudo visa, de forma sistemática e objetiva, apresentar nova metodologia de interpretação dos resultados mediante a quantidade significativa de repetições, tendo como campo de aplicação as obras localizadas em Brasília, no entorno do Distrito Federal e no estado do Goiás.

Palavras-chave: ensaio de integridade; estacas; defeitos.

DIREITO DE PATENTES SOBRE SEQUENCIAMENTO GENÉTICO HUMANO – A MUDANÇA DE PARADIGMA CAUSADA PELA DISCUSSÃO DA PATENTE SOBRE SEQUENCIAMENTO GENÉTICO DOS GENES BRCA1 E BRCA2

Bianca Barbosa da Conceição Pires
UniCEUB. Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais. Direito. biancabcpires@gmail.com. Bolsista

O presente trabalho visa examinar as decisões proferidas nos EUA, sobre as patentes do gene BRCA 1 e 2 e compreender os possíveis impactos no campo das patentes relacionadas ao material genético humano. Essa decisão é de grande importância para a concessão das patentes sobre o organismo humano, pois fez surgir novo paradigma sobre os critérios utilizados para a concessão da patente. A seção 35 U.S. C § 101, da Lei de Patentes dos EUA, serve como base para determinar o que se pode patentear e os critérios que devem ser analisados para concessão da patente, como a utilidade e a novidade. Entretanto, foram criadas, jurisprudencialmente e legislativamente, exceções referentes à regra do § 101, de objetos que não podem ser patenteados, como as leis da natureza e os fenômenos naturais. A Myriad Genetics, Inc. depositou o pedido de patente referente à descoberta da localização dos genes BRCA1 e BRCA2, importantes para detectar a pré-disposição de a pessoa desenvolver, ao longo da vida, câncer de mama e de ovário se apresentar mutações nesses genes. O caso Myriad tem como principal discussão se a patente recai sobre algo novo e útil ou se se refere apenas a um fenômeno natural. Um dos direitos assegurados pelas patentes é a exclusividade para isolar esses genes, tendo, portanto, a Myriad, o monopólio no mercado dos testes diagnósticos para o câncer de mama e ovário. Após longa trajetória no Judiciário, recebendo auxílio de *amicus curiae* e pressão popular, a Suprema Corte Americana estabeleceu que o gene isolado não pode ser patenteado sobre o entendimento do 35 U.S.C § 101. A revisão sobre as reivindicações da patente da Myriad foi importante passo para o Direito da Propriedade Intelectual, reforçando o entendimento de que materiais em seu estado natural não podem ser patenteados, não sendo possível pedir a concessão a genes humanos e materiais biológicos que não preencham os critérios de novidade e utilidade.

Palavras-chave: patente de genes humanos; caso Myriad; novo paradigma.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PESQUISA EM JORNALISMO AMBIENTAL

Bruna Santana Pimentel Goularte – bolsista do PIC
brunagoularte@gmail.com
UniCEUB – FATECS – Comunicação Social – Jornalismo
Professora-orientadora: Mônica Igreja do Prado
pradoigrejamonica@gmail.com

Este estudo tem por objetivo conhecer o estado da arte da pesquisa em jornalismo ambiental sobre mudanças climáticas no Brasil e compreende duas dimensões. A primeira analisa artigos apresentados em eventos científicos brasileiros de Comunicação de entidades de classe e/ou acadêmicas, como a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). A segunda dimensão diz respeito às dissertações de mestrado e às teses de doutorado de universidades brasileiras que tratem de mudanças climáticas. Foram analisadas as bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, da CAPES, da Universidade de Brasília, da Universidade de São Paulo, da PUC do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Santa Maria, da UniCAMP e da Universidade Federal de Rio Grande. O corte temporal da pesquisa vai desde o ano de 1992, quando ocorreu a Rio-92, até 2013, o ano de desenvolvimento do projeto selecionado no edital 2013 do Programa de Iniciação Científica do UniCEUB. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, que, no período entre 1992 e 2013, é possível apontar o baixo valor-notícia dado ao tema em favor da atenção concentrada nas coberturas de eventos extremos. Também é possível apontar o posicionamento crítico de artigos, dissertações e teses em relação ao modo descontextualizado de como a cobertura de eventos extremos é realizada com predominância do aspecto factual e pouca atenção às causas e aos efeitos. Por um lado, as inundações e as enchentes ocorridas entre 2008 e 2011, em regiões e cidades do Brasil, ajudaram a cunhar a tipologia *jornalismo de catástrofe* e, por outro, a desvincular essas ocorrências do mundo do jornalismo ambiental, especializado e interdisciplinar, que observa a interligação de elementos numa sociedade complexa.

Palavras-chave: mudanças climáticas; jornalismo de catástrofe; revisão bibliográfica.

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA MEIA ELÁSTICA DE COMPRESSÃO NA PERFORMANCE EM CICLISTAS POR MEIO DA ELETROMIOGRAFIA, DA ERGOESPIROMETRIA E DO LACTATO SANGUÍNEO

Camilla Toledo Osanai Lima, aluna bolsista PIC, UniCEUB, FACES – Educação Física
Márcio Rabelo Mota, professor doutor da FACES, UniCEUB
marciomota@gmail.com

Um dos esportes mais conhecidos e praticados internacionalmente é o ciclismo, que oferece grande derivação de modalidades, como o *montain bike* (ciclismo *offroad*) e o *time-trial* (provas de asfalto, curtas e em altíssima intensidade), além das já tradicionais provas de longa distância. É crescente o uso de roupas de compressão em atletas amadores e profissionais que visam melhorar o desempenho. O objetivo deste estudo é analisar se há melhora de *performance* e diminuição de gasto energético durante um teste contrarrelógio em ciclistas, com a utilização de meias de compressão. A amostra foi composta por 20 indivíduos do sexo masculino (n=20) com faixa etária entre 18 e 30 anos, fisicamente ativos, praticantes de atividades físicas por, pelo menos, 5 horas por semana. Os voluntários foram divididos em dois grupos e submetidos a testes de ergoespirometria, eletromiografia e a amostras de lactato sanguíneo.

Palavras-chave: performance; eletromiografia; lactato sanguíneo.

"QUEM ENTENDE DE FEIRA É FEIRANTE": A FEIRA DE ARTESANATO DA TORRE DE TV DE BRASÍLIA ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Carla Conceição Barreto - voluntária
correiodacarla@gmail.com,
Jade Ferreira de Sousa - bolsista
jadefsousa@gmail.com
Juliana Leal Alvim - voluntária
alvimjuju@gmail.com
Leandro Santos Bulhões de Jesus - coordenador
leandro.jesus@uniceub.br
UniCEUB, FATECS, Arquitetura e Urbanismo, PIC

De acordo com informações da Secretaria de Turismo do GDF, a Torre de TV de Brasília, localizada no centro da cidade, é um dos monumentos mais procurados na capital federal, com média de mil visitantes por dia. Inaugurada em 1967, a partir da década de setenta, passou a ser o local onde artesãos se reuniam para comercializar roupas, bijuterias, alimentos, móveis, quadros, esculturas, entre outras atividades. O espaço transformou-se num dos principais referenciais de sociabilidade da capital. Ideias de reforma e/ou transposição da Feira da Torre têm sido discutidas, tendo em vista o histórico que Brasília possui de remanejamentos do comércio informal para locais periféricos, em função do fenômeno da *monumentalização* atrelado à obsessiva higienização dos espaços, fundamentada na ideia de tombamento da cidade como patrimônio cultural da humanidade. O aniversário de 50 anos de Brasília e as expectativas para a Copa do Mundo de 2014, no entanto, foram cruciais para levar adiante as propostas de intervenção no espaço. Visitas à Feira da Torre, entrevistas com os feirantes, aplicação de questionários e análise de matérias de jornais que circularam em Brasília, entre 2008 e 2013 indicam que as transformações engendradas envolveram diferentes interesses dos artesãos e dos agentes públicos, destacando os conflitos inerentes às apropriações possíveis dos espaços da cidade. Em maio de 2011, a Feira foi reinaugurada em outro local próximo à Torre. O objetivo geral desta pesquisa é compreender os diferentes mecanismos e agentes de gestão do território, dando ênfase, sobretudo, aos limites, aos desafios e às possibilidades dos artesãos em fazer parte do processo de intervenção da transferência da Feira. A composição, a configuração e a distribuição do espaço urbano perpassam, portanto, por movimentos de enquadramentos e resistências entre os agentes envolvidos. O espaço em processo de domesticação torna-se palco para as contradições e a emergência do novo, abrigando a coexistência de tempos e usos, de propriedades e apropriações, o que evidencia o argumento utilizado por um dos presidentes da Associação dos Feirantes, para quem "é o feirante que entende de feira".

Palavras-chave: feira de artesanato; artesãos; agentes públicos.

IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DA DIABETES *MELLITUS* TIPO I EM JOVENS ADULTOS

Carolina Ferreira Rabelo - bolsista
carolina.frabelo@gmail.com
Sergio Henrique de Souza Alves
sergiohenrique.alves@gmail.com
UniCEUB, FACES, Psicologia

A diabetes *mellitus* (DM) tornou-se um dos principais problemas de saúde no Brasil, acometendo, principalmente, crianças e adolescentes. O tratamento envolve a realização de dieta, exercícios e aplicação de insulina. A doença exige cuidados e responsabilidade que, às vezes, os jovens adultos ainda não estão maduros suficientes ou dispostos a assumir, para levar uma vida mais saudável. O objetivo desta pesquisa é estudar o impacto que o diagnóstico da diabetes *mellitus* tipo I causou a cinco jovens adultos com idades entre 22 e 27 anos, de classe média, residentes em Brasília, que descobriram a DM tipo I na infância ou na adolescência. As informações foram obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, que investigaram o cotidiano de cada um deles. Depois, foi realizada uma análise de conteúdo que resultou na criação de três categorias e subcategorias: convívio social (familiar, amigos, profissional e acadêmico), emocional/psicológico e novos hábitos (alimentação, uso da insulina e adesão à atividade física). Com base nisso, observa-se que os participantes se adaptaram e acostumaram à doença, conscientizando-se da necessidade dos cuidados e dos novos hábitos para uma vida saudável. O impacto do diagnóstico de DM tipo I em jovens adultos depende de aspectos, como: idade na qual o diagnóstico foi descoberto; comportamento da família do jovem com o diagnóstico referente à alimentação, ao apoio psicológico e emocional; hábitos adquiridos em relação à realização de atividades físicas e à alimentação.

Palavras-chave: diabetes *mellitus*; jovens adultos; impacto.

OS MATERIAIS ADEQUADOS AO CONFORTO AMBIENTAL NO RESIDENCIAL JARDIM MANGUEIRAL

Professor Orientador: Leonardo Oliveira
Bolsista: Carolina Radica
UniCEUB – FATECS – Arquitetura e Urbanismo

O presente estudo realiza crítica ao projeto de arquitetura e complementares no que tange ao conforto ambiental do Setor Habitacional Jardins Mangueiral da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB. Trata-se de uma área residencial em desenvolvimento, localizada em São Sebastião. Para isso, foi feito um estudo histórico e um estudo sobre o conforto ambiental. O primeiro refere-se aos antecedentes locais de habitações populares no Distrito Federal, à descrição do projeto Jardins Mangueiral e à análise do espaço público. O segundo diz respeito à avaliação quanto ao desempenho ambiental da unidade, especificadamente nos aspectos de radiação, luminosidade e ventilação. Assim, foi enfocada a quadra 13, da qual foram geradas cartas solares e rosa dos ventos para três tipologias de edifícios: os apartamentos de 2 quartos, o conjunto de duas casas geminadas de três quartos e o conjunto de seis casas geminadas de dois quartos. Foram observadas as fachadas principais e a existência ou não de obstruções por prédios vizinhos. Em suma, é perceptível que a viabilidade econômica do empreendimento é o fator norteador do projeto arquitetônico. Isto significa que não houve preocupação com a eficiência ambiental, o que prejudica a qualidade do setor habitacional.

Palavras-chave: projeto arquitetônico; setor habitacional; conforto ambiental.

O SFT E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE

Roberto Freitas Filho
Professor doutor e coordenador do curso de Direito do UniCEUB
Cinara Sampaio Barreto
Graduanda em Direito pelo UniCEUB, bolsista PIBIC/CNPq

A utilização constante do princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento dos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal – STF conduziu à reflexão sobre o uso de expressões avaliatórias nos discursos jurídicos, o que constitui um problema se utilizadas da maneira inadequada, pois compromete a segurança jurídica. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo verificar como os ministros do STF lidam com o princípio da dignidade humana em seus votos, se estabelecem critérios racionais de decisão e se há, nos julgados, a preocupação com a estabilidade semântica da expressão em análise. Para isso, inicialmente, foi feita uma pesquisa no sítio do STF, com as palavras-chave "dignidade humana" e "saúde", para selecionar as decisões que seriam objeto de estudo da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à tabulação dos dados com as informações essenciais sobre cada uma delas, verificando a abordagem da expressão "dignidade humana" nos votos proferidos. Essa atividade teve o apoio do Método de Análise das Decisões – MAD. A abordagem jusfilosófica, o prescritivismo e o consequencialismo serviram de suporte à leitura dos votos, os quais contribuem, significativamente, para a elaboração de decisões judiciais racionais e coerentes. Como referencial teórico, os estudos de Bourdieu, Barzotto, Alexy, Freitas Filho, entre outros, foram essenciais para a compreensão do objeto de pesquisa. Da análise dos votos, conclui-se que, embora haja a preocupação em reconhecer a importância do princípio da dignidade humana e a necessidade da delimitação deste princípio, apenas se reduz a citá-lo como mero argumento de autoridade. Na maioria dos votos em que se faz referência à dignidade humana, há a transcrição literal de artigos da Constituição Federal sem a preocupação com a descrição do termo no caso em análise. Portanto, o uso desmoderado de princípios de abrangência tamanha sem a devida estabilidade semântica do termo gera insegurança jurídica, o que compromete não só a decisão no caso, mas também todo o ordenamento jurídico.

Palavras-chave: dignidade da pessoa humana; precritivismo; consequencialismo; MAD.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE MENTAL: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES SOBRE A EFETIVIDADE DOS CAPS

César Pedrosa Soares - Bolsista do PIC/ UniCEUB
cpscesar@gmail.com
Fabiana Queiroga - Orientadora
fabiana.queiroga@uniceub.com
UniCEUB – FACES – Psicologia

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são os interlocutores da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com isso, a avaliação dessa política pública torna-se importante visto que o funcionamento inadequado pode contribuir para o ressurgimento de espaços onde a violação dos direitos humanos foi, por muito tempo, efetuada. Este trabalho tem como objetivo desenvolver indicadores de eficácia dos CAPS Álcool e Drogas e de Transtorno Mental do Distrito Federal mediante a análise de prontuários, o desenvolvimento e a aplicação de um instrumento, para avaliar o grau de satisfação de usuários e profissionais em relação ao serviço, e a aplicação de uma escala que mede o índice de importância de ações realizadas pela equipe do CAPS. Observa-se, pela análise de 2.069 prontuários, que, independentemente da tentativa dos profissionais em motivar o indivíduo para o tratamento, não houve adesão ao processo por elevado número de pessoas que, em sua maioria, são dependentes do álcool. Por meio de levantamento qualitativo sobre a percepção do usuário quanto ao serviço do CAPS, foi possível desenvolver uma medida de satisfação dos usuários e dos profissionais. Pela aplicação do instrumento, notou-se certa insatisfação dos usuários e dos profissionais em relação à estrutura física do serviço, contudo os primeiros mostraram-se satisfeitos com o atendimento prestado, e os segundos, com a relação mantida na equipe de trabalho. Pela escala desenvolvida, observa-se que é relevante para a equipe disponibilizar informações sobre o tratamento ao indivíduo. Entretanto, a participação na melhoria do serviço e o processo de busca ativa não são vistos como elementos centrais na atuação dos profissionais. Desse modo, considera-se a construção de indicadores da efetividade dos CAPS, para garantir a eficácia do serviço e o possível aperfeiçoamento dessa política pública.

Palavras-chave: CAPS; política pública; indicador.

ANÁLISE DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO STF, AO APLICAR A MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS DAS DECISÕES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Ariane Costa Guimarães
acg@mattosfilho.com.br
Déborah Regina Said Silva
aluna bolsista deborah.said.silva@gmail.com
UniCEUB – Direito

O trabalho investiga os critérios utilizados pelo Supremo Tribunal Federal, ao aplicar a modulação temporal dos efeitos da decisão nos casos tributários. Com o advento do Neoconstitucionalismo, sistema constitucional que estabelece nova ordem de premissas jurídicas, passou-se a incluir, expressamente, os valores e os princípios nos fundamentos das decisões judiciais, para conferir coesão ao sistema normativo. Nesse sentido, com base no pensamento kelseniano acerca da hierarquia das normas, tem-se a Constituição Federal como ponto legitimador das demais normas do ordenamento. O controle de constitucionalidade pode ser difuso ou concentrado, e as decisões de inconstitucionalidade podem ter efeitos temporais distintos. Com o advento do artigo 27 da lei 9.868/99, restou expressa a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões de inconstitucionalidade nos casos de ações do controle abstrato, posteriormente, adotando-se a possibilidade de modulação por analogia às ações do controle difuso. O artigo 27 trabalha com dois aspectos condicionais de aplicação: o formal e o material. O aspecto material é a necessidade de razões de segurança jurídica e de excepcional interesse social existente ao caso para aplicação do efeito modulado. Mediante a análise dos precedentes em que este instituto fora invocado, conclui-se que não há a utilização de tais critérios materiais nas decisões proferidas. Assim, os argumentos são usados em face de razões econômicas e políticas tão somente. Ademais, os critérios materiais constituem verdadeiros conceitos indeterminados que, para fins de aplicação, deveriam ser interpretados com base nos princípios que regem o ordenamento jurídico e, em especial, no âmbito da legislação tributária. Tal entendimento pressupõe a aplicação da integridade preconizada por Ronald Dworkin, que, ao trabalhar com os conceitos de *hard cases* e *standard*, estabeleceu a necessidade de decisão do juiz com base nos princípios adotados pelo ordenamento em questão. Foram utilizadas as doutrinas consolidadas, tais como, as de Gilmar Mendes e Sacha Calmon, artigos publicados em revistas de renome nacional e acórdãos proferidos pelo STF. A metodologia empregada consiste na análise histórica e teórico-dedutiva do controle de constitucionalidade e da modulação temporal dos efeitos e a teórico-filosófica do pensamento dworkiano de integridade para posterior crítica dos casos processuais selecionados. As conclusões alcançadas são no sentido de que casos difíceis demandam a integralização dos conceitos indeterminados, como é o exemplo da aplicação da modulação dos efeitos temporais em matéria tributária nas decisões proferidas pelo STF. Os argumentos para aplicação da modulação não devem ser apenas políticos e econômicos, desvencilhados dos argumentos jurídicos, as decisões deveriam seguir os princípios constitucionais tributários como persecução dos ideais de coerência.

Palavras-chave: modulação temporal dos efeitos; direito tributário; princípio da integridade.

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE NO CERRADO: AVALIAÇÃO DA ECOTOXICIDADE AQUÁTICA DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS

Aluno: Dênis Cavalcanti Martins
Orientador: Eduardo Cyrino Oliveira Filho
UniCEUB – FACES – Biologia
Programa de Iniciação Científica
E-mail: deniscavm@gmail.com

O presente trabalho apresenta os resultados obtidos nos experimentos de ecotoxicidade de fertilizantes com caramujos da espécie *Biomphalaria glabrata*. Os testes realizados avaliaram a toxicidade aguda do cloreto de potássio (KCl) e do nitrato de potássio (KNO_3), comparando o fertilizante comercial e seu respectivo reagente na forma pura. Os organismos utilizados no teste foram obtidos no Laboratório de Ecotoxicologia, da EMBRAPA Cerrados, onde a colônia é mantida em água mole sintética e no fotoperíodo de 8 horas com fornecimento de luz e 16 horas sem luz. Os experimentos foram realizados com diferentes concentrações para a obtenção da concentração letal a 50% (CL_{50}) e seus respectivos intervalos com 95% de confiança, em até 96 horas de exposição. Depois disso, foram selecionados 5 organismos adultos em cada concentração, com a presença de um grupo de controle. Para certificar a pureza da substância testada, as concentrações de teste e a quantidade de cada íon presente nas soluções, foi realizada a cromatografia iônica de cada amostra antes e depois do teste, incluindo a água de diluição. Os dados apresentados são coerentes para o KCl, já que o produto comercial apresenta uma quantidade menor do referido composto, todavia, para o KNO_3, testes complementares serão realizados, para definir o valor da CL_{50} do produto comercial, que, aparentemente, pode conter impureza tóxica na composição.

Palavras-chave: ecotoxicologia; potássio; *Biomphalaria glabrata*.

O SUJEITO QUE APRENDE: A APRENDIZAGEM COMO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Bolsista: Erica Andrade Prieto – UniCEUB -- FACES – Psicologia – PIC/CNPQ
eapfrb@gmail.com

A pesquisa tem como objetivo compreender de que forma o aluno se envolve nos processos de construção de conhecimento. Mediante o referencial da teoria da subjetividade (González Rey, 1997, 2002, 2005, 2007) e a perspectiva histórico-cultural, apoiada na epistemologia qualitativa (González Rey, 1997, 2005), pretende-se estudar a aprendizagem para além dos planos cognitivos e da informação. Considerando que a categoria da subjetividade permite superar a visão da aprendizagem reduzida a seus aspectos cognitivos, abre-se um espaço para a compreensão de como o caráter gerador das emoções participa, ativamente, nesse processo. A subjetividade propicia compreender a aprendizagem como uma produção subjetiva do sujeito capaz de gerar uma diversidade de alternativas não só mediante os processos de aprendizagem, mas também os diferentes espaços sociais do qual faz parte. A pesquisa busca, dessa forma, estudar se o aluno assume atitude reflexiva, ou seja, está envolvido no processo com seus interesses próprios e com seus projetos de vida, ou se, em contrapartida, exerce atitude mecânica e passiva, de forma que o ensino se torna mero exercício de reprodução e de memorização. A construção da informação realizada no curso da pesquisa indica que quase não são utilizadas estratégias pedagógicas e, quando são, estão centradas no conhecimento que se pretende ensinar e não na relação entre o sujeito que aprende e o professor.

Palavras-chave: subjetividade; aprendizagem; emoções.

A CONEXÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A CORRUPÇÃO

Gabriela Alves Mendes Vieira – aluna bolsista
UniCEUB – Direito
gabrielaamv03@gmail.com

A proposta destina-se a demonstrar a integração dos direitos humanos à agenda de combate à corrupção e, vice-versa, a integração do combate à corrupção às agendas de direitos como meio ao sucesso mútuo. Primeiramente, busca-se esclarecer a necessidade da conceituação da corrupção, analisando como o tema é tratado nos principais instrumentos de combate, suas causas e consequências multifacetadas que contribuem para o empobrecimento das economias nacionais, ameaçando instituições democráticas, enfraquecendo o Estado de Direito e facilitando ameaças de direitos humanos. É exposto como os problemas relacionados à corrupção e aos direitos humanos são tratados em separado, como cada desenvolvimento no âmbito da comunidade de direito humanos deve considerar os impactos diretos da corrupção, como combatê-la, a fim de fomentar a promoção dos direitos humanos, e como o combate à corrupção deve também ser considerado uma maneira de prevenir abusos aos direitos humanos. Além disso, resta claro que há a conscientização de que os direitos humanos e a corrupção sejam institutos intimamente ligados de maneira que altos níveis de corrupção impedem um país de realizar a proteção dos direitos humanos e servem como estímulo aos abusos a esses direitos. Outras propostas são centralizadas em medidas corporativas, como a responsabilidade ética empresarial, a fim de promover o combate à corrupção em uma empresa e evitar violações de direitos humanos. Há propostas que buscam o fortalecimento das medidas de proteção aos denunciantes de corrupção.

Palavras-chave: corrupção; direitos humanos; direito internacional.

EFEITO DA ELETROESTIMULAÇÃO NO MÚSCULO ESFÍNCTER ANAL EXTERNO EM RATAS NULÍPARAS

Gabriela Corassa (bolsista); Laura Kruchak (voluntária)
Mara Cláudia Ribeiro (orientadora)
UniCEUB – Biomedicina
gabriela_corassa@hotmail.com

A eletroestimulação apresenta como vantagens o baixo custo e a ausência de efeitos colaterais. A eletroestimulação perineal é um método conservador para o tratamento de afecções musculoesqueléticas da região pélvica. No entanto, há evidente falta de coerência nos protocolos utilizados na prática clínica. Além disso, os resultados relatados diferem de um estudo para o outro. Uma razão para isso pode ser que as prescrições estejam baseadas em pressuposições empíricas, favorecendo a falta de informação segura a respeito dos efeitos histológicos da eletroestimulação. Assim, o objetivo é avaliar o efeito da eletroestimulação sobre o músculo esfíncter anal externo de ratas nulíparas. Trata-se de um estudo analítico, descritivo, randomizado, de caráter longitudinal. Foram utilizadas 7 ratas fêmeas nulíparas da linhagem Wistar, com 1 ano de idade. Os animais foram distribuídos em dois grupos, um de controle (n4) e outro eletroestimulado (n3). Após a eutanásia, foram removidos os retos dos animais para exame histopatológico por microscopia de luz. Os músculos foram fixados em formol a 10% e, depois, inclusos em parafina para corte em micrótomo e corados pelas técnicas de Hematoxilina e Eosina (HE) e de Tricrômico de Gomori. Os resultados analisados pelo teste Mann-Whitney indicaram que o tratamento com eletroestimulação aumentou o diâmetro das fibras musculares do esfíncter anal externo do grupo eletroestimulado em relação ao grupo de controle, sendo estatisticamente significativo. Conclui-se que a eletroestimulação foi capaz de aumentar o diâmetro das fibras musculares do esfíncter anal externo de ratas eletroestimuladas.

Palavras-chave: esfíncter anal externo; eletroestimulação; ratas nulíparas.

GÊNERO E CORPOREIDADE: O ESPAÇO OCUPADO PELA VAIDADE NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO

Gabriela Fortes de Oliveira Cardoso
Ana Flávia do Amaral Madureira
UniCEUB – FACES – Psicologia – PIC
Aluna bolsista
gabi.fortes@gmail.com

A pesquisa investigou o espaço ocupado pela vaidade na construção da feminilidade e da masculinidade no cotidiano de mulheres e homens na contemporaneidade. Em termos metodológicos, foram realizadas entrevistas individuais, semiestruturadas com oito estudantes universitários/as, de classe média alta que cursam diferentes cursos: Economia, Administração, Ciência da Computação, Comunicação Social, Psicologia e Direito. Entre os oito participantes, quatro eram do gênero feminino e quatro do gênero masculino, com idades entre 18 e 30 anos. A partir da transcrição das entrevistas, foram construídas categorias analíticas que orientaram o trabalho interpretativo: aparência nas relações sociais cotidianas; corporeidade e vaidade na sociedade contemporânea mediante as perspectivas dos/as participantes; significados atribuídos à vaidade por homens e mulheres. A análise comparativa das entrevistas indicou a diferença na forma de vivenciar e assumir a vaidade entre homens e mulheres. Evidenciou-se, principalmente, a influência da família na cobrança social em relação ao corpo da mulher, no sentido da adequação aos padrões estéticos hegemônicos. O mesmo não ocorre com os homens. A pesquisa demonstrou que há relação entre a autoaceitação corporal e o sentimento de pertencimento a determinados grupos sociais, ou seja, a satisfação e a aceitação do sujeito em relação ao seu próprio corpo estão relacionadas, de diferentes formas, à aceitação dele por parte de grupos sociais específicos. Neste caso, não corresponder aos padrões estéticos socialmente esperados pode causar sofrimento psíquico ao indivíduo. Além disso, o estudo chama a atenção para a forma com que a sociedade brasileira na atualidade lida com as diferentes maneiras de vivenciar a masculinidade e a feminilidade que fogem aos modelos tradicionalmente esperados para os homens e para as mulheres, como, por exemplo, o metrossexual. É de fundamental importância que novas pesquisas sejam realizadas sobre as questões de gênero e corporeidade, de modo a contribuir com intervenções profissionais pertinentes e contextualizadas junto àqueles/as que estão em sofrimento psíquico, por não corresponderem às expectativas estéticas hegemônicas presentes na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: gênero; corporeidade; vaidade.

ELABORAÇÃO DE TERMOS ESPECÍFICOS DE BIOLOGIA EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Gabriella de Melo Moreno (bolsista)
gabriellam.moreno@gmail.com
Gilberto Oliveira Brandão (voluntário)
profgilbertobrandao@gmail.com
Bianca Carrijo Cordova (orientadora)
bianca.cordova@uniceub.br
UniCEUB – FACES – Ciências Biológicas

Com base em pesquisas bibliográficas sobre a ocorrência de registro de sinais de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para termos específicos em Biologia no ensino médio, foi verificada a existência de déficit, comprometendo a intepretação e a tradução dos conteúdos pelo aluno surdo. Assim, o objetivo deste trabalho é propor e estimular a elaboração de sinais em LIBRAS para termos específicos de Biologia por um grupo formado por dois alunos surdos e um intérprete em uma escola de ensino fundamental e médio, em Sobradinho. As reuniões ocorreram uma vez por semana, na sala de recursos da escola. Os pesquisadores propuseram oito termos amplos e básicos, previamente definidos e apresentados aos alunos que realizavam a elaboração dos sinais durante as reuniões. Os vídeos utilizados pelo intérprete durante os encontros estimularam a criação espontânea de sinais para os termos *proteína histona* e *implantação*. A lista de termos utilizados foi: *cromatina, enovelamento, cromossomo, reprodução sexuada, organismo, reprodução assexuada, micro-organismo, zigoto*. Os pesquisadores perceberam maior facilidade de elaboração dos sinais por meio da visualização de imagens em movimento associadas a esquemas e explicações do intérprete. Foi observada a dificuldade dos alunos surdos em generalizar alguns termos propostos para animais e plantas, pois são mais facilmente associados à anatomia e à fisiologia humana. Dois exemplos dessa dificuldade foram os termos para *reprodução sexuada* e *zigoto*. Os termos biológicos foram sistematizados no formato de cartilha. Os sinais foram descritos em seus componentes: configuração de mãos, locação, direção, movimento e expressão. Além da definição dos termos biológicos e da descrição dos sinais, foram apresentadas fotos detalhadas da execução de cada sinal. A cartilha foi apresentada e entregue aos participantes e à Direção da escola. Houve manifestações espontâneas dos alunos surdos favoráveis à continuidade do projeto na escola.

Palavras-chave: inclusão; LIBRAS; termos específicos em Biologia.

ESTUDO CITOGÉNETICO EM FAMÍLIA COM SUSPEITA DE SÍNDROME DE CURRARINO

Aluno bolsista: Herbert William de Oliveira Félix Júnior
Aluna voluntária: Roberta Simão de Carvalho
Orientadora: Profª. Drª. Fernanda Costa Vinhaes de Lima
UniCEUB/ CNPq – FACES – Biomedicina
Contatos: herbertbiomed@gmail.com
robertasimaoc@gmail.com
fernanda.lima@uniceub.br

A síndrome de Currarino é uma patologia caracterizada por ausência parcial ou total do sacro, tumoração pré-sacral e malformação anorretal, que pode estar associada a fatores genéticos, teratogênicos ou anomalias vasculares. Do ponto de vista genético, é considerada uma anomalia com padrão de herança autossômica dominante, sendo o gene candidato da mutação o HLXB9, localizado no braço longo do cromossomo 7, região 3, banda 6 (7q36). É uma doença com alta variabilidade fenotípica, passando despercebida na clínica, dificultando o perfil epidemiológico. Ainda não foram descritas na literatura formas terapêuticas para que a síndrome seja evitada, entretanto existem tratamentos para o prolongamento e a manutenção da qualidade de vida do paciente. O objetivo do presente estudo é realizar análise citogenética de linfócitos de sangue periférico em família com indivíduo com síndrome de Currarino, pelo uso da técnica modificada de Moorhead e colaboradores. Por tratar-se de uma patologia de cunho possivelmente hereditário, foram escolhidos três indivíduos da família: o probando, do sexo feminino, a genitora e um dos irmãos. O irmão e a genitora não apresentam suspeita da síndrome. Os procedimentos foram realizados no Laboratório Multidisciplinar da Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – UniCEUB, em parceria com o Laboratório de Genética Clínica da Universidade de Brasília – UnB. Para realização do exame citogenético, foi necessária a coleta de 5 ml de sangue de cada participante, semeado em meio de cultura RPMI-1640, com glutamina e sem bicarbonato de sódio. Foram analisadas 100 células em metáfase para cada indivíduo. Os resultados citogenéticos foram normais do ponto de vista tanto qualitativo como quantitativo e reforçam a necessidade de aumentar a amostra de indivíduos da família para inclusão, principalmente, do genitor do probando e de outros irmãos. O indivíduo afetado pode apresentar mutações gênicas, as quais não são visíveis pela técnica de citogenética convencional. Para confirmação de tal hipótese, sugere-se a continuação da pesquisa com ampliação da amostra e inclusão de técnicas moleculares de estudo.

Palavras-chave: agenesia sacral; linfócito; HLXB9.

A REPRESENTAÇÃO DA JUSTIÇA NOS SERMÕES DO PADRE ANTONIO VIEIRA

Aluno bolsista: Igor Silva de Sousa
iigor.msn@gmail.com
UniCEUB – FACES – História

O projeto de pesquisa discute dois sermões produzidos pelo padre Antonio Vieira, o *Sermão da Primeira Dominga do Advento* (1650) e o *Sermão do Bom Ladrão* (1655), tendo como objetivo extrair a noção de justiça praticada à época e suas formas de representação. Infere-se da leitura dos sermões a forte presença da Igreja Católica e dos seus preceitos morais, que atuam como um mecanismo de controle social, em que diversos métodos são utilizados na composição das noções jurídicas e políticas, cujo objetivo maior é a manutenção e a preservação da harmonia do império português. Refletindo sobre os sermões, percebe-se a nítida divisão social vigente à época: a ordem religiosa e monárquica, os vassalos e outros habitantes do reino de Portugal. Esse tipo de consideração possui forte significado político, pois Vieira direciona seus sermões de forma hierárquica, seguindo os responsáveis pela manutenção e pela estruturação do Estado. Assim, cabe à justiça a função de preservar os direitos de cada ordem e proteger os privilégios do monarca e das elites que administravam o império e detinham o poder político. Destarte, as tradições colocavam-se acima das leis gerais praticadas no reino, pois objetivavam a preservação dos interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos. A justiça assim percebida exerce, então, um papel de reguladora social com suas bases fundadas nas perspectivas da república cristã, buscando a construção da harmonia entre as ordens. Sendo assim, deve-se compreender que não havia uma regra jurídica universal que se estendesse a todos, mas uma teia de onde os poderes que emanavam de todas as ordens entravam em contato, estabeleciam trocas e negociações e deviam ser conciliados e organizados, cada qual ocupando seu lugar. Seguindo a linha de raciocínio típica do *Ancien Régime,* deve-se considerar que a tradição possui grande importância, formando, ao lado das leis e dos interesses da elite, um conjunto complexo de elementos e articulações possíveis, para, quando equacionadas, chegar ao bem comum. Nos sermões utilizados como fonte para esse estudo, é possível inferir que, para além das divisões sociais, todos estão sob o jugo divino, até mesmo os príncipes e os reis, que, por ter papel importante nas deliberações do império, deveriam ser julgados no tribunal divino, levando em consideração suas ações e omissões, o que constituía causa maior de punição. Essa concepção está expressa no *Sermão da Primeira Dominga do Advento*, pregado na Capela Real, no ano de 1650. No *Sermão do Bom Ladrão,* pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa, no ano de 1655, Vieira alerta para a importância da restituição do roubado, para alcançar-se a plenitude do perdão e a salvação.

Palavras-chave: Padre Antonio Vieira; justiça; sermões;

RESÍDUOS HOSPITALARES: RECICLAGEM PARA RETROALIMENTAÇÃO ENERGÉTICA HOSPITALAR

Autores: Ingrid Christine da S. B. Lopes e Priscilla Benevides S. Domenech
Orientadora: Prof.ª Dra. Eliete Pinho de Araujo
UniCEUB – FATECS – Arquitetura e Urbanismo
E-mail: ingridcblopes@gmail.com/priscilladomenech@gmail.com
Novos Saberes

Mesmo considerando a visão que se tem do resíduo hospitalar como perigoso e potencialmente infeccioso, o tratamento dado pode ser difuso e inadequado. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo investigar a possibilidade de adequação dos métodos de reciclagem, de forma a gerar energia para retroalimentar o edifício hospitalar. Os resíduos sólidos, sobretudo os de saúde, constituem grande poluente do meio ambiente, e a legislação exime a responsabilidade do Estado pelo seu descarte ilegal, em aterros sanitários comuns. Os administradores de hospitais podem acondicionar e estocar de forma a ignorar o tipo de sistema de coleta, transporte, tratamento e destino final. A legislação vigente carece de pesquisas aprofundadas, para trabalhar de modo mais funcional e incluir a reciclagem como forma de gerar produtos que possam ser reutilizados com despejos e danos mínimos ao meio ambiente. Atualmente, as edificações hospitalares não possuem processos que possibilitem total eficiência de sua estrutura e formas de retroalimentar o próprio edifício. Ainda é preciso, na maior parte dos casos, a utilização de geradores de energia e descarte de água, lixo e outros materiais que podem ser reaproveitados. Após 20 anos de discussões no Congresso Nacional, em 2010, foi aprovada a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece ser a educação ambiental um instrumento fundamental para que se tenha sucesso no propósito de mudar uma cultura em relação à destinação dos resíduos. Inclusive, *lixo* é uma palavra proscrita pela lei; hoje, fala-se em *resíduo* e *rejeito*, pois todos devem aproveitar esse material. Vê-se a preocupação com a melhoria na qualidade de vida dos seres humanos, a manutenção da vida no planeta e a sobrevivência do ecossistema. Surgem dúvidas sobre o que fazer com a produção e com o que já foi produzido de resíduos para que não causem mais danos irreversíveis ao meio ambiente. Para sustentar as respostas às questões levantadas, foram estudadas as edificações do Hospital Regional de Taguatinga e do Hospital Regional de Santa Maria. Foram abordados temas sobre qualidade de vida, produção de energia limpa, mudanças necessárias na legislação e suas aplicações no projeto arquitetônico. Ao final, foram elaborados uma cartilha para campanha ao usuário e um projeto arquitetônico com o espaço adequado no hospital para armazenagem do resíduo até o destino final, podendo, assim, de várias formas, retroalimentar o edifício.

Palavras-chave: resíduos hospitalares; energia limpa; retroalimentação.

ISOLAMENTO DE ENZIMAS HIDROLÍTICAS DE FUNGOS *ASPERGILLUS* E *PENICILLIUM*

Iury Cássio Marques,
Mariana Bruno Gieseler,
Helayne Nara Avelino Alves e
Paulo Roberto Queiroz
UniCEUB, FACES, Biomedicina
paulo.silva@uniceub.br
Programa Novos Saberes

As amilases são enzimas que hidrolisam moléculas de amido, liberando diversos produtos, incluindo dextrinas e pequenos polímeros compostos de unidades de glicose. Apresentam grande importância nas indústrias de alimentos, fermentação, têxtil e papel. Com o avanço no conhecimento, a utilização dos fungos como fonte de enzimas ganhou destaque nas áreas industriais e comerciais. O objetivo deste trabalho é identificar isolados de *Aspergillus* e *Penicillium* produtores de enzimas hidrolíticas com potencial de uso em aplicações biotecnológicas. O isolamento dos fungos com potencial de produção de enzimas pertencentes à classe das amilases foi realizado pela coleta de amostras de condimentos, tais como, orégano, páprica, folha de louro, açafrão e manjericão. Um grama desses condimentos foi homogeneizado em 9 ml de solução salina, com diluições de 10X e 100X. Em seguida, 100 ul desse homogenato foram semeados em meio de isolamento de *Aspergillus* e *Penicillium* com antibiótico. Os fungos isolados foram colocados em 50 ml de meio líquido de indução com amido 2%, por uma semana, em temperatura ambiente para que fosse avaliada a capacidade de produção das enzimas amilolíticas. Foi observado que os fungos isolados na maioria dos condimentos eram produtores de amilase, mas havia uma variação na eficiência da produção enzimática. Essas diferenças foram identificadas por meio de testes de turbidez, dosagens enzimáticas de glicose livre no meio e atividade de amilase. Determinou-se a dosagem de proteínas totais secretadas e a medição de pH. Os resultados mostraram que houve a produção de amilase pelos fungos isolados em diferentes níveis quando se determinou a atividade específica de amilase total e sacarificante. Da análise do pH, observou-se que houve pouca variação (pH de 6,5 a 7,0) desse parâmetro quando comparado com o meio YG sem inóculo (pH 7,0). Observou-se que, quanto menor a turbidez do meio, indicando maior degradação do polímero de amido, maior foi o potencial de produção enzimática. Dos fungos analisados, dois isolados demonstraram potencial para aplicações em biotecnologia, pois apresentaram eficiente produção enzimática e rápido crescimento em meio líquido.

Palavras-chave: amilases; bioquímica; biotecnologia.

SATISFAÇÃO COM O TRABALHO DOS ENFERMEIROS DE UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Izabel Cristina Rosa Rebelo Cunha
Rayani da Silva Gonçalves
Henry Maia Peixoto
UniCEUB – FACES – Enfermagem
izabel_rebelo@hotmail.com
rayani.s@hotmail.com

A satisfação do enfermeiro com o trabalho está intimamente ligada a fatores intrínsecos e extrínsecos, como o ambiente, as condições de trabalho e o relacionamento interpessoal, pois pesquisas demonstram que pessoas satisfeitas desenvolvem melhor as atividades trabalhistas. Este estudo teve como objetivo avaliar a satisfação com o trabalho dos enfermeiros de um hospital terciário do Distrito Federal. Foi realizada uma análise de dados quantitativos, provenientes de 9 unidades de internação, coletados por meio do questionário (QRST-R) constituído por 35 itens organizados em uma escala do tipo *Likert*, com pontuação entre 01 (não concordo) e 06 (concordo totalmente), no período de abril a junho de 2014. Para obtenção dos resultados, foram avaliadas 35 questões, das quais foram originados 08 domínios. No domínio *Remuneração*, composto por 5 itens, a média variou entre 3,58 e 3,75, e a mediana, 3 e 4; em *Oportunidade e crescimento*, composto por 8 itens, a média variou entre 3,24 e 3,93, e a mediana, 3 e 4; em *Recompensas contingenciais, apreço e reconhecimento*, composto por 2 itens, a média variou entre 4,48 e 4,49, e a mediana, 5; em *Supervisão*, composto por 2 itens, a média variou entre 3,00 e 4,4, e a mediana, 3 e 5; em *Relacionamento com colegas*, composto por 4 itens, a média variou entre 2,72 e 2,80, e a mediana, 2 e 3; em *Natureza do trabalho*, composto por 6 itens, a média variou entre 3,34 e 4,48, e a mediana, 3 e 5; em *Comunicação*, composto por 2 itens, a média variou entre 2,89 e 4,24, e a mediana, 3 e 5; em *Condição de trabalho*, composto por 6 itens, a média variou entre 3,07 e 3,87, e a mediana, 3 e 4. Por meio deste estudo, foi possível identificar que os enfermeiros se mantêm, na sua grande maioria, nos parâmetros medianos dos domínios apresentados.

Palavras-chave: satisfação; enfermeiro; trabalho.

A EFETIVIDADE DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS NA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Aluno: Jefther Oliveira Silva
jefther@gmail.com
UniCEUB – FAJS – Direito – PIC/PIBIC

Com o advento da Declaração de Estocolmo de 1972, criou-se um vínculo entre os direitos fundamentais da pessoa humana com a qualidade dos elementos naturais. Assim, os órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos passaram a ter papel fundamental na proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é verificar de que forma o Sistema Internacional de Direitos Humanos age na proteção dos elementos da natureza no contexto americano e se essa proteção é efetiva. Mediante análise dedutiva das principais decisões da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos humanos sobre esse tema e sua vinculação com a proteção ambiental, verificou-se que esses órgãos agem na proteção ao meio ambiente sob vários enfoques, tanto na proteção aos elementos naturais como pré-requisito ao pleno gozo dos direitos humanos quanto na proteção a alguns direitos que geram reflexo no meio ambiente, tais como, a proteção aos direitos territoriais dos povos indígenas, o direito à informação e a educação ambiental. No que tange à efetividade, percebeu-se que os países membros se mostraram dispostos ao cumprimento das sentenças e houve uma margem de cumprimento satisfatória. Exceto em alguns casos pontuais, as medidas foram cumpridas, e as decisões trouxeram alterações na perspectiva de proteção aos direitos humanos e ao meio ambiente. Concluiu-se que, por mais que o foco do Sistema Interamericano de Direitos Humanos não seja a proteção ao meio ambiente, os efeitos de suas decisões podem alcançar a proteção ambiental de forma indireta. Além disso, em alguns aspectos da proteção ambiental, há margem considerável para crescimento, o que se espera ocorrer em breve.

Palavras-chave: sistema interamericano de direitos humanos; meio ambiente

ESCOLA DE PAIS: TREINAMENTO DE PRÁTICAS POSITIVAS PARENTAIS EM GRUPOS PSICOEDUCATIVOS

Michela Rodrigues Ribeiro,
João Pedro Santos de Athayde Bohrer (aluno bolsista),
Rogéria Adriana de Bastos Antunes,
Raquel Ferreira Costa,
Regina Carvalho Ferreira,
Raimunda Francisca Borba Araújo,
Juliana Soares Guimarães
UniCEUB – FACES – Psicologia
michela.ribeiro@uniceub.br

A participação da família na educação das crianças é composta por vários fatores, tais como, o papel moral, o modelo de relacionamento interpessoal, a afetividade, o uso de punições, entre outros. Educar bem uma criança é uma tarefa desafiadora para qualquer indivíduo, e a realidade de despreparo dos pais na educação dos filhos oferece a possibilidade de intervenções preventivas. O objetivo do presente estudo é realizar um grupo psicoeducativo de treinamento de estratégias educativas para pais e/ou cuidadores. Participaram dos grupos psicoeducativos 14 pais e/ou cuidadores de crianças com idades entre 6 e 12 anos que procuraram atendimento no Centro de Formação de Psicólogos de uma faculdade particular em Brasília. Os participantes tinham idade média de 41,5 anos, e a maioria tinha concluído o ensino médio. Foram apresentadas queixas em relação às crianças, tais como, desobediência, birra, dificuldades relacionais com outras crianças, desinteresse pela escola, dificuldades de aprendizagem, entre outras. Foram realizadas 15 sessões semanais de 2 horas de duração. A primeira e a última foram de avaliação, cujos instrumentos foram: Inventário de Estilos Parentais; Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais; Inventário Beck de Ansiedade. Os temas incluíram: observação e discriminação de comportamentos adequados e inadequados, interação, pais como ambiente social, reforçamento, punição e extinção, autoconhecimento dos pais, relacionamento afetivo com as crianças, relacionamento entre cuidadores. Observou-se a diminuição de práticas coercitivas, o aumento de práticas positivas parentais, a ampliação do repertório de habilidades educativas com melhora nas estratégias de comunicação, na expressão de sentimentos e opiniões e no estabelecimento de limites. Em relação à ansiedade, foi observada a diminuição dos escores em dificuldades encontradas pelos pais e/ou cuidadores no manejo dos comportamentos inadequados de suas crianças, o que ofereceria ocasião para a ocorrência de nervosismo, taquicardia, sudorese, entre outros sintomas. Nesse sentido, a ansiedade pode ser uma medida indireta em relação às práticas parentais. Uma melhora nos escores de ansiedade, portanto, pode indicar melhora das relações entre pais e crianças. Os resultados positivos do presente estudo indicam que grupos psicoeducativos de orientação a pais e/ou cuidadores são estratégias bem-sucedidas no desenvolvimento e na ampliação de práticas positivas parentais e podem exercer um papel preventivo no desenvolvimento saudável das crianças.

Palavras-chave: grupos psicoeducativos; orientação a pais; práticas parentais positivas.

BRASÍLIA / QUADRAS 700: PROJETO DE HABITAÇÃO E CIDADE

Julia Waihrich Rosa (bolsista)
Lucas Matheus Caldas Vicente Lopes (voluntário)
Lívia Tristão Taveira (voluntária)
Bruna Fernandes Lopes Rodrigues (voluntária)
Eduardo Pierrotti Rossetti (orientador)
UniCEUB – FATECS – Arquitetura e Urbanismo
juliawrosa@hotmail.com

As quadras 700 de Brasília têm características distintas das encontradas no restante da cidade, abrangendo desde o planejamento até os diferentes usos e os adensamentos encontrados. Nesse sentido, procurou-se compreender como as características únicas dessa região poderiam ser exploradas, a fim de proporcionar uma configuração urbana distinta e de qualidade, e como a similaridade maior com o planejamento de Brasília contribuiria para solucionar certos problemas encontrados nessas quadras. Para entender essas questões, o estudo envolveu a macroescala do território, analisando características históricas e de implantação das quadras, e a microescala, verificando a arquitetura utilizada e o mobiliário urbano disponível. Assim, criou-se um projeto urbanístico e arquitetônico para uma das quadras das 700 que apresentasse as possíveis melhorias propostas no estudo e servisse de modelo para futuras intervenções. Durante a pesquisa, observou-se a necessidade de aprofundar as questões relativas às diferentes formas de ocupação ocorridas ao longo do processo histórico de ocupação das quadras 700, tendo como ponto de partida a análise comparativa entre duas quadras, a SHCGS 716 e a SHCGN 714, localizadas em cada uma das asas do Plano Piloto. Dessa forma, foram feitas visitas ao território e pesquisas bibliográficas. Este projeto permite nova utilização do espaço, em que a valorização do pedestre consiste na principal mudança. As áreas comerciais e as residências geminadas são características ímpares do território, portanto foram exploradas por novos planejamentos, usos e adensamentos. Além disso, foram acrescidas diferentes soluções de áreas verdes que se basearam no projeto das superquadras de Brasília. Por fim, observou-se que as quadras 700 têm potencialidades que, se bem exploradas, podem tornar essa região uma das melhores da cidade.

Palavras-chave: projeto de habitação; urbanismo; utilização do espaço.

CINEMA E ÁFRICA: RETRATO FIEL?

Julianna Paz Japiassu Motter (pesquisadora)
juliannamotter@gmail.com
Profª Flor Marlene Enriquez Lopes (orientadora)
flor.mel59@gmail.com
UniCEUB – FATECS – Jornalismo

Este projeto de iniciação científica foi estruturado de maneira a compor a linha de pesquisa do curso de Comunicação Social em linguagens contemporâneas. O continente africano, considerado "berço da humanidade", foi vislumbrado em sua extensão como objeto de estudo por sua multiplicidade política, econômica, cultural e social, reflexo de cada uma das trajetórias históricas de um território composto por 54 países independentes e 6 dependências. O mosaico de sua diversidade cultural inclui um número sem igual em qualquer outra região de diferentes línguas, práticas religiosas, tipos de habitações, hábitos culinários e atividades econômicas, além de inumeráveis tribos, grupos étnicos e sociais. A escolha do cinema como linguagem e instrumento de análise deu-se por sua característica basilar: a capacidade única de reunir elementos das demais vertentes artísticas em mesma obra. Isso posiciona o cinema como um recurso privilegiado para contar histórias, expor e divulgar ideias, cenários e situações. Esta pesquisa buscou realizar a análise de um conjunto seleto de produções cinematográficas, para refletir a respeito da imagem que se passa da África ao restante do mundo. A metodologia escolhida teve caráter de observação e análise qualitativa e quantitativa. Por diferentes pontos de vistas, a seleção do *corpus* fílmico englobou desde produções estrangeiras até algumas oriundas do continente africano, a fim de determinar, com maior precisão, de que maneira a África é vista externamente e internamente. Os filmes foram vistos, resenhados e analisados singularmente e, depois, distribuídos em dois grupos – o das produções externas e o das produções internas – para, em seguida, ser comparados entre si. Mediante pontos convergentes e correlações, foram encontradas e estabelecidas as semelhanças e as diferenças entre as visões dos realizadores de filmes provenientes de outras partes do mundo e os da África. Os resultados foram somados aos livros teóricos de história africana e a documentários para que fosse avaliada a proximidade dos discursos cinematográficos com a realidade objetiva do continente. A conclusão do projeto foi um estudo analítico comparativo que possibilitou traçar, minimamente, um painel que revela a situação em que se encontra a África no mundo, mediante os discursos fílmicos.

Palavras-chave: cinema africano; linguagens contemporâneas; comunicação social.

EM BUSCA DA COMPETÊNCIA SOCIOINTERACIONAL: REFLEXÕES SOBRE O TRATAMENTO DADO AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Rodrigo Albuquerque Pereira
Jéssica Narayana Correia Hanwinckel
José Romário Oliveira de Farias

As expressões idiomáticas (doravante EIs) constituem, de acordo com Xatara (1994, 1997), "uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural". Com base nesse conceito, objetivou-se, neste estudo, situado na perspectiva sociointeracional e cultural, investigar se os livros didáticos colaboram para a aquisição de EIs, no que diz respeito ao processamento e à enunciação, no ensino de português como segunda língua. Para tanto, selecionaram-se, por meio das orientações da metodologia qualitativa, atividades e textos de cinco obras voltadas para o público estrangeiro, a fim de se avaliar a presença das EIs e o tratamento dado a essa ferramenta linguístico-discursiva. Os resultados de pesquisa apontam por vezes para a escassa abordagem das EIs nos livros didáticos, perdendo-se as possibilidades que o texto oferece para tal abordagem; e para o destaque aos aspectos estruturais das EIs, insuficiente na construção da competência sociointeracional do estrangeiro e distante da perspectiva sociocultural desejada nos cursos de português como segunda língua. A discussão das EIs nos livros didáticos é essencial por colaborar na promoção de um ensino mais dialógico e voltado para as situações de prática do estudante.

Palavras-chave: expressões idiomáticas; livro didático; português como segunda língua; competência sociointeracional.

ABORTO LEGAL: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Tatiana Lionço - orientadora
Jéssica Priscila Lago - bolsista
UniCEUB – FACES – Psicologia
tlionco@gmail.com
jeprila@gmail.com

A prática do aborto é um tema polêmico. Não obstante a autorização legal em casos de estupro, anencefalia e risco de morte para a mulher, existem profissionais de saúde que se recusam a fazê-lo ou a assistir mulheres em situação de abortamento. Esta pesquisa tem como objetivo conhecer as concepções dos estudantes de graduação da área de saúde acerca da prática do aborto, autorizado ou não pela legislação e sobre o termo *objeção de consciência*. O estudo foi realizado por meio de um questionário virtual encaminhado aos estudantes dos cursos de graduação em saúde, com a identidade preservada. Participaram da coleta realizada entre os meses de julho e agosto de 2014 26 estudantes universitários da área da saúde, sendo 8 de Psicologia, 16 de Biomedicina, e 2 que não identificaram o curso, em uma instituição de ensino superior de Brasília/DF. A maioria é do sexo feminino, solteira, sem filhos. Com relação à concepção sobre o aborto, o resultado foi favorável à decisão da mulher sobre a prática, de forma liberal ou autorizada pela legislação. Quanto ao termo *objeção de consciência*, a maior parte dos participantes desconhece-o. Dos participantes que se posicionaram de forma contrária à possibilidade da realização do aborto por parte da gestante, a maioria colocou-se a favor da hipótese de o profissional de saúde convencer a gestante a não praticá-lo. Os estudantes de graduação não demonstraram estar preparados para a discussão sobre o tema. A legislação vigente é desconhecida pela maioria, e o tema não é abordado em sala de aula. O estudo pode servir para esclarecer coordenadores de cursos universitários sobre a necessidade de tratar de aspectos legais e éticos na assistência ao aborto legal e de estudar as condições de saúde de mulheres que provocaram o abortamento, de modo a qualificar as práticas de assistência à saúde e garantir que profissionais cientes de seu direito à objeção de consciência se comprometam a assegurar, na rede de atenção, encaminhamentos que preservem o direito à saúde da mulher.

Palavras-chave: aborto; objeção de consciência; profissionais de saúde.

EFEITO DA ELETROESTIMULAÇÃO NO MÚSCULO ESFÍNCTER ANAL EXTERNO EM RATAS MULTÍPARAS

Keyla de Paula (bolsista);
Marília Silva (voluntária);
Úrsula Limongi (voluntária);
Mara Cláudia Ribeiro (orientadora).
UniCEUB – Fisioterapia
keylapaula4@hotmail.com

Os principais mecanismos para a lesão dos esfíncteres anais é o trauma obstétrico. Rupturas perineais durante o parto, lesão obstétrica pala utilização do fórcipe, episiotomia mediana são exemplos de fatores de risco para a incontinência fecal. Pode-se destacar, também, a senilidade, que implica adaptações sistêmicas pela perda da força muscular em todos os segmentos corporais, inclusive a pelve e o períneo. A eletroterapia, método conservador para o tratamento de afecções musculoesqueléticas, tem demonstrado resultados positivos em pacientes com incontinência anal. Diante disso, o objetivo do estudo é avaliar o efeito da eletroestimulação sobre o músculo esfíncter anal externo de ratas multíparas. Trata-se de um estudo analítico descritivo, randomizado, de caráter longitudinal. Foram utilizadas 9 ratas fêmeas multíparas da linhagem wistar, com 1 ano de idade. Os animais foram distribuídos em dois grupos, um de controle (n5) e outro eletroestimulado (n4). Os resultados analisados indicaram que o tratamento com eletroestimulação aumentou o diâmetro médio das fibras musculares do esfíncter anal externo do grupo eletroestimulado em relação ao grupo de controle. Assim, conclui-se que a eletroestimulação foi capaz de aumentar as fibras musculares do esfíncter anal externo de ratas multíparas eletroestimuladas.

Palavras-chave: esfíncter anal externo; eletroestimulação; ratas multíparas.

SISTEMA INTELIGENTE DE AUXÍLIO À LOCOMOÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

Aluna bolsista: Laila Beatriz de Morais Passos
Orientador: Luciano Henrique Duque
UniCEUB – Engenharia Elétrica
lailabybia@hotmail.com

O sistema inteligente de auxílio à locomoção de portadores de deficiência visual tem como finalidade proporcionar melhor qualidade de vida aos portadores de deficiências visuais e atende todas as classes a custos acessíveis. Permite detectar obstáculos e objetos relativamente altos, informando sua distância exata com o auxílio de sensores infravermelhos e de ultrassom colocados em uma base de óculos e monitorados por um microcontrolador, que realizará dez leituras por ciclo, das quais é feita uma média aritmética da distância em que o som se propagou até o obstáculo e quando retornou ao aparelho eletrônico. O valor será exibido no LCD, e os arquivos de áudio são localizados em um cartão de memória e reproduzidos ao portador através do fone de ouvido, dando-lhe a distância em metros do obstáculo. Esse protótipo não tem o intuito de substituir a bengala ou o cão-guia tradicionalmente empregados pelo deficiente visual e, sim, auxiliá-lo.

Palavras-chave: deficiente visual; microcontrolador; ultrassom.

ANÁLISE MACROMECÂNICA DO COMPORTAMENTO DA TERRA COMO REVESTIMENTO EXTERNO COM REFORÇO DE FIBRAS VEGETAIS

Larissa Castro de Oliveira
laricastro2@gmail.com, bolsista
Thaís Fernandes Costa
tatise_tfc@hotmail.com, voluntária
João da Costa Pantoja
joao_pantoja@hotmail.com, orientador
UniCEUB – FATECS – Arquitetura e Urbanismo

A adição de materiais fibrosos a sistemas construtivos de terra como reforço estrutural ocorre desde a Antiguidade. O uso do solo cru, tradicionalmente utilizado pela arquitetura vernácula, possui poucos estudos que tiveram início apenas a partir da década de 60. Para a sociedade moderna, o solo como matéria-prima para a engenharia civil tornou-se um material não convencional, comumente associado ao emprego das estruturas de terra em regiões habitadas por populações de baixa renda. Ainda que existam dificuldades sociais e limitações para seu uso, as vantagens do solo permitem que edificações tenham bom isolamento térmico e resistência mecânica de modo seguro e sem resíduos ambientais. O presente trabalho tem como objetivo estudar e analisar o comportamento do solo como material construtivo e sua aplicação como revestimento externo com reforço de fibras vegetais. O tema escolhido faz parte de uma linha de pesquisa da área de Arquitetura e Urbanismo sobre sustentabilidade e utilização do solo para construções civis do Distrito Federal, com o propósito de encorajar futuros projetos de bioarquitetura. O solo para análise foi retirado da construção do Centro de Referência em Educação Socioambiental do SINPRO-DF, que também foi objeto de estudo para a pesquisa. Foram realizados testes de caracterização para estudo da composição e dos limites de consistência do solo. Para o reboco natural, foram produzidos dois tipos de argamassa, sendo um com adição de fibras de sisal e outro com tiras de jornal. As misturas do revestimento foram adaptadas e aplicadas a paredes de alvenaria tradicional sobre uma argamassa de cal e areia para melhor aderência. Após os ensaios de arrancamento do revestimento, foi possível determinar sua resistência e produzir um comparativo entre os dois tipos utilizados.

Palavras-chave: arquitetura de terra; revestimento; fibras vegetais.

EFEITO DE INSTRUÇÕES SOBRE A CORRESPONDÊNCIA VERBAL EM CRIANÇAS

Laís Faber de Almeida Rosa
Professor Doutor Carlos Augusto de Medeiros
UniCEUB – FACES – Psicologia
laisfaber@gmail.com

O presente estudo teve a participação de 14 crianças – de oito e nove anos de idade – e o objetivo de verificar a influência de instruções acerca da possibilidade de emissão de relatos não correspondentes sobre correspondência verbal fazer-dizer em um jogo de cartas em que tais relatos têm maior probabilidade de reforço. Para investigar tal objetivo, os participantes foram divididos em dois grupos, que receberam instruções diferentes – completa e incompleta – e divergiam pela presença de uma frase que deixava explícita a possibilidade de distorção dos relatos das crianças. O primeiro grupo recebeu, primeiramente, a instrução incompleta para as duas primeiras partidas e a instrução completa para as duas últimas partidas, totalizando quatro partidas. O segundo grupo recebeu, desde o primeiro dia, a instrução completa e jogou, portanto, as quatro partidas sob essa instrução. A correspondência fazer-dizer foi estudada à luz da análise do comportamento, com a utilização de conceitos, como: correspondência verbal, mando e tato distorcido. Ao observar os resultados, constatou-se que as crianças tenderam a manter seus relatos correspondentes, isto é, relataram o valor de acordo com a carta que haviam pegado à exceção de três participantes do grupo 2.

Palavras-chave: comportamento verbal; correspondência fazer-dizer; tato distorcido.

UM ESTUDO DO REAPROVEITAMENTO DE SACOS DE CIMENTO PARA FABRICAÇÃO DE BLOCOS DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL

Aluno bolsista: Leonardo Ramalho Sales
leosales.wow@gmail.com
Professor orientador: MSc. Rodrigo Alexandre Ribeiro Ferreira
rodrigo.alexandre@uniceub.br
UniCEUB – Engenharia Civil

É importante a tentativa de contornar o problema da enorme quantidade de resíduos gerados pelo setor da construção civil, que está em plena expansão e demanda mais cimento embalado em papel *kraft*, com excelentes propriedades físicas e mecânicas. Não há preocupação com o destino dos sacos de cimento vazios após o seu uso, o que pode causar danos ao solo e aos recursos hídricos. A dificuldade relacionada à reciclagem e a falta de orientação são algumas causas da disposição incorreta do resíduo geralmente jogado em lixões ou queimado, soluções que são consideradas inadequadas e que podem gerar mais danos. Este trabalho visa encontrar uma solução sustentável para minimizar os impactos dos sacos de cimento vazios, reutilizando-os após o descarte por meio da fabricação de blocos de concreto pré-moldados. Mediante análises, pôde-se perceber que o *kraft* deixa de ser reaproveitado por conta dos resíduos de cimento e da falta de conhecimento específico. No objeto deste estudo, foi implantado um método de liquidificação dos sacos de cimento, transformando-os em uma polpa, para, assim, ser usados como aditivos na fabricação de blocos de concreto sem função estrutural. Os blocos fabricados foram levados ao laboratório e submetidos à análise de resistência à compressão, verificando se houve ou aumento, ou perda de resistência. Dessa forma, foi possível captar os dados necessários para chegar-se à conclusão quanto à reutilização dos sacos de cimento, diminuindo os possíveis danos ao meio ambiente e propondo soluções sustentáveis ao problema.

Palavras-chave: construção civil; resíduos, reciclagem.

CIDADE E SUBJETIVIDADE: OS TRANSTORNOS PSICOSSOCIAIS NO ESPAÇO URBANO

Aluno bolsista: Leonardo Rocha Chaves
leonardo_mijatovic@hotmail.com
Professor orientador: Ronald Bello Ferreira
ronibello@gmail.com
UniCEUB – FATECS – Arquitetura e Urbanismo

A presente pesquisa tenciona apresentar um estudo que possibilite o entendimento das possíveis relações entre a forma urbana e os índices oficiais acerca de criminalidade, violência urbana, transtornos psicossociais e outros tipos de desagregação social. Assim, busca-se compreender as diferentes problematizações decorrentes das variadas formas dos espaços urbanos como consequência das diretrizes modernistas para a cidade e suas possíveis implicações na perda da civilidade nas relações sociais das cidades. Serão consideradas as relações das pessoas nos espaços de vivência e de uso comunitário, para verificar suas interferências na constituição de subjetividade. A intenção desta análise é verificar as interferências desses espaços quando desqualificados nos índices de desagregações sociais e emocionais que influenciam a perda e o declínio da formação da subjetividade cidadã e comunitária. Diante disso, a pesquisa adotará elementos utilizados nos procedimentos avaliativos desenvolvidos em leituras e pesquisas bibliográficas, acerca da qualificação dos espaços urbanos e de suas relações com a constituição da cidadania, estabelecendo associações dos espaços públicos comunitários no desenvolvimento da cultura e das relações sociais com a formatação da subjetividade. Portanto, para este estudo, foram visitadas áreas centrais das regiões administrativas de Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Planaltina, a fim de estabelecer, além da relação de desqualificação dos espaços públicos comunitários e suas associações com a exclusão, os transtornos psicossociais e a marginalização social apresentada nos índices de criminalidade, as possíveis transformações, curas e cuidados a ser implantados nos espaços para o resgate do convívio social-comunitário, capaz de promover, novamente, o desenvolvimento humano e civilizatório.

Palavras-chave: espaços urbanos comunitários; subjetividade; transtornos psicossociais.

UMA ANÁLISE DA IGUALDADE FORMAL DAS NORMAS JURÍDICAS BRASILEIRAS E DA DESIGUALDADE MATERIAL ENTRE GÊNEROS NA SOCIEDADE: O CASO DA PUBLICIDADE

Aluna bolsista: Letícia Ramos Xavier Régis
Orientadora: Ana Izaura Pina Rodrigues
UniCEUB – FAJS – Direito
Leticia_rxr@hotmail.com

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, em perspectiva histórica, sociológica e jurídica, a desigualdade material entre gêneros em contraposição à igualdade formal das leis. O sistema jurídico, ao mesmo tempo em que declara a igualdade entre os sexos na Constituição Federal, nos artigos constitucionais e nas leis infraconstitucionais, privilegia a mulher, afirmando-lhe em posição de igualdade, e, em alguns casos, de vantagem sobre o homem. Porém, neste trabalho, verifica-se que esta é uma tentativa de alcançar a realidade fática de notável desigualdade, em que a mulher é o gênero que se encontra em posição de inferioridade social. Os avanços jurídicos dos direitos da mulher têm a finalidade de diminuir a diferença historicamente construída e enraizada na sociedade, juntamente à evolução do seu papel sociopolítico, o que constitui um paradoxo quando comparados com a representação e a idealização da sua imagem em análises de propagandas publicitárias. Nesses anúncios, como os de cerveja, *lingerie*, joia e produto de limpeza, fica clara a violência simbólica contra a mulher. Evidencia-se que alguns se servem da exploração abusiva do corpo e da sexualidade femininos, descaracterizando a mulher como sujeito dotado de direitos e contribuindo para a conservação do quadro de sua objetificação. Notada essa contradição jurídico-social, o presente trabalho pretende apontar como principal ponto o fato de que, apesar dos avanços jurídicos, a publicidade reflete e reforça a idealização de papéis feminino e masculino que naturaliza e perpetua a hierarquia entre gêneros binários, opostos e desiguais. Finalmente, analisam-se as formas de regulação publicitária mediante dispositivos jurídicos e institutos responsáveis, capazes de evitar esse tipo de publicidade que possa degradar a imagem da mulher.

Palavras-chave: gênero; publicidade; igualdade formal e material.

AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS: REALISMO POLÍTICO, IDEALISMO E PONTOS CONVERGENTES

Bolsista: Lidiana da Silva Gomes
lidi.comcristo@hotmail.com
Orientadora: Renata de Melo Rosa
UniCEUB – Relações Internacionais – PIC

Esta pesquisa tem como foco central fazer uma análise comparativa da agenda de política externa do Brasil e dos Estados Unidos, identificando pontos de convergência e divergência nos mandatos de Dilma Rousseff e Barack Obama. Como resultado de construções políticas e históricas, a atitude política brasileira é vista como predominantemente idealista, e a norte-americana, como predominantemente realista diante da metodologia adotada e proposta pelos dois países na resolução de controvérsias, sobretudo no que tange ao conceito de segurança internacional. Isso gera diversidade de interpretações e agrupa variados interesses nacionais que, juntamente com outros fatores, estabelecem os pontos de convergência e divergência entre os dois mandatos. Em uma parceria denominada como estratégica, o governo Dilma estabeleceu um conjunto de cooperação bilateral em áreas, como educação, esportes, energia, infraestrutura, ciência, comércio, apoio político, reforma migratória, entre outras, a fim de haver maior crescimento dos dois países e estreitamento de laços entre eles. Apesar do trabalho conjunto nas Nações Unidas em temas, como direitos humanos, não proliferação, paz e segurança internacionais, as prioridades de cada diplomacia são geradoras de entraves que dificultam a construção de maior aproximação. Os dois países adotam posições políticas que se convergem, opõem-se ou se interpõem de acordo com o contexto, como, por exemplo, a posição de independência adotada pela política externa brasileira e o fortalecimento de atitudes contra-hegemônicas que prezam pelo multilateralismo. Dilma Rousseff, desde o início de seu mandato, tem afirmado que a política externa brasileira precisa trabalhar a favor do desenvolvimento nacional, portanto a aproximação estratégica com os Estados Unidos responderia a este objetivo. A despeito disso, tem fortalecido a consolidação dos BRICS e da aliança brasileira com os países do eixo Sul-Sul, buscando, assim, novos parceiros políticos internacionais e regionais como estratégia para o não alinhamento com os Estados Unidos. Do outro lado, o governo de Barack Obama tem priorizado as questões de segurança internacional e não tem enfatizado a relação com o Brasil como prioritária desde seu primeiro mandato, além de manter forte unilateralismo e horizonte de intervenção armada como método de resolução de crises internacionais. Existe nitidamente uma falta de interesse no desenvolvimento da relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Uma das barreiras que corroboraram esta hipótese é a desconfiança reforçada pelas revelações de espionagem em 2013, que causaram o cancelamento da visita de Dilma Rousseff a Washington e estremeceram as parcerias estratégicas em curso. Neste momento, Brasil e Estados Unidos encontram-se em um processo de reaproximação, portanto o empenho de mais esforços diplomáticos faz-se imprescindível para que as relações sejam retomadas e a agenda comum de política externa seja construída em uma parceria bilateral mais sólida.

Palavras-chave: política externa brasileira; política externa norte-americana; relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos.

QUALIDADE DE VIDA DOS ENFERMEIROS DE UM HOSPITAL TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Alunos bolsistas: Lucas Vicente de Sousa
lucas_sousav@hotmail.com
Valquiria Pereira da Silva
Valquíria_dasilva@hotmail.com
Orientador: Henry Maia Peixoto
UniCEUB – FACES – Enfermagem

Apesar da grande relevância social, a concepção sobre qualidade de vida apresenta conceito dinâmico, amplo, subjetivo e polissêmico, constituído por diferentes variáveis que tratam do tema e de sua aplicabilidade na melhoria da qualidade devida da população. Buscando contribuir para o esclarecimento dessa conjectura, este trabalho mensurou a qualidade de vida dos enfermeiros de um hospital terciário de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Este estudo descritivo utilizou dados quantitativos, coletados entre maio e junho de 2014, cuja amostra foi constituída por 71 enfermeiros que responderam a dois questionários, um para coletar variáveis profissionais, socioeconômicas e demográficas e outro para avaliar a qualidade de vida, denominado WHOQOL-BREF. Observou-se a preponderância do sexo feminino (76%) e da faixa etária entre 20 a 40 anos (66,2%). A maior parte dos enfermeiros entrevistados referiu ser solteira (47,9%), residir sozinha em casa ou apartamento (52,1%), não ter filhos (54,9%) e ter renda mensal acima de 10 salários m*ínimos (45,3%). Observa-se* que os dados sobre a vida profissional demonstram o predomínio dos enfermeiros com mais de 10 anos de formação (42,3%), dos que trabalham em serviço público, entre 0 a 5 anos (38%), dos com carga horária de 40 horas semanais (77,5%) e dos que não possuem outro vinculo empregatício (74,5%). Para investigar a qualidade de vida dos profissionais em relação a cada domínio, foram calculados os escores médios, o desvio padrão, os valores *máx*imos e mínimos desses domínios. Todos os escores dos domínios apresentaram valores similares de 59,8 (meio ambiente) e 68,08 (psicológico) e desvio padrão entre 13,65 (meio ambiente) e 19,7 (relações sociais). Neste escopo, o presente estudo traz implicações na construção de subsídios que esclarecem a situação profissional, podendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos enfermeiros. Os escores médios dos domínios da qualidade de vida demonstraram, em média, pouco impacto negativo nos entrevistados.

Palavras-chave: qualidade de vida; enfermeiro; hospital.

IDENTIFICAÇÃO DE ESTIRPES DE *BACILLUS THURINGIENSIS* PRODUTORAS DE PROTEÍNAS ISOLADAS DE SOLO DO CERRADO

Luiz Henrique Gontijo dos Santos
Cristiany Vieira Costa
Vanessa Sodré de Souza
Paulo Roberto Queiroz
UniCEUB, FACES, Biomedicina, PIBIC
paulo.silva@uniceub.br

Bacillus thuringiensis é uma bactéria gram positiva em forma de bastonete, geralmente encontrada em solo, podendo ser isolada de outros ambientes. Sua principal característica é a produção de cristais proteicos específicos que apresentam ação tóxica contra diversas classes de invertebrados e que são utilizados como agentes bioinseticidas. Além disso, produz bacteriocinas, que podem ter ação bacteriolítica ou bacteriostática contra outras estirpes de *Bacillus sp.* e contra bactérias de importância clínica, como *Pseudomonas aeruginosa*, *Klebsiella pneumoniae* e *Staphylococcus aureus.* O uso das bacteriocinas também é aplicado na indústria alimentícia e na inibição de bactérias patogênicas, como o *Clostridium botulinum*. O objetivo deste projeto é isolar estirpes de *B. thuringiensis* de solos de Cerrado, com potencial de aplicação em processos biotecnológicos. Ao todo, onze amostras foram coletadas de solo de Cerrado de diversos pontos da região central de Brasília. O isolamento foi realizado por meio de choque térmico, totalizando nove amostras caracterizadas como *Bacillus sp.* Após a utilização de métodos de coloração de gram e amido *black* e as avaliações macroscópicas e microscópicas, foram caracterizadas sete estirpes de *B. thuringiensis*, e uma delas apresentou produção de peptídeo com ação antimicrobiana. Assim, foi realizado um confronto com as demais estirpes e, posteriormente, dois bioensaios que objetivaram verificar se haveria inibição de crescimento pela formação de halos de crescimento em meio LB. Somente duas estirpes não sofreram inibição. Todos os testes evidenciaram a importância que as bactérias isoladas podem ter tanto na área de controle biológico quanto no combate a agentes que possuem relevantes implicações na prática clínica. Destaca-se a importância de futuras pesquisas, para explorar o potencial biotecnológico dessas bactérias.

Palavras-chave: bacteriocina; peptídios; inibição.

CAMPANHAS DIFAMATÓRIAS CONTRA ATIVISTAS DE DIREITOS SEXUAIS NO BRASIL

Aluna bolsista: Luíza Camurça Freitas
luizacamurca@gmail.com
Professora orientadora: Tatiana Lionço
tlionco@gmail.com
UniCEUB – Psicologia

A liberdade de expressão é entendida como o direito constitucional de comunicar, de forma oral ou escrita, o pensamento e a convicção de cada indivíduo. Entretanto, não é absoluta, o que a faz limitada em certas situações, como o anonimato e a violação dos direitos da dignidade humana. Dessa forma, em decorrência dos episódios de difamação feitos pela internet contra ativistas dos direitos humanos, a OAB mobilizou-se em discutir os casos, pois houve violação da imagem dos sujeitos e incitação à violência. A presente pesquisa objetivou conhecer as estratégias argumentativas adotadas nas campanhas difamatórias contra ativistas que militam pelos direitos humanos no Brasil, em especial os que lutam contra a homofobia. Esta é uma pesquisa qualitativa em que, para a coleta de dados, foi realizado levantamento de matérias difamatórias veiculadas na internet, por meio dos nomes próprios de dois personagens escolhidos por conveniência, ou seja, casos de difamação já públicos e de grande repercussão nas redes sociais. Para a obtenção dos dados, foi feita uma pesquisa pela internet, através do Google, com o nome próprio dos indivíduos, e, em seguida, foram filtrados os arquivos que continham conteúdo difamatório: textos de *blogs* e *sites,* comentários tanto de vídeos publicados sobre os próprios sujeitos quanto da rede social Facebook. A análise de dados foi pautada na teoria fundamentada, que possibilitou analisar os fenômenos por meio de quatro categorias: xingamento/ofensa; incitação à violência; justificativa bíblica da repulsa; justificativa moral da repulsa. A pesquisa permitiu compreender que as campanhas difamatórias contra ativistas os colocam em risco de sofrimento psíquico e sujeitos a ameaças de violência e que os sujeitos autores das difamações se justificam em preceitos religiosos e/ou morais particulares, para legitimar as violações sob o pretexto da liberdade de expressão.

Palavras-chave: discurso de ódio; fundamentalismo religioso; homofobia.

A EFETIVIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DADAS AO BRASIL POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS NOS CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL

Aluna bolsista: Manon Garcia
Professor orientador: Marcelo Varella
UniCEUB – FAJS – Direito
manongarcia_@hotmail.com

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa de material bibliográfico, jurisprudencial, estatísticas disponibilizadas em relatórios e estudos oficiais, livros, artigos e teses publicados no Brasil e no exterior. O objetivo é analisar a efetividade das medidas impostas ao Brasil por organismos internacionais nos casos de violência policial. A pesquisa analisa, com base em estatísticas, os índices de violência policial principalmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Verifica-se o que mudou no sistema brasileiro, a partir dessas medidas e quais são as principais falhas no ordenamento brasileiro que dificultam a melhoria do sistema. Por fim, foi utilizado o caso do massacre do Carandiru, considerado um divisor de águas, que mostra, claramente, quais eram as causas que facilitavam a impunidade policial. Por ser de grande repercussão, analisou-se concretamente o que foi feito para evitar que massacres como esses se repitam e quais foram as melhorias desenvolvidas logo após. O trabalho conclui que falta, por parte do Estado brasileiro, um acompanhamento rígido e uma cobrança efetiva em relação ao tratamento dos casos de violência policial. Isso contribui para a impunidade e a recorrência desses crimes. Um passo importante e recomendado pelos relatórios dos organismos internacionais seria criar núcleos autônomos de investigação para esses tipos de crimes.

Palavras-chave: organismos internacionais de defesa dos direitos humanos; violência policial no Brasil; massacre do Carandiru.

MÉTRICAS PARA MÉTODOS ÁGEIS DE DESENVOLVIMENTO

Angélica Toffano Seidel Calazans
Marcia Silva de Alvarenga
UniCEUB – FATECS – Análise e Desenvolvimento de Sistemas
marciasdealvarenga@gmail.com
Suporte Financeiro: PIBIC/CNPq

O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar as métricas voltadas aos métodos ágeis de desenvolvimento de sistemas e contextualizar a sua atuação. Para isso, foram conceituados os processos de desenvolvimento ágil, e identificados os métodos ágeis mais utilizados e suas etapas. Identificaram-se as métricas de tamanho, esforço, custo e qualidade, e foi analisada a aplicabilidade das métricas mais citadas. O método adotado foi o estudo de caso, e os instrumentos de coleta de dados foram a revisão de literatura e o método Delphi com Q-sort. O instrumento elaborado para aplicação do método Delphi com Q-sort foi construído de acordo com a revisão de literatura elaborada, e foram classificadas métricas referentes à produtividade e à qualidade. O estudo de caso foi realizado na área de desenvolvimento de *software* do Centro Universitário de Brasília, onde trabalham 22 indivíduos. Foram aplicadas três rodadas do Delphi com Q-sort, e a terceira apresentou nível de concordância satisfatório. Para análise dos dados, utilizou-se o *software* estatístico SPSS, o coeficiente Kendall's W e o coeficiente de correlação rho de Spearman. Os resultados mostram que, no contexto do estudo de caso analisado, as métricas *estórias ou funcionalidades entregues, lista de atividades concluídas e estimativas finais* foram as de produtividade consideradas de maior aplicabilidade. Foram constatadas as métricas de produtividade com menor aplicabilidade: *pontos de função entregues, linhas alteradas e linhas de código*. Com relação às métricas de qualidade, foram identificadas com maior aplicabilidade: *cliente – satisfação do produto, defeitos de resolução e equipe- moral*. Como métricas de menor aplicabilidade: *fator de teste,* commits *e configuração*.

Palavras-chave: desenvolvimento de sistemas; métricas; métodos ágeis.

XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão
Encontro de iniciação científica
De 30/9 a 02/10 de 2014
Compromissos da Educação Superior para a formação profissional

AVALIAÇÃO DA HABITAÇÃO QUANTO À QUALIDADE DE PROJETO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO: OS ESPAÇOS PÚBLICOS E COLETIVOS DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS

Aluna bolsista: Maria Carolina Amaral Miranda
carolinaamaralmiranda@gamil.com
Aluna voluntária: Fernanda Seganfredo Cavaignac
fseganfredo@gamil.com
Professora orientadora: Doutora Junia Marques Caldeira
UniCEUB – FATECS – Arquitetura e Urbanismo

O conceito de planejamento global enfrenta grandes desafios perante a complexidade das questões sobre a cidade e suas dimensões. Novas formas de organização demonstram uma tendência de ocupação e distribuição territorial, reforçando o processo de desigualdades socioespaciais. Os efeitos das transformações produzidas nos âmbitos socioeconômicos e físico-espaciais materializam um modelo de desenvolvimento urbano fundamentado na redefinição dos espaços públicos e privados. O presente trabalho busca, desta forma, analisar e compreender o modelo de ocupação dos condomínios residenciais fechados do Distrito Federal, espaço que se consolidou na década de 90, com aumento significativo nos últimos anos, introduzindo ideais de moradia que incorporam elementos de segurança privada, evidenciando os desejos de segurança e exclusividade de espaços coletivos. Desta forma, verifica-se a influência de aspectos específicos que se encontram associados à multiplicação desse fenômeno, como o crescimento demográfico, as políticas públicas e o mercado imobiliário. Observa-se forte tendência mundial da arquitetura da uniformização ou da homogeneização, ou seja, a formação de uma arquitetura globalizada, sendo os condomínios fechados um dos maiores exemplos, uma vez que esses espaços habitacionais são construídos com características similares ao redor do mundo. A pesquisa tem como estudo de caso o Conjunto Habitacional Jardins Mangueiral, com oito mil unidades residenciais, distribuídas em 15 quadras condominiais, com 3 modelos habitacionais: casas de dois quartos (53m^2), três quartos (68m^2) e apartamentos de dois quartos (44 m^2). O empreendimento, resultado de uma parceria público-privada, destina-se a atender a demanda por habitação no Distrito Federal e tem como órgão financiador a Caixa Econômica Federal no âmbito do programa do Governo Federal "Minha Casa, Minha Vida". Buscou-se analisar a configuração dos espaços públicos e coletivos implantados, visando ao debate sobre o uso e a apropriação desses espaços e sua relação com o território da cidade.

Palavras-chave: condomínios fechados; espaços **públicos** e coletivos; qualidade do projeto arquitetônico.

XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão
Encontro de iniciação científica
De 30/9 a 02/10 de 2014
Compromissos da Educação Superior para a formação profissional

IMPACTO DAS QUEIMADAS NOS RECURSOS HÍDRICOS: ESTUDO DOS EFEITOS DAS CINZAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO EMBRIONÁRIO DO PEIXE *DANIO RERIO*

GUARIEIRO, Mayara dos Santos[1];
FASCINELI, Maria Luiza[2],
GUIMARÃES, Wânia da Conceição[2] ;
BRITO, Darlan Quinta[3];
GRISOLIA, Cesar Koppe[2];
OLIVEIRA-FILHO, Eduardo Cyrino[1,3]
[1]Centro Universitário de Brasília – UniCEUB mayguarieiro@hotmail.com
[2]Universidade de Brasília – Laboratório de Genética Toxicológica
[3]EMBRAPA Cerrados – Laboratório de Ecotoxicologia - Planaltina - DF

No Brasil, o Cerrado constitui o segundo maior bioma. Na estação seca, a maior parte de sua biomassa aérea morre, favorecendo a ocorrência de incêndios. Desse modo, o presente estudo objetiva determinar os efeitos das cinzas de queimadas do Cerrado sobre o desenvolvimento embrionário de peixes da espécie *Danio rerio* (peixe-paulistinha), visando dimensionar o potencial efeito tóxico de uma contaminação dessa natureza. Para tanto, foram preparadas soluções de 1g/L de cinzas provenientes de duas áreas distintas do Cerrado do Centro-Oeste, as quais permaneceram em agitação durante 24 horas. Para obtenção de ovos, os peixes adultos foram acasalados na proporção de 1 fêmea para 2 machos. A água utilizada nos aquários foi proveniente da rede de abastecimento e previamente passada em um sistema de filtros de carvão ativado, filtro de nitrocelulose e filtro de luz ultravioleta. A temperatura foi mantida em torno de 27 ºC com pH = 7,5 ± 0,5 e fotoperíodo de 14 horas claro/ 10 horas escuro. Os ovos recém-fertilizados foram expostos em microplacas de 24 poços individualmente, durante o período de 96 horas, nas seguintes proporções 100%, 75%, 50%, 25%, 12,5% e grupo de controle (0%). A cada 24 horas, foram feitas análises para verificar registros de indicadores de mortalidade, como coagulação dos ovos, ausência de batimentos cardíacos, não descolamento da cauda e outras alterações ou atrasos no desenvolvimento, incluindo malformações. Estes procedimentos seguiram o que é recomendado pelo protocolo OECD 236. Em relação aos parâmetros físico-químicos, não se observaram alterações no oxigênio dissolvido (11ppm), mantendo-se a condição adequada em todos os grupos testados. Quanto ao pH, notou-se a elevação (6,9 – 8,1) e o aumento da amônia tóxica (0ppm – 0,50ppm) nos grupos 100%, 75% e 50%, cujas alterações não comprometeram a qualidade da água e não foram correlacionadas com alterações no desenvolvimento êmbrio-larval. Foram observadas alterações nos grupos expostos, como edemas cardíacos, alterações de equilíbrio, alterações na cauda, entretanto esses achados foram isolados e estavam presentes em todos os grupos experimentais, os quais não foram correlacionados com a exposição ao material-teste, o que resultou num quantitativo positivo de peixes saudáveis ao final do experimento.

Palavras-chave: toxicologia, cerrado, queimadas

O SOLO COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL

Aluno bolsista: Murillo Mendes Manente
UniCEUB – FATECS – Engenharia Civil – PIC
murillomendez@gmail.com

A estimativa atual é que a metade da população mundial – aproximadamente três bilhões de pessoas em seis continentes – viva ou trabalhe em construções feitas com solo. Em quase todos os climas quente-seco e temperado do mundo, o solo tem sido o material de construção predominante. Uma gama envolvente de equívocos são associados a esse tipo de construção. Muitos supõem que a técnica só é usada para habitação em áreas rurais pobres, mas há exemplos de aeroportos, embaixadas, hospitais, museus e fábricas que são feitos assim. É também assumido que o solo é frágil, efêmero quando, na realidade, alguns dos mais antigos edifícios existentes no planeta são feitos de solo. A Revolução Industrial trouxe as máquinas a vapor, ferrovias, indústrias, petróleo, energia elétrica, energia nuclear e, hoje, a informática e a robótica. Rompeu a barreira do desenvolvimento econômico, tecnológico e científico e deu aos homens a visão do progresso, em nome do qual grandes problemas foram criados: o consumo exagerado e a destruição dos recursos naturais. Esta pesquisa científica analisa o aproveitamento do solo de escavação e de movimentação na construção civil para a fabricação de tijolos de solo-cimento. Isto pode resultar em redução de custos para o construtor, além de ter a imagem "verde", que contribui em ações de *marketing*. Foram realizados testes com solo advindo do Setor Noroeste, local onde o depósito do solo de escavação foi um problema. Essa validação foi feita com base em ensaios de laboratório: caracterização do material (granulometria, limite de liquidez e plasticidade, massa específica dos grãos), seguida pela fabricação dos tijolos em prensa hidráulica. Todos os tijolos foram submetidos aos devidos testes (análise dimensional, absorção de água e resistência à compressão) segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Conclui-se que o material analisado pode ser utilizado em alvenarias não estruturais.

Palavras-chave: solo-cimento; tijolos; sustentabilidade.

ESTUDO DAS PROPRIEDADES DE BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS, COM ENCAIXES NA VERTICAL E HORIZONTAL, COM ADIÇÃO DE PARTÍCULAS DE BORRACHA DE PNEUS

Natália Barros Vianna de Oliveira (bolsista)
nataliabvoliveira@gmail.com
Paulo Henrique de Sousa Pereira (voluntário)
paulohsousap@gmail.com
Jairo Furtado Nogueira (orientador)
jairo.nogueira@uniceub.br
UniCEUB – FATECS – Engenharia Civil

O processo de urbanização nas grandes cidades, o crescimento populacional e a maior utilização de materiais descartáveis geram expressivo aumento do número de resíduos no ambiente. Observa-se o reaproveitamento de alguns tipos de resíduos, como, por exemplo, os produzidos pela construção civil. A mesma situação não ocorre com outros, como a borracha proveniente dos pneus de automóveis. Uma alternativa para o seu reaproveitamento consiste na utilização do pneu triturado como material de substituição parcial do agregado graúdo em concretos. Este trabalho teve como objetivo avaliar o potencial de utilização do resíduo do pneu como substituição ao agregado graúdo e o processo de fabricação com vibração mecânica de blocos intertravados de concreto utilizado na produção de blocos para alvenaria de vedação. A avaliação das características físicas e mecânicas do concreto e dos materiais foi efetuada em conformidade com as normas da ABNT. Apresentam-se os resultados experimentais de concretos de baixa resistência em tempos de curas diferentes e com taxa de adição de pneu de borracha triturado. Verificaram-se os resultados satisfatórios com substituições de 5% do agregado miúdo mineral pelo resíduo de pneu e o bom desempenho da forma de bloco intertravado. Finalmente, os dados revelam que é possível obter taxa ótima de adição sem que ocorram perdas significativas para a resistência à compressão do concreto com adições. Os blocos feitos com prensa manual apresentam intertravamentos entre si que melhoram a resistência e a rigidez da alvenaria.

Palavras-chave: bloco; borracha; ensaio; sustentabilidade.

INTERNET, REDES SOCIAIS E AVAAZ: CONSTRUINDO UMA CULTURA INCLUSIVA E DEMOCRÁTICA

Aluno bolsista: Pedro Cardoso Alves
pedro.cardoso1989@gmail.com
Professora orientadora: Ana Flávia do Amaral Madureira
UniCEUB – FACES – Psicologia – PIC

A presente pesquisa focaliza as peculiaridades dos fenômenos sociais e suas relações com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Conforme o acesso à internet se expanda, tornando-se presente no cotidiano de indivíduos de diferentes idades e classes sociais, o mundo virtual amplia-se, as ferramentas virtuais, como o Facebook e o Avaaz, tornam-se estruturantes das relações interpessoais e das atividades sociais. De forma específica, a pesquisa tem como foco questões relativas ao Avaaz e à participação nas manifestações que ocorreram no Brasil, em 2013 e em 2014. Em termos metodológicos, foram realizadas oito entrevistas individuais e semiestruturadas, gravadas em áudio, com o consentimento dos participantes, sendo quatro do gênero feminino e quatro do gênero masculino, na faixa entre 20 e 28 anos, universitários em nível de graduação ou mestrado. Os participantes são ou foram usuários do Avaaz desde, no mínimo, as manifestações de junho de 2013, no Brasil. A transcrição das entrevistas permitiu a construção de categorias analíticas que orientaram o trabalho interpretativo, facilitando a articulação entre os indicadores empíricos e a base teórica da pesquisa: Internet, redes sociais e Avaaz: ferramentas de manifestação política e seus impactos no Brasil e no mundo; Avaaz e movimentos políticos brasileiros, aspectos identitários, afetivos e ideológicos; novas tecnologias de informação e comunicação no contexto político brasileiro, críticas e sugestões. Os resultados apontam para um sentimento ambivalente em relação ao uso da internet nos processos políticos, podendo configurar-se como uma ferramenta tanto de mudança social quanto de comodismo segundo os participantes. Contudo, de modo geral, apresentam-se visões otimistas em relação ao uso da internet e de sua integração em movimentos sociais e políticos, em contrapartida à crítica negativa e pessimista sobre a política brasileira, no discurso dos participantes.

Palavras-chave: Avaaz; movimentos sociais e políticos; virtualidade.

GAMIFICAÇÃO DOS SINAIS MIOELÉTRICOS E PROPOSTA DE UM CONTROLE INTELIGENTE DE PRÓTESE MIOELÉTRICA PARA MEMBROS SUPERIORES

Bolsista: Pedro Henrique Cantuária Lôbo
phlobo8@gmail.com
Orientador: Luciano Henrique Duque
UniCEUB – Engenharia Elétrica

O projeto consiste em trabalhar com os sinais mioelétricos produzidos pelo sistema nervoso do indivíduo, captados e filtrados com o *hardware* condensador, os circuitos integrados e os componentes ativos e passivos corretamente dimensionados para o melhor desempenho em diversos tipos de pacientes. Após a primeira etapa de filtragem, segue o momento de conversão do sinal analógico para o digital, em que ocorre nova filtragem com filtros passa baixa e passa alta, processada pelo microcontrolador que utiliza técnicas de sinal digital. Entre elas, as mais utilizadas são a Transformada de Fourier e sua derivada FFT (Fast Fourier Transform), especialmente indicada para trabalho computacional de sinais. O sistema proposto possibilita a aplicação em deficientes de ordem física, auxiliando a construção de próteses e dispositivos que simulem determinado movimento ou ação perdida pelo paciente. Os testes laboratoriais propiciam a aplicação do sistema no tratamento fisioterapêutico, pois, com a aquisição do sinal produzido, pode-se ter um *feedback* dos avanços do músculo tratado e a melhor compreensão do caso para o correto dimensionamento do tratamento. O projeto tem *games* que interagem com o músculo a ser tratado e estimula o paciente na realização dos exercícios fisioterapêuticos solicitados.

Palavras-chave: sinal mioelétricos; prótese mioelétrica; processamento de sinais.

IMPLANTAÇÃO DO TELHADO VERDE NO PROJETO E EXECUÇÃO DO RETROFIT NO BLOCO 02 DO UNICEUB

Rebecca Gissoni Almeida – bolsista
rebeccagissoni@gmail.com
Guido Venceslau Barusco Almeida Júnior – voluntário
barusco@live.com
Gabriel Seabra Mendes Gomes – voluntário
seabramg@hotmail.com
Sara Prado Novais Moura – voluntária
sarapnm@gmail.com
Maruska Tatiana Nascimento da Silva – orientadora
Maruska.silva@uniceub.br
UniCEUB – FATECS – Engenharia Civil

Os problemas de aquecimento global, efeito estufa, ilhas de calor são decorrência, em parte, das atividades da construção civil. Como forma de reverter esses desafios, tem-se aplicado a tecnologia do telhado verde nas grandes cidades, proporcionando benefícios, como: isolamento térmico e acústico, redução de temperaturas, biodiversidade, estética, manejo de águas pluviais, entre outros. A tecnologia do telhado verde pode ser aplicada em construções novas, reformas e modernizações das edificações, ou seja, no *retrofit* das construções. Para tanto, devem ser realizados estudos, a fim de verificar a viabilidade da implantação dessa tecnologia, principalmente, na modernização das construções que pode apresentar custos mais elevados do que implantações novas. Nesta pesquisa, o objetivo principal foi realizar estudos referentes ao telhado verde, tendo em vista propor essa tecnologia para o bloco 02 do UniCEUB, especificamente na área da Biblioteca. A análise abrangeu dois aspectos: a tecnologia, com a construção de módulos experimentais de diferentes fornecedores para verificação da melhor opção que se adapta às condições de Brasília em questões construtivas e de vegetação aliadas ao clima; os benefícios que a tecnologia traria para o bloco 02 em relação à eficiência energética proporcionada pelo uso do telhado verde, com medições de temperatura e umidade da área externa e interna do edifício. Além disso, foi feita avaliação sobre as condições atuais de gastos energéticos com equipamentos de ar-condicionado. Assim, foi proposto um pré-projeto para a cobertura do bloco 02, tendo em vista posterior implantação e melhor montagem para o telhado verde.

Palavras-chave: telhado verde; construção sustentável; tecnologia.

ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: CALÇADAS DA ASA NORTE

Sarah Rosa Wahrhaftig França Campos – bolsista
sahcampos94@gmail.com
Sérgio de Oliveira e Silva Neto – voluntário
sergiooliveiradf@gmail.com
Saulo Tenório Gondim Batista – voluntário
saulo.tenorio@gmail.com
Professor orientador: José Galbinski – Ph.D.
jose.galbinski@uniceub.br
UniCEUB – Arquitetura e Urbanismo

Passados 53 anos da inauguração da capital do Brasil, a cidade mantém traços da época de sua construção, porém já é tempo de corrigir alguns problemas. A pesquisa tem como objeto o resultado das relações entre o uso e a materialidade dos espaços públicos de Brasília, especialmente as calçadas da Asa Norte. De maneira a avaliar as condições em que se encontram esses espaços, a análise revela elementos arquitetônicos e de urbanização que desestimulam ou inibem a sua utilização. Foram verificadas as calçadas das ruas dos comércios locais Norte que incitam perturbação à população. Os espaços públicos proporcionam elementos primários de interação e intimidade da pessoa com a cidade em que habita. A rua oferece circunstância favorável ao encontro furtuito e ocasional, a relacionamentos informais e à interação das pessoas. Esse espaço público é mais do que um mecanismo de circulação urbana, tem uma função social maior, pois é o *locus* da percepção da existência do outro, do sentimento de solidariedade, do espaço gregário por excelência. Assim, elabora-se um estudo positivo com base em dados concretos dos quais emerja entendimento descompromissado e proativo dos espaços públicos de Brasília, suas ruas e calçadas. Esta pesquisa tem caráter qualitativo embasado em levantamentos de dados quantitativos. Após devida investigação e divulgação, visa-se instigar propostas condizentes com a realidade para melhorias em espaços públicos.

Palavras-chave: calçadas; ruas; espaços públicos.

PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE ÁGUA EM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Autor: Tales Ramalho Salim
Orientadora: Prof.ª Dra. Eliete Pinho de Araujo
UniCEUB – FATEC – Arquitetura e Urbanismo
E-mail: tales.ramalhosalim@gmail.com
PIBIC 2013

A água pura é mercadoria rara, e o desperdício é uma prática comum. Seu mau uso, aliado à crescente demanda pelo recurso, preocupa especialistas e autoridades no assunto. Alguns autores afirmam que o reúso da água consiste em uma tecnologia desenvolvida em menor ou maior grau, dependendo dos fins a que se destina a água e de como ela tenha sido usada anteriormente. Outros apontam que a necessidade de reúso é uma opção inteligente no mercado mundial e que a aplicação desta tecnologia está no conceito de sustentabilidade dos recursos ambientais. Estabelecidas as necessidades de dada comunidade, deve-se buscar a implantação de programas de conservação em edificações que favoreçam ações técnicas mais apropriadas e economicamente viáveis, para otimizar o uso da água, resguardando a saúde dos usuários e o perfeito desempenho dos sistemas envolvidos. Este estudo busca implantar procedimentos para a execução de um programa de gestão de água no condomínio Jardim Botânico, situado na cidade de Brasília, Distrito Federal, considerando os aspectos comportamentais e organizacionais. Para isso, foi necessário verificar o consumo quantitativo e qualitativo de água potável nas edificações, além de desenvolver medidas que levaram à redução de desperdício, perda e uso excessivo e ao reúso das águas das chuvas de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Assim, fez-se o diagnóstico do conjunto habitacional no setor de condomínios, mediante um levantamento de dados quantitativos e estatísticos do consumo, referente às ações e às atividades que têm influência sobre o consumo e o desperdício de água, e uma avaliação de oferta e demanda, até chegar-se a alternativas tecnológicas e definição efetiva das soluções para conservação de água. Os resultados apontaram que, para um condomínio desse porte, seria viável a reutilização das águas pluviais para irrigação ou limpeza do espaço verde público, minimizando a responsabilidade e os gastos dos condôminos com a área de lazer, e para a descarga dos vasos sanitários. Bastaria construir um reservatório de água, o que foi proposto à administração do condomínio.

Palavras-chave: reúso de água; conjunto habitacional; desenvolvimento sustentável.

ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DOS ALELOS QUE CODIFICAM A ENZIMA 5,10-METILENOTETRAHIDROFOLATO REDUTASE (MTHFR)

Thaís Manhães Eleutério
Amanda Fukuyoshi Barbosa
Marina Araujo Simões de Carvalho
Paulo Roberto Queiroz
UniCEUB, FACES, Biomedicina, PIC
paulo.silva@uniceub.br

O ácido fólico é extremamente importante para as funções celulares do organismo, participando ativamente de vários processos biológicos, como a reprodução e a diferenciação celulares. A enzima 5,10-metilenotetrahidrofolato redutase (MTHFR) assume papel primordial no metabolismo dos folatos, como, por exemplo, a homocisteína em metionina, diminuindo o risco de doenças cardíacas. Dessa forma, mutações descritas no gene MTHFR já foram correlacionadas ao aumento do risco de doenças cardiovasculares. Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento da frequência de mutações dos alelos da enzima 5,10-MTHFR e correlacioná-lo com índices hematimétricos e dosagens bioquímicas. Procedeu-se à coleta de 15 ml de sangue periférico de 30 participantes da pesquisa no período de novembro de 2013 a junho de 2014. Em seguida, fizeram-se as contagens de hemácias, diferencial dos leucócitos e de leucócitos. Na sequência, realizaram-se as dosagens de hematócrito, hemoglobina e bioquímicas para a determinação do lipidograma, TGO/TGP, glicose, ureia, creatinina e ácido úrico. Os participantes da pesquisa responderam a um questionário cuja função era avaliar o nível de conhecimento a respeito dos alimentos que são fontes naturais de ácido fólico. Por fim, 5 ml do sangue periférico foi submetido à extração de DNA e à amplificação por método molecular com iniciadores de PCR para a identificação do gene MTHFR. Dos resultados obtidos, observou-se grande heterogeneidade, o que não possibilitou a correlação imediata entre determinado parâmetro hematimétrico bioquímico e possível disfunção do gene MTHFR. Além disso, a análise molecular indicou homogeneidade no alelo do gene MTHFR, não permitindo a correlação imediata entre os parâmetros avaliados neste estudo. A análise dos questionários propiciou observar que os participantes da pesquisa não possuem uma visão adequada de quais fontes alimentares são doadoras naturais de ácido fólico. Em razão da quantidade de dados obtidos, outras análises serão realizadas, visando correlacionar os parâmetros analisados com o nível de conhecimento do participante da pesquisa a respeito da conduta alimentar do ácido fólico.

Palavras-chave: índice hematimétrico; bioquímica; homocisteína.

TRAVESTIS ENCARCERADAS, VIOLÊNCIA E DILEMAS DENTRO DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL

Thâmisa Mara Reis de Almeida – orientanda
thamireis@hotmail.com
Tatiana Lionço – orientadora
tlionco@gmail.com
UniCEUB – FACES – Psicologia – Programa Novos Saberes

A presente pesquisa qualitativa objetivou conhecer, por meio de notícias veiculadas na internet, as condições em que estão encarceradas as travestis nos presídios masculinos brasileiros. O presídio como uma instituição total é refratário a observadores externos, portanto, como estudo preliminar, foi feito um levantamento de dados sobre notícias públicas a respeito da situação das travestis encarceradas, pela internet. Cabe salientar que há escassez de pesquisa científica no que se refere à situação das travestis em um sistema penitenciário. Sendo assim, este estudo pode contribuir com a sistematização de informações que sirvam para identificar violações de direitos humanos e sociais das travestis em situação de encarceramento de modo a promover a melhoria do cumprimento das políticas públicas, além da qualificação dos serviços. As notícias foram levantadas pelo Google, adotando os termos *travestis*, *presídios*, *penitenciária* e derivados. Foi verificado por meio da análise das notícias levantadas que as travestis são desumanizadas e objetificadas neste contexto, sendo usadas como moeda de troca entre demais detentos das unidades penitenciárias. Além disso, sofrem cerceamento em sua expressão de gênero, tais como, impedimento do uso do nome feminino, obrigatoriedade no corte de cabelos e abandono de vestimentas femininas. Uma forma de violência revelada foi a de serviços forçados nas celas, inclusive sexuais, abusos frequentes e agravos à saúde. Também foram encontradas notícias que relatam experiências exitosas para a garantia de direitos das travestis em presídios, como, por exemplo, as alas separadas, com impacto positivo nas unidades penitenciárias que as adotam. Tendo em vista a Resolução 11, de 30-1-2014, que dispõe sobre a atenção às travestis e às transexuais no âmbito do sistema penitenciário, publicada pela Secretaria de Administração Penitenciária – SAP, recomenda-se estudo nos presídios, para verificar a situação das travestis e primar pela implementacão de política pública de proteção e garantia de direitos.

Palavras-chave: travestis; violência; penitenciária.

O EMPREGO DAS ARTES NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Bolsista: Vera dos Santos Nascimento
UniCEUB – FACES – Geografia
verasnascimento@uol.com.br

A história da ciência geográfica foi marcada pela fragmentação de seu conteúdo, pelo distanciamento do aluno de sua realidade, pelo excesso de teoria e por poucas atividades práticas, além da priorização da memorização de conteúdos descritivos, como detalhes físicos e nomes de lugares ou países, sem questionamento das informações, o que contribuiu para dificultar a aprendizagem. Com o intuito de reverter este quadro, busca-se adotar a interdisciplinaridade, como recomendada nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC). A integração de outras *áreas*, como Literatura, História, Língua Portuguesa, Ciências Naturais, Música e Artes, além de provocar nos alunos maior interesse e curiosidade sobre os temas ligados ao conhecimento geográfico, contribui para enriquecer o ensino da Geografia. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o emprego de artes visuais, mais especificamente o desenho como recurso pedagógico que contribui para o desenvolvimento de habilidades, como noções de localização e proporção, bastante relevantes para o ensino aos alunos do ensino fundamental. O presente trabalho teve como base uma pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos científicos, periódicos, *sites* da Internet e instrumento de coleta de dados. Foi aplicado questionário, para analisar o uso do desenho como recurso no ensino dos conteúdos geográficos uma vez que contribui para desenvolver nas crianças o sentido de referência e orientação espacial. Questões foram levantadas a respeito da capacitação dos professores e dos recursos disponíveis nas escolas e analisadas mediante as respostas de quatro professores de Geografia de instituições públicas de ensino: dois do Centro de Ensino Fundamental 410 Norte e dois do Centro de Ensino GISNO.

Palavras-chave: geografia; ensino; artes.

ANÁLISE DO NÍVEL DE DOR, DA FLEXIBILIDADE E DE TESTES DE APTIDÃO FÍSICA EM PACIENTES ACROMEGÁLICOS

Aluno bolsista: Vitor Vicente da Silva
Aluno voluntário: Vinícius Fonsêca Neves da Silva
Professora orientadora: Renata Aparecida Elias Dantas
UniCEUB – FACES – Educação Física
profrenataelias@yahoo.com.br

A acromegalia pode ser classificada como uma doença crônica que traz debilidade. A literatura mostra um aparecimento de 3 a 4 casos por milhão de pessoas. No Brasil, diagnostica-se por volta de 40 a 70 novos casos por milhão de habitantes, e cerca de 70% dos pacientes mostram comprometimento de articulações, principalmente do quadril, do joelho e do ombro. Estudos sugerem que a medida da flexibilidade pode contribuir com as implicações das diferentes amplitudes de movimentos para os vários objetivos: desempenho desportivo, saúde e doença. Além disso, a flexibilidade é essencial para ganhos de agilidade e destreza, que são importantes para o incremento da capacidade funcional do corpo. Esta pesquisa é caracterizada como um estudo transversal, correlacional e descritivo. O objetivo é realizar uma análise do nível de dores articulares e da coluna, do nível de flexibilidade e dos testes de aptidão física para as atividades de vida diária de indivíduos com acromegalia. A amostra foi composta por 40 indivíduos (20 do sexo feminino e 20 do sexo masculino), portadores de acromegalia sem sintomas agudos e aptos à prática de testes físicos, com idade média de 49,64 IC (45,59-53,69) anos. Utilizou-se a Escala Visual Analógica (EVA) para análise do nível de dor, o teste de medida em ângulo (flexímetro) e o teste de sentar-se e alcançar (em centímetros) o índice de flexibilidade. Além disso, foram aplicados testes de aptidão física para movimentos da vida diária. Em relação aos níveis de dores articulares, os participantes relataram ter dor em uma ou mais articulações de forma crônica, mas com baixa intensidade. Observou-se que, nas regiões de dor, o joelho foi a articulação em que os participantes sentem mais (23,3% de dor leve, 33,33% moderada e 6,66% de dor intensa). Na coluna torácica, 19,98% dos pacientes sentem dor leve, 13,32%, dor moderada, e 3,33%, dor intensa; na região dos punhos e das mãos, 19,98% dos pacientes sentem dor leve, e 19,98%, dor moderada. Também se constatou, ao comparar a percepção do nível de dor com o nível de flexibilidade por articulação de cada paciente que os que apresentaram índices de flexibilidade abaixo da média demonstraram dores articulares. Os indivíduos que apresentaram dor no ombro, no cotovelo e na coluna mostraram um nível de flexibilidade classificada como baixa, 50% dos pacientes que apresentaram dor no quadril obtiveram baixo nível de flexibilidade, os outros 50% demonstraram nível de flexibilidade moderadamente baixo. Dos pacientes com dores no joelho, 45% apresentaram nível de flexibilidade moderadamente baixa, e 55%, nível de flexibilidade baixa. Nos testes de aptidão física para atividades diárias, a média do teste de velocidade de levantar-se sentado foi de 3,76 segundos, a de levantar-se deitado foi de 4,41 segundos, a de subir escadas, 12,86 segundos, e o teste de flexibilidade (sentar-se e alcançar) foi de 28,32 cm. Concluiu-se que os pacientes acromegálicos obtiveram resultados abaixo da média para a flexibilidade articular e sentiram algum tipo de dor em mais de uma região do corpo, de forma crônica. Além disso, apresentaram resultados baixos quando comparados com estudos realizados em idosos.

Palavras-chave: acromegalia; dores articulares; atividades de vida diária.

WEBSITE OFICIAL DA EMBAIXADA DO HAITI

Orientadores:
Roberto Lemos
Comunicação Social
Renata de Melo Rosa
Relações Internacionais
Estudantes:
César Guilherme
Publicidade e Propaganda
Frederico Araújo
Publicidade e Propaganda
Lucas Mazzo
Relações Internacionais
Rafael Mesquita
Relações Internacionais

Este projeto de pesquisa tem como objetivo fornecer à Embaixada do Haiti um produto digital na modalidade *website* como forma de incremento da rede de relacionamento dos haitianos que vivem no Brasil e que precisam de um recurso rápido para a resolução de seus problemas consulares e jurídicos junto ao governo haitiano. A necessidade de modernização diplomática é um imperativo nas sociedades modernas, cujos fluxos de pessoas, bens e capital tornou-se a base das relações sociais. A partir de 2010, milhares de haitianos aportaram ao Brasil, pelas fronteiras terrestres dos estados no norte do país, como Amazonas e Acre. Após 4 anos de imigração ininterrupta de haitianos, a Embaixada do Haiti aumentou, significativamente, a demanda para a obtenção de documentos dos imigrantes e todas as formas de regularização exigidas pelo governo haitiano, as quais só podem ser feitas por meio da Embaixada sediada em Brasília. Com a criação de um *website*, a Embaixada poderá otimizar seu processo de regularização dos documentos dos cerca de 7 mil imigrantes haitianos no Brasil e expor, de maneira organizada, todas as potencialidades do país de modo a atrair investidores brasileiros ou de países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) e aumentar a interação com os cidadãos brasileiros e com o corpo diplomático em Brasília. Os objetivos deste produto são: modernizar o processo de comunicação da Embaixada do Haiti no Brasil; promover maior interação digital entre os cidadãos haitianos residentes no Brasil ou os interessados em vir ao Brasil por meio de um *website*; propor conteúdos que dialoguem com a política externa haitiana; propor conteúdos que instrumentalizem turistas e investidores brasileiros a conhecer melhor o país por meio da disponibilização de mapas de turismo e de investimentos no país; propor conteúdos que dialoguem com o projeto de desenvolvimento do Haiti determinado pelo governo haitiano; instrumentalizar estudantes e professores do UniCEUB com o universo de demandas diplomáticas existentes em Brasília; aumentar a capacidade do UniCEUB em oferecer produtos de qualidade compatíveis com a demanda do mercado diplomático de Brasília e do Brasil.

Palavras-chave: comunicação digital; relações bilaterais; Brasil; Haiti;

GRUPOS DE PESQUISA

A RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS SOCIAIS INSTITUÍDAS E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Elizabeth Tunes
elizabeth.tunes@uniceub.br
Carlos Augusto de Medeiros
carlos.medeiros@uniceub.br
Ingrid Lilian Fuhr Raad
ingridlfra@gmail.com
Ana Flávia do Amaral Madureira
madureira.ana.flavia@gmail.com
UniCEUB – FACES – Psicologia
elizabeth.tunes@uniceub.br

O grupo de pesquisa intitulado *A relação entre práticas sociais instituídas e desenvolvimento cultural* faz parte da linha de pesquisa denominada *Cultura, processos psicossociais e educativos*, é liderado pela primeira autora e é integrante do curso de Mestrado em Psicologia, do UniCEUB. As pesquisas são dedicadas ao estudo da relação entre as práticas sociais instituídas e o desenvolvimento psicológico, tendo por base a teoria histórico-cultural. Recentemente, foi concluído um projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq, cujo objetivo é estudar a emergência e o desenvolvimento da reação estética na criança, fundamentando-se nas ideias de Vigotski sobre a psicologia da arte. No momento, realizam-se estudos sobre questões ligadas à escola e à infância, visando a compreender os modos de conhecimento instituídos no contexto escolar; sobre a infância e o desenvolvimento infantil; sobre o desenvolvimento do pensamento por conceitos, com destaque para a relação entre conceitos científicos e cotidianos; sobre a brincadeira infantil; sobre o desenvolvimento atípico; sobre as questões de gênero e de preconceito. O grupo tem nove pesquisadores pertencentes ao UniCEUB, à Universidade de Brasília e à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também participam estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de graduação das três instituições mencionadas. Um dos produtos das atividades do grupo pode ser encontrado em http://repositorio.uniceub.br/handle/235/4409, que se trata de uma coletânea organizada no livro *O fio tenso que une a Psicologia à Educação,* com textos que examinam a relação entre essas duas áreas do saber.

Palavras-chave: psicologia histórico-cultural; desenvolvimento psicológico; processos educativos.

AVALIAÇÃO DA HABITAÇÃO QUANTO À QUALIDADE DO EDIFICADO, DO PROJETO ARQUITETÔNICO E À ADEQUAÇÃO À DEMANDA DOS USUÁRIOS OBJETO DE ESTUDO: JARDIM MANGUEIRAL, BRASÍLIA-DF

Prof. Dr. Leonardo de Oliveira
leonardo.oliveira@uniceub.br
Prof.Dra. Junia Marques Caldeira
junia.caldeira@uniceub.br
Fabiana Lemos
Monitora de Conforto Ambiental | UniCEUB – FATECS Arquitetura e Urbanismo
Carolina Radica
Estudante e Pesquisadora Bolsista PIC UniCEUB

O conceito de planejamento global enfrenta desafios perante a complexidade das questões sobre a cidade e suas dimensões. Novas formas de organização demonstram uma tendência de ocupação e distribuição territorial que atinge diretamente o tema da moradia. A presente pesquisa busca analisar e compreender o modelo de ocupação dos condomínios residenciais fechados do Distrito Federal, espaço residencial que se consolidou na década de 90, com aumento significativo nos últimos anos, introduzindo novos ideais de moradia que evidenciam modelos de segurança privada e exclusividade de espaços coletivos. Sob a perspectiva de antecedentes históricos, observa-se que a busca por moradias em ambientes fortificados não são fatores novos e atuais. Mediante antecedentes locais, observa-se a origem e a consolidação dos condomínios fechados no Brasil e a crescente relação entre sua proliferação e aceitação como ideal de moradia no território do Distrito Federal. Verifica-se uma tendência mundial da arquitetura da uniformização ou da homogeneização, ou seja, a formação de uma arquitetura globalizada, sendo os condomínios fechados um dos maiores difusores desse padrão uma vez que são construídos com características similares ao redor do mundo. No Brasil, os condomínios fechados surgiram, em sua maioria, na década de 1970, intensificando suas construções na década de 1980 e consolidando-se na década de 1990, como é o caso do Distrito Federal. A pesquisa tem como objeto de estudo o Conjunto Habitacional Jardins Mangueiral, localizado próximo ao Jardim Botânico, na região de São Sebastião. O empreendimento, resultado de uma parceria público-privada, destina-se a atender a demanda por habitação no Distrito Federal e tem como órgão financiador a Caixa Econômica Federal no âmbito do programa do Governo Federal "Minha Casa, Minha Vida". O conjunto é formado por oito mil unidades residenciais, distribuídas em 15 quadras condominiais, com 3 modelos habitacionais: casas de dois quartos (53m^2), três quartos (68m^2) e apartamentos de dois quartos (44 m^2). Além da investigação dos fatores que motivaram a implantação do condomínio e suas opções urbanísticas, a pesquisa desenvolve-se pela análise da configuração dos edifícios de uma de suas quadras, com ênfase nos condicionantes ambientais e na distribuição dos espaços públicos e coletivos implantados no conjunto, visando ao debate sobre o uso e a apropriação desses espaços e sua relação com o território da cidade.

Palavras-chave: projetos residenciais em condomínio; qualidade do projeto arquitetônico; desempenho ambiental.

ATIVIDADE FÍSICA SÁUDE E QUALIDADE DE VIDA

Renata Aparecida Elias Dantas;
Alessandro Oliveira Silva.
Docentes do curso de Educação Física da Faculdade de Ciências da Saúde e Educação do UniCEUB. Líderes do grupo de pesquisa. E-mail: profrenataelias@yahoo.com.br

No segundo semestre letivo de 2013, o grupo de estudos *Atividade física, saúde e qualidade de vida* reuniu-se todas as quartas-feiras, no horário das 11h20 às 12h30, na sala 9213 do bloco 9, de 20 de agosto a 20 de novembro de 2013. No ano de 2014, grupo reúne-se no mesmo dia e horário. Durante esse período, foram estudados temas na área de qualidade de vida, saúde e exercício físico. As publicações nesse período foram:

DANTAS, Renata Aparecida Elias ; PASSOS, Karine Elias ; PORTO, Lara Benigno ; ZAKIR, Juliano Coelho Oliveira ; REIS, Marcia Cristina ; NAVES, Luciana Ansaneli . Physical activities in daily life and functional capacity compared to disease activity control in acromegalic patients: impact in self-reported quality of life. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia (Impresso), v. 57, p. 550-557, 2013.

SILVA, J. M. ; LOBO, H. ; DANTAS, Renata Aparecida Elias ; NASCIMENTO, M. G. B. ; SILVA, Alessandro de Oliveira ; de Oliveira Silva A. ; MOTA, M. R. . Comparação do índice de flexibilidade em alunos do ensino fundamental de uma escola do Distrito Federal. Coleção Pesquisa em Educação Física, v. 12, p. 47-54, 2013.

SILVA, L. P. A. F. ; BORGES, J. C. S. ; TEIXEIRA, D. P. ; MOTA, M. R. ; LOBO, H. ; SILVA, Alessandro de Oliveira ; de Oliveira Silva A. ; DANTAS, Renata Aparecida Elias . Análise da obesidade infantil e sua relação com as aulas de educação física escolar. Coleção Pesquisa em Educação Física, v. 12, p. 23-30, 2013.

Resumos publicados em anais de congressos:

MOTA, M. R. ; AGUIAR, A. F ; Maurílio Tiradentes Dutra ; LIMA, F. D. ; FONTOURA, H. P ; DANTAS, R.A.E. . Identify the acute effect of active recovery and passive recovery on blood lactate after exercise.. In: In: 60th Annual Meeting and 4th World Congress on Exercise is Medicine of the American College of Sports Medicine, 2013, Indianápolis. In: 60th Annual Meeting and 4th World Congress on Exercise is Medicine of the American College of Sports Medicine, 2013. v. 45. p. 71-72.

MOURA, K. G. ; TEIXEIRA, D. N. P. ; BORGES, J. C. S.; SILVA, L. P. A. F.;DANTAS, R.A.E. . Análise do Desenvolvimento Motor de Crianças de 2 a 4 anos. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Palavras-chave: qualidade de vida; saúde; exercício físico.



CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS

Líderes:
Prof. Dr. Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto
UniCEUB – ICPD – presidente do CBEC, professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do UniCEUB (contato@ayresbritto.com.br)
Prof.ª Me. Lilian Rose Lemos Rocha
UniCEUB – FAJS/ICPD – membro do CBEC, coordenadora da pós-graduação lato sensu em Direito e professora da graduação em Direito do UniCEUB (Lilian.Rocha@uniceub.br)
Componentes:
Corpo docente
Prof.ª Dr.ª Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
UniCEUB – ICPD – membro do CBEC – professora da pós-graduação lato sensu em Direito do UniCEUB (bethgtr@gmail.com)
Prof. Me. André Pires Gontijo
UniCEUB – FAJS/ICPD – pesquisador associado e secretário executivo do CBEC – professor da graduação em Relações Internacionais, da graduação e da pós-graduação lato sensu em Direito do UniCEUB (andre.gontijo@uniceub.br)
Prof.ª Dr.ª Christine Oliveira Peter da Silva
UniCEUB – FAJS/ICPD – pesquisadora associada do CBEC – professora da graduação em Direito do UniCEUB (christinepeter@uol.com.br)
Corpo discente
UniCEUB – ICPD – Mestrado em Direito
Ana Caroline Pereira Lima
acarolinelima@gmail.com
Thiago Santos Aguiar de Pádua
tspadua@gmail.com
UniCEUB – ICPD – Pós-Graduação Lato Sensu em Direito
Caroline Matede Nakamura
carolinematede@gmail.com
Mariana Dutra Moraes Gomes
marianamrsgomes@gmail.com
UniCEUB – FAJS – Graduação em Direito
Alex Fowler Barros
alexfowlerbarros@icloud.com
Alicia Hartmann Monteiro
aliciahartmannmonteiro@gmail.com
Carlos Antônio de Brito Filho
fibrian@live.com
Débora Lídia de Morais Lopes
deboralidia@hotmail.com
Ênio Santiago Chagas Júnior
eninho1810@hotmail.com
Felipe Lourenço Abath Silva
felipe.lourenco93@yahoo.com
Flávia Aparecida Pires Arratia
flakarate@gmail.com
João Fernando Pereira Alves
joaopalves@outlook.com
Kelly Almeida Medeiros
kellyzinha_m@yahoo.com.br
Maria Beatriz de Albuquerque D'Antona
mbdantona@hotmail.com
Mylena Silva Costa
myleninha95@hotmail.com
Naiara Ferreira Martins
naiarafmarttins@gmail.com
Sarah Fischer
sarahfischer2003@hotmail.com
Victor Ricardo Freire Correia
victorri@oi.com.br

O Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais (CBEC) constitui-se em um espaço acadêmico de excelência na produção do conhecimento científico, em especial sobre temas relacionados aos valores constitucionais. No ano de 2014, um dos objetivos do CBEC é o desenvolvimento da linha de pesquisa sobre transdisciplinaridade, que envolve a interatividade de diversas experiências do cotidiano e o cotejo analítico dos valores previstos na Constituição. O grupo analisa temas transversais que operacionalizem a convivência multidisciplinar, como o "neocontratualismo" e a releitura do contrato social, o fenômeno do "rolezinho" sob a ótica da liberdade de expressão, da proporcionalidade, da livre iniciativa econômica e da filosofia da abundância, a discussão das biografias não autorizadas, a natureza jurídica das redes sociais e o papel da mídia na sociedade contemporânea. No 2º semestre de 2014, o grupo tratará da transdisciplinaridade mediante a interpretação e a concretização dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: transdisciplinaridade; direitos fundamentais; valores constitucionais.

CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima
Ana Costa Athayde Nunes,
Manuella Ribas Ramalho,
Mayara Alvarenga Queiroz,
Camila Camarano Oliveira,
Ana Clara Nogueira Brathwaite
UniCEUB – FACES
fernanda.lima@uniceub.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e suas anomalias. Os cromossomos foram descritos, no século XIX, como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual os cromossomos atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa apresenta três linhas de pesquisa que se resumem, principalmente, em estudos citogenéticos, em casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo Philadelphia em pacientes com leucemia mieloide crônica após o uso de inibidores de tirosino cinase. O grupo de pesquisa concluiu estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição. Esses distúrbios abrangem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Novos projetos de pesquisa foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica portadores do cromossomo Philadelphia, sob o efeito de inibidores de tirosino cinases. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos citados servem como material de estudo para estudantes do UniCEUB que se interessam por este campo de trabalho. No último ano, foram apresentados trabalhos em congressos internos e externos, com material obtido das linhas de pesquisa.

Palavras-chave: leucemia; cromossomo Philadelphia; tirosino cinase; infertilidade; abortamento.

CONVIVÊNCIA E SAÚDE MENTAL

Tania Inessa Martins de Resende
tania.resende@uniceub.br
Dillyan Roriz Machado
dillyanrmachado@gmail.com
Hyanne Minduri
hyanne.minduri@yahoo.com
UniCEUB, FACES, Psicologia

O objetivo deste grupo de pesquisa é compreender como a convivência no campo da saúde mental pode configurar-se articuladora das dimensões ética, clínica e política no contexto da assistência em saúde mental, orientada pelo modelo da atenção psicossocial. O CAPS foi escolhido como cenário para a presente pesquisa porque os seus serviços assumem, na política nacional de saúde mental, um papel estratégico na organização da rede comunitária de cuidados, ao fazer o direcionamento local das políticas e dos programas de saúde mental, ao desenvolver projetos terapêuticos e comunitários, ao dispensar medicamentos, ao encaminhar e ao acompanhar usuários que moram em residências terapêuticas, ao assessorar o trabalho dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família no cuidado domiciliar. O grupo de pesquisa iniciou-se no segundo semestre de 2012 e, especificamente para este projeto, foi proposta uma pesquisa que comporta três etapas: diagnóstico da situação a ser estudada, análise crítica e intervenção. Na primeira etapa, a fase de imersão na instituição foi realizada pelo convívio no CAPS, com grupos de discussão, profissionais e usuários. Após o diagnóstico, foi construída uma proposta de intervenção na instituição. A partir da análise crítica, foi delimitada a intervenção com o objetivo de reorganizar a convivência entre usuários, profissionais de saúde e comunidade que compõem a realidade do CAPS. Pelo período de dois semestres, foram feitas duas atividades distintas: grupo de convivência e atividade convivência. A pesquisa encontra-se em fase de análise das informações qualitativas oriundas das intervenções. A relevância social deste projeto comparece tanto no objeto e nos objetivos da pesquisa como na escolha metodológica que, condizente com as diretrizes da política nacional que sustentam a assistência em saúde mental, prioriza a participação dos atores sociais – profissionais e usuários de saúde mental – envolvidos na construção de novas práticas de cuidado.

Palavras-chave: convivência; saúde mental; campo da atenção psicossocial.

DEBATENDO COM O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

UniCEUB – ICPD – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
Pós-Graduação Lato Sensu em Direito
Líder
Prof. Me. André Pires Gontijo
UniCEUB – FAJS/ICPD – pesquisador associado e secretário executivo do CBEC – professor da graduação em Relações Internacionais, da graduação e da pós-graduação lato sensu em Direito do UniCEUB
andre.gontijo@uniceub.br

Corpo discente
ICPD – Mestrado em Direito
Ana Caroline Pereira Lima
acarolinelima@gmail.com
Thiago Santos Aguiar de Pádua
tspadua@gmail.com

ICPD – Pós-Graduação Lato Sensu em Direito
Caroline Matede Nakamura
carolinematede@gmail.com
Mariana Dutra Moraes Gomes
marianamrsgomes@gmail.com

FAJS – Graduação em Direito
Áureo Magalhães Menezes
aureo.menezes@gmail.com
Carlos Antônio de Brito Filho
fibrian@live.com
Clarice Silva Abreu
a.s.clarice@gmail.com
Daniele Aparecido Lopes Ribeiro
dannyllopes@gmail.com
Felipe Lourenço Abath Silva
felipe.lourenco93@yahoo.com
Fernanda Tercetti Nunes Pereira
fernandatercetti@yahoo.com.br
Flávia Aparecida Pires Arratia
flakarate@gmail.com
Maria Beatriz de Albuquerque D'Antona
mbadantona@hotmail.com
Mariana Dutra Moraes Gomes
marianamrsgomes@gmail.com
Matheus Garcia Brandão
matheusbrandao92@gmail.com
Natália Oliveira Farias
nataliaoliveira.farias@gmail.com
Suzi Cristina Viana Gomes
suzicristinav@gmail.com

O grupo de estudos *Debatendo com o Supremo Tribunal Federal* alinha-se à proposta da pós-graduação *lato sensu* do UniCEUB em propiciar a seus integrantes a experiência de analisar precedentes das Cortes Constitucionais e de Proteção dos Direitos Humanos, a fim de cotejá-los com a doutrina crítica sobre o tema. No ano de 2014, o grupo analisou o tema *Bloco de Constitucionalidade* durante o ciclo de dois semestres. Na primeira etapa, fez-se a análise crítica no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) e na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Na segunda etapa, as atividades do grupo terão aderência ao tema *liberdade de expressão*, a fim de buscar sua confluência constitucional com as premissas do Bloco de Constitucionalidade, apresentadas pelo STF e pela Corte IDH.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal; bloco de Constitucionalidade e Direitos Fundamentais; Corte Interamericana de Proteção dos Direitos Humanos.



DIREITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Líder: Prof. Dra. Márcia Leuzinger (marcia.leuzinger@uol.com.br)
UniCEUB - Mestrado e Doutorado em Direito

O grupo de pesquisa em Direito e Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do mestrado, está voltado para a análise de temas em diferentes dimensões: social, ambiental, econômica, cultural, espacial, institucional e política. Em razão disso, o estudo envolve, necessariamente, um olhar multidisciplinar, o que significa a inter-relação entre diferentes áreas do saber, aproveitando-se, de cada ciência, os conceitos e as teorias que possam conduzir à construção de um desenvolvimento ambientalmente prudente, socialmente relevante, economicamente viável e culturalmente aceitável. O grupo, que tem alunos do doutorado, do mestrado e da graduação em Direito, realizou, em 2009, 2010 e 2011, pesquisa voltada ao uso público em parques nacionais, cujo produto foi a publicação do livro denominado *Uso público em parques nacionais*, pela editora CRV. Em 2012 e 2013, a pesquisa foi realizada em outras duas categorias de manejo de unidades de conservação: estações ecológicas e reservas biológicas. Como essas categorias não comportam visitação, o foco foi a realização de pesquisas científicas nas unidades. O produto está em fase final de revisão e será remetido à editora para que seja publicado novo livro. Em 2014, foi iniciado o trabalho em relação aos monumentos naturais, aos refúgios da vida silvestre e às áreas de relevante interesse ecológico. O cronograma determina que a pesquisa seja encerrada até o final do ano para que outro livro seja enviado à editora no início de 2015.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; unidades de conservação; uso público.

DIREITO PÚBLICO E POLÍTICA URBANA - GPDPPU - A MOBILIDADE URBANA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: ANÁLISE, CRÍTICAS E SOLUÇÕES

Paulo Afonso Cavichioli Carmona
líder do GPDPPU, professor de Direito Administrativo e Urbanístico do mestrado em Direito do UniCEUB, professor do curso de Pós-graduação Latu Sensu do UniCEUB e da FESMPDFT, professor da graduação do UniCEUB, paulo.carmona@uniceub.br;
Otávio Faria Ribeiro
coordenador do subgrupo 1 do GPDPPU, graduando em Filosofia pelo Instituto de Educação Superior do Centro-Oeste - IESCO knowot@hotmail.com;
Ariovaldo Aparecido da Câmara
coordenador do subgrupo 2 do GPDPPU, mestrando em Direito no Uniceub, ariovaldoac@gmail.com;
Erica Winge
coordenadora do subgrupo 3 do GPDPPU, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Unb e especialização em Direito pela FESMPDFT, winge2011@gmail.com ou winge.erika@gmail.com;
Francisco Eugenio Cunha Silva
coordenador do subgrupo 4 do GPDPPU, mestrando em Direito pelo UniCEUB, francisco.cunha19@gmail.com;
Simone Garcia Pena de Mello Freyre
coordenadora do subgrupo 5 do GPDPPU, especialização em Direito pela FESMPDFT, simonepena2@yahoo.com.br;
Mariane Morato Stival
pesquisadora, doutoranda em Direito pelo UniCEUB, marianemoratostival@hotmail.com;
Neslita da Costa Silva
pesquisadora, neslita.silva@trf1.jus.br ou nita.lita@gmail.com;
Inácia Maria da Silva Oliveira
pesquisadora, inacia.oliveira@hotmail.com;
Gabriela Maria Fernandes
pesquisadora, gabriela.mf86@gmail.com;
Heloíza Barbosa Britto
pesquisadora, graduada em Direito pelo UniCEUB, heloizabritto@gmail.com;
Leandro Soares Guimarães
pesquisador, especialização em Direito pela FESMPDFT, lsoaresguimaraes@gmail.com;
Graco Melo Santos
pesquisador, arquiteto, arqgraco1@gmail.com;
Greice Monique Aguiar Cesar
pesquisadora, especialização em Direito Público pela Faculdade Projeção, greicemonique@yahoo.com;
Rayeny Kely Cruz Silva
pesquisadora, rayeny@gmail.com;
Gilmar Trindade dos Santos
pesquisador, gilmartrindade@gmail.com;
Mara Lúcia Guimarães Cardoso
pesquisadora, mestranda em Direito pelo UniCEUB, mara_cardoso@terra.com.br;
Sergio Augusto Caldas dos Santos
pesquisador, mestrando em Direito pelo UniCEUB, sergioaugustos@hotmail.com;
Isabella Viegas Moraes Sarmento
pesquisadora, mestranda em Direito pelo UniCEUB, isabellaviegas@gmail.com;
Karla Amorim
pesquisadora, karlaamorim.adv@gmail.com;
Thaynara de Andrade Fonseca
estudante de graduação em Direito pelo UniCEUB, thaynara_andradef@hotmail.com.

O objetivo desta pesquisa acadêmica é analisar a mobilidade urbana no Distrito Federal e no entorno, diante das dificuldades de circulação na região pesquisada. A circulação constitui uma das funções básicas da cidade, ao lado de lazer, trabalho e moradia, elementos indispensáveis do direito à cidade. Para empreender a discussão, parte-se da pesquisa realizada pelos diferentes subgrupos do GPDPPU. São cinco linhas de pesquisa, cada qual com um coordenador: mobilidade urbana: acessibilidade; mobilidade urbana: sistema metroviário, VLT e BRT; mobilidade urbana: sistema cicloviário; mobilidade urbana: sistema transporte público coletivo; mobilidade urbana: segurança e violência no trânsito urbano. Estes modais serão estudados de forma aprofundada, em cada subgrupo, de acordo com seu subprojeto, voltado à dinâmica do trânsito e do tráfego no Distrito Federal e no entorno. A base comum de cada subprojeto é a formação teórica inicial por meio de pesquisas bibliográficas, apresentação de resultados parciais e finais, escolha e análise de um ou mais estudos de caso e estágios presenciais dos coordenadores e dos participantes para aprofundamento da pesquisa. No ano de 2014, o grupo produziu cinco textos que serão oportunamente publicados. Além disso, em agosto de 2014, participou do 2º ENINTAU - Encontro Internacional de Meio Ambiente

Urbano - Cidade Resiliente, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com dois trabalhos selecionados e publicados em forma de pôsteres: *Mobilidade e resiliência urbana: as cidades resilientes como caminho para a sustentabilidade urbana no Brasil* e *Resiliência urbana e sistema cicloviário no Plano Piloto de Brasília: um estudo de caso*.

Palavras-chave: mobilidade urbana; acessibilidade; Direito Urbanístico.

ESTADO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Professora Christine Oliveira Peter da Silva
UniCEUB – FAJS – Direito
christinepeter@uol.com.br

A investigação sobre o que significa o Estado de Direitos Fundamentais e quais as suas consequências para o modelo político inaugurado pelas revoluções liberais do século XVIII, comumente chamado de Estado de Direito, é o objeto das investigações do Núcleo de Estudos Constitucionais (NEC) nos anos de 2014 e 2015. A expressão *Estado de Direitos Fundamentais* já é usada por autores brasileiros e estrangeiros, mas o seu significado ainda não se apresenta unívoco. Considerando que a parte dogmática das constituições contemporâneas está firmemente alicerçada no catálogo de direitos fundamentais e que toda a teoria constitucional, paulatinamente, desloca o seu paradigma político do eixo da repartição de competências para o da hermenêutica e o da concretização de tais direitos, está-se a cogitar que o momento é propício para a institucionalização de um chamado Estado de Direitos Fundamentais. Com apoio na doutrina alemã, especialmente de Konrad Hesse e seus discípulos, Peter Häberle e Gomes Canotilho, os estudos acerca da concretização dos direitos fundamentais têm reconhecido que os conceitos de *Estado* e de *Constituição* são inseparáveis, existindo uma dinâmica constitucional recíproca entre os pressupostos éticos, sociais e culturais de um povo com os pressupostos jurídico-normativos positivados nas suas Constituições. Assim sendo, a Constituição passa a ser percebida como uma decisão atualizadora do próprio Estado, movimentando-se entre os limites das liberdades e da dignidade da pessoa humana, consideradas como verdadeiras métricas civilizatórias dos séculos XX e XXI. As liberdades são vistas como conquistas históricas dos cidadãos do mundo ocidental. A dignidade humana apresenta-se como uma referência cultural e social múltipla e plural, recolhida pragmaticamente de sugestões filosóficas e doutrinárias de diferentes esferas. Nesse contexto, por meio de leituras e debates de textos clássicos e contemporâneos, pesquisas doutrinárias e documentais, organização de jornadas de estudos e seminários temáticos e pela produção de artigos científicos e monografias de conclusão de curso, tem-se viabilizado a investigação proposta, cujas principais conclusões são organizadas e sistematizadas para uma publicação, sob a forma de livro eletrônico, no primeiro semestre de 2015. Os resultados parciais já obtidos demonstram que a dogmática constitucional comprometida com a concretização dos direitos fundamentais exige formação mais aprofundada dos estudantes de direito, no que diz respeito à teoria e à prática constitucionais, com o objetivo de que o olhar teórico desses estudantes não seja apenas contemplativo, mas também possa ocorrer numa perspectiva crítica. Este é o esforço formativo e informativo que movimenta todas as atividades de estudos e pesquisas no âmbito do Núcleo de Estudos Constitucionais (NEC).

Palavras-chave: Estado de direitos fundamentais; pedagogia constitucional; hermenêutica.



INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO

Líder: Prof. Dr. Marcelo Dias Varella
UniCEUB – FAJS/ICPD – coordenador e professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito e da graduação em Direito do UniCEUB (marcelod-varella@gmail.com)

Componentes:

Corpo Docente

Prof.ª Dr.ª Alice Rocha da Silva
UniCEUB – FAJS/ICPD – professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito e da Graduação em Direito do UniCEUB (rochaalice@yahoo.com.br)

Prof. Dr. Nitish Monebhurrun
UniCEUB – FAJS/ICPD – professor associado do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do UniCEUB (nitish.monebhurrun@gmail.com)

Prof. Me. André Pires Gontijo
UniCEUB – FAJS/ICPD – professor da graduação em Relações Internacionais e da Graduação em Direito do UniCEUB (andre.gontijo@uniceub.br)

Prof.ª Me. Eneida Orbage de Britto Taquary
UniCEUB – FAJS/ICPD –professora da graduação em Direito do UniCEUB (eneidataquary@yahoo.com.br)

Prof.ª Me. Karla Margarida Martins Santos
UniCEUB – FAJS/ICPD - professora da graduação em Direito do UniCEUB (karlasantos@uol.com.br)

Dr. Ruitemberg Nunes Pereira
(egresso do Programa de Mestrado e Doutorado) – pesquisador associado (ruitemberg.pereira@gmail.com)

Me. Andrea Quadros Dantas Echeverria
(egressa do Programa de Mestrado e Doutorado) – pesquisadora associada (andreaqdantas@gmail.com)

Me. Natália Paes Leme Machado
(egressa do Programa de Mestrado e Doutorado) – pesquisadora associada (natalia.plmachado@gmail.com)

Corpo Discente

UniCEUB – ICPD – Mestrado e Doutorado em Direito

Adriano Monteiro da Silva
Catharina Orbage de Britto Taquary
Débora Vasti S. B. Denys
Fernando Lopes Ferraz Elias
Filipe Torri da Rosa
Geny Marques Pinheiro
Inga Michele Ferreira Carvalho
João Paulo de Campos Echeverria
Júlia Baena de Mesquita
Lauren Lautenschlager Scallo
Monique Fernandes S. Matos
Natália da Silva Gonçalves
Roberta Mundim de Oliveira

UniCEUB – FAJS – Graduação em Direito

Alex Fowler Barros
Carolina Orbage de Britto Taquary
Ênio Santiago Chagas Júnior
Gleisson Costa de Oliveira
Henrique Henriques M. Moura
Kelly Almeida Medeiros

Criado no final de 2006, no UniCEUB, o grupo *Internacionalização do Direito* trabalha em rede, junto com outras universidades no Brasil e no exterior. O objeto de estudo é o processo de internacionalização do direito que se dá por meio das interações ocorridas entre diferentes ordenamentos jurídicos nacionais e entre estes e o direito internacional. Para tanto, temas, como mundialização e globalização, são importantes, pois é somente com o estudo desses novos movimentos que se podem entender as novas relações entre o local e o global e a forma como o direito é afetado por essas transformações. Além disso, o processo de internacionalização do direito evidencia a insuficiência da atual teoria jurídica para explicar novos fenômenos ocorridos no universo do direito. Desde 2013, o grupo dedica-se ao tema *Uso estratégico do Sistema Interamericano de Direitos Humanos*, em que se procura identificar a construção de núcleos de direitos na América Latina por determinados atores nacionais e internacionais. Para enfatizar a análise, o grupo segmentou os direitos humanos apreciados pela Comissão e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, mediante a divisão temática: vida, liberdade de expressão, proteção às mulheres, desenvolvimento econômico, social e cultural, proteção aos indígenas, meio ambiente. Atualmente, a pesquisa é estruturada por métodos de exame, interpretação e aplicação dos casos concretos como forma de mapear e emoldurar novos pressupostos teóricos para explicar os novos fenômenos decorrentes dos diferentes sistemas jurídicos. Atualmente, o grupo conta com cerca de 30 participantes.

Palavras-chave: internacionalização do Direito; ordenamentos jurídicos; Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.

MEDICINA E DIREITOS HUMANOS

Prof.ª Aline Albuquerque
FAJS - Direito
Prof. Luzitano Ferreira
FACS - Medicina
Prof.ª Maria Heloisa Fernandes
FAJS - Direito
Prof. Andersen Daros
FAJS - Medicina

O grupo de pesquisa em Medicina e Direitos Humanos vincula-se ao projeto de extensão denominado Direito Humano à Saúde, da Clínica de Direitos Humanos do UniCEUB. Desenvolveu atividades durante o ano de 2013 relativas à pesquisa e ao estudo das formas teóricas e práticas de interconexão entre medicina e direitos humanos, incluindo normativas internacionais sobre medicina, saúde e direitos humanos. Apresentam-se os seguintes marcos teóricos das suas investigações: o Comentário Geral nº 14/2000, elaborado pelo Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, e o *Fact Sheet* nº 31 *on Right to Health*, produzido pela ONU e pela Organização Mundial de Saúde. Suas atividades perpassam a interação entre profissionais de medicina e grupos populacionais vulneráveis, entendendo que o médico, em virtude da natureza de sua atividade, desempenha papel privilegiado na promoção dos direitos humanos. No ano de 2014, o grupo desenvolveu pesquisas direcionadas à percepção de estudantes de Medicina do UniCEUB sobre a interface entre direitos humanos e prática médica e a aplicação das diretivas antecipadas de vontade dos pacientes, previstas na Resolução do CFM nº 1.995/2012, em Unidades de Terapia Intensiva em 2 hospitais do Distrito Federal, sendo um privado e outro público. A pesquisa parte do pressuposto de que a formação em Medicina afeta as crenças normativas e a identidade pessoal dos estudantes, ou seja, sustenta-se que os cursos de graduação em Medicina não tão somente formam profissionais, mas também moldam valores e concepções de vida que influenciam o médico durante toda sua trajetória pessoal e profissional. Sendo assim, trata-se de uma oportunidade de formar profissionais que centrem sua prática na dignidade humana, no dever de não discriminar e na acepção de que a saúde é um bem ético e não comercial. Não obstante, sabe-se que os direitos humanos são um referencial completamente distante do estudante de Medicina, assim, problematiza-se a percepção mediante a interface entre direitos humanos e prática médica, por meio de aplicação de questionários fechados.

Palavras-chave: medicina; direitos humanos; saúde.



POLÍTICA CRIMINAL

Líderes: Cristina Zackeski (UnB) e Bruno Amaral Machado (UniCEUB)
(UniCEUB, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Departamento de Direito)
brunoamachado@hotmail.com

O grupo tem como objetivo a pesquisa sobre as estratégias de controle da violência, observando as possibilidades de respeito aos direitos humanos e humanitários. Neste sentido, analisam-se iniciativas, especialmente as brasileiras e as latino-americanas, relacionando-as ao contexto internacional de reformas penais e a modelos teóricos da política criminal contemporânea. O principal desafio é desenvolver um sistema de avaliação de políticas públicas de prevenção de conflitos, referenciado na teoria crítica que considere as particularidades do contexto regional latino-americano e que esteja atento às possibilidades e aos limites de intervenção do Estado, da comunidade, da iniciativa privada e da tecnologia no controle social. As principais linhas de pesquisa são: *Avaliação de políticas públicas e controle da violência; Ciência, comunicação e discursos criminológicos; criminologia e arte; Reforma do Estado e controle social formal; A diferenciação do subsistema jurídico-penal*. O grupo participa de pesquisas conjuntas com outras instituições de ensino superior, especialmente com o NEVIS – UnB. Os líderes do grupo e dois pesquisadores integram o projeto de pesquisa *A investigação dos crimes contra a administração pública federal* em pareceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os líderes do grupo coordenam o projeto editorial denominado *Cinema & Criminologia*, que faz parte da coleção *Direito, Transdiciplinaridade & Pesquisas Sociojurídicas*, em parceria com a editora Marcial Pons. Além disso, o grupo promove reuniões mensais para a discussão de obras clássicas da teoria penal e criminológica. As pesquisas realizadas pelos integrantes do grupo foram publicadas em periódicos e livros nacionais e internacionais. Além disso, os líderes e os pesquisadores participam de eventos nacionais e internacionais nos quais são apresentadas as principais conclusões dos estudos e das pesquisas.

Palavras-chave: política criminal; direitos humanos; criminologia.



PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UniCEUB/FACES:
Maria Eleusa Montenegro
memontenegro@terra.com.br (líder);
Altair Stemler da Veiga
stemler@terra.com.br;
Ana Regina Melo Salviano
ana_regina@terra.com.br;
Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
celeidacintra@uol.com.br;
Diego Borges de Carvalho
diegobcar@gmail.com;
Jean Carmo Barbosa
jeanjcb@hotmail.com;
Leandro Soares Fontenele
leandro.fontenele@gmail.com;
Leilane Cristina de Melo Silva
leilanemelo83@hotmail.com;
Luciana Vitor Dias
luvitor75@yahoo.com.br;
Antônio Gomes Leitão
luvitor75@yahoo.com.br;
Paulo Henrique Rios do Nascimento
paulaum1@hotmail.com;
Rosemary Tourinho Pereira
rosetourinho@gmail.com;
Daniel Alves da Silva
daniel10paz@hotmail.com

Este grupo de pesquisa foi cadastrado no CNPq em 2004 e contém três linhas, quais sejam: "Profissão docente e práxis educativa", "Psicologia da Educação e prática pedagógica" e "Prática Pedagógica e Ensino de Língua Portuguesa". Atualmente, tem treze participantes, professores e alunos do UniCEUB e de outras instituições de ensino. O grupo já realizou as pesquisas *A relação entre a teoria e a prática no curso de Pedagogia* e *A formação do educador infantil: expectativas e necessidades das escolas*, cujos resultados demonstraram que esse nível de ensino necessita de que as instituições de ensino superior ofereçam profissionais qualificados. Os pais consideraram ser importante a formação continuada dos profissionais, e os professores afirmaram encontrar-se satisfeitos com a profissão escolhida e capacitados para o trabalho. Um dos últimos trabalhos concluídos pelo grupo intitulou-se *A subjetividade do estudante de licenciatura*, que teve como um dos objetivos verificar a preparação para a docência. Para isso, foram entrevistados concluintes, ingressantes, professores dos cursos de licenciaturas e professores da rede pública e particular de ensino. Os resultados apresentaram que os alunos ingressaram no curso por vontade própria; afirmaram gostar de ler, mas, principalmente, as leituras obrigatórias; que não têm rotina de estudo, fazendo-o apenas nas horas vagas e, especialmente, no final do curso. A grade curricular foi considerada inadequada e necessita de reformulação. Os resultados sugerem que os estudantes estejam satisfeitos com o curso e acreditam tornar-se bons profissionais. Também os professores da educação básica encontravam-se satisfeitos com a profissão e, apesar dos desafios encontrados na prática pedagógica, consideraram que o atual quadro da educação pode ser revertido com formulação de políticas públicas, aumento de investimentos na formação de professores e estabelecimento da relação entre a teoria e a prática nos cursos de licenciatura. Além disso, foi concluída a pesquisa *A sociedade e a violência nas escolas*, cujos principais resultados indicaram que diretor, professores, coordenadores pedagógicos, membro do Conselho Tutelar, ONG e representante da comunidade acreditam haver, na escola, vários tipos de violência, inclusive o *bullying*; a falta de estrutura familiar foi considerada a principal causa da violência, o que tem gerado a evasão escolar e o baixo rendimento; foram indicados os projetos socioeducativos como forma de intervenção. As pesquisas têm sido divulgadas em eventos científicos locais, nacionais e internacionais e publicadas em revistas científicas. Acredita-se que o grupo tem prestado contribuições para a reflexão sobre o papel do educador.

Palavras-chave: formação do professor; prática pedagógica; preparação para o trabalho; violência escolar.

NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO INTERNACIONAL

Profª. Dra. Alice Rocha
Fernando Lopes Ferraz Elias
Konjotsega Menberu Tedla

O Direito Internacional está em constante evolução. Conceitos clássicos são revisitados, e novos instrumentos e teorias são formulados, adaptando-se a perspectivas que permeiam as relações internacionais. Sistemas jurídicos nacionais e internacionais estão mais conectados assim como suas estruturas organizacionais e administrativas. Este grupo busca tratar das novas tendências do direito internacional, começando pela análise da atuação conjunta de estruturas nacionais e internacionais para a efetividade dos direitos humanos, mediante o projeto *O papel dos orgãoos políticos para a efetividade dos direitos humanos*. Além disso, será objeto de pesquisa a responsabilidade social das empresas. A metodologia empregada partirã da utilização de instrumentos presentes na teoria do Direito Administrativo Global como recurso facilitador da interação de estruturas institucionais nacionais e internacionais, com a finalidade de tornar os direitos humanos mais efetivos. Serão objetos de análise a bibliografia envolvendo o debate sobre o Direito Administrativo Global, correlacionada ao estudo da atuação dos órgãos políticos presentes no sistema interamericano, europeu e onusiano.

Palavras-chave: sistemas jurídicos nacionais e internacionais; responsabilidade social das empresas; direitos humanos.



ISO – JUSTIÇA PROCESSUAL E DESIGUALDADE

Prof. Dr. Jefferson Carús Guedes
Rodrigo Llurda
Ana Caroline Pereira Lima
Antonio José Nogueira Santana
Carlos Henrique F Alencar
Fabiana Oliveira Borges
Jose Amilton Torquato
Luana Tiemi Higa Baraldi
Marcos Antonio Tavares Martins
Olívio de Souza Santos Junior
Thiago Santos Aguiar de Padua
Vladia Pompeu Silva

Propõe-se fazer a conexão entre Teria do Processo, Direito Processual Civil e Direito Processual Constitucional. Os objetivos são a reflexão teórica, a produção e a divulgação de pesquisa crítica sobre os desequilíbrios causados pela aplicação do Direito. O tema em debate é o Direito Jurisprudencial diante da adoção no Brasil do sistema de precedentes.

Palavras-chave: teria do processo; Direito Processual Civil; Direito Processual Constitucional; Direito Jurisprudencial; sistema de precedentes.

DIREITO EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO

Profº Daniel Amin Ferraz
Bruno Alexandre Lourenço
Jacqueline Salmen Raffoul
Marina Fontes de Resende
Ângela Maria Cavalcante Zanetti Santarém
Ariane Costa Guimarães
Carolina Reis Jatobá Coêlho
Gerardo Alves Lima Filho
Igor Moura Maciel
Luciano Melo Moreira Lima
Marcio de Camargo Barros
Samira Mohamad Ali Mahmoud Otman
Wilson Sampaio Sahade Filho

A globalização tem, além de sua vertente publicista, um âmbito privatista que gera integração das empresas por meio de suas relações contratuais, obrigacionais ou plurilaterais societárias, deixando de ser meramente locais ou regionais, transformando-se em atores internacionais. Assim, realizam contratos qualificados como negócio jurídico complexo ou misto. Todavia, esta atuação pode colocar em cheque a posição do Estado receptor dos investimentos, já que estes grupos passam a deter poder de participação na economia concentracionista. O Direito do Desenvolvimento pretende não só controlar a atuação destes potentados empresariais, mas também interferir em suas decisões para que seus investimentos sejam aplicados como geradores do desenvolvimento interno e externo. Funcionaria o Direito do Desenvolvimento como um marco teórico-institucional para a consecução de políticas públicas voltadas para o crescimento econômico e a inserção social. Por sua vez, o Direito Empresarial engloba todas as temáticas que envolvam a atividade empresária, portanto assuntos de Direito Mercantil, do Trabalho, Administrativo, Direito das Obrigações. Alguns temas que já foram objeto de discussão no grupo são: internacionalização das empresas brasileiras; impacto dos grandes eventos esportivos no Direito; forma de organização das instituições europeias; contratação internacional. No ano de 2014, o tema selecionado para investigação foi a internacionalização dos investimentos brasileiros para a África. O grupo já publicou o livro coletivo *Direito Empresarial, marco jurídico de internacionalização das empresas brasileiras*, pela editora CRV, em 2012 e tem três obras em fase final de editoração que tratam, respectivamente, dos impactos dos grandes eventos no mundo do Direito; da contratação mercantil; das instituições europeias e do mercado interior. Ademais, o grupo busca promover a integração de seus investigadores com pesquisadores de outras universidades no Brasil e no exterior. Assim, neste âmbito, promoveu, em conjunto com o programa de Mestrado e Doutorado do UniCEUB, dois seminários na Espanha, com a Universidad de Salamanca e a Universidad de València. Em 2014, tem como atividade programada de internacionalização a realização de seminário na Universidad Nacional del Litoral, na Argentina.

Palavras-chave: Direito Empresarial; Direito do Desenvolvimento; internacionalização dos negócios jurídicos.

DIREITO, VERDADE E MÉTODO

Profº Inocêncio Mártires Coelho
Anne Reis Batista Nascimento
Francisco Eugenio Cunha Silva
Humberto Fernandes de Moura
Idonir Teles de Macedo Júnior
Isabela Braga Pompilio
Ivan Claudio Pereira Borges
Mário José de Assis Pegado
Marta Suzana Lopes Vasconcelos
Maurício Muriack de Fernandes e Peixoto
Pedro Rocha Amorim
Rogerio Marcos de Jesus Santos

O objetivo é analisar a teoria e as práticas jurídicas à luz da jurisprudência, sobretudo, do Supremo Tribunal Federal, buscando demonstrar que a experiência jurídica é mais do que um saber filosófico, científico ou técnico, pois consubstancia a dimensão normativa da vida humana, a qual precisa de direção e ordem, tarefa da qual se incumbem as normas jurídicas, sendo, portanto, imperiosas para que os indivíduos possam desenvolver, livre e racionalmente, a sua personalidade e as demais potencialidades inerentes a toda pessoa. Assim, pretende-se construir um conhecimento jurídico que seja socialmente compartilhado, tendo o Direito como objeto da investigação com um método adequado, pautado na investigação hermenêutica, e buscar a verdade como um fim que sirva de ponto de partida para quem se disponha a recolher esse legado, transformá-lo e enriquecê-lo com o seu trabalho, para passar adiante, como é próprio da história do desenvolvimento do conhecimento, que não é outra coisa senão uma "corrida de revezamento" que se perpetua em função do labor daqueles que se incumbem do encargo de ir cada vez mais adiante.

Palavras-chave: experiência jurídica; hermenêutica filosófica e jurídica; metodologia.



LEI E SOCIEDADE

Profº Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva
Larissa Maria Melo Souza
Rafael Melo Carneiro
Andre Luis Branco Lopes
Aretha Amorim da Silva
Rafael Melo Carneiro
Wesley Sidou Pimentel

O objetivo é estudar o problema da corrupção. Para isso, analisam-se três aspectos: as relações entre corrupção e política; os instrumentos jurídicos de combate à corrupção; o discurso sobre a corrupção enquanto uma narrativa. Assim, o grupo Lei e Sociedade reúne-se, para discutir a corrupção política.

Palavras-chave: corrupção política; instrumentos jurídicos; discurso.



DIREITO & LITERATURA

Prof. Dr. Luís Carlos Martins Alves Júnior,
Victor Pedrosa
Lucas Espírito Santo
Adriano Portella de Amorim
Camilla Lacerda da Natividade Marques
Claudia Nogueira da Cruz Torres
Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys
Duguay Trouin Muniz
Fabio Luiz Bragança Ferreira
Franco Vicente Piccoli
Giullianno Caçula Mendes
Gladys Carolina Pires Pacheco
Gladys Carolina Pires Pacheco
Hitala Mayara Pereira de Vasconcelos
Juliana de Oliveira Moreira
Nei Fernando Marques Brum
Poliana da Silva Alves
Rogério de Souza Silva

O grupo de pesquisa visa analisar as intrínsecas relações entre o Direito e a Literatura, porquanto seja o Direito um tipo de literatura e esteja o Direito na literatura bem como a literatura no Direito. O que se pretende é analisar as influências da literatura no discurso jurídico e verificar o quanto o discurso jurídico tem de literário, bem como analisar o direito contido nas obras literárias, como sucede com o *Mercador de Veneza*, de Shakespeare e outras clássicas obras literárias. Mediante a leitura e o estudo de obras literárias, o grupo terá condições de analisar as relações entre os textos jurídicos e os textos literários, o que lhe fornecerá um cabedal de conhecimentos e instrumentos teóricos que o auxiliarão no domínio do conhecimento jurídico, que é uma espécie de conhecimento literário.

Palavras-chave: Direito; literatura; discurso jurídico.

JUSPOSITIVISMO E JUSMORALISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Prof. Dr. Luís Carlos Martins Alves Júnior
Victor Pedrosa
Lucas Espírito Santo
Alessia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese
Anamaria Cassemiro Mariano Gonzaga
Andre Tadeu de Magalhães Andrade
Arthur Maciel Motta
Estêvão André Cardoso Waterloo
Francisco Provázio Lara de Almeida
Giovana Ferro de Souza Roriz
Miquerlam Chaves Cavalcante
Saulo Tarcisio de Carvalho Fontes

O grupo de pesquisa visa analisar a concretização normativa das prescrições constitucionais mediante a atividade jurisdicional, sob a perspectiva das teorias antagônicas do juspositivismo e do jusmoralismo. Com efeito, o objeto de estudo será a análise das decisões judiciais constitucionais e a compatibilidade dessas decisões com o texto constitucional. Serão dois os grandes marcos teóricos: os doutrinadores juspositivistas e os doutrinadores jusmoralistas. A finalidade da pesquisa é a verificação da concretização normativa do texto constitucional por meio das decisões judiciais emanadas dos órgãos do Poder Judiciário, especialmente as oriundas do Supremo Tribunal Federal, com a feitura de um juízo de adequação entre o enunciado constitucional e a norma. É voz corrente no meio jurídico e na academia que o positivismo jurídico é um paradigma superado, incapaz de dar as respostas e as soluções para os problemas. Essa superação teria ocorrido pelo moralismo jurídico, que vem a ser uma perspectiva de aproximação entre o texto jurídico e os valores morais socialmente compartilhados. O que se pretende é analisar as decisões judiciais constitucionais, aferindo a compatibilidade delas com as prescrições contidas no texto constitucional. Assim, o grupo terá condições de analisar, criteriosamente, a compatibilidade e a adequação entre o texto e a decisão, o que lhe fornecerá um cabedal de conhecimentos e instrumentos teóricos que o auxiliarão no domínio do conhecimento jurídico e da prática profissional.

Palavras-chave: prescrições constitucionais; atividade jurisdicional; juspositivismo; jusmoralismo.

DIREITO DO CONSUMIDOR EM NÚMEROS

Dr. Leonardo Roscoe Bessa
Cibele Karina Siqueira Silva
Victor Hugo Passos Ferreira
Avraham Lax
Domingos Riomar Novaes
Flávio Gonçalves Louzada
Getúlio Coutinho Silva
Milla Pereira Primo Reis
Ricardo Rocha Leite

Busca-se realizar levantamento de dados e números que reflitam o comportamento e o entendimento do consumidor sobre questões relacionadas ao mercado de consumo. Os dados são analisados em perspectiva jurídica, de modo a contribuir para elaboração de políticas públicas nas áreas de proteção ao consumidor. No primeiro semestre de 2014, foram realizadas mais de 100 (cem) entrevistas que indicam a percepção do consumidor sobre impacto financeiro de empréstimo imobiliário. Os dados estão sob análise de integrantes do grupo que elaborarão artigo específico.

Palavras-chave: consumidor; mercado; políticas públicas.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Profª. Dra. Maria Edelvacy Pinto Marinho
Alexandre Rosa Graziani
Hugo Jordane Lucena Costa
Camila Martins Araújo Gontijo
João Gabriel Álvares
Ricardo Bravo
Robson Alves da Silva
Victor Valença Carneiro de Albuquerque
Waleska Bertolini Vieira Mussalem

O objetivo é analisar os modelos existentes de propriedade intelectual e seus efeitos no desenvolvimento tecnológico do país. O projeto concentra-se no estudo da proteção de dados de testes para medicamentos de uso humano. Assim, catalogam-se dados novos, e realiza-se um estudo de direito comparado entre as legislações de países que preveem essa proteção. Ainda não há consenso sobre a proteção destes testes no Brasil. É nesse intervalo que o grupo pretende contribuir.

Palavras-chave: propriedade intelectual; desenvolvimento tecnológico; medicamentos de uso humano; direito comparado.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITO E ECONOMIA – NEDE

Prof. Dr. Gustavo Ferreira Ribeiro
Heron José Castro Oliveira
Felipe Andrade Fidalgo Cunha
Ana Rachel Freitas da Silva
André Vilanova da Silva
Antonio Renato Antunes
Bruno Caetano Amancio Coimbra
Cleise Nascimento Martins Costa
Francisco Sergio Maia Alves
Ícaro de Jesus Maia Cavalcanti
João Hagenbeck Parizzi
Joedson de Souza Delgado
Luciana Baroni Gondim

O grupo de pesquisa tem como objeto de análise a metodologia denominada Análise Econômica do Direito (AED), visando à sua compreensão, e a possível aplicação à realidade jurídica brasileira. De fato, esta transposição faz-se necessária uma vez que a AED é uma metodologia cujas origens remontam à década de 1960, nos Estados Unidos. Essencialmente, utiliza-se de conceitos derivados da microeconomia, como *utilidade*, *preços*, *eficiência*, ótimos e *equilíbrio*, tanto para explicar o direito ("ser", análise positiva) quanto para recomendar modificações nos institutos jurídicos ("dever-ser", análise normativa). Entre 2012 e 2013, o grupo tinha a denominação de "Análise Econômica do Direito no Brasil: introdução, aplicações e críticas" com encontros de alunos de graduação, pós-graduação e professores do UniCEUB e outras instituições. Em 2014, o grupo reestruturou-se e passou a denominar-se NEDE. A agenda de trabalho envolve o estudo de comportamento estratégico e a aplicação da AED em temas relativos ao direito internacional e a contratos, com o objetivo de criação de pensamento crítico, artigos e novas disciplinas no Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do UniCEUB.

Palavras-chave: Análise Econômica; Direito; Economia.

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

A EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

MARTINS, Naiara Ferreira
Graduanda em Direito / UniCEUB
naiarafmarttins@gmail.com

A Constituição Federal de 1988 tornou-se um marco simbólico reinventor da cidadania, acentuando a transição democrática e os direitos humanos no Brasil. A partir desse momento, a questão do controle da sociedade sobre as políticas públicas recebeu novos contornos. Assim, a Constituição cidadã, nomeada por Ulysses Guimarães, inovou, ao incorporar a participação direta dos cidadãos no exercício do poder. Nesse sentido, o decreto número 8.243, de 23 de maio de 2014, com polêmicas controversas, institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS, que concerne no fortalecimento e na articulação dos mecanismos e das instâncias de debates, como os conselhos, os fóruns, as conferências, em que o diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil possam participar do processo decisório e da gestão de políticas públicas. Assim, esse projeto da sociedade contemporânea contemplada pela PNPS estimula a participação dos conselhos gestores, da população e dos movimentos sociais em medidas do governo, promovendo a formulação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, além de criar um canal de comunicação entre as instâncias governamentais federal, estadual e municipal. Todavia, atualmente, a prática dos conselhos tem-se reduzido à gestão com ênfase na atuação passiva dos indivíduos, surgindo dúvidas quanto ao propósito da democracia participativa, que tende a atrofiar a realização da participação social como canais efetivos de desenvolvimento da sociedade civil e exercício da cidadania ativa. A consolidação da participação é efetiva quando é capaz de promover a passagem de uma consciência ingênua para uma reflexão crítica, dependendo de empoderamento, que surge como ponto de partida de obra coletiva para fundamentar novo projeto de sociedade como superação da atual realidade sociocultural. Assim, a reflexão crítica emancipa o indivíduo na busca humanizadora, em uma luta contínua, em prol do seu desenvolvimento integral. Por conseguinte, a prática da participação social deve, precipuamente, aprofundar e intensificar a democracia. Afinal, a existência dela e o amadurecimento da nação dependem da participação da sociedade na proposição de práticas emancipatórias para a transformação das relações sociais.

Palavras-chave: participação social; empoderamento; conselhos gestores.

A INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS POR MEIO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO E A FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Morais, Érica Ruth Rodrigues de.
Pós-Graduação Lato Sensu em Direito / UniCEUB
ruth.erica@gmail.com

Com o advento da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, regulamentada pelo Decreto 7.404/2010, foi estabelecida com primazia a participação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio de cooperativas ou associações, no sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos. Destaca-se que a organização dessas cooperativas se faz premente uma vez que, até agosto de 2014, não existirão no Brasil os antigos aterros chamados de "lixões". Diante dessa realidade, os catadores terão de articular-se, pois perderão a fonte do seu sustento. Mas, antes de adequar-se às novas exigências legais, um desafio deverá ser enfrentado: a inclusão social dos catadores. É sabido que o trabalho exercido nos lixões é degradante e que muitos indivíduos têm problemas com álcool, drogas e não estão acostumados à rotina de trabalho pré-estabelecida. A baixa escolaridade dos catadores também será um empecilho, pois as cooperativas serão geridas por eles, demandando, assim, trabalho de capacitação voltado à realidade deles. Outro obstáculo a ser vencido está relacionado à edição da Lei 12.690/2012, que dispõe sobre o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. Apesar de ser uma norma relativamente recente, a crítica, desde a época do trâmite da Lei no Congresso Nacional, é a de que o modelo de cooperativa adotado mascara a flexibilização de direitos trabalhistas, pois a gestão será compartilhada entre os cooperados, não havendo, assim, o empregador, portanto, sem a relação de subordinação. Assim, constata-se que os catadores de materiais recicláveis, que prestam um serviço de importância ambiental e consequentemente pública, estão à mercê da própria sorte já que o poder público transferiu a reponsabilidade a eles, sem, no entanto, garantir-lhes melhores condições no tocante aos direitos trabalhistas.

Palavras-chave: catadores; cooperativas; direitos trabalhistas.

A MOBILIDADE URBANA NO DISTRITO FEDERAL

Costa, Pedro Araújo.
Pós-graduação lato sensu em Direito / UniCEUB.
pedrocostaadv@yahoo.com.br

Um dos temas mais evidentes na atualidade é a mobilidade urbana nas grandes cidades. Algumas vertentes desse assunto abrangem o combate ao tráfego intenso de veículos e as soluções para o crescimento desenfreado das sociedades de consumo. Brasília, apesar de ser considerada uma cidade nova, apresenta problemas no trânsito característicos de uma cidade antiga, como São Paulo e Rio de Janeiro. Um dos maiores problemas apresentados pelo transporte na capital do país é o excessivo uso individual de carros e motos em detrimento do transporte coletivo de ônibus e metrô. O número de carros aumenta com o passar dos anos, e os locais de estacionamento estão concorridos. Assim, vislumbra-se uma solução adotada pela Finlândia, que utiliza o miniônibus, chamado "kutsuplus", com capacidade para até 9 pessoas, em que todo o trajeto deve ser descrito por aplicativo de celular, cujo pagamento deve ser feito por cartão e cujo prazo de atraso máximo considerado é de até 2 minutos pela empresa que realizar o serviço pactuado. Essa solução advém de um país com características completamente diferentes das do Brasil, mas, com algumas adaptações à realidade brasiliense, pode contribuir para a mobilidade também nos grandes centros brasileiros.

Palavras-chave: mobilidade urbana; Distrito Federal; informações.

A NOVA VISÃO AMBIENTAL: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Costa, Pedro Almeida.
Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do UniCEUB.
pac.advogado@gmail.com

A cultura ocidental sofreu fortes influências do iluminismo, movimento que exalta o homem como ser racional e inteligente. Com isso, o modelo de desenvolvimento ambiental pautava-se em uma imagem antropocentrista, em que os seres humanos tinham uma posição dominante no centro do universo. Assim, a necessidade de mudança de pensamento era flagrante. Com o passar do tempo, o homem percebe que a forma como interfere na natureza é voraz, e os danos causados podem ser irreversíveis. Nesse contexto, o pensamento ambiental moderno refaz a compreensão do homem com relação à natureza, confirmando a sua interdependência com o Planeta, em que o indivíduo é parte de um movimento sistêmico. Essa visão holística, biocentrista ou ecocêntrica reconhece direitos intrínsecos à natureza. Uma mudança de mentalidade dessa magnitude passa por vários estágios, entre eles, a mudança no modelo de desenvolvimento, que é vinculado à melhoria do padrão de vida da população, o que possibilita uma distribuição equânime das riquezas produzidas. A esse novo desenvolvimento dá-se o nome de *sustentável*, pois tenta remover as principais fontes de privação da liberdade e garante a reestruturação e a efetivação dos direitos. A nova visão é inerente à dignidade da pessoa humana e sugere especial proteção do direito positivo. O Estado e a sociedade são responsáveis pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que, no Brasil, traduz-se na leitura do artigo 225 da Constituição Federal, gerando um poder-dever de garantir e assegurar a ordem pública ambiental às presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: sustentabilidade; visão holística; artigo 225 da Constituição Federal.

AS FRENTES PARLAMENTARES E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

Carneiro, Gustavo Assis.
Pós-Graduação Lato Sensu em Direito / UniCEUB
gustavo.conab@gmail.com

Pode-se definir *política* como uma habilidade de tratar de relações humanas, para obter resultados desejados ou uma maneira pacífica de resolução de conflitos de interesses ou atitudes expressas por diferentes indivíduos ou grupos. A política no Brasil é confundida com a definição de poder, que é o direito de deliberar, agir, mandar e, dependendo do contexto, exercer autoridade, soberania ou posse do domínio, da influência ou da força. O maior exemplo do emprego da política como forma de resolução pacífica de conflitos está na atuação do Poder Legislativo, que, pela Constituição Federal, tem o dever de, além de legislar, fiscalizar o Poder Executivo. No Poder Legislativo, existem *várias formas de organização política, como* partidos políticos, coligações, comissões e frentes parlamentares, que são grupos de membros dos Poderes Legislativo com atuação unificada, em função de interesses comuns, independentemente do partido político a que pertençam. A existência de frentes parlamentares *é apontada como prova da inexistência de verdadeiros partidos* políticos. Algumas dessas frentes não têm atuação efetiva, foram constituídas porque, em determinado momento, era interessante chamar a atenção de parcela específica de eleitores ativos. As que realmente atuam são as ligadas aos grandes interesses econômicos, eleitorais e pessoais, por representar o interesse de parlamentares ou de *lobbies*. Em um sistema de governo em que o poder emana do povo e o regime caracteriza-se pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, as frentes parlamentares são importantes agentes na resolução de conflitos e problemas que afetam seus interesses.

Palavras-chave: poder; política; resolução alternativa de conflitos; Poder Legislativo; frentes parlamentares.

MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL - RECLAMAÇÃO 4335/AC

Gomes, Mariana Dutra Moraes.
Pós-Graduação Lato Sensu em Direito / UniCEUB
marianamrsgomes@gmail.com

Desde a edição da Constituição Federal de 1988, muitos foram os avanços tanto da ciência, como da tecnologia e da economia. Assim, as convicções morais e as aspirações da sociedade também sofreram transformações. Para que a Constituição da República possa manter-se, deve acompanhar tais mudanças. Para tanto, o constituinte originário previu alternativas de reforma formal da Carta Magna. Poder semelhante foi conferido à Suprema Corte. Contudo, nesse caso, trata-se de uma transformação informal, de significado, de interpretação. É neste contexto que surge o fenômeno da mutação constitucional, que é uma modificação do conteúdo das normas constitucionais, conservando, contudo, seu texto. A aplicação da mutação constitucional caberá ao Poder Judiciário por meio de seu órgão de cúpula que interpretará o texto constitucional conforme os fenômenos da sociedade. Apesar de não expresso no ordenamento, em 1º de fevereiro de 2007, o ministro Gilmar Mendes, quando do julgamento da Reclamação 4335/AC, trouxe o fenômeno à discussão. Nessa ocasião, o debate girava em torno da possibilidade de as decisões tomadas em sede de controle difuso de constitucionalidade terem efeitos similares ao das decisões tomadas em controle concentrado de constitucionalidade. Nesse contexto, o ministro relator entendeu que era possível, mesmo em sede de controle difuso de constitucionalidade, a decisão ter efeitos gerais similares ao das decisões tomadas em controle concentrado de constitucionalidade. Na ocasião, os ministros entenderam que a regra constitucional tem simples efeito de publicidade. Contudo, os ministros Sepúlveda Pertence e Joaquim Barbosa divergiram, por entenderem que decisões tomadas em controle difuso devem produzir efeitos apenas entre as partes envolvidas. O ministro Ricardo Lewandowski também divergiu do relator. Em 2013, o ministro Teori Zavaski também pediu vista e ressaltou que as decisões da Corte, ao longo dos anos, têm-se revestido de eficácia expansiva mesmo quando tomadas em controvérsias de índole individual. Assim, apesar de não utilizar o nome "mutação constitucional", a Suprema Corte, reiteradamente, interpreta a Constituição Federal, alterando seu conteúdo, sem alterar o texto. São casos claros: união estável e união homoafetiva.

Palavras-chave: mutação constitucional; processo informal de alteração da Constituição Federal no Brasil; limites.

O CRESCIMENTO DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS: A ARBITRAGEM

D'Anton, Maria Beatriz de Albuquerque.
Graduanda em Direito / UniCEUB mbadantona@hotmail.com

A arbitragem é um meio de solução de controvérsias, porém é um método pouco divulgado e pouco utilizado se compararmos com a Justiça Pública do Brasil. É utilizada quando se trata de questões comerciais, principalmente as internacionais, porém também pode ser empregada em conflitos de pessoas físicas. É regulamentada pela lei 9.307 de 1996, que prevê seu encaminhamento e hipóteses. Compreende-se como arbitragem o meio de solução de controvérsias instaurada pelas partes e dirigida por terceiro escolhido e autorizado pelos litigantes. A arbitragem funciona como um processo judicial, tendo como diferença sua administração por meio de uma Câmara Arbitral, ou seja, ao invés de um juiz togado, há um árbitro, e sua sentença tem força extrajudicial, sendo irrecorrível. As características predominantes na arbitragem e que a fazem ser diferente da justiça comum são: a simplicidade, pelo fato de não possuir características burocráticas; a confidencialidade, por preservar a imagem dos participantes, conservando estratégias de possíveis negócios, além de o sigilo ser cláusula obrigatória; a flexibilidade, tendo em vista que as partes estabelecem os passos a ser seguidos, o que constitui o compromisso arbitral; a duração razoável, pois atende as necessidades dos litigantes, logo é ágil. A sua difusão como meio alternativo de solução de controvérsias está condicionada ao valor econômico das partes que, muitas vezes, não têm possibilidade de arcar com as despesas provenientes da demanda litigiosa. Os valores elevados são em decorrência de a arbitragem ser um meio relativamente novo, de sua demanda ser baixa, de o valor dos honorários ser alto, pois os árbitros são profissionais extremamente especializados. A arbitragem, por ser célere e ter qualidade nas decisões, pode ser mais em conta que passar anos com um processo na Justiça.

Palavras-chave: arbitragem; meio alternativo; acessibilidade.

O *IN DUBIO PRO SOCIETATE* E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Ponzi, Diogo de Myron Cardoso.
Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito / UniCEUB
diogoponzi@gmail.com

Trata-se de um resumo preparatório para monografia que tem por objeto a eventual inconstitucionalidade do princípio *in dubio pro societate* e, em consequência, o meio processual mais adequado para suscitar a inconstitucionalidade do referido brocardo. Apesar de não encontrar-se previsto expressamente no ordenamento jurídico brasileiro ou em qualquer tratado porventura assinado pelo país, o *in dubio pro societate* é utilizado para amparar decisões em que se pretende a continuidade do procedimento persecutório mesmo quando existe dúvida com relação a materialidade e autoria de um delito. A frequência de sua utilização aumenta no final da primeira fase do rito específico do Tribunal do Júri, momento em que é citado como fundamento para a decisão de pronúncia de um acusado para defrontar um plenário. Portanto, para os que sustentam o princípio, se há duas versões conflitantes, há de ser o acusado submetido ao tribunal popular. Porém, ainda que presente na jurisprudência, verifica-se que parte da doutrina rechaça a utilização do brocardo já que a Constituição Federal determina apenas a presunção de inocência, esteio do *in dubio pro reo*. Se contrário à Carta Magna, qual seria a melhor forma de questionar o *in dubio pro societate*? Seria possível a utilização do controle abstrato de constitucionalidade ou o meio apropriado seria apenas o controle difuso? A resposta aos questionamentos depende da adequação do brocardo aos requisitos formais dos controles difuso e, principalmente, concentrado. O objetivo final do trabalho é verificar qual das espécies de controle de constitucionalidade é a melhor para o caso suscitado.

Palavras-chave: processo penal; **in dubio pro societate**; controle difuso de constitucionalidade.

A PRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO À LUZ DO ARTIGO 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Menezes, Ana Raquel Torres.
Graduanda em Direito / UniCEUB
anaraqueltorresmenezes@gmail.com

Diversas questões formaram-se em torno do artigo 37, § 5, da Constituição Federal, cuja interpretação chegou a ser tema de repercussão geral em recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal. Uma das maiores controvérsias diz respeito ao seu alcance em relação às ações de ressarcimento. Entre as três linhas interpretativas mais influentes, há a que dispõe a ressalva contida no dispositivo deixar em situação de imprescritibilidade as ações de ressarcimento ao erário, pois afirma que quaisquer tipos de ação de ressarcimento seriam alcançados por essa ressalva. O trecho legal é claro, porém, ao estabelecer que as citadas ações de ressarcimento sejam respectivas, restringem-se essas ações a determinado grupo: o que diz respeito a ilícitos que tenham causado prejuízo ao erário. Assim, o texto constitucional apresenta como condições à citada imprescritibilidade a ilicitude da conduta praticada e o efetivo prejuízo causado ao erário. Configurando a segunda linha de pensamento, essa opinião foi adotada pelo Supremo Tribunal Federal, que pacificou o assunto em seu âmbito. Assim, a imprescritibilidade alcança apenas ações por danos ao erário decorrentes de ilícito penal ou de improbidade administrativa. O terceiro pensamento afirma não conter o referido trecho legal norma apta a consagrar imprescritibilidade alguma. Baseando-se também no princípio de que o direito não socorre os que ficam inertes "dormentibus non sucurritius", os adeptos dessa corrente afirmam que não é do perfil constitucional brasileiro estabelecer a imprescritibilidade. Tanto a tese que prevê a prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário quanto a que as considera imprescritíveis apresentam, portanto, sua coerência. Cada uma delas defende determinados e importantes princípios jurídicos, que, para seus autores, têm, neste contexto específico, maior relevância em relação a outros. A tese da imprescritibilidade defende, claramente, a primazia do interesse público sobre o particular enquanto para os apoiadores da prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário parece prosperar o princípio da segurança jurídica. Impende ressaltar, porém, que cabe ao legislador, e não ao intérprete, criar exceções a princípios e disposições legais.

Palavras-chave: ações de ressarcimento; prescritibilidade; artigo 37, *§ 5º* da CF.

PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DIREITO

O PAPEL DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PERANTE A INFLUÊNCIA DO DIREITO COMUNITÁRIO NA DINÂMICA DO PRINCÍPIO FEDERATIVO: A RELAÇÃO ENTRE A IDEIA DE COMPETIÇÃO E A ESTRUTURA DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO FEDERALISMO ALEMÃO E A MEDIDA COMPARATIVA COMO FEDERALISMO BRASILEIRO

Aluno: André Pires Gontijo
Orientador: Marcelo Dias Varella
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: andre.gontijo@gmail.com
marcelodvarella@gmail.com

A pesquisa desenvolve a hipótese principal do constitucionalismo compensatório e do processo de constitucionalização dos direitos humanos com base no exame da interatividade promovida pelos julgamentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) com os Sistemas Constitucionais dos Estados da América Latina. Como resultados, a título de ideias que comprovam a hipótese principal, verifica-se a existência de diferentes níveis de compensação constitucional nos Estados da América Latina que permitem um nível de abertura e proximidade de seu sistema de forma diversa do outro, levando ao avanço do controle de convencionalidade e do adensamento do bloco de constitucionalidade, em seus sistemas nacionais, e do bloco de normatividade, no âmbito da Corte IDH. Como consequência, observa-se o cumprimento parcial da hipótese de pesquisa proposta, devendo-se diferenciar os estágios da compensação constitucional nos Estados.

Palavras-chave: constitucionalismo compensatório; exame da interatividade; controle de convencionalidade; bloco de normatividade.

A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, O ESTADO DE DIREITO E O INADIMPLENTE NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS DO DIREITO BRASILEIRO

Aluna: Marília de Ávila E Silva Sampaio
Orientador: Hector Valverde Santana
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: marilia.sampaio@tjdft.jus.br
hectorvsantana@gmail.com

A tese, mediante a perspectiva do direito como um discurso prático, pretende responder a como é possível uma decisão judicial sobre superendividamento se não existe estabilidade semântica acerca de seu significado e se nem a lei, nem a doutrina, nem a jurisprudência *dão conta de estabelecer qual seu significado e alcance no Brasil. Assim, pretende-se avaliar se é possível que o valor* ***justiça*** cumpra a tarefa de dar sentido e coerência às decisões judiciais sobre superendividamento. Esta pesquisa ocupa-se em localizar um padrão exemplar de decisões dos tribunais escolhidos sobre superendividamento, não pela perspectiva dogmática, mas pela corrente epistêmica que trabalha com o padrão decisório dos tribunais sob a perspectiva lógica. Engloba *não só a decisão em si, mas* também o contexto em que a decisão é tomada e se há ou não um esforço para a fixação de parâmetros linguísticos descritivos compartilhados, de modo a permitir o controle sua racionalidade.

Palavras-chave: superendividamento; corrente epistêmica; padrão decisório dos tribunais; parâmetros linguísticos.

A JURIDICIDADE E OS PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DO INSTITUTO NORTE-AMERICANO DO "CRAM DOWN" NAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS NO BRASIL

Aluno: Carlos Henrique Nóra Sotomayor Teixeira
Orientador: José Francisco Rezek
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: carloshnt@yahoo.com
contato@franciscorezek.adv.br

Após os julgamentos históricos dos tribunais penais militares internacionais de Nuremberg e Tóquio, os primeiros tribunais penais internacionais estabeleceram-se na década de 90, com a função precípua de julgar as atrocidades cometidas no conflito da antiga Iugoslávia e nos assassinatos em massa, em Ruanda. O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia - TPIY e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda - TPIR foram criados pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas - ONU. Desde então, foram estabelecidos tribunais especiais também para processar crimes nacionais e internacionais, tais como, os de Kosovo, Bósnia Herzegovina, Timor Leste, Serra Leoa, Camboja e Líbano. Ao aderir à criação do Tribunal Penal Internacional - TPI, estabelecido pelo Estatuto de Roma - ER, a República Federativa do Brasil aceitou a jurisdição complementar deste tribunal permanente, para julgar os mais graves crimes cometidos pelas pessoas físicas: genocídios, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de agressão. A ausência de julgamento interno dessas modalidades delitivas, a eventual ausência de interesse do Estado-parte na punição do réu ou a impossibilidade de realizar o julgamento, por exemplo, em razão de guerra ou calamidade, legitimam a assunção direta do caso pelo tribunal. A presente pesquisa tem por objetivo analisar a incorporação do Estatuto de Roma à ordem jurídica brasileira, de modo a permitir a compreensão dos reflexos decorrentes, por exemplo, das exceções à coisa julgada, da irrelevância das imunidades e das prerrogativas previstas na legislação doméstica, da imprescritibilidade dos crimes internacionais, da possibilidade de entrega de nacionais para julgamento no TPI, da previsão de prisão perpétua e da ausência de fixação explícita de *sanctio juris* para os crimes internacionais.

Palavras-chave: Estatuto de Roma; ordem jurídica brasileira; crimes internacionais.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS CORTES EUROPEIA E INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Aluna: Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes
Orientador: José Levi Mello do Amaral Junior
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: carla.ceub@gmail.com
Jose.levi@uol.com.br

O presente trabalho dedica-se a verificar o grau de confiabilidade das decisões judiciais sobre liberdade de imprensa, segundo parâmetros democráticos seguros. Ao longo do estudo, três hipóteses serão testadas: as decisões judiciais não observam os contornos do princípio democrático quando o tema é a liberdade de imprensa; a racionalidade das decisões judiciais sobre liberdade de imprensa não é compartilhada segundo padrões democráticos; as decisões judiciais sobre liberdade de imprensa não se compatibilizam com o direito emergente da globalização. Para tanto, a investigação cinge-se à análise do tema no contexto de alguns países americanos cujo regime político é a democracia praticada por governos republicanos e pautada pela observância dos direitos fundamentais positivados.

Palavras-chave: liberdade de imprensa; princípio democrático; direito emergente da globalização.

A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A REPARAÇÃO CIVIL DAS VÍTIMAS DE CRIMES

Aluno: Cristiano Correia e Silva
Orientadora: Maria Edelvacy Pinto Marinho
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: criscorreia14@gmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

Este trabalho tem por objetivo investigar a aplicação do artigo 387, IV, do CPP e a efetiva reparação civil das vítimas de crimes. Mediante a análise de casos reais julgados pelo Tribunal de Júri da Circunscrição Judiciária de Brasília, observou-se que a norma do artigo 387, IV, do CPP, que determina a fixação de valor mínimo para indenização da vítima, não é aplicada, e, ainda que fosse, o sistema normativo processual e material não contribui para a concretização da indenização da vítima de crimes, especialmente quando o autor do delito não tem condições de arcar com os custos da indenização. O trabalho sugere a criação de um fundo público para subsidiar um valor mínimo de indenização. A pesquisa no âmbito do Direito comparado está adiantada com referências a outros países que têm mecanismos que atendam o pleito das vítimas, mas o Brasil ainda não possui um mecanismo que concretize a indenização.

Palavras-chave: reparação civil; sistema normativo processual e material; indenização da vítima; fundo público.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E ABORTO

Aluna: Teresinha Inês Teles Pires
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: tes_pires@hotmail.com

O propósito investigativo é a afirmação da inconstitucionalidade dos dispositivos do Código Penal que criminalizam o direito ao aborto voluntário desde o momento da concepção embriológica. Defende-se que a estrutura conferida pela Constituição de 1988 aos direitos fundamentais, em uma visão integrativa, importou na revogação tácita daquelas normas punitivas. Discutem-se as abordagens contemporâneas da teoria democrática e seus consectários para a reformulação da validade, no âmbito da regulamentação das liberdades básicas, do critério majoritário que conduz o processo legislativo. Expõe-se a visão hermenêutico-sistêmica das principais cláusulas constitucionais no contexto brasileiro aplicáveis ao direito ao aborto. Faz-se a leitura da regulamentação do aborto nos Estados Unidos da América. Por fim, analisam-se os precedentes do Supremo Tribunal e as políticas protetivas da saúde reprodutiva da mulher, os quais legitimam a legalização do aborto no Brasil.

Palavras-chave: direito ao aborto voluntário; visão hermenêutico-sistêmica; políticas protetivas da saúde reprodutiva da mulher.

OGM, CTNBIO E ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES BIOÉTICAS PARA A DEVIDA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO PELA (IN) OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BENEFICÊNCIA E DA NÃO MALEFICÊNCIA

Aluno: Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: gustavopaschoal1@gmail.com
marcia.leuzinger@uol.com.br

Busca-se diagnosticar a (in)devida valoração dos princípios bioéticos da beneficência e da não maleficência em decisões da CTNBIO, entre os anos de 2010 e 2014, especificamente em relação às plantas geneticamente modificadas, aprovadas para a comercialização. Estriba-se na necessidade de reflexão sobre o meio ambiente equilibrado e a contribuição dos princípios bioéticos com o princípio da precaução para fortalecimento do Estado de Direito Ambiental, mediante possíveis consequências correlacionadas aos OGM, advindas da sociedade de risco. Vale-se da abordagem quantitativa e qualitativa, auxiliada pela análise lexical, verificando decisões emitidas por tal instância. Legislação nacional, tratativas internacionais e doutrina especializada também serão objetos de exame para o desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: princípios bioéticos; plantas geneticamente modificadas; meio ambiente equilibrado.

USUCAPIÃO FAMILIAR: A SEPARAÇÃO DISCUTIDA NO PROGRAMA DE GOVERNO MINHA CASA MINHA VIDA

Aluna: Carolina Reis Jatobá Coêlho
Orientador: Daniel Amin Ferraz
UniCEUB - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: carolinarjcoelho@hotmail.com
Daniel.amin@afcadvogados.adv.br

O objetivo da pesquisa é analisar os riscos de incorporação do FATCA ao ordenamento jurídico brasileiro em face da jurisprudência dominante do STF sobre sigilo bancário. FATCA *é uma legislação norte-americana promulgada em 18/03/2010 que alterou o Código Tributário* norte-americano, com produção de efeitos extraterritoriais em etapas. A norma impõe às instituições financeiras estrangeiras, situadas fora do território norte-americano, obrigações pecuniárias e não pecuniárias com exposição a riscos e custos jurídicos e operacionais decorrentes do reporte de dados pessoais e movimentação bancária às autoridades norte-americanas. Em caso de descumprimento, as sanções previstas vão desde o encerramento da conta bancária do titular até a retenção dos tributos nos próprios investimentos. Havendo recalcitrância, prevê-se a retenção de 30% de quaisquer valores em nome desta IF caso opere em território norte-americano, o que amplia, alarmantemente, o perímetro da norma. Pretende-se apontar o risco jurídico decorrente da imediata incorporação do FATCA em território nacional, pois, ainda que exista a figura Limited Foreign Financial Institution, situação que caracteriza uma carência para adaptação ao ordenamento jurídico quanto às hipóteses protegidas pelo sigilo bancário, e que os governos discutam a assinatura de um Acordo Intergovernamental, a quebra de sigilo bancário pelo Fisco no Brasil não é tema pacificado *já* que o Supremo Tribunal Federal acena para a sua impossibilidade sem prévia autorização judicial, nos termos dos Recursos Extraordinários 387.604 e 389.808. Impelida a participação no contexto global, a aderência ao FATCA é imperiosa em paralelo à discussão jurídica acerca do sigilo, o que implica a necessária revisão da clássica lógica de incorporação de normas jurídicas em detrimento da *lex mercatoria*, o que caracteriza um movimento intenso de interferências recíprocas entre as racionalidades jurídicas nacionais e internacionais, impossível de ser justificado segundo os parâmetros do Direito Internacional clássico, apresentando-se como consequência direta do dinâmico processo de interação da globalização econômica, criando-se certa padronização nos ordenamentos jurídicos, fruto da internacionalização do Direito.

Palavras-chave: risco jurídico; sigilo bancário; globalização econômica.



A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: UM ESTUDO SOBRE O SENTIDO E O ALCANCE DO ARTIGO 5.º, INCISO XXIII, E DO ARTIGO 170, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SOB AS LUZES DO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Aluno: Adriano Fernandes Moreira
Orientador: Hector Valverde Santana
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: afmafmafm@hotmail.com
hectorvsantana@gmail.com

A releitura e a reinterpretação dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que tratem da função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro devem ser constantes no Estado Democrático de Direito, pois, *só assim*, entender-se-*á*, perfeitamente, o seu sentido e alcance, mantendo-se o equilíbrio entre a liberdade econômica e os anseios sociais. A constante evolução da sociedade e os problemas globais existentes forçam o intérprete da lei a fazer constante releitura dos dispositivos que tratam da função social da propriedade para que não ocorram empecilhos maiores à liberdade econômica. A propriedade perdeu o seu caráter absoluto.

Palavras-chave: função social da propriedade; liberdade econômica; dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.

DIREITO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Aluno: Duguay Trouin Muniz
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: duguaytrouin@hotmail.com
asmgodoy@gmail.com

A hipótese principal é a de que o Brasil possui um *gap* profundo na área educacional como demonstra a exposição de motivos do PNE- Plano Nacional de Educação. Apesar de terem sido incluídos 97% de crianças na escola, a evasão continua alta, o que gera um déficit de presença etária no ensino médio e, consequentemente, no ensino superior, o qual, atualmente, *não* possui *gaps* quantitativos ou qualitativos. Todavia, a dissertação enfoca os ciclos fundamental e médio nos aspectos quantitativos e qualitativos do ensino nacional. Desenvolve-se a abordagem com material bibliográfico, e a Constituição, a LDB e o PNE são instrumentos de análise e debate.

Palavras-chave: área educacional; evasão; ensino nacional.

ANÁLISE DOGMÁTICA E ECONÔMICA DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aluno: Francisco Sergio Maia Alves
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fsergio.ma@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

O controle externo de contratos administrativos é exercido pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas da União mediante competências constitucionais exclusivas e harmônicas, cujo equilíbrio não pode ser modificado por lei. Nesse sentido, o juízo político do Congresso Nacional não pode sobrepujar o controle técnico de legalidade do TCU, de forma a alterar o juízo de mérito acerca da legalidade de um contrato administrativo. Nesse sentido, a decisão política do Congresso Nacional deve ater-se ao exame da conveniência e da oportunidade quanto à continuidade da execução de um contrato com ilegalidades confirmadas pelo TCU, situação em que as medidas corretivas determinadas pelo órgão deixarão de subsistir. Tal decisão, contudo, tem o mesmo ônus argumentativo a que estão submetidas quaisquer deliberações administrativas ou judiciais pelo seu caráter judicante e pelo fato de implicar o afastamento, ainda que temporário, do estado de Direito. Ou seja, argumentos econômicos e consequencialistas devem ser devidamente fundamentados pelo Congresso Nacional. Assim, entende-se que o processo de controle externo de contratos administrativos apresenta fragilidades normativas que o tornam ineficiente com relação ao balanço entre os custos envolvidos, o tempo de duração e os resultados esperados. Tal situação foi agravada com a introdução nas leis de diretrizes orçamentárias de disposições acerca da fiscalização de contratos exercida pelo TCU, em auxílio ao Congresso Nacional. Nesse sentido, foram previstos atos processuais que se mostram redundantes mediante os previstos na lei orgânica do TCU, o que contribui para a demora do processo e não se reverte em melhores subsídios para a tomada de decisões. Dessa forma, estuda-se o princípio da separação dos poderes em sua acepção contemporânea, as teorias de decisão, além das disposições positivas sobre o controle externo de contrato. Ademais, o trabalho envolve a análise econômica do direito.

Palavras-chave: contratos administrativos; medidas corretivas; princípio da separação dos poderes.

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA: UM ESTUDO SOBRE A CERTEZA, A PREVISIBILIDADE E A CONFIABILIDADE NORMATIVA DAS DECISÕES JUDICIAIS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, SOB AS LUZES DO MODELO BRASILEIRO DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, NO MARCO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Aluno: Antônio Francisco Frota Neves
Orientadora: Neide Teresinha Malard
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: advfrota@yahoo.com.br

A velocidade com que têm ocorrido as modificações jurisprudenciais no âmbito da mais alta Corte de Justiça, em matéria tributária concorre diretamente para a insegurança jurídica. As hipóteses para esse problema *são:* a complexidade do sistema tributário pátrio e seu emaranhado legislativo, nas três esferas da federação, reduzem a capacidade de planejamento do contribuinte, gerando alto custo e riscos econômicos em decorrência das incertezas e das imprevisibilidades por repentinas alterações legislativas e jurisprudenciais; o turbilhão de normas, regrando os procedimentos administrativos no âmbito da Administração Fazendária, sobrecarrega os contribuintes em elevados custos.

Palavras-chave: matéria tributária; modificações jurisprudenciais; contribuintes.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO À INOVAÇÃO

Aluna: Waleska Bertolini Vieira Mussalem
Orientadora: Maria Edelvacy Pinto Marinho
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: bmussalem@hotmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

A dissertação tem por objeto realizar um estudo sobre a evolução jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, nos últimos dez anos, no que tange à aplicação de convenções e acordos internacionais aos conflitos relacionados à propriedade intelectual, sob o enfoque da internacionalização do direito. Os critérios são estudados mediante a identificação dos acordos e dos tratados que versem sobre os direitos de propriedade intelectual, além das legislações internas brasileiras sobre o tema. São pesquisadas as repercussões das decisões estrangeiras perante o Superior Tribunal de Justiça e analisados os julgados do Superior Tribunal de Justiça sob a influência do processo de globalização. Esses critérios são empregados para verificar a efetiva existência do "diálogo entre juízes" no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, na matéria em referência. Ao examinar a consideração dispensada pelo STJ à fundamentação lançada em sentenças estrangeiras que tratem de propriedade intelectual para efeito de uniformidade da aplicação de normas internacionais, chega-se à conclusão de que o impacto causado pelos tratados e pelos acordos internacionais perante a Corte Superior, atualmente, não *é significativo* para a cooperação ao diálogo entre juízes. Para tanto, foram encontrados apenas 3 precedentes jurisprudenciais.

Palavras-chave: propriedade intelectual; internacionalização do direito; processo de globalização.

DA (NÃO) ATRIBUIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA AO MENOS ADOTADO NO ESTRANGEIRO POR PAIS BRASILEIROS

Aluna: Hítala Mayara Pereira de Vasconcelos
Orientador: Jose Francisco Rezek
UniCEUB - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: hitalampv@hotmail.com
contato@franciscorezek.adv.br

O objetivo do trabalho é analisar se a igualdade prevista na Constituição de 1988 entre filhos naturais e adotivos também é aplicável para fins de atribuição do *status* de brasileiro nato, nas hipóteses em que pais brasileiros adotam crianças estrangeiras. Para tanto, serão analisados os dispositivos constitucionais que tratam da matéria em cotejo com as convenções internacionais referentes ao combate à apatria e à ideia de nacionalidade como direito humano, nos termos decididos pelas Cortes internacionais de proteção a tais direitos. Ao final, conclui-se no sentido de que as hipóteses de atribuição do *status* de brasileiro nato, previstas na Constituição, não são restritivas, devendo ser interpretadas em consonância com a feição humanitária que a nacionalidade possui.

Palavras-chave: brasileiro nato; filhos naturais e adotivos; crianças estrangeiras.

TEORIA ECONÔMICA DAS PENAS

Aluno: Daniel Silva Boson
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: danielboson@hotmail.com
gribeirobr@gmail.com

Tendo como referencial teórico a análise econômica do Direito, o objetivo da pesquisa é construir uma teoria econômica das penas. Busca-se encontrar diretrizes sob um prisma essencialmente substantivo e baseado na dissuasão, na incapacitação e na redução dos custos sociais para a política sancionatória. N*ão* se discute se determinado ato deve ou não ser punido, mas se, dado que o Estado optou por condenar e punir, a punição é suficiente e necessária. Para tanto, entre os objetivos específicos, citam-se: apresentar a literatura sobre Direito e Economia, incluindo a análise econômica sobre crimes e penas; apresentar as pesquisas econômicas sobre os efeitos das sanções; analisar o entendimento do Poder Judiciário; indicar parâmetros observáveis e necessários para fazer dosimetria de penas que maximize o bem-estar social.

Palavras-chave: análise econômica; crimes e penas; bem-estar social.

A AUDIÊNCIA PÚBLICA NA JURISDIÇÃO ORDINÁRIA

Aluna: Giovana Ferro de Souza Roriz
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Jr
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: giovanaferro@yahoo.com.br
lcmartinsalves@gmail.com

O presente trabalho defende a realização de audiência pública na jurisdição ordinária como mecanismo de produção de prova e elementos argumentativos dotados de razões públicas, para legitimar a atividade criadora do juiz nos casos difíceis. Para tanto, com fundamento em respeitada literatura nacional e estrangeira sobre hermenêutica e teoria geral do direito, entende-se que os juízes refletem sobre o direito no âmbito da sociedade e que a sua mais profunda missão é concili**á-lo** com as exigências da vida, de modo que haja significativa expansão da atividade judicial num ativismo inevitável em que a tradição desempenha importante papel, porquanto a cultura judicial (da jurisprudência e dos precedentes) e a social (sentimento da sociedade) oferecem ao julgador elementos repletos de razões públicas. Constata-se que esses argumentos publicamente aceitos, quando observados pelo juiz, legitimam mais a decisão judicial uma vez que transpõem a subjetividade do intérprete.

Palavras-chave: jurisdição ordinária; hermenêutica; razões públicas; decisão judicial.

JURISDIÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA: A RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE RECURSOS PÚBLICOS

Aluno: Leonardo Romero Marino
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: leonardo.romerobr@outlook.com
gribreirobr@gmail.com

O ordenamento jurídico brasileiro não deixa claro se a prática de preços superiores aos de mercado em contratos administrativos *é contrária* ao direito ou se a ilicitude requer que o terceiro contratado pratique uma conduta específica, como o conluio entre os licitantes ou a distorção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante alteração quantitativa ou qualitativa da prestação. O estudo destina-se a verificar o dever específico de cuidado a ser observado pelo particular quando contrata com a administração pública mediante o exame das regras e dos princípios da responsabilidade civil, aplicados à responsabilidade financeira em sede de Tribunais de Contas. A hipótese inicial é a de que a imputação de responsabilidade ao particular contratado independe de uma prática oportunista específica, constituindo uma decisão de política pública para ampliação do "escopo de responsabilização", isto é, o conjunto de situações nas quais a responsabilidade pode ser aplicada.

Palavras-chave: ordenamento jurídico brasileiro; contratos administrativos; responsabilidade financeira; política pública.

A TEORIA DAS NULIDADES MATERIAIS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS APLICADA AOS ATOS PROCESSUAIS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Aluno: Sandro Lucio Dezan
Orientador: Carlos Bastide Horbach
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: dezann@ig.com.br
carloshorbach@uol.com.br

Cinge-se à análise dos efeitos jurídicos causados pela inter-reação entre o ambiente material e o processual. Indagam-se quais as modulações jurídicas peculiares à teoria material das nulidades diante de sua aplicação aos atos processuais assinalados. Defende-se que o ordenamento jurídico não permite a aplicação direta da teoria das nulidades dos atos administrativos aos atos processuais. Nesse sentido, há a necessidade de aprofundamento do tema sob a óptica de princípios constitucionais e legais que regem o direito processual e a sua teoria epistemológica, impondo-se a análise simultânea de normas materiais e processuais e a incidência da teoria geral do processo na tarefa de definição dos efeitos jurídicos dos atos administrativos inexistentes, nulos e anuláveis, editados nos autos processuais referidos. Assim, identifica-se uma teoria própria das nulidades processuais.

Palavras-chave: teoria material das nulidades; ordenamento jurídico; princípios constitucionais; teoria epistemológica; atos administrativos.

INOVAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Aluna: Luciana Baroni Gondim
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: lu.baroni@uol.com.br
gico@ghdadvogados.com.br

A proposta é trabalhar com a temática da inovação e da propriedade intelectual e as suas contribuições para o desenvolvimento econômico. O estudo tem por objeto analisar a influência dos direitos de propriedade intelectual e da inovação sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. O sistema de patentes protege as inovações, que, consequentemente, têm um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico. Há um arcabouço legislativo moderno que regula a matéria e incentiva parcerias entre o setor público, o setor privado e as instituições científicas, mas que não é suficiente para fazer que o país mude de patamar. O Brasil enfrenta importante desafio no sentido de estabelecer políticas públicas que sensibilizem, positivamente, essa equação.

Palavras-chave: inovação; propriedade intelectual; desenvolvimento econômico; sistema de patentes.

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O CONTEXTO NORMATIVO NACIONAL E A SITUAÇÃO JURÍDICA E SOCIAL DO IMIGRANTE EM SITUAÇÃO IRREGULAR PERANTE O ESTADO BRASILEIRO

Aluno: Cayo César Morais dos Santos
Orientadora: Alice Rocha da Silva
UniCEUB - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: cayos@globo.com
rochaalice@yahoo.com.br

A pesquisa serve-se de um confronto analítico: de um lado, o arcabouço normativo internacional, que se apresenta em notória linha evolutiva, associado à doutrina especializada, enfatiza a concretização dos direitos humanos dos atores dos fluxos migratórios motivados pelo fenômeno da globalização, e a Constituição de 1988 alinha-se a tais valores. De outro, a legislação ordinária brasileira específica mostra-se dissonante no contexto evolutivo. A hipótese central do estudo busca demonstrar a necessidade efetiva de modernização do perfil normativo interno brasileiro mediante a implementação da nova legislação reguladora dos fenômenos migratórios pela adequação das proposições legislativas às diretrizes protetivas humanitárias internacionais e ao Texto Constitucional.

Palavras-chave: arcabouço normativo internacional; direitos humanos; fluxos migratórios; globalização; perfil normativo interno.

O DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE SADIO NO PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL SOB A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E OS PRECEDENTES DOS SISTEMAS

Aluna: Mariane Morato Stival
Orientador: Marcelo Dias Varella
UniCEUB - Doutorado em Direito
Contatos: marianemoratostival@hotmail.com
marcelodvarella@

A hipótese principal da tese é: h*á descumprimento* do direito humano fundamental ao meio ambiente sadio, norma obrigatória de direito internacional, com o não respeito ao planejamento urbano no Brasil. Isso é causado pelos três poderes brasileiros: o Legislativo, que *não* legisla; o Executivo, que *não* cumpre; o Judiciário, que *não* julga. Pretende-se analisar o reconhecimento do direito ao meio ambiente sadio como direito humano e sua profusão nacional e internacional no âmbito do sistema interamericano e europeu de Direitos Humanos e da jurisprudência constitucional brasileira sobre violação do direito fundamental ao meio ambiente sadio em ações de planejamento urbano. Serão apresentados casos brasileiros e a atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Será pesquisado o tempo do Poder Judiciário no julgamento das ações e se a demora das decisões contribui para o descumprimento das normas de proteção ambiental, configurando, assim, um problema negligenciado. Será feita uma análise comparativa das formas de atuação do sistema interamericano e europeu e as contribuições para o Brasil. Será analisado se o Brasil pode ser acionado internacionalmente pelos problemas nacionais de falta de efetividade, como denegação de justiça e qualidade de vida, e pelos resultados prováveis de uma ação no plano internacional. Será apresentada uma pesquisa sobre o déficit democrático dos Poderes. Há casos em que as Cortes nacionais e internacionais não resguardam o processo democrático e os valores fundamentais, e isso pode influenciar a falta de efetividade da jurisprudência sobre o tema no Brasil.

Palavras-chave: meio ambiente sadio; planejamento urbano; sistema interamericano e europeu; processo democrático; jurisprudência.

A NOVA COMPLEXIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL E OS MODELOS JURÍDICOS QUE VISAM À SUA EXPLICAÇÃO

Aluna: Natália da Silva Gonçalves
Orientador: Marcelo Dias Varella
UniCEUB - FAJS - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: goncalves.nat@hotmail.com
marcelodvarella@gmail.com

O objetivo deste trabalho é identificar qual modelo teórico melhor explica as formas de interação do Direito Internacional contemporâneo. Atualmente, os Estados precisam lidar com normas de diversos níveis de abrangência sobre variados temas, além de haver novos atores que influenciam o direito interno. Assim, serão analisadas as hipóteses das teorias modernas sobre a complexificação desse direito e os modelos teóricos positivistas tradicionais. O direito interno brasileiro será utilizado como parâmetro, para realizar as verificações empíricas das teorias modernas, as quais apontam um sistema jurídico cíclico ou em formato de redes, no qual não há hierarquia definida, de modo a tornar possível a acomodação da nova realidade de interações jurídicas. Para isso, serão utilizadas as criações normativas brasileiras que foram construídas com base em estímulos do direito internacional, analisando se, por indução, os argumentos advindos dos diversos níveis e atores do plano internacional foram significativos para a tomada de decisão dos agentes públicos internos. Em seguia, será feita uma análise de probabilidade, de forma a permitir avaliar se isso representa uma tendência, ou seja, se há certa generalidade no comportamento brasileiro. Após testar as hipóteses das teorias modernas, verifica-se se a nova explicação do direito internacional proposta se sustenta juridicamente ou se as teorias tradicionais constituem a melhor forma de explicação de um sistema jurídico. De modo a concretizar melhor a análise do presente trabalho, serão verificadas as interações dessas teorias com um ramo específico do direito internacional, qual seja, os direitos humanos. É possível concluir que a nova complexidade do Direito Internacional não deve ser negada, contudo deve realizar-se uma delimitação clara do sistema jurídico para que não seja confundido com elementos decorrentes de fenômenos de outras naturezas, tais como, sociológicos ou políticos. É evidente que a pretensão de identificar qual teoria melhor explica o Direito Internacional contemporâneo possui limitações uma vez que a explicação dos fenômenos pode encontrar amparo em mais de uma teoria, ao mesmo tempo em que nenhuma delas pode explicar tais fenômenos de forma completa, o que possibilita um campo fértil para futuras pesquisas. Contudo, com a tentativa de encontrar a melhor explicação, já é possível ter uma ideia sobre a pluralidade de influências exercidas na criação do direito interno, o que afeta, diretamente, a vida do cidadão. Fica, então, caracterizada a originalidade do presente trabalho pela preocupação com a delimitação jurídica de todos esses fenômenos estudados e das teorias que os explicam, além da utilização do direito interno brasileiro, para verificar, empiricamente, as influências internacionais no âmbito dos direitos humanos.

Palavras-chave: direito internacional contemporâneo; complexidade; modelos teóricos.

SEGURANÇA JURÍDICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO: UM ESTUDO ACERCA DA REALIZAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA ADMINISTRATIVA POR MEIO DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO, MEDIANTE A ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DOS MANDADOS DE SEGURANÇA 24.781/DF E 25.116/DF

Aluna: Ana Paula Sampaio Silva Pereira
Orientador: Luís Carlos Martins Alves Júnior
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: anapaula.silva@pop.com.br
lcmartinsalves@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre a realização da segurança jurídica no processo administrativo, tendo como foco a aplicação dos princípios do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração do processo mediante o exame dos julgamentos dos Mandados de Segurança 24.781/DF e 25.116/DF. Apresentam-se os precedentes judiciais nos quais o Supremo Tribunal Federal (STF) reviu sua jurisprudência. Ao julgá-los, o STF decidiu que, em respeito à segurança jurídica, se o TCU demorar mais de cinco anos para apreciar a concessão, deverá assegurar ao interessado o contraditório e a ampla defesa quando a decisão puder causar-lhe prejuízo. Em seguida, o estudo analisa os argumentos jurídicos e os fundamentos normativos utilizados nos julgados sob as luzes do princípio da segurança jurídica. Feito isso, investiga a dogmática dos princípios do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração do processo, a fim de verificar em que medida foram prestigiados nos casos examinados. Conclui-se que o novo entendimento do STF, embora represente uma evolução em relação à jurisprudência anterior, não se amolda ao real sentido dos referidos princípios processuais e, com isso, não promove a segurança jurídica tal qual se propõe a fazer.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Direito Administrativo; segurança jurídica; processo administrativo.

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL: UM MODELO PARA A GESTÃO EFICIENTE DO SERVIÇO JUDICIAL

Aluno: Antônio Roger Pereira de Aguiar
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: profrogeraguiar@gmail.com
professor.carusguedes@gmail.com

O objetivo da dissertação concentra-se na compreensão do princípio da razoável duração do processo não como problema centralizado na velocidade de tramitação do feito judicial; é um problema direcionado para a gestão do serviço público judicial. A celeridade processual é consectária da adoção pelas unidades jurisdicionais, de técnicas e métodos de administração do processo. Algumas escolas administrativas ensinam o melhor manejo de recursos; outras, a logística do conhecimento. Os modelos gerenciais voltados a pessoas e suas capacidades permanentes de ensino-aprendizagem, desde que coletivos, constituem-se práticas adequadas ao enfrentamento do problema das altas taxas de congestionamento de feitos nos tribunais. Nesse contexto, propõe-se a adoção das ideias contidas na chamada *organização que aprende*, como antídoto à síndrome da alienação gerencial do processo. Busca-se a sustentabilidade e a eficiência na gestão do serviço público judiciário, pois cada agente é chamado à construção cognitiva de soluções para as vicissitudes do Poder Judiciário. Com o objetivo de fixar o aprendizado organizacional como prática institucionalizada para o gerenciamento eficiente do processo, é necessário que seus corolários sejam dispostos nas normas internas dos tribunais.

Palavras-chave: razoável duração do processo; gerenciamento; eficiência; aprendizagem organizacional.

REGIMES PÚBLICO E PRIVADO: ESTUDO SOBRE A CATEGORIZAÇÃO E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO

Aluna: Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia
Orientador: Carlos Bastide Horbach
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: cris_leao@yahoo.com
carloshorbach@uol.com.br

A dissertação tem por objetivo analisar as características dos regimes público e privado, estabelecidos na Lei Geral de Telecomunicações (LGT), traçando especificidades e estabelecendo ligações entre eles. Elegeu-se analisar a categorização dos serviços de telecomunicações e a ampliação do acesso como possíveis, respectivamente, diferença e semelhança entre os regimes. Para tanto, será aprofundada a análise acerca dos diferentes conceitos de serviço público, e serão avaliadas diferentes possibilidades de interpretação de seu enquadramento no regime tanto público como privado, dialogando-se em especial com os artigos 21 e 175 da CF/88 e com a LGT. À luz dessa análise, adota-se o entendimento de que os serviços de telecomunicações prestados em regime privado diferem, fundamentalmente, daqueles prestados em regime público, não se configurando como serviços públicos. Contudo, é possível identificar elementos de conexão entre os dois regimes, notadamente o fato de ambos serem alvo de políticas de expansão. Nesse sentido, aprofunda-se o estudo de bases legais e mecanismos no regime tanto público como privado.

Palavras-chave: Direito das Telecomunicações; serviços públicos; universalização; massificação.

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO: A POLÍTICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL NAS VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL

Aluna: Mariana Alvarenga Eghrari Pereira
Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: marianae@terra.com.br
frederico.barbosa@ipea.gov.br

A desigualdade entre homens e mulheres é uma realidade que se busca combater. Quando se fala em violência doméstica, as disparidades são evidentes mediante a agressão física, verbal, sexual e outras. Políticas públicas nos últimos anos têm sido implementadas para que o enfrentamento à violência contra a mulher seja possível por meio de mecanismos estatais para o seu combate. Neste trabalho, apresenta-se como a política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher foi construída, o papel do Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha e os diferentes mecanismos utilizados por magistrados para que possam, de certa maneira, contribuir para o combate à violência doméstica com as ferramentas de que dispõem. Além disso, verificam-se as alternativas a ser propostas para que a política pública possa ser (re)construída mediante nova perspectiva de circulação de poderes entre aqueles que dela e nela participam.

Palavras-chave: violência doméstica; políticas públicas; circulação de poderes.

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA CARACTERIZAÇÃO DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA COMO MEDIDA DE EXCEÇÃO: DAS CATEGORIAS CONCEITUAIS DE CARL SCHMITT E GIORGIO AGAMBEN À CRÍTICA AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PARTICULAR

Aluno: Rafael Figueiredo Fulgêncio
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: rafaelfulgencio@yahoo.com.br
asmgodoy@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a possibilidade de enquadramento da suspensão de segurança como medida de exceção. Trata-se, inicialmente, de acordo com as obras de Carl Schmitt e de Giorgio Agamben, da definição da exceção como mecanismo baseado na cisão entre a vigência formal e a eficácia da lei, que, durante o estado de exceção, vigora na forma de sua própria suspensão, sem qualquer correlação com a realidade. A generalização da utilização da exceção, que se transforma no paradigma de governo das democracias contemporâneas, retira de tal instrumento a função de proteção do ordenamento jurídico e transforma-o em fator de aplicação seletiva de seus preceitos, comprometendo, em última análise, a realização do Estado Democrático de Direito e a proteção jurídica do indivíduo. Cuida-se, na sequência, da realização de breve histórico da regulamentação legal da suspensão de segurança, pelo qual é apontada a inexistência de relação direta do instituto com o regime militar pós-64, e de uma análise da eficácia temporal da ordem de suspensão de segurança, voltada para a demonstração da tendência de tornar-se definitiva a decisão proferida no incidente, em detrimento da deliberação judicial adotada no processo principal. Passa-se, então, ao estudo da qualificação conferida à suspensão de segurança pela dogmática e pela jurisprudência nacionais, tratando-se, de um lado, do entendimento que lhe reduz a uma medida de natureza cautelar, destinado à sustação dos efeitos de decisões judiciais proferidas em afronta ao ordenamento jurídico, e, de outro lado, de duas interpretações que resultam por conferir à suspensão de segurança a natureza de medida de exceção, capaz de permitir, com fundamento em razões de utilidade pública, a vigência de decisões administrativas em descompasso com o ordenamento jurídico. Como resultado da referida análise, conclui-se que a suspensão de segurança não pode ser considerada como instrumento de realização do interesse público conforme definido no ordenamento jurídico-constitucional, mas, antes, como medida de exceção, capaz de sujeitar a eficácia dos preceitos constantes do ordenamento jurídico a um juízo de natureza política.

Palavras-chave: Estado democrático de Direito; soberania; Estado de exceção; suspensão de segurança; interesse público.

RESTRIÇÕES ÀS EXPORTAÇÕES NO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, SOBERANIA E LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO

Aluno: Marco Antônio Alcântara Nascimento
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
UniCEUB - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: academico.marco@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo examinar o tema *restrições às exportações* como novo e antigo desafio ao Sistema Multilateral de Comércio (SMC). Mediante o exame de dois contenciosos na Organização Mundial do Comércio, os casos China-Matérias-Primas e China-Terras-Raras, em que a China defendeu a adoção de medidas desta natureza baseada em argumentos de soberania sobre recursos naturais e/ou o direito ao desenvolvimento de sua indústria de processamento, propõe-se uma reflexão sobre a oposição de regimes internacionais. Sugere-se, como hipótese, a necessidade de buscar-se um balanço adequado entre liberalização do comércio, soberania sobre recursos naturais e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: restrições às exportações; recursos naturais; soberania; desenvolvimento; fragmentação do Direito Internacional.

PREOCUPAÇÃO COMERCIAL ESPECÍFICA: UMA FERRAMENTA EFICAZ DO ACORDO SOBRE APLICAÇÃO DE MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS

Aluno: Jesulindo Nery de Souza Junior
Orientador: Daniel Amin Ferraz
UniCEUB - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: jesulindo@gmail.com
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

O objetivo desta dissertação é analisar, de forma interpretativa, como as Preocupações Comerciais Específicas podem colaborar para coibir a adoção de barreiras não tarifárias travestidas de medidas sanitárias e para remover tais barreiras com sua eficiência. O setor agropecuário brasileiro modernizou-se e alcançou patamares de referência internacional, entretanto esse crescimento pode ser mitigado pelas políticas adotadas pelos países que criam regulamentos, para limitar o fluxo comercial dos produtos, incluindo os brasileiros. A ampliação da agenda do comércio internacional ocasionou, entre outros efeitos, a assinatura do Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), que reconhece o direito dos membros em adotar medidas com base em princípios científicos necessários para garantir a segurança alimentar, para proteger a vida e a saúde de pessoas, animais e plantas ou para proteger o território de uma praga ou doença, prevendo duas maneiras de administrar os conflitos entre os membros. Uma delas é formal e definida pelo Entendimento sobre Solução de Controvérsias, e a outra tem caráter informal, estabelecida no Comitê do Acordo SPS, denominada como Preocupações Comerciais Específicas, que é um procedimento com especificidades técnicas e jurídicas, orientado por normas formais e informais que condicionam, de certa forma, o comportamento de seus membros.

Palavras-chave: preocupação comercial específica; acordo sobre medidas sanitárias; setor agropecuário brasileiro.

TERRORISMO MEDIANTE GUERRA DE INFORMAÇÕES NO DIREITO INTERNACIONAL: BREVE ANÁLISE DE CASOS

Aluno: Leonardo Alcanfor de Pinho Silva
Orientador: Daniel Amin Ferraz
UniCEUB - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: alcanfor@gmail.com
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

O presente estudo busca, por meio da análise de casos, verificar o atual estágio do direito internacional no tocante à regulamentação dos atos de terrorismo virtual praticados mediante guerra de informações. Inicialmente, é feito estudo dos institutos do terrorismo, do terrorismo virtual e da guerra de informações. Depois, é analisada a tensão entre a competência dos Estados soberanos e a da sociedade internacional para proceder a tais apurações e julgamento. Para atingir tal objetivo, é realizado estudo do direito internacional, do direito pátrio e do comparado. Para melhor compreensão do tema, é feita exposição de exemplos, ou seja, de casuística com situações que podem ser consideradas de terrorismo virtual mediante guerra de informações.

Palavras-chave: terrorismo virtual; guerra de informações; competência jurisdicional.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O SISTEMA INTERAMENRICANO DE DIREITOS HUMANOS

Aluno: Natália Paes Leme Machado
Orientador: Marcelo Dias Varella
UniCEUB -Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: natalia.plmachado@gmail.com
marcelodvarella@gmail.com

As transformações sociais ocorridas no último século, aceleradas pela globalização, levaram a novas formas de integração jurídica, e a sociedade civil é o exemplo mais comum desta nova fase. A construção de realidades jurídicas diferentes é uma das características do direito internacional. Atores, e não somente os sujeitos de direito internacional, influenciam, diretamente, todo o sistema. O Estado continua com o papel central no mundo globalizado, entretanto as políticas são formadas no plano local e internacional. Para efetivar a proteção dos direitos humanos, a América tem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, organização ligada à OEA, que está amparada pela Convenção Americana de Direitos Humanos. A Comissão e a Corte Interamericana contam com a atuação de ONG de relevante interesse internacional, que, mediante trabalho em conjunto, promove a criação de novas jurisprudências. É o chamado litígio estratégico, advindo de uma série de procedimentos criados e que devem ser seguidos para que uma demanda seja procedente perante os Tribunais Internacionais e para que sua decisão alcance o maior número possível de pessoas. Uma das ONG que realiza este trabalho é o Centro pela Justiça e Direito Internacional, o CEJIL, que, em conjunto com outras ONG é o peticionário com maior número de casos julgados. Atualmente, o Sistema Interamericano passa por uma crise pela falta de financiamento dos países participantes e pela maior atuação de países de fora do sistema. Esses acontecimentos corroboram o detrimento da autonomia e da independência e levam ao enfraquecimento do Sistema. O objetivo deste estudo é demonstrar a importância da sociedade civil e sua atuação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a sua influência e seu modo de atuação nesta Corte e o funcionamento do litígio estratégico como forma de fortalecer o Sistema Interamericano e trazer efetividade à proteção dos direitos humanos na América.

Palavras-chave: sociedade civil; sistema interamericano de Direitos Humanos; mundo globalizado.

CONCRETIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS EM CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE NO BRASIL

Aluna: Luciana Laura Carvalho Costa Dias
Orientadora: Maria Edelvacy Pinto Marinho
UniCEUB - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: lulaura.costa@gmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

Esta dissertação encerra uma análise jurídica acerca da existência ou não da concretização dos objetivos de repartição de benefícios nos Contratos de Utilização e Repartição de Benefícios (CURB), em relação aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade (CTA) no Brasil conforme determinam os regramentos internacional e nacional. São confrontados os requisitos legais impostos nacionalmente e os fixados em dispositivos internacionais, especialmente no que diz respeito ao Contrato de Utilização de Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios – instrumento de suposta concretude no que diz respeito à repartição de benefícios no âmbito da utilização de conhecimentos tradicionais. São objetos de exame os requisitos fixados pelo conjunto normativo nacional, composto pela Medida Provisória 2.186-16/2001 e por Resoluções oriundas de órgãos de execução das ideias expostas no instrumento legal citado, como o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). Por meio da análise pormenorizada de processos administrativos submetidos ao CGEN e de dados coletados junto ao INPI, traça-se um panorama atual do real cumprimento material dos ditames legais acerca da repartição de benefícios em relação aos CTA.

Palavras-chave: Direito Internacional; biodiversidade; regramentos internacional e nacional; processos administrativos.

O TRABALHO NO REGIME FECHADO SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO MODELO EXISTENTE NO DISTRITO FEDERAL

Aluno: Marcos Aurélio Sloniak
Orientador: Bruno Amaral Machado
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: msloniak@terra.com.br
brunoamachado@hotmail.com

As racionalidades punitivas mudaram significativamente nos últimos 200 anos. As teorias sobre as finalidades das penas prepararam o terreno para o surgimento do "ideal ressocializador", no final do século XIX. Os discursos orientados pela prevenção especial positiva, a ressocialização, influenciaram a produção legislativa e a criação de políticas públicas no Brasil. Nesse contexto, a pesquisa direciona-se ao Governo Federal e ao sistema penitenciário do Distrito Federal e orienta-se pelos seguintes questionamentos: como o trabalho prisional ganha espaço na pauta governamental e transforma-se em política pública? Quais são os órgãos envolvidos, os entraves, os desafios e as tensões na formulação da política pública voltada para o trabalho prisional no regime fechado? O foco dirige-se à implantação da política penitenciária e, em especial, ao trabalho prisional no regime penal fechado, no Distrito Federal. Mediante revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas em profundidade, busca-se identificar os principais obstáculos para a efetividade da política pública. Ao final, apontam-se as principais contradições e dificuldades para a implementação do trabalho prisional no regime fechado no Distrito Federal.

Palavras-chave: Direito Penal; execução penal; criminologia; política pública.

O PODER E A QUESTÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS E O "FORDISMO JUDICIAL"

Aluno: Vinicius de Moura Xavier
Orientador: Inocêncio Martires Coelho
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: vmxavier@gmail.com
inocenciocoelho@gmail.com

O presente trabalho analisa a abertura do acesso à Justiça, sobretudo com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, especialmente quanto ao monopólio da Jurisdição pelo Judiciário e às formas alternativas de resolução de controvérsias. Busca-se delimitar o panorama da análise à questão do poder e examinar as propostas de solução engendradas para reduzir o número de processos em curso, perante os órgãos judicantes, de viés processual, sob a ótica da reserva material da composição de conflitos como mecanismo de manutenção do Poder. O marco teórico é a questão do poder na forma tratada por Lühmann e Foucault. Inicia-se o trabalho com breves apontamentos históricos sobre o panorama do poder e as fórmulas alternativas de solução de litígios; parte-se para uma análise da questão ideológica, e, posteriormente, vale-se de breve estudo de direito comparado, ao cotejar o sistema alemão e o brasileiro, destacando-se o adotado na esfera extrajudicial e analisando a viabilidade de importação de alguns pontos para o ordenamento pátrio. Por fim, realiza-se um cotejo analítico com base na dicotomia da relação do poder com o problema do excesso de processos em curso perante o Judiciário, sopesando a denominada cultura da litigância e propiciando conclusões e sugestões em políticas públicas, com vistas ao aprimoramento da discussão na esfera acadêmica.

Palavras-chave: Direito Constitucional; acesso à justiça; poder.

O FINANCIAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC

Aluna: Larissa Cassia Ribeiro da Cruz Godoy
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: larissacgodoy@gmail.com
marcia.leuzinger@uol.com.br

A dissertação trata do financiamento de áreas protegidas no Brasil, acentuando-se, ao final, os limites e as possibilidades do uso da compensação ambiental como fonte de recursos para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Apresenta-se um conjunto de conceitos básicos e fundamentos metodológicos aplicados à análise das políticas públicas. Entende-se o financiamento das áreas protegidas como condição necessária para a implementação de políticas de conservação da natureza. São expostos pontos centrais que informam o problema, fazendo-se uma arqueologia das ideias relativas às origens e à trajetória das políticas ambientais no contexto brasileiro. O trabalho discorre sobre as linhas gerais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, apresentando, brevemente, seu histórico e seu arranjo jurídico-institucional de gestão. São analisadas fontes de financiamento de unidades de conservação, classificadas em atuais, potenciais e indiretas. Trata-se da questão da sustentabilidade financeira das unidades de conservação. Propõe-se a análise da compensação ambiental como fonte de financiamento de áreas protegidas. Faz-se uma narrativa das origens da compensação ambiental no Brasil, passando por sua sistemática de operacionalização atual no âmbito federal. Descrevem-se os debates e as controvérsias sobre o mecanismo no contexto do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União. O trabalho apresenta as principais divergências e, principalmente, avalia as consequências das decisões, das recomendações e das determinações dessas instâncias para a Administração Pública Federal. Demonstra-se, a título de exemplo, a sistemática de operacionalização da compensação ambiental no Estado do Rio de Janeiro e a experiência internacional de compensação ambiental em benefício de áreas protegidas, adotada nos Estados Unidos da América. Verifica-se falta de consenso na formulação e na implementação do instrumento de financiamento de política pública. Apontam-se os limites da compensação ambiental para financiamento de áreas protegidas no contexto brasileiro. Constrói-se, a propósito das possibilidades do uso do modelo, um conjunto de sugestões.

Palavras-chave: áreas protegidas; políticas públicas; compensação ambiental.

PARADIGMAS SOCIOEDUCATIVOS: OPERAÇÃO CONCOMITANTE NO CAMPO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Aluna: Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza
Orientador: Roberto Freitas Filho
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: selmas@mpdft.gov.br
robertofreitas_filho@yahoo.com.br

A pesquisa trata dos paradigmas socioeducativos da situação irregular e do garantista no contexto da justiça em segundo grau de jurisdição, no âmbito do Distrito Federal. O objetivo é apontar a contradição existente entre o discurso doutrinário e prescritivo sobre o atendimento do adolescente em conflito com a lei e a ação dos atores jurídicos, especificamente os defensores públicos, os procuradores de justiça e os desembargadores. A hipótese é no sentido de que existe uma contradição no agir dos atores jurídicos e uma operação concomitante dos dois paradigmas. O objeto de investigação é o conjunto de decisões lançadas por esses atores no período de agosto de 2012 a agosto de 2013. Quanto à metodologia, a pesquisa adota a revisão da literatura e duas fontes de dados: o levantamento legislativo-documental e histórico e o levantamento de dados oficiais e de pesquisas acadêmicas sobre a temática. Para desenvolver a parte empírica, a pesquisa utiliza os métodos qualitativo e quantitativo e o protocolo de organização de dados denominada Metodologia de Análise de Decisões (MAD), elaborada originalmente por Freitas Filho e os instrumentos metodológicos de Bourdieu.

Palavras-chave: paradigmas socioeducativos; adolescente em conflito com a lei; atores jurídicos.

POLÍTICA PÚBLICA ESTATAL COM PARTICIPAÇÃO POPULAR: O PAPEL DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF NA DEFESA, NA PROMOÇÃO E NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aluna: Ana Beatriz Silva Carvalho de Deus
Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: anabeatrizscd@bol.com.br
frederico.barbosa@ipea.gov.br

O presente trabalho versa sobre a política pública de Conselhos Tutelares do Distrito Federal e apresenta os parâmetros idealizados pelo Estado, constantes em normativas, e as indicações de doutrinadores sobre as características que essa política deve contemplar, a fim de atender os reclamos sociais. Demonstra-se como é exercido o papel dos Conselhos Tutelares no Distrito Federal e a articulação da rede social de proteção integral à criança e ao adolescente na defesa, na proteção e na promoção dos direitos fundamentais do público infanto-juvenil. Destaque dá-se ao acompanhamento da estrutura de funcionamento dos colegiados – infraestrutura, rotinas, capacitação, processo seletivo, trocas internas com lastro na experiência individual dos conselheiros, participação popular – e à integração da rede social de proteção integral à criança e ao adolescente do Distrito Federal. A metodologia escolhida propõe aproximação do objeto de pesquisa mediante entrevistas, visitas e aplicação de questionários. O estudo revela as demandas recorrentes enfrentadas pelos trinta e três Conselhos Tutelares do Distrito Federal e as vias adotadas para aplacar as violações e as ameaças de direitos, verificadas nos casos enfrentados pelos órgãos colegiados.

Palavras-chave: políticas públicas; participação popular; conselho tutelar; criança e adolescente; rede social de proteção integral.

OS PACTOS REPUBLICANOS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS E AVALIAÇÃO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Aluno: Ricardo José Klaym Nonato
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: ricardo.klaym@gmail.com
professor.carusguedes@gmail.com

Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, os três Poderes da União estabeleceram compromissos normativos, administrativos e jurisdicionais com o objetivo de proporcionar ao cidadão a prestação jurisdicional efetiva e verdadeira. Para isso, celebraram os Pactos Republicanos constituindo-se, basicamente, em uma série de alterações na legislação processual civil, penal e trabalhista e em diretrizes administrativas de molde a dar concretude ao direito fundamental a uma duração razoável de litígios que são levados ao Poder Judiciário. Com base em pesquisa na qual se fez uma avaliação quantitativa e qualitativa da produção de decisões do Supremo Tribunal Federal, esta dissertação tem como objetivo reconhecer aqueles compromissos públicos como exemplo de política pública aplicada, para, depois de analisá-la sob o ângulo da participação da Suprema Corte na concretização daquele direito-garantia, concluir que ainda há muito a fazer-se.

Palavras-chave: pactos republicanos; diretrizes administrativas; política pública.

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO ACRE, BRASIL

Aluno: Kwame Augusto Brito Akuamoa
Orientadora: Márcia Dieguez Leuzinger
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: negulao@gmail.com
marcia.leuzinger@uol.com.br

O tema objeto deste trabalho é o Pagamento Por Serviços Ambientais (PSA) enquanto instrumento econômico utilizado para preservação e conservação dos serviços ecossistêmicos disponibilizados pelo meio ambiente. Se não restam dúvidas quanto ao valor em sentido amplo desses serviços, restam dúvidas em relação ao valor econômico. Assim, tenta-se compatibilizar a utilização dos recursos naturais pelo homem com o fornecimento pelos ecossistemas, além de servir como complemento aos instrumentos de comando e controle no combate à crise ambiental mundial. Para isso, devem ser desenvolvidos mercados para esses serviços mediante políticas públicas lideradas pelo Estado e/ou iniciativas particulares como forma de instigar a adesão dos provedores e dos beneficiários do sistema de pagamentos por serviços ambientais e, assim, desenvolver novos negócios. A abordagem do estudo em que se exibe a racionalidade humana e a racionalidade ambiental realiza um panorama do estado da arte desse instrumento, caracterizando-o e apresentado suas potencialidades e usos em diversos países da América Latina, por terem sido precursores na utilização dessa ferramenta de proteção ambiental. Por meio de um estudo de caso concernente à experiência do estado do Acre, ilustra-se como essa ferramenta já faz parte do cotidiano e o interesse pela implantação desse instrumento em nível nacional.

Palavras-chave: políticas públicas; preservação ambiental; estudo de caso.

A POLÍCIA JUDICIÁRIA E O COMBATE À CRIMINALIDADE: ABERTOS OS TRABALHOS, DEU-SE A PALAVRA AO MESTRANDO PARA QUE, NO PRAZO DE ATÉ TRINTA MINUTOS, EXPUSESSE SEU TRABALHO, O QUE FOI FEITO

Aluno: Júlio Lopes Hott
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: julio_hott@ig.com.br
asmgodoy@gmail.com

Compete à Polícia Judiciária a realização da investigação policial preliminar e a instrução cartorária do inquérito policial que é a verdadeira "formação de culpa" pré-processual. Trata-se de uma ação inquisitorial de política pública criminal que interfere na intimidade e na liberdade das pessoas com um grau de seletividade e discricionariedade que deve ser demonstrado mediante um referencial de criminologia crítica. Esta pesquisa pretende conhecer o processo dessa política pública de combate à criminalidade por meio da agência policial e a sua atuação, atendendo os *imputs* de investigação criminal para combate à criminalidade com o esclarecimento do fato criminoso e a punição do respectivo autor. Para tanto, analisa-se a cultura policial, os *habitus juridicos*, o discurso existente entre seus atores, as práticas investigativas herdadas de um paradigma etiológico de criminologia, a forma de controle (*accountability*) que é exercido sobre as etapas do procedimento investigativo e o método utilizado para alcançar o objetivo.

Palavras-chave: política criminal; inquérito policial; investigação.

O ACESSO À JUSTIÇA E O PARADOXO DO EXCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO

Aluno: Fernando Antônio Calmon Reis
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: f.calmon@globo.com
professor.carusguedes@gmail.com

As relações sociais contemporâneas são complexas e não permitem um planejamento concentrado para a resolução dos conflitos existentes. Por vários motivos, existe crescente litigiosidade agravada pela carência de recursos humanos à disposição do Estado para o enfrentamento deste problema. Procuram-se soluções para defender-se da conflituosidade, que pode apresentar-se de forma triangular (Estado x sociedade x indivíduo), e a ferramenta mais sofisticada adotada para esse fim é a normatividade com a pretensão de que possa indicar regras claras para o limite do jogo social, atenuando-se os efeitos do conflito. O sistema jurídico, entretanto, não consegue evitar a profusão de conflitos judicializados embora se baseie em um método violento e não pacífico de resolução de controvérsias, expondo a sanção como estratégia de dissuasão, incidindo sobre uma conduta previamente considerada proibida a que se tem por lícito coagir. A resposta estatal deficiente, cuja avaliação focaliza fatores meramente quantitativos, pode retirar um conflito de uma área mais facilmente administrável para outra com repercussão social mais grave e perigosa. No mesmo sentido, a resposta tardia não soluciona conflitos. Existem infindáveis situações problemáticas, mas o grande potencializador de conflitos é a atuação deficiente do Estado, que se faz agravar quando o Judiciário se encontra totalmente estrangulado, administrando o dia a dia sem perspectiva de alteração de quadro, a permanecer neste modelo tradicional ou ortodoxo. O acesso à justiça apresenta-se como instrumento possível de resgate da efetividade da resposta estatal, oferecendo instrumentos para o enfrentamento do problema do excesso de judicialização de conflitos. Porém, é necessário atualizar a sua compreensão conceitual, a sua extensão e as suas possibilidades.

Palavras-chave: acesso à justiça; conflitos; judicialização; alternativas.

ESTADO DE EXCEÇÃO, DIREITO PENAL DO INIMIGO E POLÍTICA CRIMINAL

Aluno: Paulo Emílio Catta Preta de Godoy
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: pauloemilio@cpvc.com.br
asmgodoy@gmail.com

Este trabalho tem como referencial o Direito Penal do inimigo enquanto novo marco racionalizado da neutralização do inimigo no Estado de exceção. A invocação de preservação da ordem constitucional apresenta-se, em momentos críticos, como justificativa válida para a suspensão de direitos e garantias fundamentais na perspectiva de que sua eficácia dificulta a pronta e enérgica atuação estatal necessária a debelar os perigos e, assim, reconstituir a ordem fática, pressuposto da vigência da ordem legal. As características principais do Estado de exceção definem-se, além da suspensão de normas indicada, pela concentração de poderes emergenciais nas mãos do Poder Executivo e pela irresponsabilidade jurídica da atuação dos agentes em períodos emergenciais com apoio na concepção justificante do estado de necessidade. Em contraponto, aponta-se que a aporia fundamental do Estado de exceção é a sua tendência em se perpetuarem as medidas emergenciais mesmo após a contenção dos perigos que legitimaram sua instauração, em movimento permanente que implica a derrocada da ordem constitucional que buscava proteger. Afere-se que as situações fáticas legitimadoras de sua instauração ampliam-se para a guerra interna, ou seja, para alcançar o combate que o Estado trava com seus inimigos internos. A definição do inimigo desponta como a atividade política essencial, e sua designação, apesar de não ter características permanentes e preconcebidas, apresenta-se na impossibilidade de coexistência e de solução dos conflitos pela via pacífica do direito ou pela decisão proferida por um árbitro imparcial, invocando a guerra e a eliminação física, o que legitimaria o Estado absoluto nas situações históricas verificadas, sobretudo, no período das Grandes Guerras e que pareciam superadas após o fim das deflagrações, com a edição da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, pela ONU. Na primeira década do século XXI, observa-se o regresso autoritário no discurso penal, com incremente nas demandas repressivas e punitivas, sobretudo, na linha de dois eixos temáticos: o Direito Penal do inimigo, que propõe a separação como forma do poder punitivo a ser dirigida àqueles indivíduos que, pela incerteza de seu comportamento futuro e pelos riscos que causem à segurança do Estado, são destituídos de sua personalidade jurídica e podem ser neutralizados como bestas-feras; o novo autoritarismo *cool*, que surge como proposta de retomada da punição como recurso à contenção de problemas sociais, especialmente relacionados com o novo paradigma da exceção, a segurança pública, a propugnar o abrandamento pontual da eficácia dos direitos e das garantias fundamentais como único caminho possível e eficaz no combate à criminalidade, fenômenos que são articulados mediante política criminal de exceção.

Palavras-chave: Estado de exceção; designação do inimigo; política criminal.

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA AOS OBSTÁCULOS JURÍDICOS NORMALMENTE SUSCITADOS PARA AFASTAR A UTILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aluno: André Luis Nascimento Parada
Orientador: Carlos Bastide Horbach
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: andrelnparada@yahoo.com.br
carloshorbach@uol.com.br

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os principais óbices jurídicos erigidos contra a utilização da arbitragem em contratos administrativos firmados pela Administração Pública. Examinam-se, criticamente, os supostos obstáculos da inafastabilidade de jurisdição, da legalidade estrita e da indisponibilidade do interesse público com a finalidade de contrapô-los. A pesquisa compreende a teorização inicial sobre a arbitragem com o fim de conhecer particularidades do instituto. Após, centram-se as atenções na arbitragem em contratos administrativos, em especial, na matéria relativa à arbitrabilidade objetiva e subjetiva. Firmado esse substrato teórico, enfrentam-se os referidos óbices suscitados contra a arbitragem. A pesquisa conclui que a arbitragem pode ser empregada como meio de resolução de controvérsias nos contratos celebrados pela Administração Pública e que os empecilhos referentes à inafastabilidade de jurisdição, à legalidade estrita e à indisponibilidade do interesse público não se sustentam. Em seguida, analisam-se como os precedentes judiciais e do Tribunal de Contas da União tratam dos casos relativos ao tema. Por fim, são gizadas boas práticas para aplicação do instituto aos contratos administrativos.

Palavras-chave: Direito Administrativo; arbitragem nos contratos administrativos; resolução de controvérsias.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: A BUSCA DA CONSENSUALIDADE PARA A DEVIDA EXECUÇÃO, PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA PERSPECTIVA DO PODER PÚBLICO

Aluna: Graciela Renata Ribeiro
Orientador: Héctor Valverde Santana
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: ribeirogrr@yahoo.com.br
hectorvsantana@gmail.com

O Poder Público, para atingir seus fins, realiza contratos com particulares e com outros entes do próprio Poder Público. Em casos de inexecução de tais contratos, surgem desdobramentos. Mediante a observação de dificuldades para resolução de impasses decorrentes da inexecução de tais contratos, o presente trabalho traz uma abordagem teórica dos contratos administrativos e, especificamente, dos contratos firmados entre entes do Poder Público, para tratar de medidas que podem contribuir para a devida execução e para prevenção e resolução de conflitos decorrentes disso. Uma das medidas propostas é a aplicação de instrumentos consensuais, tais como, a arbitragem, a mediação, a conciliação e a transação administrativa para prevenção e resolução de conflitos contratuais como forma de primar-se pela eficiência e evitar a litigância intragovernamental. Diante da relevância e da complexidade do tema, para além de apontar possíveis soluções, o objetivo da presente abordagem é apresentar o estado do desenvolvimento da matéria no Brasil e destacar a importância de sua criteriosa abordagem na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

Palavras-chave: contratos administrativos; prevenção e resolução de conflitos; instrumentos consensuais.

OMISSÃO INCONSTITUCIONAL E FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO ACERCA DO PROCESSO E JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 875, 1.987, 2.727 E 3.243

Aluna: Raquel Mousinho de Moura Fé
Orientador: Luís Carlos Martins Alves Júnior
UniCEUB - Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: raquelmmourafe@yahoo.com.br
lcmartinsalves@gmail.com

Este trabalho tem por objeto os limites do poder normativo do Supremo Tribunal Federal – STF, no que tange ao federalismo fiscal-financeiro incorporado à Constituição de 1988. Investiga-se em que medida o julgamento conjunto das ADI 875, 1.987, 2.727 e 3.243, pertinente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, levado a cabo pelo STF em 24.2.2010, guarda conformidade com a Constituição Federal, mormente quanto ao conteúdo da separação de Poderes e do princípio federativo, assimilados pela ordem constitucional vigente. Para tanto, verifica-se qual é a feição da separação de Poderes internalizada no Brasil, com a Constituição de 1988 e quais são os limites impostos aos juízes com respeito à sua atividade interpretativa. Em seguida, inventariam-se os julgados daquele Tribunal atinentes ao Federalismo desde 5.10.1988 até a data do julgamento das ADI sob exame, com vistas a conhecer os conceitos desenvolvidos pela Corte para os termos "federalismo", "federação" e "princípio federativo". Por último, perquire-se quanto ao papel do FPE no federalismo fiscal-financeiro brasileiro e às especificidades do Fundo Constitucional sem o qual vários entes da Federação não têm condições de cumprir os encargos que a Constituição lhes obriga atender. Assim, contrastam-se as lições da hermenêutica constitucional, o conteúdo político-constitucional do princípio federativo pátrio e a prática jurisprudencial do STF com a conclusão do julgamento operado pela Corte, o qual estabeleceu prazo de sobrevida à lei complementar legitimadora dos rateios dos recursos do FPE. Conclui-se que o Supremo Tribunal Federal, ao criar a possibilidade de, no caso de o Congresso Nacional não aprovar nova lei complementar disciplinadora de critérios objetivos de meação dos recursos constitucionais até 31.12.2012, os Estados-partes da Federação não receberem na forma da Constituição Federal de 1988 sua parte dos valores do Fundo, deixou de considerar o princípio federativo no julgado das referidas ADI. A decisão também é criticável, tendo em vista que o STF, ao invés de guardar a Constituição Federal, não agiu em sua defesa nem em defesa da autonomia dos Estados-partes da Federação brasileira.

Palavras-chave: Direito Constitucional; federalismo; separação dos Poderes;

O CONTROLE JURISDICIONAL DO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO: DIÁLOGOS ENTRE DEMOCRACIA E REPÚBLICA

Aléssia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese
Orientador: Prof. Dr. Luís Carlos Martins Alves Júnior
alessia.chevitarese@uniceub.br

O presente trabalho tem por objetivo compreender o diálogo entre os Poderes Legislativo e Judiciário no que concerne à nomogênese legislativa. Trata-se de uma pesquisa doutrinária e jurisprudencial que apresenta como critério de originalidade a transposição da doutrina do excesso do Poder Legislativo para efeitos de uma técnica de controle jurisdicional preventivo de constitucionalidade pela via do mandado de segurança. A Constituição da República Brasileira de 1988 consagra, em seu artigo 2ª, a independência e a harmonia entre os poderes. Ocorre que, em certos aspectos, o diálogo institucional demonstra contornos de tensão. No que concerne à atuação positiva do Poder Judiciário, destacam-se as hipóteses de impetração de mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal, sob o fundamento de possível violação ao direito público subjetivo do parlamentar de não se submeter a processo legislativo inconstitucional, sobretudo nos casos em que há matérias constantes em projetos de leis que violem cláusulas pétreas e procedimentos que violem direitos das minorias. Verifica-se que essa atuação não constitui uma disfunção da teoria da separação dos poderes, mas representa a garantia dos valores democráticos e dos princípios republicanos. Assim, conclui-se que a legisprudência pode ser um instrumento de controle e conformação do diálogo entre Judiciário e Legislativo, considerando ser a tarefa de criação da lei um saber poligenético, mormente no que concerne à guarda dos preceitos constitucionais.

Palavras-chave: democracia; república; Supremo Tribunal Federal; Legisprudência; mandado de segurança.

CONSTITUCIONALISMO COMPENSATÓRIO E PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA INTERATIVIDADE PROMOVIDA PELOS JULGAMENTOS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COM OS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS DOS ESTADOS DA AMÉRICA LATINA

Aluno: André Pires Gontijo
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: andre.gontijo@gmail.com
marcelodvarella@gmail.com

A presente pesquisa tem como escopo desenvolver a ideia de constitucionalismo compensatório e o processo de constitucionalização dos direitos humanos mediante o exame da interatividade promovida pelos julgamentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) com os sistemas constitucionais do Estado da América Latina. Como método, adotou-se a pesquisa dogmática instrumental doutrinária em conjugação com a análise de precedentes, aplicada aos julgamentos da Corte IDH, a fim de investigar o resultado da hipótese referente à existência da compensação constitucional, realizada pela Corte IDH, nos Estados constitucionais da América Latina, em matéria de direitos humanos. Como resultados, verifica-se a existência de diferentes níveis de compensação constitucional nos diversos Estados constitucionais da América Latina. Cada Estado permite um nível de abertura e proximidade de seu sistema de forma diversa do outro, o que propicia o avanço do Controle de Convencionalidade e o adensamento do Bloco de Constitucionalidade, em seus sistemas nacionais, e do Bloco de Normatividade, no âmbito da Corte IDH. As implicações práticas e sociais da compensação constitucional refletem-se na forma como o Estado nacional irá lidar com a implementação do julgamento da Corte IDH. Este diálogo visa melhorar a relação do Estado com a cidadania e provoca modificações em seu sistema jurídico, com adaptações ao conteúdo delineado pela Corte IDH.

Palavras-chave: Direito Constitucional e Direito Internacional. compensação constitucional e processo de constitucionalização dos Direitos Humanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. implementação de julgamentos nos Estados constitucionais da América Latina.

A CARTA MAGNA DE 1988 E A SUBMISSÃO DO BRASIL À JURISDIÇÃO DE TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O ADVENTO DE LEGISLAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO

Aluna: Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos:deboradenys@gmail.com
Daniel.amin@afcadvogados.adv.br

A pesquisa versa sobre a adesão do Brasil ao Estatuto de Roma e o §4º do artigo 5º da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Pela primeira vez, a Corte Suprema do Brasil manifestar-se-á frente ao caso concreto: o pedido de detenção e entrega de Presidente da República, em pleno exercício, de outro Estado soberano. Pretende-se apresentar soluções ao aparente conflito constitucional com o Estatuto de Roma para a efetivação de pedido de cooperação jurídica internacional, a par da iminência da edição de uma legislação de implementação, além de tratar dos temas da internacionalização dos direitos humanos, da jurisdição constitucional e da jurisdição internacional do Tribunal Penal Internacional num mundo globalizado, no qual o criminoso transpõe fronteiras políticas, para escapar de julgamento por crimes cometidos contra a humanidade.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988; Tribunal Penal Internacional; legislação de implementação; Supremo Tribunal Federal.

OS LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS REGULATÓRIOS: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA DEFERÊNCIA TÉCNICA ÀS AGÊNCIAS REGULADORAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Aluno: Germano Bezerra Cardoso
Orientador: Carlos Bastide Horbach
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: germanocardoso@gmail.com
carloshorbach@uol.com.br

O escopo da presente dissertação consiste na análise dos limites do controle exercido pelo Poder Judiciário no que diz respeito à atividade normativa exercida pelas agências reguladoras no âmbito da administração pública federal. Procurar-se-á avaliar em que medida os tribunais pátrios têm analisado a interpretação técnica realizada pelo ente regulador em respeito à sua capacidade institucional. Destacar-se-**ão** os aspectos de ordem técnica, econômica e política que envolvem a atividade de regulação e os potenciais riscos que uma decisão judicial poderá causar em determinada atividade econômica como critério balizador do controle jurisdicional. Mediante a seleção empírica de julgados relevantes proferidos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais em relação aos atos normativos da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, o trabalho tem por objetivo analisar qual a linha argumentativa adotada a partir dos elementos narrativos com os quais se constroem as decisões, para o fim de uma avaliação crítica sobre a prática e o sentido da atividade decisória no âmbito dos tribunais avaliados. O controle exercido pelo Judiciário em relação aos atos normativos de regulação no setor de telecomunicações, a despeito de agir com certa deferência à capacidade normativa e técnica da ANATEL, não possui um precedente adequado e coerente que possa orientar os tribunais a decidir sobre o caso concreto como ocorre no direito norte-americano. A adoção de uma estratégia interpretativa que prestigie a capacidade técnica dos órgãos de regulação, considerando o funcionamento adequado destes órgãos, pode ser mostrar um parâmetro viável e possível diante de uma realidade complexa e a escassez de recursos que o direito tem de lidar e equacionar junto à pressão de vários segmentos da sociedade, de modo a garantir segurança jurídica e previsibilidade à política de regulação estabelecida pelas agências reguladoras.

Palavras-chave: agência reguladora; controle jurisdicional; deferência técnica.

O RESPEITO À PRIVACIDADE NO CONTEXTO DA GUERRA CIBERNÉTICA NO BRASIL COM FINS A REFORÇAR O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO EM TEMPO DE PAZ

Aluno: Ronaldo Bach da Graça
Orientador: Carlos Ayres Britto
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: ronaldobach@hotmail.com
contato@ayresbritto.com.br

A dissertação tem por finalidade analisar a relação teórica entre o Direito à Privacidade e a guerra cibernética sob a ótica da Segurança Nacional, dos direitos fundamentais e dos demais valores constitucionais. Esta atividade, que não enxerga fronteiras e não respeita sequer a declaração efetiva de guerra, pode assegurar direitos tradicionalmente infensos à exclusiva disciplina normativa. O texto segue o método de abordagem descritivo e lógico-intuitivo, tratando de como está estruturada a guerra cibernética no Brasil e verificando sua conformação com um modelo juridicamente adequado à proteção de direitos. Uma regulação adequada pode potencializar os resultados do instituto na medida em que oferece segurança jurídica aos profissionais, ao mesmo tempo em que assegura direitos constitucionais. O artigo auxilia o debate da regulação da guerra cibernética, direcionando-o a aspectos polêmicos de conformação regulatória no tocante à segurança jurídica da atividade de guerra cibernética e à proteção de direitos fundamentais. Isso pode evitar conflitos jurídicos futuros e aumentar a sensação de segurança quanto ao uso de redes informáticas.

Palavras-chave: guerra cibernética; privacidade; direitos fundamentais; segurança nacional; rede de computadores.

AS INGERÊNCIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIAS EMINENTEMENTE AFETAS A INSTÂNCIAS DEMOCRÁTICAS

Aluno: Miquerlam Chaves Cavalcante
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Jr
Doutorado em Direito
Contatos: miquerlam@yahoo.com.br
lcmartinsalves@gmail.com

A hipótese principal é a de que o avanço da competência do STF sobre questões que não sejam eminentemente jurídicas, mas políticas, adia o avanço da democracia. A atuação do STF nestes casos não permite ao eleitor a imediata percepção sobre o acerto, o erro ou as omissões das políticas públicas de seus representantes eleitos, contribuindo para um retardo na oxigenação, sempre pelo voto, nos cargos eletivos do Executivo e do Legislativo.

Palavras-chave: democracia; políticas pública; cargos eletivos.

XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão
Encontro de iniciação científica
De 30/9 a 02/10 de 2014
Compromissos da Educação Superior para a formação profissional

EM BUSCA DA RACIONALIDADE NA UTILIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA POLÍTICA PELO APLICADOR DA LEI TRIBUTÁRIA

Aluna: Ariane Costa Guimarães
Orientador: José Levi Mello do Amaral Junior
Doutorado em Direito

Contatos: acg@mattosfilho.com.br

jose.levi@uol.com.br

A tese diz respeito ao exame dos critérios usados pelo aplicador da lei tributária quando se vale de categorias e conceitos da economia e da política para a tomada de decisão. A hipótese é a de que inexiste racionalidade ou coerência na aplicação de elementos do campo político ou econômico pelo aplicador da regra tributária. Atualmente, autoridades fiscais têm invocado interpretação econômica dos negócios jurídicos para tributação de bases que ela mesma considera imponíveis, as quais não atrairiam a aplicação da hipótese de incidência. No entanto, pela via hermenêutica intencional econômica ou "propósito negocial", segundo o Fisco, a regra matriz deveria ser aplicada e gerar o dever de pagar tributo. De outro lado, perante a Suprema Corte, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional traz à tribuna o argumento de que, nada obstante a lei tributária seja incompatível com as limitações ao poder de tributar acobertadas pela Constituição Federal, o impacto financeiro provocado por ações de repetição de indébito deveria ser considerado para efeito de declaração de inconstitucionalidade. Se, de um lado, o Estado brasileiro aparelha-se para combater a elisão e a evasão por meio de técnicas hermenêuticas sofisticadas, a ponto de alcançar as complexas operações econômicas, de outro, a sociedade não tem a clareza dos critérios para definição das regras do jogo, o que prejudica a segurança jurídica, base para que a sociedade conheça a regra a ser aplicada e saiba quando e como pagar tributo, além das liberdades, também reconhecidas no Estado Liberal de Direito. Para investigar a concretude da hipótese lançada, a estrutura da pesquisa calca-se na definição do Direito Tributário e as suas bases de legitimidade à luz da história constitucional para inserção das premissas constitucionais das limitações ao Poder de Tributar. A proposta é estabelecer procedimentos para que o aplicador do direito tributário possa valer-se dos elementos de política e de economia de modo a conferir a segurança jurídica e garantir a liberdade politica na relação jurídico-tributária.

Palavras-chave: Direito Tributário; política e economia; racionalidade.

DO DEVER MORAL À CONDUTA JURIDICAMENTE EXIGÍVEL NAS RELAÇÕES PRIVADAS: PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DO DIREITO FRATERNO A SITUAÇÕES CONCRETAS

Aluno: Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes
Orientador: Carlos Ayres Britto
Doutorado em Direito
Contatos: saulofontes@elo.com.br
contato@ayresbritto.com.br

Busca-se apresentar o conteúdo jurídico do princípio da fraternidade com a conversão de valores morais fundados na solidariedade, em obrigações jurídicas exigíveis nas relações privadas. Procura-se demonstrar que as decisões judiciais incorporam preceitos de condutas fraternas mediante "pontes de interação", tornando determinadas condutas morais juridicamente exigíveis. Reconhece-se que há uma esfera de deveres morais de conduta fraterna e solidária que não têm força jurídica, sendo necessário estabelecer critérios que possam levar à distinção. Procura-se uma abordagem sobre o tema que se distancie das concepções de tendência jus naturalista, ainda quando travestida de racionalidade.

Palavras-chave: princípio da fraternidade; valores morais; decisões judiciais.

OS PRINCÍPIOS NO DIREITO BRASILEIRO

Aluna: Ana Carolina Borges de Oliveira
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: anacarolinaboliveira@hotmail.com
marcelodvarella@gmail.com

Pretende-se verificar se é possível a adoção da teoria dos princípios defendida por Dworkin e Alexy no Brasil. Além disso, analisam-se as possíveis consequências dessa teoria no ordenamento jurídico brasileiro, e indaga-se se os princípios adotados pela teoria neoconstitucionalista brasileira são os mesmos do direito norte-americano. Defende-se que a teoria de Dworkin não pode ser adotada pelo direito brasileiro, tendo em vista que o princípio dos ordenamentos de *common law* e de *civil law* é diferente.

Palavras-chave: guerra cibernética; privacidade; direitos fundamentais; segurança nacional; rede de computadores.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DO SUS

Aluno: Ramiro Nobrega Sant'ana
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Contatos: ramirons@gmail.com
asmgodoy@gmail.com

O estudo ocupa-se da judicialização das políticas públicas de saúde no Brasil, dos reflexos e das consequências do contato entre as instituições da Justiça e os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS). Objetiva-se compreender como a judicialização pode contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da gestão do SUS e, sobretudo, incrementar o acesso da população desprovida a serviços de saúde eficientes e qualificados. A oportunidade aberta pela crescente judicialização é de relevância ímpar, pois pode permitir que o sistema de justiça seja intermediário entre os anseios da população e a gestão do SUS, especialmente nos casos de parcelas da sociedade politicamente desarticuladas e subrepresentadas.

Palavras-chave: judicialização; políticas públicas; gestores; saúde.



DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL

Aluna: Lauren Lautenschlager
Orientador: Marcelo Dias Varella
Contatos: lautenschlager.lauren@yahoo.com.br
marcelodvarella@gmail.com

O objetivo é analisar a lógica de construção do Direito Ambiental no plano global e sua efetividade no direito brasileiro, a fim de identificar se houve avanço na proteção ambiental no Brasil, nos últimos 30 anos. Para tanto, após o estudo das convenções ambientais e das políticas públicas adotadas no âmbito interno, serão identificados os mecanismos de indução de cumprimento, e, mediante critérios a ser desenvolvidos, poder-se-á analisar a efetividade. Parte-se da hipótese de que a efetividade se encontra presente em apenas alguns subsistemas do direito ambiental, portanto o avanço ocorreu de forma parcial.

Palavras-chave: proteção ambiental; políticas públicas; efetividade.

ESTUDO DO CASO KADI PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

Aluna: Roberta Mundim de Oliveira
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito
Contatos: robertamundim@gmail.com
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

A pesquisa analisará, com base no caso Kadi perante o Tribunal de Justiça da União Europeia, os efeitos e a eficácia de normas emitidas pelo Conselho de Segurança da ONU. No referido caso, a União Europeia concluiu que a ONU havia violado os direitos humanos de Yassin Abdullah Kadi, que tem domicílio na Arábia Saudita, e da Al Barakaat International Foundation, com sede na Suécia, por terem tido seus nomes inscritos na lista de pessoas e entidades consideradas terroristas, sujeitas ao congelamento de fundos. A relevância do caso está na investigação da competência do referido Tribunal de Justiça, que pode ter revelado a supranacionalidade dos direitos humanos à luz do direito internacional, colocando, no banco dos réus, o órgão internacional de maior expressão, a ONU.

Palavras-chave: caso Kadi; direitos humanos; supranacionalidade.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO DIREITO NAS INSTITUIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL

Aluna: Luciana Lombas Belmonte Amaral
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: luciana_lombasbelmonte@yahoo.com.br

A pesquisa tem como objetivo a análise da educação em direitos humanos inserida nos cursos de Direito, em instituições do Distrito Federal, em face das políticas públicas implementadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007, o PNEDH-2007, utilizando-se de metodologia qualitativa e quantitativa. Para isso, observam-se as possíveis inovações trazidas pelo Plano de Ação de segunda fase do Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos em relação ao PNEDH-2007, no que tange à educação em direitos humanos no ensino superior, e analisa-se a inserção da educação em direitos humanos nos cursos de Direito de até quatro instituições do Distrito Federal. A relevância do estudo dá-se em função da necessidade em analisar-se em que medida a formação dos profissionais do curso de Direito está em consonância com as diretrizes do PNEDH-2007. Ademais, interessa verificar de que forma a Educação em Direitos Humanos tem sido proposta e compreender como os estudantes reagem aos conhecimentos que lhes são fornecidos com respeito ao tema *direitos humanos*. O profissional do Direito tem grande responsabilidade pelo respeito, pela proteção e pelo cumprimento dos direitos de outros indivíduos e exerce papel primordial perante a comunidade, no sentido de garantir a observância das leis e a defesa do Estado Democrático de Direito. Deve, também, promover a justiça social por intermédio da cultura da paz e da defesa dos direitos humanos em funções notadamente relevantes do Estado, correlacionadas ao seu exercício profissional perante os órgãos do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. O ensino jurídico é provido de substancial dogmatismo e tecnicismo, conduzindo o profissional a agir como mero repetidor de normas jurídicas e de manuais jurídicos, distanciando-o da realidade social, do outro e da função essencial que exerce perante a sociedade. Nesse contexto, a educação em direitos humanos não só o consolidaria como defensor incondicional dos direitos humanos, como também possibilitaria maior sensibilidade em relação às injustiças sociais, pelo estímulo de uma consciência participativa. Em relação aos cursos oferecidos no Distrito Federal, observa-se significativa relevância pela delimitação geográfica, a capital do país, onde se poderiam observar os reflexos das políticas públicas sobre os direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; educação; profissionais do Direito.

TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL E DEMOCRACIA

Aluno: Fábio Luiz Bragança Ferreira
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fabiolbf@outlook.com
professor.carusguedes@gmail.com

A pesquisa tem por objetivo inicial perquirir os limites da discricionariedade e da subjetividade na criação judicial do direito, mediante a sistematização das principais teorias da decisão judicial. Para corroborar essa análise, pretende-se verificar criticamente um selecionado de decisões do Supremo Tribunal Federal. Nos últimos anos, é possível observar, em tribunais superiores, o uso da ponderação como uma espécie de "argumento definitivo" a justificar decisões que atendam, antes de tudo, aos anseios pessoais do julgador. No STF, é possível perceber, não raras vezes, o uso da técnica da ponderação tanto pelo(s) voto(s) vencedor(es) como pelo(s) vencido(s). A meta da pesquisa é apontar até que ponto é possível recuar o "resíduo incômodo" de subjetividade do julgador, circunstância incindível de qualquer processo hermenêutico. Desenvolve-se um estudo dogmático com a posterior verificação da aplicabilidade de conceitos, institutos e teorias estudados a um selecionado de decisões do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: teoria da decisão; democracia; decisionismo.

A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Aluna: Jordana Maria Ferreira de Lima
Orientador: Carlos Ayres Britto
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: limajordana@gmail.com
carlos@ayresbritto.com.br

O trabalho infantil, que é um problema mundial, afeta cerca de cento e cinquenta milhões de crianças e adolescentes entre cinco e quatorze anos de idade, denotando verdadeira "chaga" inserida num complexo de variáveis sociais, políticas, econômicas e culturais, fato que dificulta sua desestruturação. Assim, a prevenção, com vistas à erradicação do trabalho infantil, relaciona-se à defesa dos direitos fundamentais e integra a Constituição Federal de 1988. O artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente fundamenta-se no princípio de que toda criança deve ter plenamente respeitada e protegida sua dignidade como ser humano, independente de nacionalidade, cor, sexo, origem social, religião ou etnia e, por apresentar a peculiaridade de encontrar-se numa fase de desenvolvimento, enseja proteção especial em todas as áreas de sua vivência física, familiar, moral, educacional, psicológica e social. No Brasil, contudo, o enfrentamento do problema tem sido marcado por diversas barreiras, entre elas, a herança cultural colonizadora que, desde o início, inseriu crianças, mormente as negras e as indígenas, ao trabalho em lavoura, engenhos, criação de animais e domicílios senhoriais. Com a migração, a urbanização e a expansão do processo produtivo, considerando a redução de custos, inseriram-se crianças no mercado informal, inclusive, em atividades ilícitas, enquadradas pela Organização Internacional do Trabalho no rol das piores formas de trabalho infantil. A premissa de que o trabalho distancia a criança da vadiagem, das drogas e da prostituição é defendida por pessoas cujo nível de compreensão da realidade não ultrapassa o senso comum já que pesquisas realizadas por entidades oficiais revelam o oposto. Outrossim, crianças que trabalham não estão protegidas pelos pais, excetuado o trabalho em âmbito familiar, em razão do distanciamento progressivo da família e do ilusório sentimento de autonomia por parte da criança diante da permissividade de seus pais ou responsáveis. A isso soma-se a errônea ideia de que trabalho se vincula a responsabilidade e amadurecimento ainda que seja uma forma de abandono e comodidade dos pais, fazendo que a criança não vivencie as etapas da infância a que tem direito, deixando sequelas físicas e psicossociais que repercutirão na idade adulta. Por outro lado, como instrumentos de enfrentamento dessa infeliz realidade, apresentam-se acordos e convenções internacionais, políticas públicas e judiciárias de combate ao trabalho infantil. Assim, esta pesquisa consiste na análise de determinadas iniciativas institucionais, especialmente as promovidas pelos conselhos nacionais criados pela Emenda Constitucional 45/2004.

Palavras-chave: Poder Judiciário; políticas públicas; trabalho infantil.

REFLEXÃO, DISCUSSÃO E PERTINÊNCIA JURÍDICA DAS PESQUISAS ENVOLVENDO SERES VIVOS

Aluna: Tanise Zago Thomasi
Orientador: Carlos Ayres Britto
Doutorado em Direito
Contatos: tanisethomasi@gmail.com
contato@ayresbritto.com.br

O enfoque do trabalho será a reflexão, a discussão e a pertinência jurídica das pesquisas envolvendo seres vivos, especialmente até os 17 de idade considerados pacientes pediátricos, uma vez, que o problema reside no fato que a grande maioria dos medicamentos prescritos e utilizados em suas patologias não foram testados em crianças e adolescentes, razão pela qual, são conhecidos como "órfãos terapêuticos". Assim, não há indicativos seguros de que os efeitos adversos estejam apenas relacionados à dose a ser ministrada, pois este público está em fase de crescimento, podendo afetar alguma função específica, diferentemente dos adultos, que já estão em outro ciclo vital. Discute-se em termos bioéticos o valor legal do assentimento destes indivíduos, debatendo a validade e a eficácia da autonomia do doente privado de discernimento por conta de sua idade. Assim, considerando a teoria do "menor maduro", pretende-se tratar da presente temática, para reavaliar se há diferença entre a capacidade jurídica e a capacidade sanitária e contribuir para a efetiva realização de estudos preliminares, atendendo esta faixa etária.

Palavras-chave: capacidade jurídica; capacidade sanitária; autonomia do doente.

A AÇÃO REGRESSIVA ACIDENTÁRIA

Aluna: Roberta Negrão Costa Wachholz
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Orientador: Luís Carlos Martins Alves Junior
Contatos: roberta_pnc@yahoo.com
lcmartinsalves@gmail.com

O ordenamento jurídico brasileiro dispõe de instrumentos direcionados à manutenção de ambientes de trabalho seguros e equilibrados, previstos no texto constitucional, em leis ordinárias, tais como, a ação civil pública, os institutos tributários, a instituição de seguros, os atos de fiscalização e toda uma gama de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre esses instrumentos, há a ação regressiva acidentária, por meio da qual o Instituto Nacional de Seguro Social busca o ressarcimento dos valores despendidos com prestações sociais decorrentes de acidente do trabalho nos casos em há culpa do empregador ou do responsável quanto ao cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho. Trata-se de uma ação proposta pela Previdência Social contra os responsáveis nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva. A ação é também importante para gerar uma mudança na percepção do empregador de que o investimento em medidas de prevenção de acidentes do trabalho é essencial, pois poderá ser menos dispendioso do que arcar com os custos de acidente de trabalho. O trabalho objetiva analisar se é possível a superação da atual estrutura de responsabilidade civil, voltada à tutela de reparação, para a estruturação do tema sob um enfoque da responsabilidade por danos, voltada ao dever de precaução, prevenção e reparação antes, durante e depois do evento danoso, em busca da máxima reparação, da solidariedade social e da primazia da vítima.

Palavras-chave: ação regressiva acidentária; responsabilidade por danos; acidente do trabalho.

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E ECONÔMICO E O GERENCIAMENTO DAS DÍVIDAS EXTERNAS DOS PAÍSES POBRES ALTAMENTE ENDIVIDADOS: ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS, JURÍDICOS E POLÍTICOS

Aluno: Eugenio Messer Rybalowsky
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito
Contatos: eugenio.rybalowsky@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

A dissertação tem por objeto a análise do tratamento das dívidas externas de países pobres altamente endividados com o Brasil, sob a ótica do Direito Internacional, considerando as variantes humanitária e econômica. O texto analisa o dificultoso exercício da renegociação das dívidas entre as partes credora e devedora, realizado sob o amparo da legislação nacional específica ao tema, composta pela Lei nº 9.665/98, que autoriza a remissão parcial de créditos externos, em consonância com parâmetros estabelecidos nas Atas de Entendimentos originárias do chamado "Clube de Paris" ou em Memorandos de Entendimentos decorrentes de negociações bilaterais, pelo Decreto nº 2.297/97, que dispõe sobre o Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE, ente governamental brasileiro que respalda as renegociações para a recuperação destes créditos, e pela Resolução do Senado Federal nº 50/93, que dispõe sobre as operações externas de renegociação ou rolagem de dívidas de países com o Brasil. São também confrontadas as deliberações e os resultados de negociações ocorridas no âmbito do Clube de Paris, composto por países credores, com países detentores de dívidas soberanas inadimplidas, entendimentos que recebem ingerência do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Palavras-chave: renegociação de dívida externa; países pobres altamente endividados; Direito Internacional.

RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO E DO EGRESSO: FUNDAMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE À LUZ DE ASPECTOS SOCIAIS, RELIGIOSOS, FILOSÓFICOS E JURÍDICOS

Aluno: Fernando Parente dos Santos Vasconcelos
Orientador: Inocêncio Martires Coelho
Mestrado em Direito
Contatos: fernandopsv@gmail.com
inocenciocoelho@gmail.com

O presente trabalho versa sobre a participação da sociedade na ressocialização do preso e do egresso. Diante de tal proposta, advinda da percepção da contradição entre a autocompreensão de religiosidade do povo brasileiro e a ausência de prática de valores religiosos para com o próximo criminoso, parte-se da realidade fático-jurídica observada, e analisa-se a questão à luz de aspectos sociais, religiosos, filosóficos e jurídicos. Para tanto, trata-se, no aspecto social, da relevância da participação da sociedade na ressocialização do preso, da necessidade de conscientização social a tal respeito e dos riscos da manutenção da vigente atitude para a vida em comum. No aspecto religioso, discorre-se a respeito do conceito e das características de religião e sobre as três principais religiões do mundo – cristianismo, islamismo e hinduísmo. Faz-se uso das duas primeiras em conjunto com o judaísmo, em razão de elas possuírem livro sagrado, para de lá extrair dois valores religiosos em comum, quais sejam, o amor ao próximo e o perdão, e vale-se do espiritismo – entendido como doutrina e filosofia – para conceituar valores religiosos de modo não religioso. Depois, à luz do aspecto filosófico, analisa-se a questão em apreço sob a ótica do humanismo e da dignidade da pessoa humana. Em seguida, trata-se do aspecto jurídico, tendo por base a legalidade e o valor *solidariedade*.

Palavras-chave: ressocialização do preso; aspecto jurídico; dignidade da pessoa humana.

CARTÉIS TRANSNACIONAIS E TRANSNACIONALIZAÇÃO DE DECISÕES INTERNACIONAIS EM DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Aluna: Karla Margarida Martins Santos
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: karla.santos@uniceub.br
marcelodvarella@gmail.com

A crescente liberalização observada no comércio internacional desafia a capacidade de indivíduos, empresas e governos de efetuar previsões sobre níveis de trocas no âmbito global e sobre mecanismos e estratégias que as empresas adotaram, para reforçar suas atuações no mercado. As distorções à concorrência passaram a verificar-se em mais de um país, simultaneamente, diante da possibilidade incrementada pelo fenômeno da globalização. Buscam as empresas intervir nas condições e nos instrumentos operacionais de mercado, para tornar suas ações viáveis e eficazes, fortalecendo a criação de oligopólios globais e efeitos nocivos deles derivados, como os cartéis transnacionais. Assim, discute-se a utilização de mecanismos de cooperação entre nações. Para tanto, a pesquisa visa discutir o esforço de indicar a racionalidade formal da construção do novo direito na mitigação de efeitos assimétricos decorrentes de cartéis, compatível com os pressupostos do pluralismo de valores que mostre uma ruptura com velhas relações de produção capitalista, baseada na legitimidade de novos sujeitos coletivos, com a inclusão de nações e blocos periféricos, até então não destacados.

Palavras-chave: cartéis transnacionais; defesa da concorrência; cooperação entre nações.

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO SOCIAL À SAÚDE À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O ATIVISMO JUDICIAL

Aluna: Ana Karina Vasconcelos da Nóbrega
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: karinobrega@hotmail.com
paccarmona@hotmail.com

Muito se discute sobre a possibilidade de o direito à saúde ser considerado uma norma programática, inviabilizando sua concessão na ocorrência de omissões legislativas. Sugere-se a aplicação da teoria da reserva do possível no Brasil como justificativa para a não concessão de direitos fundamentais, em especial o direito à saúde, sob o argumento da indisponibilidade orçamentária e financeira. Nesse diapasão, questiona-se acerca da implementação do direito à saúde pelo Poder Judiciário quando a efetivação do respectivo direito não for levada a efeito pelos Poderes Legislativo e Executivo. Ao que se sabe, o Brasil figura na lista dos dez países com maior economia mundial, e o povo carece de um padrão mínimo de sobrevivência em razão de possuir um sistema político que não garante vida digna aos mais necessitados. Considerando-se que todo direito tem um custo e que os recursos são escassos, pretende-se verificar a viabilidade de o Poder Judiciário interferir na implementação do direito social à saúde, obrigando o Poder Público a concretizá-lo, sempre que tal direito não puder ser prestado em detrimento dos indivíduos, sem pôr em risco o equilíbrio financeiro do Sistema Único de Saúde. Pois, somente com a existência de um diálogo aberto entre o Poder Judiciário e os demais Poderes Públicos, é possível conciliar o respeito às ordens judiciais com as exigências da burocracia administrativa sem que, com isso, seja desgastada a harmonia entre os Poderes. Os direitos fundamentais têm tamanha importância que não podem ser deixados ao alvedrio do administrador público, que os implementa, ou do legislador que vota o orçamento público, cabendo ao Poder Judiciário interferir no controle das omissões legislativas, considerado o seu papel de guardião dos direitos fundamentais inseridos na Lei Maior. A alegação da indisponibilidade financeira para a efetivação dos direitos fundamentais, em especial à saúde, deve ser considerada com reservas, pois não basta argumentar a impossibilidade financeira de cumprir-se uma ordem judicial, sendo imprescindível a demonstração específica.

Palavras-chave: saúde; implementação; ativismo judicial.

A BOA-FÉ OBJETIVA PROCESSUAL E SUAS REPERCUSSÕES PRÁTICAS

Aluno: Renê Edney Soares Loureiro
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: dr.reneloureiro@hotmail.com
paccarmona@hotmail.com

O presente trabalho tem por escopo apresentar reflexões teóricas e práticas sobre a boa-fé objetiva, elevando-a a patamar de merecido destaque e respeito. Assim, demonstra-se que a boa-fé subjetiva não é suficiente para impor limites a atos ilegítimos e imorais na medida em que é impossível o juiz ingressar no psiquismo da parte para aferir-lhe a vontade e a intenção, ao agir. Tal fato fez que se desenvolvesse a boa-fé objetiva, proporcionando ao julgador objetivos e parâmetros, para obstar condutas maléficas. Com efeito, percebeu-se que a doutrina moderna e a jurisprudência recente passaram a compreender a evolução do tema e aplicar as regras da boa-fé objetiva em todos os ramos do direito, principalmente no direito processual civil, como meio eficaz de extirpar condutas manifestamente desleais. Ora, a boa-fé objetiva processual passa a ser um instrumento apto e idôneo para aferir o abuso do direito processual, o que pode ensejar responsabilidade civil no âmbito processual. Nesse compasso, o presente estudo tem por escopo apresentar aos operadores do direito a nova ordem processual na qual os valores éticos de justiça e solidariedade devem servir de orientação para o comportamento de todos aqueles que atuam no processo, além de munir o julgador de meios objetivos, para punir aqueles que criam ou contribuem para criação de entraves desonestos e desproporcionais.

Palavras-chave: boa-fé objetiva; processo civil; responsabilidade civil.

O PAPEL CENTRAL DOS PLANOS PLURIANUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DESAFIOS À SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO

Aluno: Luiz Fernando Arantes Paulo
Orientador: Carlos Ayres Britto
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: paulistanous@yahoo.com
contato@ayresbritto.com.br

O objetivo é analisar a fundamentalidade da norma constitucional que estabelece o plano plurianual, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, e os aspectos que impedem ou auxiliam a sua efetividade como instrumento de planejamento e gestão estratégica das políticas públicas conduzidas pelo Governo Federal. Assim, discute-se a possibilidade de uma norma procedimental de organização do Estado ser reconhecida como de direito fundamental em razão da sua indisponibilidade e da sua função garantidora de direitos fundamentais e do regime democrático. Na sequência, procura-se identificar os dispositivos normativos aplicados ao planejamento governamental, para considerar os conceitos consagrados, além da área jurídica, em administração e gestão públicas, a fim de identificar o conteúdo mínimo exigido para as leis que estabelecem o plano plurianual. Analisam-se quais medidas judiciais são cabíveis para sanar as eventuais falhas identificadas. Identificam-se desafios, e apresentam-se propostas e sugestões ligadas à promoção da efetividade do plano plurianual como instrumento de planejamento e gestão estratégica em cumprimento ao preconizado na Constituição Federal de 1988. O ineditismo do presente estudo inaugura uma abordagem do planejamento governamental sob a perspectiva jurídico-constitucional e pretende oferecer elementos que contribuam para o aprimoramento do plano plurianual, por um lado, jogando luzes aos limites impostos aos agentes estatais na elaboração e na formatação do plano e, por outro lado, evidenciando os direitos fundamentais associados à existência do planejamento governamental e as medidas judiciais cabíveis para a sua proteção. Conclui-se que a Constituição Federal define um abrangente sistema de planejamento e orçamento voltado à garantia, à defesa e à promoção dos direitos fundamentais, que se materializa pelas leis do plano plurianual (PPA), de diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA), que, por sua vez, disciplinam a implementação de políticas públicas. O sentido dos dispositivos constitucionais é garantir que a ação do Estado se dê de forma planejada, transparente com eficácia e eficiência, mas a influência do PPA sobre a gestão pública ainda se dá na esfera estritamente burocrática. Assim, propõe-se maior rigor jurídico para a elaboração e a análise do PPA, em respeito aos dispositivos constitucionais, como forma de garantir maior qualidade e relevância ao planejamento governamental. Por fim, é preciso destacar que o planejamento governamental é atividade essencialmente política, contudo o aprimoramento técnico-jurídico do plano plurianual e a sua judicialização em casos de inobservância dos ditames constitucionais podem contribuir para vincular a disputa política à garantia dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: plano plurianual; ditames constitucionais; direitos fundamentais.

JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A EXIGÊNCIA DA PRÉVIA COMPREENSÃO SOBRE A DINÂMICA DAS FASES DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA E SUAS VARIÁVEIS COMO PRESSUPOSTO PARA O FORTALECIMENTO DO RESPECTIVO CONTROLE JURISDICIONAL

Aluno: Luciano Coelho Ávila
Orientador: Carlos Ayres Britto
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: lucianoavila900@gmail.com; carlos@ayresbritto.com.br

Propõe-se examinar a dinâmica de fases de elaboração e execução das políticas públicas conforme relevantes modelos explicativos cujo conhecimento apresenta-se como pressuposto da judicialização. O trabalho pretende lançar olhar crítico sobre o que se convencionou denominar de *controle judicial sobre a eficiência* ou *inexistência das políticas públicas governamentais*, na perspectiva de racionalizar a intervenção jurisdicional sobre essas questões e evitar sua banalização, reservando-a aos casos de efetiva omissão governamental na implementação de política pública reclamada pela sociedade ou de flagrante desvio de finalidade do gestor na escolha de caminhos da ação estatal que nunca conduzirão a lugar algum, em termos de realização do bem estar social e do projeto constitucional. Almeja-se contribuir para o fortalecimento institucional e para o aperfeiçoamento do relevante papel transformador da realidade social atribuído ao Poder Judiciário mediante sua missão de tornar efetivos os direitos e as garantias fundamentais negligenciados em solo brasileiro. O esforço intelectivo deste estudo volta-se, portanto, à necessidade de revisitar o fenômeno da judicialização das políticas públicas nos Tribunais brasileiros, com maior senso crítico-reflexivo, de sorte a evidenciar aos operadores do direito que o controle judicial sobre as políticas públicas governamentais, em que pese admissível em bases excepcionais, não pode prescindir do prévio conhecimento técnico sobre cada uma das etapas que formam o ciclo de semelhantes políticas, sob pena de o discurso jurídico-constitucional da efetividade dos direitos fundamentais não sair do papel e converter-se em mera retórica descomprometida com a efetiva transformação positiva da realidade social. Pretende-se evidenciar a necessidade de maior capacitação dos operadores do direito para os modelos explicativos existentes sobre a criação, a execução e a avaliação de políticas públicas, em especial, juízes, promotores e defensores públicos, propiciando-lhes abertura do campo de visão sobre o tema.

Palavras-chave: políticas públicas; fases de elaboração; controle jurisdicional.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFESA CONCORRENCIAL E DE MEDIDAS *ANTIDUMPING*: ASSIMETRIAS TRIBUTÁRIAS E A SUA LEGITIMIDADE COMO CRITÉRIO DE AFERIÇÃO DE PRÁTICA DE *DUMPING* NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Aluno: Maurício Muriack de Fernandes e Peixoto
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Doutorado em Direito
Contatos: mauricio.peixoto@agu.gov.br
asmgodoy@gmail.com

O tema da pesquisa relaciona-se à possibilidade de adoção pelo Brasil de medidas *antidumpings*, tendo em vista a existência de assimetrias tributárias que possam desequilibrar o ambiente negocial de produção, comercialização e mobilidade de bens econômicos, impactando a sustentabilidade do comércio-exterior e o desenvolvimento nacional. Assim, estudar-se-á o uso das peculiaridades tributárias ínsitas aos sistemas tributários respectivos de Brasil e China, de forma a verificar se as assimetrias existentes entre ambos podem ser vistas como um parâmetro de aplicação de direitos *antidumping* nas relações sino-brasileiras, tendo em vista que a interação comercial entre os dois países é cada vez maior, sendo, atualmente, a China a maior parceira negocial com o Brasil, no comércio exterior, e várias seriam as implicações da aplicação de medidas *antidumping*. Nesse sentido, a legitimação do uso das assimetrias tributárias como critério justificador da aplicação de medidas *antidumping* representa importante instrumento de incremento da política pública estatal de defesa da livre concorrência, a qual incumbe produzir êxito em manter equilibrado - e destituído de práticas contrárias à concorrência - o ambiente negocial brasileiro, mormente, em face do comércio exterior com a China.

Palavras-chave: antidumpings, assimetrias tributárias, sustentabilidade.

OS RISCOS JURÍDICOS DA REGULAÇÃO NO DOMÍNIO DO CONTROLE DAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS NO MERCADO INTERNACIONAL

Aluna: Cleíse N. Martins Costa
Orientador: Jose Francisco Rezek
Doutorado em Direito
Contatos: cleisemartins@gmail.com
contato@franciscorezek.adv.br

Os riscos jurídicos da regulação no domínio do controle das estruturas das sociedades empresariais são produzidos no âmbito da interação do controle estatal, do direito da concorrência e dos regimes jurídicos das sociedades privadas, que podem ser ilustradas por *holdings, joint ventures* e fundos de investimento, responsáveis por consequências nocivas à concorrência e ao funcionamento do mercado. Cada Estado possui seu sistema de regulação econômica, seu direito da concorrência, que limita as ações das sociedades empresariais. Ao mesmo tempo, no domínio da ação privada, existem certas estruturas, como as mencionadas, em que o controle estatal não é eficaz, pois são ligadas às variadas jurisdições nacionais. Neste contexto, a interação de diferentes dimensões jurídicas – nacionais, internacionais e transnacionais – resulta em riscos, tanto para a regulação estatal como para a ação no âmbito privado. Na esfera estatal, os riscos referem-se à ineficácia do direito da concorrência no controle das estruturas, pois ultrapassam o alcance dos instrumentos jurídicos de controle estatal, tendo em vista a dimensão internacional e transacional de suas atividades. Para a boa eficácia do controle, é necessário existir uma coerência entre as normas dos diferentes níveis, ou seja, entre o direito da concorrência e o direito internacional. A insegurança, resultado do pluralismo jurídico, gera vulnerabilidade ao direito do consumidor, ao direito ao meio ambiente e à proteção dos direitos fundamentais. Em um contexto de ineficácia jurídica para regular os abusos do poder econômico, as empresas podem escolher o Estado onde o direito da concorrência é mais ineficaz como forma de estratégia jurídica. Neste contexto, é necessário reconhecer a ineficácia dos padrões existentes para controle de estruturas empresariais transacionais, cuja atuação ultrapasse os limites do controle estatal e do direito internacional.

Palavras-chave: riscos jurídicos; sociedades empresariais; direito da concorrência; direito internacional.

ATIVISMO JURÍDICO INTERNACIONAL

Aluna: Eneida Orbage de Britto Taquary
Doutorado em Direito
Contatos: eneidataquary@yahoo.com.br

O objeto da pesquisa é analisar o ativismo jurídico internacional, em especial o cumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e as opiniões consultivas da Comissão Interamericana de Direitos humanos, além de verificar as políticas públicas que surgiram no Brasil. Pretende-se avaliar como têm sido internalizadas as opiniões consultivas da Comissão Interamericana e as sentenças internacionais. Para tanto, examina-se o sistema normativo regional de proteção dos direitos humanos edificado pela Convenção Americana de Direitos Humanos, que criou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Comissão possui a função de promover o respeito e a defesa dos direitos humanos, servir como órgão consultivo, apresentando casos à jurisdição da Corte Interamericana, e atuar frente à Corte, durante os trâmites e a consideração de determinados litígios, solicitando opiniões consultivas à Corte Interamericana conforme disposto no artigo 64 da Convenção Americana, recebendo e examinando comunicados nos quais um Estado parte alegue que outro tenha cometido violações dos direitos humanos reconhecidos na Convenção Americana. A Corte Interamericana tem competência para conhecer casos relativos à interpretação e à aplicação das disposições da Convenção desde que tenha havido o reconhecimento da jurisdição pelo Estado, submetendo-o à decisão da Corte, que determinará a reparação dos danos causados à vítima, inclusive, com o pagamento de indenização justa. Propõe-se a investigação das opiniões consultivas da Comissão Interamericana e dos casos contenciosos em que foi parte o Estado brasileiro em razão de descumprimento da obrigação de investigar e sancionar, por intermédio dos casos a ser analisados.

Palavras-chave: Sistema Interamericano de Direitos Humanos; efeitos das sentenças internacionais; opiniões consultivas; políticas públicas.

CONTRATAÇÃO GOVERNAMENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: OS PARÂMETROS NORMATIVOS DA FUNÇÃO INDUTORA DA CONTRATAÇÃO GOVERNAMENTAL

Aluno: Fabiano de Figueirêdo Araujo
Orientador: Paulo Afonso Carmona
Mestrado em Direito
Contatos: fabiano_cg@bol.com.br
paulo.carmona@uniceub.br

O escopo da dissertação é discorrer sobre os limites de cunho jurídico para aplicação da função indutora da contratação governamental. O processo licitatório é visualizado como um meio de promover aquisições mais econômicas pelo Poder Público, sem desconsiderar, por outro lado, o primado da isonomia. Nada obstante, desenvolve-se no país a praxe de utilizar o processo de contratação pública como instrumento fomentador do desenvolvimento de setores específicos em verdadeira atuação de indutor econômico, a exemplo do tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, da implementação de hipóteses de dispensa de licitação para atender a determinadas figuras econômicas ou da exigência de obrigações contratuais para aquisição mínima, pela futura contratada, de conteúdo local. A juridicidade dessa prática é acolhida pela doutrina sob o pálio de que poderia ser ponderada com outro mandamento de dignidade constitucional. O emprego da sistemática da contratação governamental, portanto, pode dar-se como um elemento indutor de inovação na economia e um meio de atuação do Estado em sua função econômica distributiva. Diante disso, questionam-se quais seriam os limites de cunho jurídico para aplicação da função fomentadora da contratação governamental a fim de que se respeitem comandos de cunho constitucional, tais como, a isonomia e a eficiência administrativa. O escopo do presente trabalho é diligenciar a busca desses limites para que o aludido mecanismo esteja consoante com o ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: contratação governamental; função indutora; isonomia nas licitações.

(DES)IGUALDADE DENTRO DO PROCESSO CIVIL: BALIZAS PARA CONTENÇÃO DO ABSURDO

Aluna: Ana Caroline Pereira Lima
Orientador: Jefferson Carus Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: acarolinelima@gmail.com
professor.carusguedes@gmail.com

O desenvolvimento da noção de igualdade remonta aos mais antigos registros da história da humanidade. Assim, a complexidade que envolve o termo leva a questionar acerca da validade e da justeza de suas formas de manifestação. A Constituição Federal de 1988 representa o elemento nuclear, o marco teórico primeiro desta pesquisa, embora complementado por vasta produção doutrinária e jurisprudencial. São conhecidas as críticas feitas aos legalistas positivistas inerentes à civilização burguesa, que produziu sistemas jurídicos em defesa de liberdade e igualdade abstratas e formais, desconsiderando, na realidade social de todos os dias, as diferentes formas de desigualdades econômicas, religiosas, raciais que terão reflexos na tutela processual. Por tais razões, a pesquisa investiga como se manifesta o princípio da igualdade no processo e em quais situações pode haver interferências para que se mantenha um equilíbrio entre as partes, sem que isso implique discricionariedades. Sendo a igualdade um conceito jurídico indeterminado, busca-se avaliar como pode ser preenchida ou em que devem as partes ser igualmente tratadas, se a justeza do processo e do procedimento interfere no resultado esperado pelas partes, se a compensação procedimental é forma de acesso ao direito justo. Tais indagações serão pesquisadas mediante a abordagem de julgamentos do STF, tentando-se identificar as balizas de contenção de diferenças e afirmação do princípio da igualdade.

Palavras-chave: princípio da igualdade; realidade social; discricionariedades.

ACESSIBILIDADE AOS DIREITOS SOCIAIS PELA VIA ADMINISTRATIVA: ESTUDO DO SISTEMA DE JURISDIÇÃO DÚPLICE FRANCÊS E DO SISTEMA DE JURISDIÇÃO *UNA* BRASILEIRO NO CONTEXTO DO CONTENCIOSO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Aluna: Lívia Maria Rodrigues Nazareth
Orientador: Carlos Bastide Orbach
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: livianazareth@gmail.com
carloshorbach@uol.com.br

O direito administrativo contemporâneo e os movimentos de constitucionalização que afetam este ramo jurídico importam no estudo do sistema de jurisdição dúplice francês comparativo ao sistema de jurisdição **una** brasileiro, sob o ponto de vista da proteção dos direitos sociais dos cidadãos diante do poder do Estado, abordando vantagens, desafios e possíveis integrações das práticas entre ambos os sistemas. O direito administrativo teve sua origem na França, sedimentado sobre conceitos distintos daqueles do direito privado, tais como, os princípios da separação das autoridades administrativas e judiciárias, das decisões executórias, da legalidade e da responsabilidade do poder público. Decorre disso a peculiaridade do sistema administrativo francês no aspecto jurisdicional, que reside na existência de uma jurisdição administrativa, distinta da jurisdição judiciária. As questões pertinentes ao contencioso administrativo impactam os julgamentos dos benefícios previdenciários no campo de atuação do Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS, órgão colegiado integrado ao Ministério da Previdência Social, que tem por finalidade realizar o controle jurisdicional das decisões do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Em suma, é importante esclarecer que o estudo comparado desses sistemas administrativos objetiva, sobretudo, adequar as práticas da Administração no ramo da seguridade social às tendências modernas que impõem ao poder público a eficácia imediata dos direitos fundamentais e, sobretudo, assegurar a eficácia dos acordos internacionais, harmonizando os regimes naquilo que possa oferecer impasses a garantia de direitos. Importa considerar os instrumentos do Direito Administrativo Global nessas questões específicas.

Palavras-chave: contencioso administrativo; sistema de jurisdição; processo previdenciário.

AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Aluna: Camila Martins Araújo Gontijo
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: milamarx@yahoo.com.br
gribeirobr@gmail.com

A atuação de Estados em desenvolvimento no contexto internacional de acordos multilaterais de comércio enfrenta barreiras para o comércio internacional. Analisa-se a situação de Estados em desenvolvimento na sua caracterização e inserção em acordos internacionais e a prática de barreiras não tarifárias no descumprimento de acordos multilaterais, influenciando a inserção no comércio internacional. O principal acordo que versa sobre a regulação comercial internacional, o GATT, na institucionalização da OMC é a base para a análise das normas de comércio. Assim, verifica-se em que medida o seu possível descumprimento afeta as transações comerciais e a possibilidade de inserção dos Estados menos desenvolvidos e em desenvolvimento no ambiente internacional, apesar de suas participações em acordos e arranjos regionais.

Palavras-chave: comércio internacional; barreiras não tarifárias; acordos multilaterais.

IGUALDADE: UM OLHAR SOBRE A JURISPRUDÊNCIA

Aluno: Andre Luis Branco Lopes
Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: andreluisbrancolopes@gmail.com
frederico.barbosa@ipea.gov.br

A igualdade revela-se, em muitos aspectos da sociedade brasileira, em especial na esfera jurídica, um parâmetro organizador das estruturas e constituidor dos agentes sociais e sistêmicos. Pedra de toque do sistema jurídico de distribuição de direitos e obrigações, condensa sua essência na celebrada locução de Rui Barbosa, proferida em seu discurso denominado **Oração aos moços**: "A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar, desigualmente, aos desiguais na medida em que se desigualam." Logo, para aplicar a regra da igualdade, faz-se necessária a prévia identificação dos campos de desigualdade. Este estudo objetiva identificar as regras que estabelecem os parâmetros de aferição das desigualdades. Para tanto, observam-se os critérios estabelecidos no pensamento antropológico de Louis Dumont, e desenvolve-se a análise do discurso prático de julgados dos Tribunais de Justiça da Bahia e de São Paulo.

Palavras-chave: igualdade; jurisprudência; parâmetro.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA TRADIÇÃO CULTURAL

Aluna: Anne Reis Batista Nascimento
Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: annerbatista@gmail.com.br
frederico.barbosa@ipea.gov.br

Trata-se de uma pesquisa sobre a tradição brasileira da desconfiança, seus efeitos sobre a democracia e a possibilidade de transformação por meio de políticas públicas. O trabalho tem como objetivo verificar se as políticas públicas podem atuar na transformação de uma tradição social, cujo estudo fornece dados que possibilitam identificar as causas do comportamento objeto da pesquisa. Uma vez identificadas as origens disso, é possível elaborar políticas que provoquem transformação. Deste modo, as políticas públicas seriam um instrumento hábil para a mudança de uma tradição social.

Palavras-chave: políticas públicas; tradição cultural; democracia.

QUAL É O CAMINHO A SER TRILHADO PELAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS?

Aluno: Bruno Caetano Amancio Coimbra
Orientador: Ivo Teixeira Gigo Jr.
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: brucaman@uol.com.br
gico@ghdadvogados.com.br

A problemática do projeto discute quais os fundamentos administrativos, normativos e jurídicos que marcam a formulação de uma política pública voltada ao ensino superior na compreensão do poder regulador do Estado, apurando e evidenciando os resultados do exercício da regulação de modo a criar um contexto seguro às instituições de ensino superior na tomada de decisões e na consecução de seus objetivos. Assim, indaga-se qual é o caminho a ser trilhado pelas instituições privadas de educação superior brasileiras no contexto de indefinição das políticas regulatórias institucionalizadas pelo Ministério da Educação e pelos órgãos correlatos, para melhoria dos resultados das instituições. O pano de fundo da temática busca responder à questão sobre quais são os motivos administrativos, normativos e jurídicos que encetam a formulação de uma política pública voltada ao ensino superior, utilizando-se, para tanto, a atribuição fiscalizatória conferida ao ente público para exercício da regulação.

Palavras-chave: políticas públicas; ensino superior; instituições privadas.

A BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRAL: A QUESTÃO DOS MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NAS LISTAS OFICIAIS DOS ENTES FEDERATIVOS

Aluna: Claudia Nogueira da Cruz Torres
Orientador: Roberto Freitas Filho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: claudianoguester@gmail.com

No âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim como em todo o país, as demandas da saúde proliferam-se. Assim, indaga-se se o direito à saúde, especificamente, à obtenção gratuita de medicamentos, pode ser interpretado de forma absoluta ou deve ser entendido como o direito a políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A segunda hipótese será defendida mediante discussões sobre a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, o ativismo judicial, o aspecto orçamentário e a equidade, levando em conta as decisões proferidas no DF.

Palavras-chave: direito à saúde; obtenção gratuita de medicamentos; redução do risco de doença.

ESTUDO DA POLÍTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DO ATO DE DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL NO BRASIL

Aluno: Daniel Jonas Rocha
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: danieljonas15@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

O trabalho traz à discussão a legislação brasileira para inibir os condutores *ébrios com* o intento de averiguar a eficiência de suas medidas dissuasórias. Parte-se do pressuposto de que a penalidade prisional é uma medida que fere os princípios da criminologia crítica e não atende aos fins da pena. Na Análise Econômica do Direito, presume-se que o infrator de trânsito é racional. Dessa feita, o trabalho analisa as variáveis que interferem no cálculo do infrator de trânsito: ganho esperado, severidade da pena e probabilidade. Infere-se que a severidade do Código de Trânsito Brasileiro, por diversidade de medidas, influencia a probabilidade. O agente de trânsito, racionalmente, pondera vantagens e desvantagens de fiscalizar. A prisão, por suas peculiaridades, pode afetar, negativamente, a função de utilidade do agente de trânsito.

Palavras-chave: infrator de trânsito; Código de Trânsito Brasileiro; agente de trânsito.

XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão
Encontro de iniciação científica
De 30/9 a 02/10 de 2014
Compromissos da Educação Superior para a formação profissional

O CRIME DE DESERÇÃO EM TEMPO DE PAZ

Aluno: Danilo Gustavo Vieira Martins
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: danilogustavo1@hotmail.com

lcmartinsalves@gmail.com

O estudo tem por objetivo apresentar as estruturas das modalidades de deserção, tipificadas no Código Penal Militar pátrio, e, por meio da análise conjunta da formação do militar brasileiro, demonstrar a repercussão do resultado processual na caserna, o tempo e o custo unitário do processo na Justiça Federal, além de avaliar a possibilidade de, em tempo de paz, atribuir a competência para julgamento dos casos de deserção à esfera administrativa militar sem que, com isso, comprometa a disciplina e a hierarquia das Forças Armadas. A partir dos resultados, pretende-se verificar a viabilidade de descriminalizar a deserção, reclassificando-a como transgressão disciplinar, a fim de que possa ser apreciada e julgada no âmbito da administração militar, no intuito de reduzir o custo, o tempo da apreciação estatal e o fator de efetividade de resposta dentro da caserna.

Palavras-chave: deserção; Código Penal Militar; Forças Armadas.

INTERVENÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS: LIÇÕES DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2007/2008

Aluno: David Yavagã Miodownik
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: david@tjdft.jus.br
gribeirobr@gmail.com

A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar as razões ou a ausência de razão para possível intervenção no mercado de capitais, a fim de evitar nova crise econômica tal como a ocorrida em 2007/2008. As hipóteses a ser verificadas estão na demonstração da existência de possível razão para a intervenção estatal no mercado de capitais. Tratar-se-**á** da assimetria de informações e da liberdade do mercado. Afinal, indaga-se se os remédios utilizados após a crise financeira foram para corrigir uma assimetria de informações ou para regular o mercado. É importante ressaltar que a crise econômica de 2007/2008 decorreu de uma crise de regulação no sistema financeiro, uma crise bancária; assim, o que se buscará verificar será demonstrar quais os caminhos tomados após a crise.

Palavras-chave: intervenção no mercado de capitais; crise econômica; livre economia.

O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL

Aluno: Domingos Riomar Novaes
Orientador: Leonardo Roscoe Bessa
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: domingosnovaes@hotmail.com
roscoe@mpdft.gob.br

A pesquisa pretende demonstrar que as teorias tradicionalmente utilizadas para definir o nexo de causalidade na responsabilidade civil estão assentadas em um critério naturalístico que impede a reparação da vítima. Nesses termos, seria recomendável a adoção de critério normativo.

Palavras-chave: nexo de causalidade; responsabilidade civil; reparação da vítima.

A ABRANGÊNCIA DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Aluno: Elias Sampaio Freire
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: eliassampaiofreire@hotmail.com
professor.carusguedes@gmail.com

O presente projeto de pesquisa parte da hipótese de que a expressão *folha de salários e demais rendimentos do trabalho* designa a totalidade dos ganhos do prestador de serviços, pessoa *física, com ou sem vínculo empregatício, pagos diretamente ou não pelo tomador, recebidos p*ela contraprestação do trabalho. Assim, o estudo será voltado *à apreciação de verbas* que são comumente pagas pelas empresas às pessoas físicas que lhes prestam serviços, como, por exemplo, participação nos lucros, previdência complementar privada, planos de opção de compras de ações (*stock options plan*), bônus de contratação (*hiring bônus*) e prêmios decorrentes de *marketing* de incentivo, para concluir-se acerca da incidência ou não de contribuições previdenciárias sobre as referidas verbas, o que exigirá uma análise crítica do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.

Palavras-chave: pessoas físicas; contribuições previdenciárias; verbas.

O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PELO STF E PELA CORTE CONSTITUCIONAL DA ÁFRICA DO SUL: COMPARAÇÃO E CRÍTICAS

Aluno: Estêvão André Cardoso Waterloo
Orientador: Luis Carlos Martins Alves Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: estevaow@gmail.com
lcmartinsalves@gmail.com

O estudo trata do controle judicial de políticas públicas na área de saúde. Faz-se a análise comparativa entre os provimentos do Supremo Tribunal Federal e a solu*ção da Corte Constitucional* Sul-Africana no caso Thiagraj Soobramoney (CCT 32/97). Assume-se como hipótese que o processo decisório do STF não enfrenta questões constitucionais necessárias ao equacionamento das demandas submetidas à sua apreciação.

Palavras-chave: políticas públicas; controle judicial; *área de saúde; análise comparativa.*

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aluno: Francisco Eugenio Cunha Silva
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: frchicao@hotmail.com
asmgodoy@gmail.com

A administração p*ública* enfrenta, no cotidiano das contratações, conflitos de interesses que levam *à* redução da qualidade na execução do objeto. Buscar ferramentas jurídicas é de suma importância para trazer maior propriedade à tomada de decisão. Compreender o princípio da solidariedade enquanto instrumento jurídico requer a sua definição e a superação de preceitos, como a supremacia do interesse público perante o particular. Estudar a aplicação deste princípio nos contratos administrativos *é* essencial, a fim de trazer soluções jurídicas para conflitos de interesses antagônicos entre os sujeitos envolvidos na relação, reforçando o sentido cooperativo dos integrantes. O foco do trabalho é demonstrar que o princípio da solidariedade pode ser aplicado para reformular o paradigma da administração pública, trazendo soluções novas de contratação.

Palavras-chave: princípio da solidariedade; contratos administrativos; soluções jurídicas.

A JURIDICIDADE E OS PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DO INSTITUTO NORTE-AMERICANO DO "CRAM DOWN" NAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS NO BRASIL

Aluno: Gerardo Alves Lima Filho
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: gerardolima@ymail.com
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

Esta pesquisa analisa se é possível, à luz dos princípios da função social e da preservação da empresa, a aplicação do instituto norte-americano do *cram down* nas recuperações judiciais de empresas no Brasil e dos parâmetros a ser utilizados nesse sentido. Ademais, examinar-se-á a conveniência de alteração legislativa, para conferir maior segurança jurídica ao tema. Com este desiderato, inicialmente, será estudada a sistemática de recuperação de empresas no Brasil. Em seguida, haverá o exame da origem e da aplicação do *cram down* no sistema jurídico norte-americano. Posteriormente, tratar-se-á das decisões que aplicam o *cram down* no Brasil. Por derradeiro, haverá a exposição das conclusões do trabalho relativas à legalidade ou não da utilização do *cram down* à luz da legislação nacional, com a proposição de critérios capazes de oferecer uniformidade na aplicação do instituto e de alterações na legislação.

Palavras-chave: recuperações judiciais de empresas; alteração legislativa; segurança jurídica.

ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DE LIMITES FÁTICOS E ECONÔMICOS PARA A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

Aluno: Giullianno Caçula Mendes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: giulliannomendes@yahoo.com.br

O objetivo do trabalho é verificar a existência de limites fáticos e econômicos para a força normativa da Constituição. Quando o Judiciário aprecia as lides unicamente sob o prisma do texto constitucional, sem fazer uma análise econômica e racional do direito pleiteado, a pretexto de dar à Constituição a sua máxima força normativa, ignora os limites fáticos e econômicos à concretização dos direitos, impossibilitando o cumprimento das decisões, o que gera frustração no jurisdicionado e certa desmoralização do Poder Judiciário. A proposta principal do trabalho *é que não é recomendável decidir judicialmente quanto a direitos prestacionais (que envolvem o dispêndio de recursos públicos) sem que seja feita uma análise econômica e racional do* caso. A contribuição que se pretende dar é no campo das políticas públicas relacionadas aos direitos sociais frequentemente judicializáveis, além de prestar um contributo, também, na defesa do Estado em juízo.

Palavras-chave: limites fáticos e econômicos; direito pleiteado; Poder Judiciário.

USO ABUSIVO DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA, CONFUNDIDO COM O ACESSO À JURISDIÇÃO PELOS LITIGANTES QUE VISAM OBTER VANTAGENS

Aluno: João Hagenbeck Parizzi
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: jhparizzi@gmail.com

O presente trabalho estuda o uso abusivo do direito de acesso à justiça, confundido com o acesso à jurisdição pelos litigantes que visam obter vantagens, notadamente econômicas, com um comportamento excessivamente litigioso. São identificados esses tipos de litigantes, os motivos pelos quais adotam esse comportamento, recursos e mecanismos para desestimular economicamente esse abuso. Os litigantes que abusam do direito de acesso à jurisdição são os litigantes habituais (neles incluído o Estado) e os litigantes inconsequentes, os quais ingressam no Judiciário, sem incorrer em qualquer risco. A hipótese proposta no trabalho é a utilização de recursos processuais de objetivação do processo, para identificar e desestimular esses tipos de litigantes, tornando o processo desinteressante sob o ponto de vista econômico, com a elevação de custos processuais e da condenação.

Palavras-chave: acesso à justiça; acesso à jurisdição; abusivo do direito.



SISTEMA PENITENCIÁRIO E CRIMINOLOGIA

Aluno: Leonardo Melo Moreira
Orientador: Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: leonardomelomoreira@gmail.com
brunoamachado@hotmail.com

A dissertação tem por escopo a análise de medidas de segurança e políticas públicas no âmbito do Distrito Federal. Dúvidas não há de que ao Estado incumbe o direito de punir, notadamente, por meio de seu sistema penitenciário. Ocorre que, quando se trata de pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, o sistema psiquiátrico brasileiro mostra-se extremamente deficitário e inapto a alcançar seu desiderato principal, qual seja, o terapêutico, pois padece dos mais severos problemas, entre os quais a superlotação, as precárias condições estruturais, a falta de agentes de saúde, a ofensa a direitos fundamentais e a ausência de politicas públicas atinentes ao tema. A hipótese principal é a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas *à* implantação de residências terapêuticas de modo a desinternar aqueles doentes já aptos para tanto, mas que não têm familiares em condições de recebê-los, além de possibilitar-lhes um tratamento eficaz e digno.

Palavras-chave: sistema penitenciário; politicas públicas; residências terapêuticas.

USUCAPIÃO FAMILIAR: A SEPARAÇÃO DISCUTIDA NO PROGRAMA DE GOVERNO MINHA CASA, MINHA VIDA

Aluna: Mara Lucia Guimaraes Cardoso
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: mara_cardoso@terra.com.br
paccarmona@hotmail.com

O objeto de estudo é o instituto da usucapião familiar, inserido no C*ódigo* Civil de 2002, artigo 1.240-A, também chamado de "usucapião por abandono do lar" ou "usucapião conjugal", decorrente de política *pública originada do programa de governo Minha* Casa, Minha Vida, que visa à manutenção da função social da propriedade e do direito à moradia, premissas constitucionais, e seu confronto com a volta da discussão da culpa nas separações, abolida pela Emenda Constitucional 66/2010.

Palavras-chave: usucapião familiar; politica pública; programa de governo.

O PRONUNCIAMENTO JUDICIAL NAS AÇÕES COLETIVAS VOLTADAS AO ATENDIMENTO DE DIREITOS SOCIAIS: A COGNIÇÃO PLENA, DIFERENCIADA E EXAURIENTE

Aluno: Marcos Antonio Tavares Martins
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: matmbr@yahoo.com.br
professor.carusguedes@gmail.com

A natureza do direito posto **à** apreciação judicial, mediante sua singularidade e alcance social, permite ao juiz proferir sua manifestação da forma mais eficaz possível, de maneira que estabeleça o pleno cumprimento. Para tanto, pretende-se examinar, no estudo, os impasses e os desafios no tocante à atuação do Judiciário, que, ao deparar com os limites impostos pelas regras instrumentais, **vê**-se impedido de cumprir os comandos sociais entabulados pela Constituição Federal em prol da cidadania. Para comprovar tal hipótese, é necessário identificar e analisar as discussões sobre a técnica processual no contexto jurídico brasileiro atual. Assim, examinam-se as reflexões sobre direito e processo no sentido de que o segundo constitui uma ferramenta para o fim de dar plena efetividade ao primeiro. Estuda-se o aspecto de que a técnica processual comporta uma visão menos formalista consoante à natureza, **à** complexidade e **à** abrangência social do direito colocado à discussão. Cotejam-se dados e informações, visando demonstrar a efetividade ou não das ações coletivas no atendimento **à**s demandas da cidadania. Investiga-se a tendência socializante do processo, seu alcance a outras áreas do direito material e do direito processual e a existência de nova forma de classificação dos ramos processuais não penais.

Palavras-chave: apreciação judicial; técnica processual; tendência socializante.

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E LEI MARIA DA PENHA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Aluna: Priscila Ramos de Moraes Rego
Orientador: Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: consultoria.moraesrego@yahoo.com.br
brunoamachado@hotmail.com

O presente trabalho pretende analisar a violência contra a mulher, observando quais instrumentos jurídicos têm sido utilizados pelo sistema penal para a punição dos agressores. O foco da pesquisa *é* o veto à suspensão condicional do processo, para verificar se ela seria adequada a este tipo de delito. Demonstra-se a necessidade de que a atual política de enfrentamento à violência doméstica seja alterada para melhor obtenção de resultados. Para isso, será realizada a revisão bibliográfica sobre o tema, além da interpretação de dados secundários obtidos pelo Conselho Nacional de Justiça e da realização de entrevistas com membros do Ministério Público do Distrito Federal, juízes e advogados que defendam posições contrapostas e atuem em alguma das três circunscrições judiciárias com maior incidência desse tipo de violência no Distrito Federal.

Palavras-chave: violência contra a mulher; sistema penal; suspensão condicional do processo.

TERCEIRO SETOR E CORRUPÇÃO

Aluno: Rafael Melo Carneiro
Orientador: Ivo Teixeira Gigo Jr.
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: rafaelmeloc1@gmail.com
gico@ghdadvogados.com.br

A pesquisa consiste em analisar se particulares, mormente organizações não governamentais, podem cometer ato de improbidade administrativa mesmo sem a concorrência de um agente público. Pela letra do artigo *3º da Lei de Improbidade Administrativa, tal hipótese é possível. Todavia, a jurisprudência dos Tribunais e do* STJ, reiteradamente, nega tal possibilidade. Assim, adota-se como abordagem a análise econômica do direito.

Palavras-chave: improbidade administrativa; análise econômica do direito; agente público.

RECRUDESCIMENTO PENAL E ARREFECIMENTO NA EXECUÇÃO PENAL: UM PARADOXO NORMATIVO NO SISTEMA BRASILEIRO QUE ESTIMULA A IMPUNIDADE

Aluno: Reinaldo Rossano Alves
Orientador: Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: reinaldorossano@yahoo.com.br
brunoamachado@hotmail.com

Analisa-se a política de edição dos decretos de indulto. O objetivo é demonstrar os acertos e os erros dessa política. O estudo terá como marco inicial o ano de 1984, data de publicação da Lei de Execuções Penais, chegando aos dias atuais. Envolverá a necessidade do perdão indultório como fator de equilíbrio da execução da pena.

Palavras-chave: decretos de indulto; perdão indultório; execução da pena.

AS EXTERNALIDADES PROVOCADAS PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NO DF

Aluna: Renata de Souza Maeda
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: maeda.renata@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV internaliza as externalidades causadas pelos empreendimentos imobiliários no Distrito Federal. Pretende-se constatar se o EIV – um dos instrumentos da política urbana previsto no Estatuto da Cidade – pode corrigir as falhas de mercado provocadas pelos empreendimentos imobiliários no Distrito Federal ou se o mercado se encarregaria da referida correção. Para tanto, será analisado o caso Guará II – Concessão de Alvarás de Construção para empreendimentos na Região Administrativa do Guará II, com base no Termo de Compromisso n.º 2/2008, firmado pelo Governador do DF e por várias incorporadoras, diante da ausência de EIV.

Palavras-chave: empreendimentos imobiliários; política urbana; incorporadoras.

SUPERENDIVIDAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS FORMANDO CONSUMIDORES E NÃO CIDADÃOS

Aluno: Ricardo Rocha Leite
Orientador: Leonardo Roscoe Bessa
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: rrochaleite@gmail.com
roscoe@mpdft.gob.br

Busca-se analisar as políticas públicas brasileiras sob a ótica dos efeitos que geram no alargamento do consumo, em especial na massa de trabalhadores que teve seu poder aquisitivo ampliado em anos recentes. É inegável que o esforço de aumentar a renda do trabalhador por meio do crescimento econômico, do aumento do salário mínimo, da formalização do emprego e da expansão do crédito tem resultado em ganhos positivos de bem-estar social. Contudo, dados sobre o endividamento excessivo mostram, em contrapartida, a difusão de uma cultura do consumo na população beneficiária. Tal questão no campo jurídico despertou a atenção dos estudiosos na disciplina atinente ao Direito do Consumidor, que tem por finalidade assegurar o equilíbrio nas relações negociais e efetivar os direitos básicos que são norteados pela boa-fé objetiva. Em complemento, o trabalho defende que o problema deve ser tratado de forma interdisciplinar, dada sua atualidade e complexidade.

Palavras-chave: políticas públicas; alargamento do consumo; bem-estar social.

ATUAÇÃO DO STF NO PERÍODO DA DITADURA

Aluno: Thiago Santos Aguiar de Padua
Orientador: Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: tsapadua@icloud.com
professor.carusguedes@gmail.com

O objetivo da pesquisa é analisar a racionalidade decisória do STF, e a hipótese central é a de que tal racionalidade *é uma* anarquia de ideias, portanto é irracional. As ideias para comprovação da hipótese estão centradas no estudo do modelo decisório (deliberativo), especialmente, mas não exclusivamente, em 3 autores distintos, sobre a *ratio decidendi* e nos estudos sobre como as cortes decidem. As dificuldades encontradas estão em torno do dilema de realizar aprofundamento de estudo comparativo no caso das Supremas Cortes do Brasil e dos Estados Unidos.

Palavras-chave: racionalidade decisória; anarquia de ideias; modelo decisório.

DEFENSORIA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA PENAL: O DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM GOIÁS

Aluno: Tiago Felipe de Oliveira
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: tiagofelipea@hotmail.com
paccarmona@hotmail.com

O tema procura demonstrar o vínculo de causalidade existente entre a promoção adequada da assistência jurídica gratuita e a efetividade do acesso à justiça penal. Adota-se a premissa de que o efetivo acesso à justiça penal está diretamente vinculado **à** promoção da garantia assecuratória de defesa. Nesse contexto, a não implementação da Defensoria Pública Estadual em Goiás agudiza o grau de interdependência entre a capacidade econômica do acusado e a possibilidade de opor-se, eficazmente, à pretensão acusatória estatal. A pesquisa terá a abordagem de dados empíricos obtidos em análise de 200 processos criminais no Estado de Goiás e no Distrito Federal, em que será comparada de modo qualitativo a promoção da assistência jurídica gratuita pela Defensoria Pública e por advogados dativos.

Palavras-chave: acesso à justiça penal; processos criminais; assistência jurídica gratuita.

PROTEÇÃO DE DADOS DE TESTES EXIGIDOS PARA FINS DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS PARA USO HUMANO NO PAÍS

Aluno: Victor Valença Carneiro de Albuquerque
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: victor.albuquerque@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

Pretende-se examinar a proteção de dados de testes exigidos para fins de registro de medicamentos para uso humano no país, sua configuração positiva na legislação brasileira, a compatibilidade com os tratados internacionais sobre o assunto e a adequação às políticas nacionais de propriedade industrial, de desenvolvimento tecnológico e de acesso a medicamentos. A pesquisa será realizada com base na revisão bibliográfica nacional e internacional sobre o tema, no exame de textos normativos de cunho internacional e brasileiro e na consulta a documentos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Até o momento, as dificuldades vislumbradas concentram-se na identificação de fontes primárias de dados a ser examinados.

Palavras-chave: proteção de dados; registro de medicamentos; tratados internacionais; políticas nacionais; propriedade industrial.

JULGAMENTO COMO DRAMATURGIA: A CIVILIZAÇÃO DO ESPETÁCULO NA CORROSÃO DO GARANTISMO

Aluno: Wagner de Amorim Madoz
Orientador: Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: wamadoz@brturbo.com.br
brunoamachado@hotmail.com

A pesquisa trata da possível corrosão do garantismo penal pela civilização do espetáculo na tentativa de explicar o confronto entre a liberdade de imprensa – princípio da publicidade – e o direito individual do acusado a ter uma decisão justa, tendo como ambiente institucional o Supremo Tribunal Federal, cujos julgamentos têm cobertura midiática intensiva. O problema fundamental reside na captura do processo penal pelo espetáculo, o que pode sobrepujar os direitos e as garantias do acusado e possibilitar a criação de estereótipos no senso comum vinculados ao punitivismo. A influência do fenômeno do espetáculo, na forma de pressão efetuada pelos *mass media*, na atividade dos magistrados, tanto na jurisdição constitucional das liberdades quanto no julgamento de ações penais originárias, pode suscitar perigosa derrocada do garantismo penal, tornando o catálogo de direitos fundamentais uma enumeração meramente formal e simbólica.

Palavras-chave: garantismo penal; liberdade de imprensa; cobertura midiática intensiva; direito individual.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL

Aluno: Adriano Portella de Amorim
Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Doutorado em Direito
Contatos: portelladeamorim@ig.com.br
frederico.barbosa@ipea.gov.br

Embora possa passar despercebida em razão dos princípios pacifistas e não intervencionistas que regem as relações internacionais brasileiras, a dimensão política da função da defesa nacional é complexa e abrangente, sendo merecedora de especial atenção aos contextos jurídicos de organização, preparo e emprego dos meios militares e do papel desempenhando pelos dirigentes políticos, notadamente na legislação afeta à organização e ao funcionamento do Estado. A pesquisa tem por hipótese principal a necessidade de identificar a ocorrência de possíveis deturpações no modelo de atuação dos meios e das instituições militares em atividades típicas de outros órgãos estatais, o que demonstraria a inconsistência ou a incompletude de políticas públicas e sociais ou a necessidade de readequação do instrumental jurídico-normativo aplicável. Entre as possibilidades de comprovação da hipótese, está *a análise do ordenamento jurídico e sua aplicabilidade nos* contextos reais de atuação do Estado.

Palavras-chave: defesa nacional; princípios pacifistas; dimensão política.

IMPACTOS DA REGULAÇÃO ESTATAL DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA INTERNET NO BRASIL

Aluno: Andrey Vilas Boas de Freitas
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Doutorado em Direito
Contatos: andrey_freitas@hotmail.com
gribeirobr@gmail.com

A tese a ser desenvolvida concentra-se nos impactos da regulação estatal do setor de telecomunicações sobre o funcionamento da internet no Brasil, buscando verificar qual será o comportamento das prestadoras de serviços de telecomunicações atuantes no Brasil em face da imposição legal da neutralidade de rede, em função do arcabouço regulatório existente e do comportamento dos demais agentes econômicos atuantes nesse mercado: consumidores e provedores de conteúdo e aplicações na internet – SVA. A hipótese **é que** as empresas de telecomunicações terão incentivos para buscar dois tipos de resposta institucional mediante a adoção da neutralidade de rede: formal, atuando como grupo de pressão, de modo a alterar o modelo normativo existente e os limites legais dele decorrentes; informal, por meio de mecanismos operacionais que, na prática, implicarão a não neutralidade da rede, esvaziando, dessa forma, o instrumento normativo existente.

Palavras-chave: setor de telecomunicações; funcionamento da internet; regulação estatal.

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE DAS LEIS SOBRE AS DECISÕES JURÍDICAS

Aluna: Aparecida de Moura Andrade
Orientador: Hector Valverde Santana
Doutorado em Direito
Contatos: aparecida.mandrade@gmail.com
hectorvsantana@gmail.com

Verifica-se o uso da legística para o aprimoramento das leis. A tese propõe-se a avaliar se uma lei de boa qualidade pode facilitar a vida do aplicador do Direito. A pesquisa será realizada em três momentos: da necessidade da lei, com a participação da sociedade; do processo de discussão e aprovação da lei pelo Legislativo federal; da aplicação da lei pelos juízes e pelos tribunais e da avaliação dos seus impactos para a sociedade. O objetivo da tese é avaliar os benefícios da aplicação da legística no processo legislativo.

Palavras-chave: necessidade da lei; Legislativo federal; aplicação da legística.

PARA ALÉM DO PLURALISMO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL SOBRE A ESTRUTURA DO DIREITO PÓS-NACIONAL

Aluno: Fernando Lopes Ferraz Elias
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: flfe@ig.com.br
marcelodvarella@gmail.com

Trata-se de abordagem multidisciplinar do papel das regras jurídicas nas principais teorias das relações internacionais. Analisa-se a estrutura jurídica dos relevantes regimes internacionais, a fim de testar, especificamente, se, no subsistema jurídico referente às questões humanas, humanitárias e de segurança internacionais, mediante o direito administrativo global, os elementos de comprometimento jurídico dos estados produzem os resultados delineados pelas teorias do direito internacional. O estudo do tema aventa questões, como se há relação de causalidade entre as normas internacionais e o comportamento dos Estados, se os Estados cooperarem no plano internacional é a regra ou a exceção e por que o sistema jurídico internacional se apresenta como insuficiente para lidar com os problemas internacionais. Especificamente, a hipótese da pesquisa diz respeito à construção de uma teoria de direito internacional, mediante a análise teórica e empírica da relação entre as regras jurídicas dos principais regimes internacionais e o comportamento dos Estados nas relações internacionais.

Palavras-chave: direito administrativo global; regras jurídicas; regimes internacionais.

OS NOVOS DIREITOS HUMANOS E O DIÁLOGO ENTRE AS CORTES: EFICÁCIA E APLICABILIDADE

Aluno: Filipe Torri da Rosa
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: filipetorri@hotmail.com
marcelodvarella@gmail.com

A pesquisa tem como objetivo analisar a possibilidade de introdução de novo instrumento de controle no direito brasileiro e o quanto tal instrumento influenciaria a efetivação dos direitos humanos, observando-se que a necessidade de concretização dos direitos inerentes ao homem, no âmbito interno do Estado, consiste em matéria que eclode no campo de estudo do direito constitucional e do direito internacional, no primeiro caso, em razão dos direitos fundamentais que estejam expressos ou que sejam assegurados pelo texto da Constituição e, no segundo, em virtude dos direitos humanos esculpidos em tratados de direitos humanos. Nessa esteira, a proliferação de normas internacionais, que tem por fim a proteção dos indivíduos, demanda meios de aplicação eficazes em virtude da força expansiva e do imperativo concretizador que repousa no âmago dos direitos humanos. Nesse desiderato impositivo, nasce a ideia de controle jurisdicional da convencionalidade de leis.

Palavras-chave: direitos humanos; controle jurisdicional; normas internacionais.

EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO FATOR GARANTIDOR DOS PRINCÍPIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Aluno: Flavio Augusto Milhomem
Orientador: Bruno Amaral Machado
Doutorado em Direito
Contatos: familhomem@gmail.com
brunoamachado@hotmail.com

A tese tem como proposta a discussão acerca da eficiência da justiça criminal como fator garantidor dos princípios do Estado democrático de direito. Pretende-se, mediante análise jurídico-filosófica dos sistemas recursais no Brasil, nos EUA e na Europa insular e continental, demonstrar que uma justiça criminal eficiente constitui um dos pilares de sustentação do aludido conceito de Estado. Questionar a eficácia do sistema recursal no processo penal brasileiro permite a discussão quanto ao atendimento do desenvolvimento de políticas públicas que permitam a utilização do sistema judicial penal como instrumento de garantia dos princípios do Estado democrático de direito.

Palavras-chave: justiça criminal; Estado; sistema recursal.

A RELAÇÃO ENTRE A PROPORCIONALIDADE E A EFICIÊNCIA

Aluno: Humberto Fernandes de Moura
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Doutorado em Direito
Contatos: humbertofernandesdemoura@hotmail.com
asmgodoy@gmail.com

A hipótese desta pesquisa *é indagar se a eficiência seria uma tradução econômica do princípio da proporcionalidade. Ou seja, se a visão neo*constitucionalista relacionada à proporcionalidade poderia contar com o apoio do instrumental econômico referente ao conceito de *eficiência*.

Palavras-chave: princípio da proporcionalidade; visão neoconstitucionalista; conceito de *eficiência*.

EPISTEMOLOGIA DO CONTROLE DA PRODUTIVIDADE JURÍDICA

Iuno: Ivan Claudio Pereira Borges
Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Doutorado em Direito
Contatos: ivan_cpborges@yahoo.com.br
frederico.barbosa@ipea.gov.br

A pesquisa procura identificar possível correlação entre o método gerencial de controle de produção exercido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre a atividade judicial dos juízes e dos tribunais do país e sobre a elaboração das decisões judiciais. Suspeita-se que a garantia constitucional do acesso à justiça fomentada por novas legislações e pelo controle administrativo do CNJ sem a contrapartida de medidas efetivas de igual intensidade para evitar o demandismo judicial provoca um quadro de exaustão crescente no sistema judiciário, o que reflete na elaboração de estratégias de solução judicial que favoreçam decisões formais em detrimento das decisões de mérito. O trabalho procura, inicialmente, identificar o caráter epistemológico do método gerencial de controle utilizado pelo CNJ e aplica argumentos provenientes da teoria crítica. Em seguida, expõe e analisa objetivos, metas e procedimentos utilizados pelo CNJ para a obtenção de dados do Judiciário, procurando demonstrar a correlação entre a racionalidade do controle embutida e a racionalidade instrumental e funcionalista que é exercida. São utilizados os dados empíricos colhidos pelo CNJ de um dos tribunais do país, para demonstrar, pela teoria da correlação, a associação entre o padrão epistemológico de controle da produtividade e o desenvolvimento estratégico do Judiciário na formulação de suas decisões. O trabalho desenhará uma proposta que visa filtrar o demandismo judicial e possibilitar a contenção de estratégias procedimentais. O método empregado segue o caminho crítico-metodológico, valendo-se de dados empiricamente colhidos pelos órgãos oficiais do Judiciário. Procura-se contribuir com o aperfeiçoamento do controle interno do Judiciário e com a democracia do acesso à Justiça. Em outros termos, reavaliam-se e propõem-se soluções para as políticas públicas referentes ao Judiciário. Seus limites estão fixados nos relatórios de dados e nas teorias epistemológicas e sociológicas empregadas.

Palavras-chave: decisões judiciais; Conselho Nacional de Justiça; acesso à Justiça.

IGUALDADE: UM OLHAR SOBRE A JURISPRUDÊNCIA

Aluno: Andre Luis Branco Lopes
Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: andreluisbrancolopes@gmail.com
frederico.barbosa@ipea.gov.br

A igualdade revela-se, em muitos aspectos da sociedade brasileira, em especial na esfera jurídica, um parâmetro organizador das estruturas e constituidor dos agentes sociais e sistêmicos. Pedra de toque do sistema jurídico de distribuição de direitos e obrigações, condensa sua essência na celebrada locução de Rui Barbosa, proferida em seu discurso denominado **Oração aos moços**: "A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar, desigualmente, aos desiguais na medida em que se desigualam." Logo, para aplicar a regra da igualdade, faz-se necessária a prévia identificação dos campos de desigualdade. Este estudo objetiva identificar as regras que estabelecem os parâmetros de aferição das desigualdades. Para tanto, observam-se os critérios estabelecidos no pensamento antropológico de Louis Dumont, e desenvolve-se a análise do discurso prático de julgados dos Tribunais de Justiça da Bahia e de São Paulo.

Palavras-chave: igualdade; jurisprudência; parâmetro.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA TRADICÇÃO CULTURAL

Aluno: Anne Reis Batista Nascimento
Orientador Frederico Augusto Barbosa da Silva
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: annerbatista@gmail.com.br
frederico.barbosa@ipea.gov.br

Um estudo sobre a tradição brasileira da desconfiança, seus efeitos sobre a democracia e a possibilidade transformação por meio de Políticas Públicas. O trabalho tem como objetivo verificar se as Políticas Públicas podem atuar na transformação de uma tradição social. O estudo sobre a formação de uma tradição social fornece dados que possibilitam identificar as causas do comportamento objeto da pesquisa. Uma vez identificadas as origens do comportamento é possível elaborar políticas que o desestimulem ou provoquem uma transformação. Deste modo, as Políticas Públicas seriam um instrumento hábil para a transformação de uma tradição social.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA TRADIÇÃO CULTURAL

Aluno: Bruno Caetano Amancio Coimbra
Orientador Ivo Teixeira Gigo Jr.
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: brucaman@uol.com.br
gico@ghdadvogados.com.br

A problemática do projeto vertente discute quais os fundamentos administrativos, normativos e jurídicos que marcam a formulação de uma política pública voltada ao ensino superior, dentro da compreensão do poder regulador do Estado, apurando e evidenciando os resultados do exercício da regulação de modo a criar um cenário seguro às instituições de ensino superior na tomada de decisões e consecução de seus objetivos. Cinge-se a indagar: qual o caminho a ser trilhado pelas instituições privadas de educação superior brasileiras, dentro do cenário de indefinição das políticas regulatórias institucionalizadas pelo Ministério da Educação e órgãos correlatos, para otimização de dos resultados das Instituições? O pano de fundo da temática busca responder quais os motivos administrativos, normativos e jurídicos que encetam a formulação de uma política pública voltada ao ensino superior, utilizando-se, para tanto, a atribuição fiscalizatória conferida ao ente público para exercício da regulação?

A BUSCA DA EFETIVAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRAL: A QUESTÃO DOS MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NAS LISTAS OFICIAIS DOS ENTES FEDERATIVOS

Aluno: Claudia Nogueira da Cruz Torres
Orientador Roberto Freitas Filho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: claudianoguester@gmail.com

No âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim como em todo o país, as demandas da saúde vêm se proliferando. Mas o direito à saúde, especificamente, à obtenção gratuita de medicamentos, pode ser interpretado de forma absoluta ou deve ser entendido como o direito a políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação? A segunda hipótese será a defendida por esta mestranda, a partir de discussões sobre a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, o ativismo judicial, o aspecto orçamentário e a equidade, levando em conta as decisões que estão sendo proferidas no DF. A presente pesquisa encontra-se na fase de coleta e análise de todas as sentenças judiciais dos juízos fazendários sobre o tema no primeiro semestre de 2014.

ESTUDO DA POLÍTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DO ATO DE DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL NO BRASIL

Aluno: Daniel Jonas Rocha
Orientador Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: danieljonas15@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

O trabalho traz à discussão a legislação brasileira para inibir os condutores ébrios, com o intento de averiguar a eficiência de suas medidas dissuasórias. Parte do pressuposto que a penalidade prisional é uma medida que fere os princípios da criminologia crítica e não atende aos fins da pena. Na Análise Econômica do Direito, presume-se que o infrator de trânsito é racional, assim como o criminoso para Becker (1968). Dessa feita, o trabalho analisa as variáveis que interferem no cálculo do infrator de trânsito: ganho esperado, severidade da pena e probabilidade. Infere-se que a severidade do Código de Trânsito Brasileiro, por diversidade de medidas, influencia na probabilidade. O agente de trânsito racionalmente pondera vantagens e desvantagens de fiscalizar. E a prisão, por suas peculiaridades, pode afetar negativamente na função de utilidade do Agente de trânsito, o que será demonstrado através de pesquisa de campo.

ESTUDO DA POLÍTICA DE CRIMINALIZAÇÃO DO ATO DE DIRIGIR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL NO BRASIL

Aluno: Danilo Gustavo Vieira Martins
Orientador Luis Carlos Martins Alves Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: danilogustavo1@hotmail.com
lcmartinsalves@gmail.com

O estudo tem por objetivo descrever as estruturas das modalidades de Deserção, tipificadas no Código Penal Militar pátrio e, por meio da análise conjunta da formação do militar brasileiro, da repercussão do resultado processual na caserna, bem como do tempo e do custo unitário do processo na Justiça Federal, avaliar a possibilidade de, em tempo de paz, atribuir a competência para julgamento dos casos de Deserção, à esfera administrativa militar, sem que com isso, comprometa a disciplina e a hierarquia das Forças Armadas. A partir dos resultados dessa análise pretende-se, por fim, avaliar a viabilidade de descriminalizar a Deserção, reclassificando-a como transgressão disciplinar, a fim de que possa ser apreciada e julgada no âmbito da administração militar, no intuito de reduzir o custo e o tempo da apreciação estatal, bem como fator de efetividade de resposta dentro da caserna. O trabalho ainda não foi iniciado, em razão de ter sido aprovado no último processo seletivo (2º_2014).

INTERVENÇÃO NO MERCADO DE CAPITAIS: LIÇÕES DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL DE 2008/2009

Aluno: David Yavagã Miodownik
Orientador Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: david@tjdft.jus.br
gribeirobr@gmail.com

Intervenção ou não-intervenção no mercado de capitais?- lições da crise econômica de 2007/2008 - A presente dissertação tem como objetivo demonstrar razões ou a ausência de razão para uma possível intervenção no mercado de capitais a fim de evitar uma nova crise econômica, tal como a ocorrida em 2007/2008. As hipóteses a serem enfrentadas estão na demonstração da existência de possível razão para a intervenção estatal no mercado de capitais. Abordará a assimetria de informações e a liberdade do mercado. Afinal, os remédios utilizados pós-crise financeira foram para corrigir uma assimetria de informações ou para regular o mercado? É importante ressaltar que a crise econômica de 2007/2008 decorreu de uma crise de regulação no sistema financeiro, uma crise bancária, entretanto o que se buscará verificar será demonstrar quais os caminhos tomados após a crise. A dissertação está na redação do primeiro capítulo o qual abordará o papel do Estado em uma livre economia.

O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL

Aluno: Domingos Riomar Novaes
Orientador Leonardo Roscoe Bessa
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: domingosnovaes@hotmail.com
roscoe@mpdft.gob.br

A dissertação a ser apresentada pretende demonstrar que as teorias tradicionalmente utilizadas para definir o nexo de causalidade, na responsabilidade civil, estão assentadas em um critério naturalístico que impede, muitas vezes, a reparação da vítima. Nesses termos seria recomendável, em algumas situações, a adoção de um critério normativo.

O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL

Aluno: Elias Sampaio Freire
Orientador Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: eliassampaiofreire@hotmail.com
professor.carusguedes@gmail.com

A dissertação objeto do presente projeto de pesquisa parte da hipótese de que: "a expressão folha de salários e demais rendimentos do trabalho palavra presta-se a designar a totalidade dos ganhos do prestador de serviços pessoa física, com ou sem vínculo empregatício, pagos diretamente ou não pelo tomador, recebidos pela contraprestação do trabalho". Configurada a hipótese aqui delineada, o estudo será voltado para a apreciação de casos específicos, quais sejam, das verbas que são comumente pagas pelas empresas às pessoas físicas que lhes prestam serviços, como por exemplo, participação nos lucros, previdência complementar privada, planos de opção de compras de ações (*stock options plan*), bônus de contratação (*hiring bônus*) e prêmios decorrentes de marketing de incentivo, para se concluir acerca da incidência ou não de contribuições previdenciárias sobre as referidas verbas, o que exigirá uma análise crítica do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.

A ABRANGÊNCIA DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Aluno: Elias Sampaio Freire
Orientador Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: eliassampaiofreire@hotmail.com
professor.carusguedes@gmail.com

A dissertação objeto do presente projeto de pesquisa parte da hipótese de que: "a expressão folha de salários e demais rendimentos do trabalho palavra presta-se a designar a totalidade dos ganhos do prestador de serviços pessoa física, com ou sem vínculo empregatício, pagos diretamente ou não pelo tomador, recebidos pela contraprestação do trabalho". Configurada a hipótese aqui delineada, o estudo será voltado para a apreciação de casos específicos, quais sejam, das verbas que são comumente pagas pelas empresas às pessoas físicas que lhes prestam serviços, como por exemplo, participação nos lucros, previdência complementar privada, planos de opção de compras de ações (*stock options plan*), bônus de contratação (*hiring bônus*) e prêmios decorrentes de marketing de incentivo, para se concluir acerca da incidência ou não de contribuições previdenciárias sobre as referidas verbas, o que exigirá uma análise crítica do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência.

O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PELO STF E PELA CORTE CONSTITUCIONAL DA ÁFRICA DO SUL COMPARAÇÃO E CRÍTICAS

Aluno: Estêvão André Cardoso Waterloo
Orientador Luis Carlos Martins Alves Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: estevaow@gmail.com
lcmartinsalves@gmail.com

Estudo acerca do controle judicial de políticas públicas na área de saúde. Análise comparativa entre os provimentos do Supremo Tribunal Federal e a solução da Corte Constitucional Sul Africana no caso Thiagraj Soobramoney (CCT 32/97). Assume-se como hipótese que o processo decisório do STF não enfrenta questões constitucionais necessárias ao equacionamento das demandas submetidas à sua apreciação. Projeto de dissertação está definido, leituras sobre o referencial teórico realizadas – garantismo na concepção de Luigi Ferrajoli –, em execução a fase de análise das decisões.

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aluno: Francisco Eugenio Cunha Silva
Orientador Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: frchicao@hotmail.com
asmgodoy@gmail.com

Administração Pública enfrenta no cotidiano das contratações públicas inúmeros conflitos de interesses que levam a redução da qualidade na execução do objeto. Buscar ferramentas jurídicas é de suma importância para trazer maior propriedade à tomada de decisão. Compreender o princípio da solidariedade, enquanto instrumento jurídico, requer a sua definição, bem como a superação de preceitos como a supremacia do interesse público perante o particular. Estudar a aplicação deste princípio nos Contratos Administrativos é de suma importância para trazer soluções jurídicas para conflitos de interesses antagônicos entre os sujeitos envolvidos na relação, reforçando o sentido cooperativo dos integrantes. O foco do trabalho é demonstrar que o princípio da solidariedade pode ser aplicado para reformular o paradigma da Administração Pública trazendo soluções novas de contratação.

A JURIDICIDADE E OS PARÂMETROS PARA A APLICAÇÃO DO INSTITUTO NORTE-AMERICANO DO "CRAM DOWN" NAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS NO BRASIL

Aluno: Gerardo Alves Lima Filho
Orientador Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: gerardolima@ymail.com
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

Esta pesquisa analisa se é possível, à luz dos princípios da função social e da preservação da empresa, a aplicação do instituto norte-americano do cram down nas recuperações judiciais de empresas no Brasil, bem como os parâmetros a serem utilizados nesse sentido. Ademais, examinar-se-á a conveniência de alteração legislativa para conferir maior segurança jurídica ao tema. Com este desiderato, inicialmente será estudada a sistemática de recuperação de empresas no Brasil. Em seguida, haverá o exame da origem e da aplicação do cram down no sistema jurídico norte-americano. Posteriormente, tratar-se-ão das decisões que vem aplicando o cram down no Brasil. Por derradeiro, haverá a exposição das conclusões do trabalho relativas à legalidade ou não da utilização do cram down à luz da legislação nacional, com a proposição de critérios capazes de oferecer uniformidade na aplicação do instituto e de alterações na legislação.

ANALISE DA EXISTÊNCIA DE LIMITES FÁTICOS E ECONÔMICOS PARA A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

Aluno: Giullianno Caçula Mendes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: giulliannomendes@yahoo.com.br

O objetivo do trabalho é analisar a existência de limites fáticos e econômicos para a força normativa da Constituição. Isso porque quando o Judiciário analisa as lides unicamente sob o prisma do texto constitucional, sem fazer uma análise econômica e racional do direito pleiteado, a pretexto de dar à Constituição a sua máxima força normativa, ignora os limites fáticos e econômicos à concretização dos direitos, impossibilitando, muitas vezes, o cumprimento das decisões, o que gera frustração no jurisdicionado e certa "desmoralização" do Poder Judiciário. A proposta principal do trabalho é de que não é recomendável decidir judicialmente quanto a direitos prestacionais (que envolvem o dispêndio de recursos públicos) sem que seja feita uma análise econômica e racional do caso concreto. A contribuição que se pretende dar é no campo das políticas públicas relacionadas aos direitos sociais frequentemente judicializáveis, além de prestar um contributo, também, na defesa do Estado em juízo.

ABUSIVO DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA, CONFUNDIDO COM O ACESSO À JURISDIÇÃO PELOS LITIGANTES QUE VISAM OBTER VANTAGENS

Aluno: João Hagenbeck Parizzi
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: jhparizzi@gmail.com

O presente trabalho estuda o uso abusivo do direito de acesso à justiça, confundido com o acesso à jurisdição pelos litigantes que visam obter vantagens, notadamente econômicas, com um comportamento excessivamente litigioso. São identificados esses tipos de litigantes, os motivos pelos quais adotam esse comportamento e, por fim ferramentas e mecanismos para desestimular economicamente esse abuso. Os litigantes que abusam do direito de acesso à jurisdição são os litigantes habituais (neles incluído o estado) e os litigantes inconsequentes, os quais ingressam no judiciário sem incorrer em qualquer risco, fazendo do mesmo verdadeira loteria. A hipótese proposta no trabalho é a utilização de ferramentas processuais de objetivação do processo para identificar e desestimular esses tipos de litigantes, especialmente tornando o processo desinteressante sob o ponto de vista econômico, com a elevação de custos processuais e elevação da condenação.

NEOPROCESSUALISMO, O ATIVISMO JUDICIAL E O GARANTISMO PROCESSUAL CIVIL

Aluno: Jose Amilton Torquato
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: amiltontor@gmail.com

Ainda não iniciei o trabalho dissertativo propriamente dito, isso porque agora em julho de 2014 foi que me tornei aluno regular do mestrado. Neste semestre (2/2014) é que estou cursando as duas disciplinas obrigatórias. Porém, o meu projeto que restou aprovado pela Banca Examinadora, trata sobre o neoprocessualismo, ativismo judicial e garantismo processual civil. O tema central é tentar responder a pergunta se no Brasil seria possível aplicar o garantismo processual civil defendido na Europa por Montero Aroca e no Brasil, dentre outros doutrinadores, por Glauco Gumerato Ramos..



SISTEMA PENITENCIÁRIO E CRIMINOLOGIA

Aluno: Leonardo Melo Moreira
Orientador Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: leonardomelomoreira@gmail.com
brunoamachado@hotmail.com

A dissertação tem por escopo a análise de medidas de segurança e políticas públicas no âmbito do Distrito Federal. Dúvidas não há de que ao Estado incumbe o direito de punir, notadamente, através de seu sistema penitenciário. Ocorre que quando se trata de pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, o sistema psiquiátrico brasileiro se mostra extremamente deficitário e inapto a alcançar seu desiderato principal, qual seja, o terapêutico. Isso porque padece dos mais severos problemas, dentre os quais a superlotação, precárias condições estruturais, falta de agentes de saúde, ofensa a direitos fundamentais e ausência de politicas públicas atinentes ao tema. A hipótese principal é a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas a implantação de residências terapêuticas, de modo a desinternar aqueles doentes já aptos para tanto, mas que não têm familiares em condições de recebê-los, além de possibilitar-lhes um tratamento mais eficaz e digno.

USUCAPIÃO FAMILIAR: A SEPARAÇÃO DISCUTIDA NO PROGRAMA DE GOVERNO MINHA CASA MINHA VIDA

Aluno: Mara Lucia Guimaraes Cardoso
Orientador Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: mara_cardoso@terra.com.br
paccarmona@hotmail.com

O objeto de estudo é o instituto da usucapião familiar, inserido no CC/2002, art. 1.240-A, também chamado de "usucapião por abandono do lar" ou "usucapião conjugal", decorrente de uma política pública originada do programa de governo Minha Casa Minha Vida, que visa a manutenção da função social da propriedade e do direito à moradia, premissas básicas constitucionais, e seu confronto com a volta da discussão da culpa nas separações, abolida pela Emenda Constitucional 66/2010.

O PRONUNCIAMENTO JUDICIAL NAS AÇÕES COLETIVAS VOLTADAS AO ATENDIMENTO DE DIREITOS SOCIAIS: A COGNIÇÃO PLENA, DIFERENCIADA E EXAURIENTE

Aluno: Marcos Antonio Tavares Martins
Orientador Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: matmbr@yahoo.com.br
professor.carusguedes@gmail.com

A natureza do direito posto a apreciação judicial, a partir de sua singularidade e alcance social, permite ao Juiz proferir sua manifestação judicial da forma mais eficaz possível de maneira que estabeleça o pleno cumprimento daquele. Para tanto, pretende-se examinar no estudo os impasses e desafios no tocante à atuação do judiciário que ao se deparar com os limites impostos pelas regras instrumentais se vê impedido de cumprir os comandos sociais entabulados pela Constituição Federal em prol da cidadania. Para comprovar tal hipótese, é necessário identificar e analisar as discussões sobre a técnica processual no cenário jurídico brasileiro atual. Examinar as reflexões sobre direito e processo no sentido de que o segundo constitui uma ferramenta para o fim de dar plena efetividade ao primeiro. Estudar o aspecto de que a técnica processual comporta uma visão menos formalista consoante à natureza, complexidade e abrangência social do direito colocado à discussão. Cotejar dados e informações visando demonstrar a efetividade ou não das ações coletivas no atendimento das demandas da cidadania. Investigar a tendência socializante do processo e seu alcance a outras áreas do direito material e do direito processual, bem como a existência de uma nova forma de classificação dos ramos processuais não-penais. O trabalho está na fase inicial de redação da dissertação.

A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA CONSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE SAÚDE NA NEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL Á VIDA PELO ESTADO POR AUSÊNCIA DE VAGA EM UTI.

Aluno: Mário José de Assis Pegado
Orientador Inocêncio Mártires Coelho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: mariopegado@gmail.com
inocenciocoelho@gmail.com

A natureza do direito posto a apreciação judicial, a partir de sua singularidade e alcance social, permite ao Juiz proferir sua manifestação judicial da forma mais eficaz possível de maneira que estabeleça o pleno cumprimento daquele. Para tanto, pretende-se examinar no estudo os impasses e desafios no tocante à atuação do judiciário que ao se deparar com os limites impostos pelas regras instrumentais se vê impedido de cumprir os comandos sociais entabulados pela Constituição Federal em prol da cidadania. Para comprovar tal hipótese, é necessário identificar e analisar as discussões sobre a técnica processual no cenário jurídico brasileiro atual. Examinar as reflexões sobre direito e processo no sentido de que o segundo constitui uma ferramenta para o fim de dar plena efetividade ao primeiro. Estudar o aspecto de que a técnica processual comporta uma visão menos formalista consoante à natureza, complexidade e abrangência social do direito colocado à discussão. Cotejar dados e informações visando demonstrar a efetividade ou não das ações coletivas no atendimento das demandas da cidadania. Investigar a tendência socializante do processo e seu alcance a outras áreas do direito material e do direito processual, bem como a existência de uma nova forma de classificação dos ramos processuais não-penais. O trabalho está na fase inicial de redação da dissertação.

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E LEI MARIA DA PENHA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Aluno: Priscila Ramos de Moraes Rego
Orientador Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: consultoria.moraesrego@yahoo.com.br
brunoamachado@hotmail.com

O presente trabalho pretende analisar a violência contra mulher observando quais os instrumentos jurídicos têm sido utilizados pelo nosso sistema penal para a punição dos agressores. O foco da pesquisa é a vedação da suspensão condicional do processo, para verificar se ela seria adequada para a este tipo de delito. Demonstraremos a necessidade de que a atual política de enfrentamento à violência doméstica seja alterada para uma melhor obtenção de resultados, para isso, será realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, além da interpretação de dados secundários obtidos pelo Conselho Nacional de Justiça e a realização de entrevistas com membros do Ministério Público do Distrito Federal, juízes e advogados que defendam posições contrapostas e atuem em alguma das três circunscrições judiciárias com maior incidência desse tipo de violência no Distrito Federal. A pesquisa está na fase da revisão bibliográfica e inicio da elaboração das questões para a entrevista.

TERCEIRO SETOR E CORRUPÇÃO

Aluno: Rafael Melo Carneiro
Orientador Ivo Teixeira Gigo Jr.
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: rafaelmeloc1@gmail.com
gico@ghdadvogados.com.br

Minha dissertação consiste em analisar se particulares (mormente organizações não-governamentais) podem cometer ato de improbidade administrativa, mesmo sem a concorrência de um agente público. Pela letra do art. 3º da Lei de Improbidade Administrativa, tal hipótese é possível. Todavia, a jurisprudência dos Tribunais e do STJ reiteradamente nega tal possibilidade. Assim, pesquisarei esse ponto, adotando como abordagem a análise econômica do direito. Escrevi 4 artigos de final de disciplina (e ainda faltam mais 2) sempre visando encaixar na dissertação. Ainda não iniciei a redação de nenhum capítulo da dissertação. As dificuldades consistem em estabelecer qual seria a melhor abordagem da questão.

RECRUDESCIMENTO PENAL E ARREFECIMENTO NA EXECUÇÃO PENAL: UM PARADOXO NORMATIVO NO SISTEMA BRASILEIRO QUE ESTIMULA A IMPUNIDADE

Aluno: Reinaldo Rossano Alves
Orientador Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: reinaldorossano@yahoo.com.br
brunoamachado@hotmail.com

Análise da política de edição dos decretos de indulto. O objetivo é demonstrar os acertos e erros na política de edição de decretos de indulto. O estudo terá como marco inicial o ano de 1984, data de publicação da Lei de Execuções Penais, chegando aos dias atuais. Envolverá a necessidade do perdão indultório como fator de equilíbrio da execução da pena.

AS EXTERNALIDADES PROVOCADAS PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NO DF

Aluno: Renata de Souza Maeda
Orientador Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: maeda.renata@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV internaliza as externalidades causadas pelos empreendimentos imobiliários no Distrito Federal. Pretende-se constatar se o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) – um dos instrumentos da política urbana previsto no Estatuto da Cidade – pode corrigir as falhas de mercado (externalidades) provocadas pelos empreendimentos imobiliários no Distrito Federal ou se o próprio mercado se encarregaria da referida correção. Para tanto será analisado caso Guará II (Concessão de Alvarás de Construção para empreendimentos na Região Administrativa do Guará II, com base no Termo de Compromisso n.º 2/2008 firmado pelo Governador do DF e várias incorporadoras, diante da ausência de EIV).

SUPERENDIVIDAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS FORMANDO CONSUMIDORES E NÃO CIDADÃOS

Aluno: Ricardo Rocha Leite
Orientador Leonardo Roscoe Bessa
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: rrochaleite@gmail.com
roscoe@mpdft.gob.br

Busca-se analisar as políticas públicas brasileiras sob a ótica dos efeitos que geram no alargamento do consumo, em especial na massa de trabalhadores que teve seu poder aquisitivo ampliado em anos recentes. É inegável que o esforço de aumentar a renda do trabalhador por meio do crescimento econômico, do aumento do salário mínimo, da formalização do emprego e da expansão do crédito tem resultado em ganhos positivos de bem-estar social. Contudo, dados sobre o endividamento excessivo mostram, em contrapartida, a difusão de uma cultura do consumo na população beneficiária. Tal questão no campo jurídico despertou a atenção dos estudiosos na disciplina atinente ao Direito do Consumidor, que tem por finalidade assegurar o equilíbrio nas relações negociais e efetivar os direitos básicos que são norteados pela boa-fé objetiva. Em complemento, o trabalho defende que o problema deve ser tratado de forma interdisciplinar, dada sua atualidade e complexidade.

ATUAÇÃO DO STF NO PERÍODO DA DITADURA

Aluno: Thiago Santos Aguiar de Padua
Orientador Jefferson Carlos Carús Guedes
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: tsapadua@icloud.com
professor.carusguedes@gmail.com

O objetivo da pesquisa é analisar a racionalidade decisória do STF, e a hipótese central é a de que tal racionalidade é na realidade uma anarquia de ideias, e portanto, irracional; 2) as ideias para comprovação da hipótese: estão centradas no estudo do modelo decisório (deliberativo), especialmente, mas não exclusivamente, em 3 autores distintos (Pieluigi Chiassoni, José Rodrigo Rodriguez, Jon Elster), sobre a *ratio decidendi* e nos estudos sobre como as cortes decidem; 3) em que ponto está o trabalho: encontra-se na fase de pesquisa, diálogo, reflexão sobre as ideias dos autores mencionados, com a discussão com o orientador sobre a melhor estrutura, quais pontos devem ser abordados, quais capítulos devem ser escritos, e dentro destes quais os subitens que devem necessariamente ser explorados; 4) e as dificuldades encontradas: em geral, em torno do dilema de realizar aprofundamento de estudo comparativo, no caso das Supremas Cortes do Brasil e Estados Unidos.

DEFENSORIA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA PENAL: O DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM COTAS

Aluno: Tiago Felipe de Oliveira
Orientador Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: tiagofelipea@hotmail.com
paccarmona@hotmail.com

O tema, "DEFENSORIA PUBLICA E ACESSO À JUSTIÇA PENAL: entre a efetividade do direito à assistência jurídica gratuita e a violação de direitos humanos em Goiás" procura demonstrar o vínculo de causalidade existente entre a promoção adequada da assistência jurídica gratuita e a efetividade do acesso à justiça penal. Adota-se a premissa de que o efetivo acesso à justiça penal está diretamente vinculado a promoção efetiva da garantia assecuratória de defesa. Nesse contexto, a não implementação da Defensoria Pública Estadual em Goiás agudiza o grau de interdependência entre a capacidade econômica do acusado e possibilidade de opor-se eficazmente a pretensão acusatória estatal. A dissertação se encontra em elaboração e contará com a abordagem de dados empíricos obtidos em análise de 200 processos criminais no Estado de Goiás e no Distrito Federal, em que serão comparadas de modo qualitativo a promoção da assistência jurídica gratuita pela Defensoria Pública e por advogados dativos.

PROTEÇÃO DE DADOS DE TESTES EXIGIDOS PARA FINS DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS PARA USO HUMANO NO PAÍS

Aluno: Victor Valença Carneiro de Albuquerque
Orientador Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: victor.albuquerque@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

Pretende-se examinar a proteção de dados de testes exigidos para fins de registro de medicamentos para uso humano no país, sua configuração positiva na legislação brasileira, compatibilidade com os tratados internacionais sobre o assunto e adequação às políticas nacionais de propriedade industrial, de desenvolvimento tecnológico e de acesso a medicamentos. O trabalho está em fase inicial. A pesquisa será realizada com base na revisão bibliográfica nacional e internacional sobre o tema, o exame de textos normativos de cunho internacional e brasileiro, bem como consulta a documentos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Até o momento, as dificuldades vislumbradas se concentram na identificação de fontes primárias de dados a serem examinados.

JULGAMENTO COMO DRAMATURGIA: A CIVILIZAÇÃO DO ESPETÁCULO NA CORROSÃO DO GARANTISMO

Aluno: Wagner de Amorim Madoz
Orientador Bruno Amaral Machado
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: wamadoz@brturbo.com.br
brunoamachado@hotmail.com

A pesquisa aborda a possível corrosão do garantismo penal pela civilização do espetáculo, na tentativa de explicar o confronto entre a liberdade de imprensa - princípio da publicidade e o direito individual do acusado a ter uma decisão justa, tendo como ambiente institucional o Supremo Tribunal Federal, cujos julgamentos possuem uma cobertura midiática intensiva. O problema fundamental reside na captura do processo penal pelo espetáculo, o que pode sobrepujar os direitos e garantias do acusado e possibilitar a criação de estereótipos no senso comum pelo vinculados ao punitivismo. A influência do fenômeno do espetáculo, na forma de pressão efetuada pelos mass media, na atividade dos magistrados, tanto na jurisdição constitucional das liberdades quanto no julgamento de ações penais originárias pode suscitar uma perigosa derrocada do garantismo penal, tornando o catálogo de direitos fundamentais uma enumeração meramente formal e simbólica.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL

Aluno: Adriano Portella de Amorim
Orientador Frederico Augusto Barbosa da Silva
Doutorado em Direito
Contatos: portelladeamorim@ig.com.br
frederico.barbosa@ipea.gov.br

Embora possa passar despercebida em razão dos princípios pacifistas e não intervencionistas que regem as relações internacionais brasileiras, a dimensão política da função defesa nacional é complexa e abrangente, sendo merecedora de especial atenção para os cenários jurídicos de organização, preparo e emprego dos meios militares e do papel desempenhando pelos dirigentes políticos, notadamente na legislação afeta à organização e funcionamento do Estado. A pesquisa tem por hipótese principal a necessidade de identificar a ocorrência de possíveis deturpações no modelo de atuação dos meios e das instituições militares em atividades típicas de outros órgãos estatais, o que demonstraria a inconsistência ou a incompletude de políticas públicas e sociais ou mesmo a necessidade de readequação do instrumental jurídico-normativo aplicável. Dentre as possibilidades de comprovação da hipótese está a análise do ordenamento jurídico e sua aplicabilidade nos cenários reais de atuação do Estado.

IMPACTOS DA REGULAÇÃO ESTATAL DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA INTERNET NO BRASIL

Aluno: Andrey Vilas Boas de Freitas
Orientador Gustavo Ferreira Ribeiro
Doutorado em Direito
Contatos: andrey_freitas@hotmail.com
gribeirobr@gmail.com

A tese a ser desenvolvida concentra-se nos impactos da regulação estatal do setor de telecomunicações sobre o funcionamento da internet no Brasil, buscando verificar qual será o comportamento das prestadoras de serviços de telecomunicações atuantes no Brasil (as chamadas "teles") em face da imposição legal da neutralidade de rede, em função do arcabouço regulatório existente e do comportamento dos demais agentes econômicos atuantes nesse mercado (consumidores e provedores de conteúdo e aplicações na internet – SVA). A hipótese é de que as empresas de telecomunicações atuantes no Brasil terão incentivos para buscarem dois tipos de resposta institucional a partir da adoção da neutralidade de rede: i) formal, atuando como grupo de pressão, de modo a alterar o modelo normativo existente e os limites legais dele decorrentes; ii) informal, por meio de mecanismos operacionais que, na prática, implicarão na não neutralidade da rede, esvaziando dessa forma, o instrumento normativo existente.

A INFLUÊNCIA DA QUALIDADE DAS LEIS SOBRE AS DECISÕES JURÍDICAS.

Aluno: Aparecida de Moura Andrade
Orientador Hector Valverde Santana
Doutorado em Direito
Contatos: aparecida.mandrade@gmail.com
hectorvsantana@gmail.com

O Uso da Legística para o aprimoramento das leis. A tese se propõe a avaliar se uma lei de boa qualidade pode facilitar a vida do aplicador do Direito. A pesquisa será realizada em três momentos, da necessidade da lei, com a participação da sociedade, do processo de discussão e aprovação a lei pelo Legislativo federal, e da aplicação da lei pelos juízes e tribunais, bem como avaliação dos seus impactos para a sociedade. O objetivo da tese é avaliar os benefícios da aplicação da legística no processo legislativo.

PARA ALÉM DO PLURALISMO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL SOBRE A ESTRUTURA DO DIREITO PÓS-NACIONAL

Aluno: Fernando Lopes Ferraz Elias
Orientador Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: flfe@ig.com.br
marcelodvarella@gmail.com

Abordagem multidisciplinar do papel das regras jurídicas nas principais teorias das relações internacionais, analisar a estrutura jurídica dos mais relevantes regimes internacionais, a fim de se testar, especificamente, se no subsistema jurídico referente às questões humanas, humanitárias e de segurança internacionais, a partir do direito administrativo global, os elementos de comprometimento jurídico dos estados produzem os resultados delineados pelas teorias do direito internacional. Na doutrina de Direito Internacional e Relações Internacionais, há muita pesquisa acadêmica focada nos regimes jurídicos internacionais e pouca análise teórica e empírica da relação entre as regras jurídicas dos principais regimes internacionais e o comportamento dos estados nas relações internacionais. Além disso, quando se teoriza sobre ILC ("*International Legal Compliance*", consoante William Bradford), isso é feito sem evidência empírica e análise quantitativa das fontes do direito internacional. A ideia é, a partir de uma abordagem multidisciplinar do papel das regras jurídicas nas principais teorias das relações internacionais, analisar a estrutura jurídica dos mais relevantes regimes internacionais, a fim de se construir uma teoria do direito internacional. Pela leitura dos resumos dos mencionados artigos e das obras clássicas de Direito Internacional e Relações Internacionais, observei que há muita pesquisa acadêmica focada nos regimes jurídicos internacionais e pouca sobre o comprometimento dos estados com as normas oriundas desses regimes. Além disso, quando se teoriza sobre ILC ("*International Legal Compliance*", consoante William Bradford), isso é feito sem evidência empírica e análise quantitativa das fontes do direito internacional. O estudo do tema aventa questões como as seguintes: Há uma relação de causalidade entre as normas internacionais e o comportamento dos Estados? Os Estados cooperarem no plano internacional é a regra ou a exceção? Por que, tantas vezes, o sistema jurídico internacional se apresenta como insuficiente para lidar com os problemas internacionais? Especificamente, a hipótese da pesquisa diz respeito à construção de uma teoria de direito internacional, a partir da análise teórica e empírica da relação entre as regras jurídicas dos principais regimes internacionais e o comportamento dos estados nas relações internacionais. Pelas leituras feitas até agora, tenho ainda poucos elementos dessa teoria do direito internacional que será responsável por delimitar os temas: teoria das relações internacionais e regimes jurídicos internacionais.

NOVOS DIREITOS HUMANOS E O DIÁLOGO ENTRE AS CORTES: EFICÁCIA E APLICABILIDADE

Aluno: Filipe Torri da Rosa
Orientador Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: filipetorri@hotmail.com
marcelodvarella@gmail.com

A pesquisa tem como objetivo analisar a possibilidade de introdução de novo instrumento de controle no direito brasileiro e o quanto tal instrumento influenciaria na efetivação dos direitos humanos, observando-se que a necessidade de concretização dos direitos inerentes ao homem, no âmbito interno do Estado, consiste em matéria que eclode no campo de estudo do direito constitucional e, também, do direito internacional, no primeiro caso, em razão dos direitos fundamentais que estejam expressos ou que sejam assegurados pelo texto da Constituição e, no segundo vetor, em virtude dos direitos humanos esculpidos em tratados de direitos humanos. Nessa esteira, a proliferação de normas internacionais, que tem por fim a proteção dos indivíduos acaba por demandar meios de aplicação eficazes, em virtude da força expansiva e do imperativo concretizador, que repousa no âmago dos direitos humanos. Neste desiderato impositivo nasce a ideia de controle jurisdicional da convencionalidade de leis.

EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO FATOR GARANTIDOR DOS PRINCÍPIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Aluno: Flavio Augusto Milhomem
Orientador Bruno Amaral Machado
Doutorado em Direito
Contatos: familhomem@gmail.com
brunoamachado@hotmail.com

A tese tem como proposta a discussão acerca da eficiência da Justiça Criminal como fator garantidor dos princípios do Estado democrático de direito. Pretende-se, a partir de análise jurídico filosófica dos sistemas recursais no Brasil, EUA e Europa insular e continental, demonstrar que uma justiça criminal eficiente constituí um dos pilares de sustentação do aludido conceito de Estado. Questionar a eficácia do sistema recursal no processo penal brasileiro permite a discussão quanto ao atendimento, ou não, do desenvolvimento de políticas públicas que permitam a utilização do sistema judicial penal como instrumento de garantia dos princípios do Estado democrático de direito.

A RELAÇÃO ENTRE A PROPORCIONALIDADE E A EFICIÊNCIA

Aluno: Humberto Fernandes de Moura
Orientador Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Doutorado em Direito
Contatos: humbertofernandesdemoura@hotmail.com
asmgodoy@gmail.com

A hipótese é indagar se a eficiência seria uma tradução econômica do princípio da proporcionalidade. Ou seja, se a visão neoconstitucionalista relacionada a proporcionalidade poderia contar com o apoio do instrumental econômico relacionado ao conceito de eficiência. Atualmente, estou finalizando um artigo enfrentando o tema com vistas a apresentar como requisito parcial a aprovação em disciplina do Doutorado.

A DEMOCRACIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA NO AMBIENTE DE UMA SOCIEDADE DE RISCO - JUIZADO ESPECIAL: APRENDENDO A LIDAR COM

Aluno: Ivan Claudio Pereira Borges
Doutorado em Direito
Contatos: ivan_cpborges@yahoo.com.br

A pesquisa procura identificar uma possível correlação (teoria da correlação) e, talvez, uma relação de causa e efeito entre o método gerencial de controle de produção exercido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre a atividade judicial dos juízes e tribunais do país e sobre a elaboração das decisões judiciais. Suspeita-se que a garantia constitucional do acesso à justiça fomentada por novas legislações e pelo controle administrativo do CNJ sem a contrapartida de medidas efetivas de igual intensidade para evitar o demandismo judicial, provoca um quadro de exaustão crescente no sistema judiciário, o que reflete na elaboração de estratégias (teoria dos jogos e teoria da escolha pública) de solução judicial que favoreçam cada vez mais decisões formais (direito instrumental) em detrimento das decisões de mérito.

DO DIREITO DE REGRESSO EM FACE DA INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR NO CONTRATO DE *FACTORING*

Aluna: Christianne Dias Ferreira
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito
Contatos: christiannedferreira@gmail.com
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

O contrato de *factoring* tem sido utilizado no Brasil por pequenas e médias empresas como uma alternativa para a obtenção de financiamento, na busca por alcançar capital de giro a viabilizar o desempenho de sua atividade comercial. Por não ser a atividade de fomento mercantil regulamentada pelo ordenamento jurídico brasileiro, o direito de regresso do faturizador em face do faturizado, no caso de inadimplência do devedor, é uma questão que chama a atenção dos operadores do direito sobre possível incompatibilidade com sua natureza jurídica e com o fim social para o qual foi pensado.

Palavras-chave: inadimplência do devedor; direito de regresso; contrato de *factoring*.

O IMPACTO DAS NORMAS DE INTERPRETAÇÃO DO PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA PARA A ARBITRARIEDADE DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DE JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Aluno: José Eduardo P.M. de Siqueira
Orientadora: Profª. Dra. Maria Edelvacy Pinto Marinho
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: jose_eduardosiqueira@hotmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

O presente trabalho busca analisar o método de decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), descrever as regras jurídicas que o regem e buscar a explicação das razões pelas quais a CIDH vêm cometendo erros na fundamentação de seus julgados, dos quais se podem citar saltos lógicos, escolha arbitrária de fontes jurídicas para justificação de decisões e criação de obrigações **ex post facto**. Por esse motivo, propõe-se investigar os elementos jurídicos responsáveis pelo estabelecimento desse padrão de decisão na jurisprudência da Corte. A hipótese atual é que o desvio na fundamentação das decisões advém da estrutura do sistema jurídico interamericano, cuja norma que estabelece o método de interpretação, dada a sua abertura semântica, permite a incorporação de elementos extrajurídicos à fundamentação, tais como, argumentos estritamente morais ou de inclinação política que impedem o controle jurídico da argumentação. Nesse sentido, o trabalho investiga a estrutura das normas de interpretação do Pacto de São José e descreve os efeitos nocivos que tem para a coerência do sistema jurídico interamericano, evidenciando seu caráter de crit**ério de validade por via** oblíqua e seu papel na criação de vários institutos controversos da Corte. A hipótese **é** testada pela análise dos acórdãos da CIDH em alguns de seus casos mais famosos, como o da Guerrilha do Araguaia. Até o momento, foi possível traçar as referências às regras de interpretação do pacto, para legitimar os desvios argumentativos. Espera-se ser possível induzir esse padrão no método de decisão da CIDH.

Palavras-chave: sistema jurídico interamericano; elementos extrajurídicos; Pacto de São José.

A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, O ESTADO DE DIREITO E O INADIMPLENTE NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO

Aluna: Marília de Ávila E Silva Sampaio
Orientador: Hector Valverde Santana
Doutorado em Direito
Contatos: marilia.sampaio@tjdft.jus.br
hectorvsantana@gmail.com

A tese, mediante a perspectiva do direito como um discurso prático, pretende responder a como é possível uma decisão judicial sobre superendividamento se não existe estabilidade semântica acerca de seu significado e se nem a lei, nem a doutrina e nem a jurisprudência *dão conta de estabelecer qual seu significado e alcance no Brasil. Assim, pretende-se avaliar se é possível que o valor justiça* cumpra a tarefa de dar sentido e coerência às decisões judiciais sobre superendividamento. A pesquisa ocupa-se de localizar um padrão exemplar de decisões dos tribunais escolhidos sobre superendividamento, com base em uma corrente epistêmica que trabalha com o padrão decisório dos tribunais de uma perspectiva lógica. A pesquisa engloba não só a decisão em si, mas também o contexto em que a decisão é tomada e se *há ou não um esforço para a fixação de parâmetros linguísticos descritivos* compartilhados de modo a permitir o controle sua racionalidade.

Palavras-chave: superendividamento; corrente epistêmica; padrão decisório.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS CORTES EUROPEIA E INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Aluna: Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes
Orientador: José Levi Mello do Amaral Junior
Doutorado em Direito
Contatos: carla.ceub@gmail.com
Jose.levi@uol.com.br

O presente trabalho dedica-se a verificar o grau de confiabilidade das decisões judiciais sobre liberdade de imprensa, segundo parâmetros democráticos seguros. Ao longo do estudo, três hipóteses serão testadas: as decisões judiciais não observam os contornos do princípio democrático quando o tema é a liberdade de imprensa; a racionalidade das decisões judiciais sobre liberdade de imprensa não é compartilhada segundo padrões democráticos; as decisões judiciais sobre liberdade de imprensa não se compatibilizam com o direito emergente da globalização. Para tanto, a investigação cinge-se à análise do tema no contexto de alguns países americanos cujo regime político é a democracia praticada por governos republicanos e pautada pela observância dos direitos fundamentais positivados.

Palavras-chave: liberdade de imprensa; parâmetros democráticos; globalização.

A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A REPARAÇÃO CIVIL DAS VÍTIMAS DE CRIMES

Aluno: Cristiano Correia e Silva
Orientadora: Maria Edelvacy Pinto Marinho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: criscorreia14@gmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

Este trabalho tem por objetivo investigar a aplicação do artigo 387, IV, do CPP e a efetiva reparação civil das vítimas de crimes. Mediante análise de casos reais julgados pelo Tribunal de Júri da Circunscrição Judiciária de Brasília, observou-se que a norma do artigo 387, IV, do CPP, que determina a fixação de valor mínimo para indenização da vítima, não é aplicada e, ainda que o fosse, o sistema normativo processual e material não contribui para a concretização da indenização da vítima de crimes, especialmente, quando o autor do delito não tem condições de arcar com os custos da indenização. O trabalho sugere a criação de um fundo público, para subsidiar um valor mínimo de indenização. A pesquisa, no âmbito do Direito comparado, está adiantada com referências a outros países que têm mecanismos que atendam o pleito das vítimas, mas o Brasil ainda não possui um mecanismo que concretize a indenização.

Palavras-chave: reparação civil; vítimas de crimes; indenização.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E ABORTO

Aluna: Teresinha Inês Teles Pires
Doutorado em Direito
Contatos: tes_pires@hotmail.com

O propósito investigativo da tese é a afirmação da inconstitucionalidade dos dispositivos do Código Penal que criminalizam o direito ao aborto voluntário desde o momento da concepção embriológica. Defende-se que a estrutura conferida pela Constituição de 1988 aos direitos fundamentais, em uma visão integrativa, importou na revogação tácita daquelas normas punitivas. Discutem-se as abordagens contemporâneas da teoria democrática e seus consectários para a reformulação da validade, no âmbito da regulamentação das liberdades básicas, do critério majoritário que conduz o processo legislativo. Expõe-se a visão hermenêutico-sistêmica das principais cláusulas constitucionais no contexto brasileiro aplicáveis ao direito ao aborto. Faz-se uma leitura da regulamentação do aborto nos Estados Unidos da América. Por fim, analisam-se os precedentes do Supremo Tribunal e as políticas protetivas da saúde reprodutiva da mulher, os quais legitimam a legalização do aborto no Brasil.

Palavras-chave: direito ao aborto voluntário; saúde reprodutiva da mulher; visão hermenêutico-sistêmica.

OGM, CTNBIO E ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES BIOÉTICAS PARA A DEVIDA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO PELA (IN) OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BENEFICÊNCIA E NÃO MALEFICÊNCIA

Aluno: Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira
Orientadora: Marcia Dieguez Leuzinger
Doutorado em Direito
Contatos: gustavopaschoal1@gmail.com
marcia.leuzinger@uol.com.br

Busca-se diagnosticar a (in)devida valoração dos princípios bioéticos da beneficência e da não maleficência em decisões da CTNBIO, entre os anos de 2010 a 2014, especificamente em relação às plantas geneticamente modificadas, aprovadas para a comercialização. Estriba-se na necessidade de reflexão sobre meio ambiente equilibrado e contribuição dos princípios bioéticos ao princípio da precaução, para fortalecimento do Estado de Direito Ambiental, mediante possíveis consequências correlacionadas aos OGM, advindas da sociedade de risco. Valer-se-á da abordagem quantitativa e qualitativa, auxiliada pela análise lexical, analisando decisões emitidas por tal instância. Legislação nacional, tratativas internacionais e doutrina especializada serão objetos de exame para o desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: princípios bioéticos; plantas geneticamente modificadas; Estado de Direito Ambiental.

XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão
Encontro de iniciação científica
De 30/9 a 02/10 de 2014
Compromissos da Educação Superior para a formação profissional

A NATUREZA JURÍDICA DAS EMPRESAS NO CONTEXTO INTERNACIONAL: SUJEITOS DE DIREITO? UMA PROPOSTA DE REVISITAÇÃO DA TEORIA CLÁSSICA DO DIREITO INTERNACIONAL À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA DO DIREITO E DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Aluna: Carolina Reis Jatobá Coêlho
Orientador: Daniel Amin Ferraz
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: carolinarjcoelho@hotmail.com
Daniel.amin@afcadvogados.adv.br

O objetivo da pesquisa é analisar os riscos de incorporação do FATCA ao ordenamento jurídico brasileiro em face da jurisprudência dominante do STF, em matéria de sigilo bancário. FATCA é uma legislação norte-americana promulgada em 18/03/2010 que alterou o Código Tributário norte-americano com produção de efeitos extraterritoriais em etapas. A norma impõe às instituições financeiras estrangeiras ao território norte-americano obrigações pecuniárias e não pecuniárias com exposição a riscos e custos jurídicos e operacionais decorrentes do reporte de dados pessoais e movimentação bancária às autoridades norte-americanas. Em caso de descumprimento, as sanções previstas vão desde o encerramento da conta bancária do titular até a retenção dos tributos nos próprios investimentos. Ainda havendo recalcitrância, prevê-se a retenção de 30% de quaisquer valores em nome desta IF, caso opere em território norte-americano, o que amplia, alarmantemente, o perímetro da norma. Pretende-se apontar o risco jurídico decorrente da imediata incorporação do FATCA em território nacional, pois, ainda que exista a figura Limited Foreign Financial Institution e os governos discutam a assinatura de um Acordo Intergovernamental, a quebra de sigilo bancário pelo Fisco no Brasil não é tema pacificado *já* que o Supremo Tribunal Federal acena para a sua impossibilidade sem prévia autorização judicial. A adesão ao FATCA é imperiosa em paralelo à discussão jurídica acerca do sigilo, o que implica a necessária revisão da clássica lógica de incorporação de normas jurídicas em detrimento da *lex mercatória*. Isso caracteriza um movimento intenso de interferências recíprocas entre as racionalidades jurídicas nacionais e internacionais, impossível de ser justificado segundo os parâmetros do Direito Internacional, apresentando-se como consequência direta do dinâmico processo de interação da globalização econômica.

Palavras-chave: sigilo bancário; risco jurídico; globalização econômica.

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: UM ESTUDO SOBRE O SENTIDO E O ALCANCE DO ARTIGO 5.º, INCISO XXIII, E DO ARTIGO 170, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SOB AS LUZES DO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Aluno: Adriano Fernandes Moreira
Orientador: Inocêncio Martires Coelho
Doutorado em Direito
Contatos: afmafmafm@hotmail.com
inocenciocoelho@gmail.com

A releitura e a reinterpretação dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que tratem da função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro devem ser constantes no Estado Democrático de Direito, pois, *só assim*, entende-se, perfeitamente, o seu sentido e alcance, mantendo-se o equilíbrio entre a liberdade econômica e os anseios sociais. A constante evolução da sociedade e os diversos problemas globais existentes forçam o intérprete da lei a fazer a releitura dos dispositivos que tratam da função social da propriedade para que não ocorram empecilhos maiores à liberdade econômica. A propriedade perdeu o seu caráter absoluto.

Palavras-chave: função social da propriedade; ordenamento jurídico brasileiro; Estado Democrático de Direito.

DIREITO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Aluno: Duguay Trouin Muniz
Orientador: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: duguaytrouin@hotmail.com
asmgodoy@gmail.com

O Brasil apresenta deficiência na área de educação como demonstra a exposição de motivos do PNE- Plano Nacional de Educação. Apesar de terem sido incluídos 97% de crianças na escola, a evasão continua alta, o que gera um déficit de presença etária no ensino médio e, consequentemente, gerará no curso superior. A pesquisa enfoca os ciclos fundamental e médio nos aspectos quantitativos e qualitativos do ensino nacional.

Palavras-chave: evasão; ciclos fundamental e médio; aspectos quantitativos e qualitativos; ensino nacional.

ANÁLISE DOGMÁTICA E ECONÔMICA DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aluno: Francisco Sergio Maia Alves
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: fsergio.ma@gmail.com
gribeirobr@gmail.com

O controle externo de contratos administrativos é exercido pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas da União mediante o exercício de competências constitucionais exclusivas e harmônicas, cujo equilíbrio não pode ser modificado por lei. Nesse sentido, o juízo político exercido pelo Congresso Nacional não pode sobrepujar o controle técnico de legalidade exercido pelo TCU, de forma a alterar o juízo de mérito realizado acerca da legalidade de um contrato administrativo. Assim, a decisão política do Congresso Nacional deve ater-se ao exame da conveniência e *à* oportunidade quanto à continuidade da execução de um contrato com ilegalidades confirmadas pelo TCU, situação em que as medidas corretivas determinadas pelo órgão deixarão de subsistir. Tal decisão, contudo, possui o mesmo ônus argumentativo a que estão submetidas quaisquer deliberações administrativas ou judiciais pelo seu caráter judicante e pelo fato de implicar o afastamento do Estado de Direito. Por outro lado, entende-se que o processo de controle externo de contratos administrativos apresenta fragilidades normativas que o tornam ineficiente com relação ao balanço entre os custos envolvidos, o tempo de duração e os resultados esperados. Tal situação foi agravada com a introdução nas leis de diretrizes orçamentárias de disposições acerca da fiscalização de contratos exercida pelo TCU em auxílio ao Congresso Nacional. Nesse sentido, foram previstos atos processuais que se mostram redundantes mediante os previstos na lei orgânica do TCU, o que contribui para a demora do processo e não se reverte em melhores subsídios para a tomada de decisões. O desenvolvimento das hipóteses envolve o estudo do princípio da separação dos poderes em sua acepção contemporânea, das teorias de decisão, das disposições positivas sobre o controle externo de contrato e da análise econômica do direito.

Palavras-chave: contratos administrativos; decisão política; análise econômica do direito.

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA: UM ESTUDO SOBRE A CERTEZA, A PREVISIBILIDADE E A CONFIABILIDADE NORMATIVA DAS DECISÕES JUDICIAIS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, SOB AS LUZES DO MODELO BRASILEIRO DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, NO MARCO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Aluno: Antônio Francisco Frota Neves
Orientador: Hector Valverde Santana
Doutorado em Direito
Contatos: advfrota@yahoo.com.br
hectorvsantana@gmail.com

A velocidade com que têm ocorrido as modificações jurisprudenciais no âmbito da alta Corte de Justiça, em matéria tributária, contribui, diretamente, para a insegurança jurídica. Assim, propõe-se que a complexidade do sistema tributário pátrio e seu emaranhado legislativo nas três esferas da federação reduzem a capacidade de planejamento do contribuinte, gerando alto custo e riscos econômicos, em decorrência das incertezas e das imprevisibilidades causadas por repentinas alterações legislativas e jurisprudenciais. Por outro lado, o turbilhão de normas de procedimentos administrativos, no âmbito da Administração Fazendária, sobrecarrega os contribuintes em elevados custos.

Palavras-chave: matéria tributária; procedimentos administrativos; contribuintes.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO À INOVAÇÃO

Aluna: Waleska Bertolini Vieira Mussalem
Orientadora: Maria Edelvacy Pinto Marinho
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: bmussalem@hotmail.com
mariaedelvacy@yahoo.com.br

Realiza-se um estudo sobre a evolução jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, nos últimos 10 (dez) anos, no que tange à aplicação de convenções e acordos internacionais aos conflitos relacionados à propriedade intelectual, sob o enfoque da internacionalização do direito. Os critérios são estudados mediante a identificação dos acordos e dos tratados que versem sobre os direitos de propriedade intelectual, além das legislações internas brasileiras. São pesquisadas as repercussões das decisões estrangeiras perante o Superior Tribunal de Justiça, e analisados os julgados do Superior Tribunal de Justiça sobre a propriedade intelectual, sob a influência do processo de globalização. Esses critérios são utilizados para verificar a efetiva existência do diálogo entre juízes no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Ao examinar a consideração dispensada pelo STJ à fundamentação lançada em sentenças estrangeiras que tratem de propriedade intelectual para efeito de uniformidade da aplicação de normas internacionais sobre o tema, chega-se à conclusão de que o impacto que os tratados e os acordos internacionais causam no direito de propriedade intelectual perante a Corte Superior, atualmente, não são significativos para a cooperação ao diálogo entre juízes.

Palavras-chave: propriedade intelectual; internacionalização do direito; globalização.

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E O COMBATE À APATRIA NOS CASOS DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Aluna: Hítala Mayara Pereira de Vasconcelos
Orientador: Jose Francisco Rezek
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: hitalampv@hotmail.com
contato@franciscorezek.adv.br

O objetivo do trabalho é analisar se a igualdade prevista na Constituição de 1988 entre filhos naturais e adotivos também é aplicável para fins de atribuição do *status* de brasileiro nato, nas hipóteses em que pais brasileiros adotam crianças estrangeiras. Para tanto, serão analisados os dispositivos constitucionais que tratam da matéria em cotejo com as convenções internacionais referentes ao combate à apatria e à ideia de nacionalidade como direito humano, nos termos decididos pelas Cortes internacionais. Assim, conclui-se que as hipóteses de atribuição do *status* de brasileiro nato, previstas na Constituição, não são restritivas, devendo ser interpretadas em consonância com a feição humanitária que a nacionalidade possui.

Palavras-chave: pais brasileiros; crianças estrangeiras; nacionalidade.

TEORIA ECONÔMICA DAS PENAS

Aluno: Daniel Silva Boson
Orientador: Gustavo Ferreira Ribeiro
Doutorado em Direito
Contatos: danielboson@hotmail.com
gribeirobr@gmail.com

Tendo como referencial teórico a Análise Econômica do Direito, o objetivo da pesquisa é construir uma teoria econômica das penas. Busca-se encontrar diretrizes sob um prisma essencialmente substantivo e baseado na dissuasão, na incapacitação e na redução dos custos sociais para a política sancionatória. Destaca-se que não se discute se determinado ato deve ou não ser punido, mas se, dado que o Estado optou por condenar e punir, a punição é suficiente e necessária. Para tanto, entre os objetivos específicos incluem-se: apresentar a literatura sobre Direito e Economia, incluindo a análise econômica sobre crimes e penas; apresentar as pesquisas econômicas sobre os efeitos das sanções; analisar o entendimento do Poder Judiciário; indicar parâmetros observáveis e necessários para fazer dosimetria de penas que maximizem o bem-estar social.

Palavras-chave: crimes e penas; pesquisas econômicas; sanções.

A AUDIÊNCIA PÚBLICA NA JURISDIÇÃO ORDINÁRIA

Aluna: Giovana Ferro de Souza Roriz
Orientador: Inocêncio Martires Coelho
Doutorado em Direito
Contatos: giovanaferro@yahoo.com.br
inocenciocoelho@gmail.com

O presente trabalho defende a realização de audiência pública na jurisdição ordinária como mecanismo de produção de prova e elementos argumentativos dotados de razões públicas, para legitimar a atividade criadora do juiz nos casos difíceis. Para tanto, com fundamento em respeitada literatura nacional e estrangeira sobre hermenêutica e teoria geral do direito, entende-se que os juízes refletem sobre o direito no âmbito da sociedade e que a sua missão é conciliar o direito com as exigências da vida de modo que há significativa expansão da atividade judicial num ativismo inevitável em que a tradição desempenha importante papel, porquanto a cultura judicial e a social oferecem ao julgador elementos repletos de razões públicas. Constata-se que esses argumentos publicamente aceitos, quando observados pelo juiz, legitimam a decisão judicial uma vez que transpõem a subjetividade do intérprete.

Palavras-chave: audiência pública; jurisdição ordinária; razões públicas.

JURISDIÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA: A RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE RECURSOS PÚBLICOS

Aluno: Leonardo Romero Marino
Orientador: Hector Valverde Santana
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: leonardo.romerobr@outlook.com
hectorvsantana@gmail.com

O ordenamento jurídico brasileiro não deixa claro se a prática de preços superiores aos de mercado em contratos administrativos *é contrária* ao direito ou se a ilicitude requer que o terceiro contratado pratique uma conduta específica, como o conluio entre os licitantes ou a distorção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante alteração quantitativa ou qualitativa da prestação. O estudo destina-se a verificar o dever específico de cuidado a ser observado pelo particular quando contrata com a administração pública, com base no exame das regras e dos princípios da responsabilidade civil, aplicados à responsabilidade financeira em sede de Tribunais de Contas. A hipótese inicial é a de que a imputação de responsabilidade ao particular contratado independe de uma prática oportunista específica, constituindo uma decisão de política pública para ampliação do "escopo de responsabilização", isto é, do conjunto de situações nas quais a responsabilidade pode ser aplicada.

Palavras-chave: contratos administrativos; administração pública; responsabilidade civil; responsabilidade financeira.

A TEORIA DAS NULIDADES MATERIAIS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS APLICADA AOS ATOS PROCESSUAIS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Aluno: Sandro Lucio Dezan
Orientador: Carlos Bastide Horbach
Doutorado em Direito
Contatos: dezann@ig.com.br
carloshorbach@uol.com.br

Cinge-se à análise dos efeitos jurídicos causados pela inter-reação entre o ambiente material e o processual. Indagam-se quais as modulações jurídicas peculiares à teoria material das nulidades diante de sua aplicação aos atos processuais assinalados. Defende-se que o ordenamento jurídico não permite a aplicação direta da teoria das nulidades dos atos administrativos aos atos processuais. Há a necessidade de aprofundamento do tema sob a óptica de princípios constitucionais e legais que regem o direito processual e a sua teoria epistemológica, impondo-se a análise simultânea de normas materiais e processuais e a incidência da teoria geral do processo na tarefa de definição dos efeitos jurídicos dos atos administrativos inexistentes, nulos e anuláveis, editados nos autos processuais referidos. Identifica-se uma teoria própria das nulidades processuais.

Palavras-chave: atos processuais; teoria das nulidades; atos administrativos.

INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Aluna: Luciana Baroni Gondim
Orientador: Ivo Teixeira Gico Junior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: lu.baroni@uol.com.br
gico@ghdadvogados.com.br

O estudo tem por objeto analisar a influência dos direitos de propriedade intelectual e da inovação sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. O sistema de patentes protege as inovações que, consequentemente, têm um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico. Há um arcabouço legislativo moderno que regula a matéria e incentiva parcerias entre o setor público, o setor privado e as instituições científicas, mas que, sozinho, *não é suficiente para* fazer que o país mude de patamar. O Brasil enfrenta importante desafio no sentido de estabelecer políticas públicas que sensibilizem, positivamente, essa equação.

Palavras-chave: propriedade intelectual; inovação; desenvolvimento econômico.

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O CONTEXTO NORMATIVO NACIONAL E A SITUAÇÃO JURÍDICA E SOCIAL DO IMIGRANTE EM SITUAÇÃO IRREGULAR PERANTE O ESTADO BRASILEIRO

Aluno: Cayo César Morais dos Santos
Orientadora: Alice Rocha da Silva
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: cayos@globo.com
rochaalice@yahoo.com.br

A pesquisa serve-se de um confronto analítico: de um lado, o arcabouço normativo internacional, que se apresenta em notória linha evolutiva, *é* associado à doutrina especializada que enfatiza a concretização dos direitos humanos dos atores dos fluxos migratórios motivados pelo fenômeno da globalização, e a Constituição de 1988 alinha-se a tais valores. De outro, a legislação ordinária brasileira espec*ífica* mostra-se dissonante a este contexto evolutivo. A hipótese central apresenta a necessidade efetiva de modernização do perfil normativo interno brasileiro mediante a implementação da nova legislação reguladora dos fenômenos migratórios, de acordo com a adequação das proposições legislativas às diretrizes protetivas humanitárias internacionais e ao texto constitucional.

Palavras-chave: fluxos migratórios; globalização; perfil normativo brasileiro; diretrizes protetivas humanitárias internacionais.

O DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE SADIO NO PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL SOB A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E DOS PRECEDENTES DOS SISTEMAS

Aluna: Mariane Morato Stival
Orientador: Marcelo Dias Varella
Doutorado em Direito
Contatos: marianemoratostival@hotmail.com
marcelodvarella@gmail.com

A hipótese principal *é: há* descumprimento do direito humano fundamental ao meio ambiente sadio, norma obrigatória de direito internacional, com o não respeito ao planejamento urbano no Brasil, causado pelos três poderes brasileiros. Pretende-se analisar o reconhecimento do direito ao meio ambiente sadio como direito humano e sua profusão nacional e internacional no âmbito do sistema interamericano e europeu de Direitos Humanos e da jurisprudência constitucional brasileira sobre violação do direito fundamental ao meio ambiente sadio em ações de planejamento urbano. Serão apresentados os casos brasileiros e a atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Será pesquisado o tempo do Poder Judiciário no julgamento das ações e se a demora das decisões contribui para o descumprimento das normas de proteção ambiental, configurando um problema negligenciado. Será feita uma análise comparativa das formas de atuação do sistema interamericano e europeu e as contribuições para o Brasil. Será analisado se o Brasil pode ser acionado internacionalmente pelos problemas nacionais de falta de efetividade, como denegação de justiça e qualidade de vida, e quais os resultados prováveis de uma ação no plano internacional. Será apresentada uma pesquisa sobre o déficit democrático dos Poderes. Há casos em que as Cortes nacionais e internacionais não resguardam o processo democrático e os valores fundamentais. Isso pode influenciar a falta de efetividade da jurisprudência sobre o tema no Brasil.

Palavras-chave: meio ambiente sadio; direito internacional; jurisprudência constitucional brasileira.

A NOVA COMPLEXIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL E OS MODELOS JURÍDICOS QUE VISAM A SUA EXPLICAÇÃO

Aluna: Natália da Silva Gonçalves
Orientador: Marcelo Dias Varella
FAJS - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Contatos: goncalves.nat@hotmail.com
marcelodvarella@gmail.com

O objetivo é identificar qual modelo teórico melhor explica as formas de interação do Direito Internacional. Os Estados lidam com normas de diversos níveis de abrangência sobre diferentes temas e sua lógica, além de novos atores que influenciam o direito interno. Para isso, serão utilizadas as criações normativas brasileiras que foram construídas com base em estímulos do direito internacional, analisando se, por indução, os argumentos advindos dos diversos níveis e atores do plano internacional foram significativos para a tomada de decisão dos agentes públicos internos. Em seguia, será feita uma análise de probabilidade de forma a permitir avaliar se representa uma tendência, ou seja, se há certa generalidade no comportamento brasileiro. Assim, verifica-se se essa nova explicação se sustenta juridicamente ou se as teorias tradicionais constituem a melhor forma de explicação de um sistema jurídico. Além disso, serão verificadas as interações dessas teorias com um ramo específico do direito internacional, qual seja, os direitos humanos. É possível concluir que a nova complexidade do Direito Internacional não deve ser negada, contudo deve realizar-se uma delimitação clara do sistema jurídico para que não seja confundido com elementos decorrentes de fenômenos de outras naturezas, tais como, sociológicos ou políticos. Com a tentativa de encontrar a melhor explicação, é possível ter uma ideia sobre a pluralidade de influências exercidas na criação do direito interno, o que afeta, diretamente, a vida de cada cidadão.

Palavras-chave: Direito Internacional; complexidade; modelos teóricos.

LIMITES FÁTICOS E ECONÔMICOS À FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

Aluno: Giullianno Caçula Mendes
Orientador: Luís Carlos Martins Alves Júnior
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: giulliannomendes@yahoo.com.br
lcmartinsalves@hotmail.com

Quando o Judiciário analisa as lides unicamente sob o prisma do texto constitucional, sem fazer uma análise econômica e racional do direito pleiteado, a pretexto de dar à Constituição a sua máxima força normativa, ignora os limites fáticos e econômicos à concretização dos direitos, impossibilitando o cumprimento das decisões, o que gera frustração no jurisdicionado e certa desmoralização do Poder Judiciário. A proposta principal do trabalho é a de que não é recomendável decidir judicialmente quanto a direitos prestacionais, que envolvem o dispêndio de recursos públicos, sem que seja feita uma análise econômica e racional do caso. A contribuição que se pretende dar é no campo das políticas públicas relacionadas aos direitos sociais frequentemente judicializáveis, além de contemplar a defesa do Estado em juízo.

Palavras-chave: análise econômica; direitos prestacionais; políticas públicas.

A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA CONSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE SAÚDE NA NEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA PELO ESTADO POR AUSÊNCIA DE VAGA EM UTI

Aluno: Mário José de Assis Pegado
Orientador: Paulo Afonso Cavichioli Carmona
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Contatos: mariopegado@gmail.com
paccarmona@hotmail.com

A natureza do direito posto *à* apreciação judicial, mediante sua singularidade e alcance social, permite ao juiz proferir sua manifestação da forma mais eficaz possível. Para tanto, pretende-se examinar os impasses e os desafios no tocante à atuação do Judiciário, que, ao deparar-se com os limites impostos pelas regras instrumentais, *vê*-se impedido de cumprir os comandos sociais entabulados pela Constituição Federal em prol da cidadania. Para comprovar tal hipótese, é necessário identificar e analisar as discussões sobre a técnica processual no contexto jurídico brasileiro atual; examinar as reflexões sobre direito e processo no sentido de que o segundo constitui uma ferramenta para o fim de dar plena efetividade ao primeiro; estudar o aspecto de que a técnica processual comporta uma visão menos formalista consoante à natureza, *à* complexidade e *à* abrangência social do direito colocado à discussão; cotejar dados e informações, visando demonstrar a efetividade ou não das a*ções coletivas no atendimento à*s demandas da cidadania; investigar a tendência socializante do processo, seu alcance a outras áreas do direito material e do direito processual e a existência de nova forma de classificação dos ramos processuais não penais.

Palavras-chave: técnica processual; tendência socializante; cidadania.

TEORIAS DO DIREITO INTERNACIONAL E MECANISMOS DE COMPROMETIMENTO DO ESTADO NO SUBSISTEMA DIREITOS HUMANOS MEDIANTE O DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL

Aluno: Fernando Lopes Ferraz Elias
Orientador: Ivo Teixeira Gico
Doutorado em Direito
Contatos: flfe@ig.com.br
gico@ghdadvogados.com.br

A ideia é, mediante abordagem multidisciplinar do papel das regras jurídicas nas principais teorias das relações internacionais, analisar a estrutura jurídica dos relevantes regimes internacionais, a fim de construir uma teoria do direito internacional. O estudo do tema aventa questões, como: se há relação de causalidade entre as normas internacionais e o comportamento dos Estados; se os Estados cooperarem no plano internacional é a regra ou a exceção; por que o sistema jurídico internacional se apresenta como insuficiente para lidar com os problemas internacionais. Faz-se análise teórica e empírica da relação entre as regras jurídicas dos principais regimes internacionais e o comportamento dos Estados nas relações internacionais.

Palavras-chave: teorias das relações internacionais; estrutura jurídica; direitos comportamento dos Estados.

DEMOCRACIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA NO AMBIENTE DE UMA SOCIEDADE DE RISCO - JUIZADO ESPECIAL: APRENDENDO A LIDAR COM

Aluno: Ivan Claudio Pereira Borges
Orientador: Frederico Augusto Barbosa da Silva
Doutorado em Direito
Contatos: ivan_cpborges@yahoo.com.br
frederico.barbosa@ipea.gov.br

A pesquisa procura identificar possível correlação e relação de causa e efeito entre o método gerencial de controle de produção exercido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre a atividade judicial dos juízes e tribunais do país e a elaboração das decisões judiciais. Suspeita-se que a garantia constitucional do acesso à justiça fomentada por novas legislações e pelo controle administrativo do CNJ, sem a contrapartida de medidas efetivas de igual intensidade para evitar o demandismo judicial, provoca um quadro de exaustão crescente no sistema judiciário, o que reflete na elaboração de estratégias de solução judicial que favoreçam decisões formais em detrimento das decisões de mérito.

Palavras-chave: atividade judicial; garantia constitucional; estratégias de solução.

PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* PSICOLOGIA

SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS AGENTES PÚBLICOS QUE EXECUTAM AS POLÍTICAS DE EMPREGO NO DISTRITO FEDERAL

Dulce Maria Jabour Tannuri

As Políticas Públicas de Emprego têm papel preponderante nas sociedades contemporâneas, diante do crescimento do desemprego. No Distrito Federal, os responsáveis pelas ações voltadas ao mercado de trabalho são os agentes públicos da Secretaria de Estado de Trabalho. Neste contexto institucional, a presente pesquisa tem como objetivo investigar o significado do trabalho para os agentes públicos na execução das Políticas de Emprego do Distrito Federal, contribuindo, assim, para a produção de conhecimento científico, mediante investigação sobre as fontes de significado do trabalho propostas por Rosso, Dekas, Wrzesniewski (2010). Para a verificação dos resultados, foi adotado o método qualitativo por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Foram entrevistados oito servidores públicos de carreira, sendo três homens e cinco mulheres com idade entre 29 e 62 anos. Os resultados indicam que, para os agentes públicos, os processos sociais e interpessoais que compõem a fonte "outros" são mais relevantes na concepção do significado do trabalho que a busca de suas metas individuais, a fonte "eu". Entretanto, a fonte "contexto" demonstrou ter maior influência na percepção do significado do trabalho, embora ocorram as maiores dificuldades enfrentadas pelos agentes, que, paradoxalmente, encontram no trabalho, ao mesmo tempo, dor e sofrimento, prazer e satisfação. Apesar dessas contradições, pode-se considerar que o significado atribuído ao trabalho pelos agentes públicos é satisfatório e tem forte influência na formação de sua identidade, permitindo que se reconheçam como indivíduos inseridos no contexto social de que fazem parte.

Palavras-chave: emprego; política pública; significado do trabalho.

EFEITO DE TREINOS SUCESSIVOS SOBRE REPERTÓRIOS DE TRANSPOSIÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES DE FALANTE E OUVINTE

Mestrando: Felipe de Souza Soares Germano
fss.germano@gmail.com
Coordenador: Dr. Carlos Augusto de Medeiros
carlos.medeiros@uniceub.br
UniCEUB - Mestrado em Psicologia

A presente pesquisa tem como objetivo principal investigar o efeito de treinos sucessivos sobre os repertórios de transposição entre as funções de falante e ouvinte, durante a aquisição de novas palavras. O estudo tem a participação de 10 sujeitos adultos com desenvolvimento típico, para verificar se replicam os resultados comumente observados das pesquisas em independência funcional e dependência funcional. Os participantes são submetidos a uma atividade computadorizada no intuito de homogeneizar a aplicação do procedimento e a coleta de dados. Todo o procedimento é dividido em quatro fases experimentais. As fases 1 e 3 têm a seguinte ordem de etapas: treino de repertório de ouvinte; teste colateral de repertório de falante; treino de repertório de falante; reteste de repertório de falante; teste de manutenção de repertório de ouvinte. As fases 2 e 4 têm a seguinte ordem de etapas: treino de repertório de falante; teste colateral de repertório de ouvinte; treino de repertório de ouvinte; reteste de repertório de ouvinte; teste de manutenção de repertório de falante. Durante cada uma das etapas de treino e teste, são apresentados na tela do computador cinco estímulos visuais com suas topografias de resposta treinadas em uma função e, posteriormente, testadas em outra função, que consistem de palavras sem sentido para os participantes. Todos os participantes são submetidos a todas as fases experimentais, caracterizando, assim, um delineamento de sujeito único. Há, além disso, a manipulação no tocante a esquemas de reforçamento tanto contínuo quanto intermitente, durante o treino nas funções de ouvinte e falante, para verificar o efeito que se produz durante as etapas de teste. Em linhas gerais, os treinos sucessivos em esquemas de reforçamento contínuo e intermitente consistem na principal variável independente do estudo enquanto a principal variável dependente é o desempenho dos participantes durante as etapas de teste colateral da função não treinada, a de falante ou a de ouvinte.

Palavras-chave: independência funcional; dependência funcional; repertórios de transposição.

CORRESPONDÊNCIA VERBAL EM UM JOGO DE CARTAS COM CRIANÇAS

Orientador: Dr. Carlos Augusto de Medeiros
carlos.medeiros@uniceub.br
Aluna: Rogéria Adriana de Bastos Antunes
bastos.rogeria@gmail.com
UniCEUB - Psicologia

Dez crianças, com idades entre 6 e 8 anos, participaram do presente estudo, cujo objetivo é verificar, mediante a manipulação direta, se a pontuação tirada pelo participante interfere na frequência de distorções O experimento envolveu um jogo de cartas com dez participantes. O jogo ocorreu em três sessões, e cada dupla jogava cinco partidas. Na primeira sessão, ambos os participantes jogaram em linha de base (cartas em igualdade de condições). No segundo dia, durante a segunda sessão, um participante jogava na condição de probabilidade baixa (maior quantidade de cartas com valores baixos), e seu oponente jogava na condição de probabilidade alta (maior quantidade de cartas com valores altos), para, em seguida, jogarem em condição de sondagem (cartas em igualdade de condições). No terceiro dia, durante a terceira sessão, o participante que jogou na condição de probabilidade baixa, jogaria em condição de probabilidade alta e vice-versa. Em seguida, jogaram em condição de sondagem. Venceria a rodada o jogador que tivesse apresentado o maior valor. Foi verificado que não só as consequências a tatos distorcidos afetam a correspondência verbal, mas também que a probabilidade de reforço para relatos precisos poderá afetá-la. A hipótese inicial do estudo foi confirmada, ao ser verificada maior porcentagem de distorções na condição de probabilidade baixa, em que havia maior quantidade de cartas de valores baixos, demonstrando, assim, o efeito da variável manipulada.

Palavras-chave: correspondência verbal; probabilidade de reforço; jogo de cartas.

SUPORTE SOCIAL NO TRABALHO

Autoras: Prof.ª Dr.ª Amalia Raquel Pérez-Nebra
pereznebra@gmail.com
Me.Vânia Lúcia Pereira de Andrade
vanialpa@gmail.com
UniCEUB, Psicologia

Demandas de trabalho e autonomia podem significar ameaça, impedimento, sofrimento para uns e desafio, motivação para outros, podendo os estressores ser avaliados de forma ambígua. Quando o trabalhador se sente em situação de ameaça, o suporte social pode ser uma interação útil a ser disponibilizada no ambiente de trabalho por supervisores e colegas. Essa utilidade pode ser em termos de acesso às informações (informacional), assistência em tarefas (instrumental) ou companhia social (emocional). Para lidar com estressores, o suporte social parece uma estratégia de enfrentamento benéfica de proteção e promoção da saúde. Mesmo não permitindo alterar tarefas ou ambiente, pode reduzir a carga sobre os recursos pessoais. Ponderando que ambientes de trabalho têm recebido considerável atenção nas pesquisas, o objetivo deste estudo é descrever estressores percebidos no ambiente de trabalho e a quem os trabalhadores recorrem (fontes) diante disso. Trata-se de um estudo longitudinal com sete encontros em que dez participantes de uma amostra não probabilística e intencional, oito do sexo feminino e dois do masculino, foram estimulados a falar sobre suporte social no trabalho, por meio do completamento de dezoito frases que remetiam à ambientação na organização e serviam como "tópico guia", para investigar o tema. Oito atuam no setor privado, e dois, no público; todos têm nível superior incompleto e idade entre 22 e 37 anos, com tempo de permanência na empresa entre um e seis anos. Foram realizadas entrevistas focalizadas em grupo e, com apenas um participante, entrevistas individuais, ambas não estruturadas. Utilizou-se a análise de conteúdo temática, para chegar-se aos resultados que sugeriram, na categoria Suporte Social no Trabalho, os três principais tipos de suporte – o emocional, o instrumental e o informacional – com quatro grupos de atores: gestores, colegas, clientes e família/ amigos. Sobre problemas diários na empresa, o apoio dos colegas de trabalho superou o dos amigos, evidenciando ser uma estratégia de enfrentamento frequentemente utilizada. O suporte social emocional foi prestado por colegas em função da similaridade de vivências, compartilhamento e convivência; o suporte informacional, em função da retirada de dúvidas; o instrumental, no auxílio em atribuições diárias. Os resultados apontaram para estressores associados a atitudes de gestores e colegas. O acesso ao líder pareceu restrito, e a busca por suporte, recorrente. Foi predominante a fala dos participantes a respeito das relações com colegas e gestores durante o trabalho. Percebeu-se que, ladeando o sofrimento no trabalho, estão expressões, como *falta de reconhecimento, angústia, clima desfavorável, conflitos, injustiça* e outras. Assim, lidar com estas dimensões pode dirimir o estresse laboral que leva à sobrecarga e necessita da mobilização de estratégias que poderiam ser canalizadas para outras tarefas na organização. Nesse sentido, sugere-se investimento em desenvolvimento, para lidar com estressores, àqueles que estão à frente do comando e que influenciam as pessoas com as quais trabalham.

Palavras-chave: suporte social; estresse; gestão; trabalho.

OFICINAS E MINICURSOS

GEOTECNOLOGIA APLICADA A ANÁLISE GEOMORFOMÉTRICA

Marcus Fábio Ribeiro Farias
UniCEUB, FACES, Geografia,
marcusfabio79@gmail.com

Júlio Ferreira da Costa Neto, UniCEUB, FACES, Geografia,juliofcneto@uol.com.br Satsuqui Wada UniCEUB, FACES, Geografia, wadasat@ig.com.br Geotecnologia; Modelo Numérico do Terreno; Atributos do Terreno O relevo apresenta variação da forma da superfície terrestre, resultando em variações fisionômicas. Estas variações afetam na distribuição da água, na profundidade dos solos, no transporte e acumulação de sedimentos, na erosão, na distribuição da vegetação, na sucetibilidade aos diversos impactos ambientais desde o contexto urbano, rural, de atividades econômicas e também em infraestrutura. A representação do terreno pode ser oriundo a partir de modelos numéricos obtidos a partir de curvas de nível, ou também por meio de sensores remotos: seja aerotransportados, orbitais.Os modelos numéricos do Terreno (MNT), também conhecido por modelo digital do terreno (MDT) representam a variação da altitude, geralmente em metros, onde pode ser representado em grades triangulares, ou grades regulares, por meio de uma estrutura matricial, também conhecida por Raster. A visualização do terreno pode ser visto de modo tridimensional formando a partir de um terno ordenado (X,Y,Z), sendo X e Y representando as coordenadas planimétricas e o Z os valores de altitude. Ao aplicar o exagero vertical do eixo Z, ocorre o aumento da escala o que permite ao usuário a identificação da forma do terreno. A partir do modelo numérico do terreno pode gerar mapas derivados denominados de atributos do terreno, também denominados de mapas (geo)morfométricos. Os mapas derivados mais conhecidos são os de declividade, aspecto, curvatura vertical (em perfil), curvatura horizontal (plana), *hillshade* ou sombreamento do terreno, direção de fluxo, fluxo acumulado, índice de umidade. O uso de parâmetros estatísticos é uma forma de se atribuir intervalos para a classificação ou fatiamento dos mapas morfométricos o que permite definir as fisionomias do terreno.

USO DE SOFTWARE LIVRE APLICADO À GEOGRAFIA

Marcus Fábio Ribeiro Farias
UniCEUB, FACES, Geografia,
marcusfabio79@gmail.com

Júlio Ferreira da Costa Neto, UniCEUB, FACES, Geografia,juliofcneto@uol.com.br Satsuqui Wada UniCEUB, FACES, Geografia, wadasat@ig.com.br Sistema de informações Geográficas; Software livre; Geografia O desenvolvimento do meio técnico científico informacional promoveu mudanças significativas no cotidiano. Com a geografia não foi diferente. Os mapas, tradicionalmente, são representações gráficas de uma realidade expressa por um profissional, como um geógrafo. Sua construção se dava a partir de um mapeamento prévio, a compilação de outros mapas e normalmente o trabalho final era um mapa em papel ou material similar. A análise de mais de um mapa era possível utilizando papel vegetal e mesmo assim a compilação resultava na alteração da qualidade do mapa. Com o desenvolvimento e a popularização da informática, houve o desenvolvimento de sistemas de informações geográficas. Os mapas se tornaram mais dinâmicos, pois permitiu construir extensos bancos de dados espaciais, associados aos elementos cartográficos como coordenadas, projeção, escala, rosa-dos-ventos. Esta nova forma de construir mapas permite o uso do desenho livre como a digitalização e vetorização e também o uso de métodos mais robustos como cálculo de área, consulta espacial, estatística, análise de vizinhança (*buffer*), cruzamento, união, intersecção, corte, dissolver. Todos estes procedimentos são elaborados em estrutura de pontos, linhas e polígonos (vetores). Os programas também permitem trabalhar com estrutura matricial (*raster*). A matriz é formada por células, também conhecida por *pixel* e organizadas em linhas e colunas. Cada célula possui um valor que é expressa por uma tonalidade o que faz com que o leitor do mapa consiga visualizar a representação do mundo real. Vários *softwares* foram desenvolvidos e seguem os fundamentos de geoprocessamento, porém a licença para a aquisição é muito onerosa, por ser software *proprietário*. Exemplo de software proprietário voltado para a construção de mapas são o ArcView, o ArcGIS, o ENVI, PCI Geomatics entre outros. Alternativas estão sendo desenvolvidos como uma forma de se trabalhar com SIG sem custos. Alguns exemplos podem ser citados como o GvSIG, o SPRING, o Grass, Cosmo SIG e o QGIS.

QUALIDADE NAS AULAS DE NATAÇÃO PARA BEBÊS

Hetty Lobo
Professora Mestre do curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília.
hetty.lobo@uniceub.br

A natação para bebês é considerada uma das atividades físicas mais completas. A prática regular permite desenvolver os mecanismos fisiológicos, a capacidade pulmonar e o sistema cardiovascular. Além dessas vantagens importantes, o meio aquático propicia novas possibilidades de coordenação e o sono mais tranquilo, favorece laços afetivos, torna os bebês mais alertas e perceptivos à aprendizagem, fortalece os tônus musculares, contribuindo para o equilíbrio, a orientação espacial, a coordenação motora ampla e fina, a lateralidade e a consciência do tempo. Para atingir tais objetivos, é preciso atuar em quatro áreas específicas, de acordo com a tabela de desenvolvimento: área de conduta social, em que é enfatizado o relacionamento do bebê com terceiros; área de motricidade fina, em que é trabalhada a percepção tátil e a destreza manual; área de linguagem, em que se procura exercitar a expressão e a recepção da criança por meio de canções infantis; área da motricidade grossa, que se refere aos movimentos globais do corpo. Com os exercícios propostos, a criança tende a aprender a deslocar-se no meio líquido e terá os músculos tonificados e fortalecidos, facilitando a sua desenvoltura.

Palavras-chave: natação; bebês; educação física.

MINICURSO "FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA"

Santos, A.P.M.R. [1,2]
[1] Universidade de Brasília (UnB)
[2] Bacharelado em Geografia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)
e-mail: hornblenda@gmail.com

O planeta Terra é único e apresenta características singulares, como o conjunto de condições que favorecem a existência e a estabilidade de variadas formas de vida. Para estudá-lo é necessário conhecermos os materiais superficiais com os quais temos mais contato, como as rochas e os minerais. A Geologia é a ciência que estuda a Terra com foco em sua história, composição, estrutura interna e feições superficiais. Uma melhor compreensão dos fenômenos geológicos é de suma importância, pois estes são, muitas vezes, corriqueiros e ainda assim incompreendidos devido à complexidade de suas origens e à proporção de suas consequências. Nesse contexto, devido ao escasso conhecimento geocientífico, se propôs o minicurso "Fundamentos de Geologia" com enfoque principal na atualização e capacitação dos alunos do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) acerca dos conteúdos básicos das geociências. Esta atividade foi proposta pela professora mestre em geologia, Ana Paula Martins Ribeiro Santos, aluna do oitavo semestre do curso de bacharelado em geografia do UniCEUB em conjunto com a coordenação de geografia deste centro universitário. O minicurso é constituído de aulas expositivas teóricas - com exemplares de minerais e rochas - e exercícios práticos. O minicurso será realizado nos dias 30 de setembro, 01 e 02 de outubro de 2014, no horário das 19 às 22 horas, com carga horária de 09 horas, no XII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e XII Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB. Os temas abordados nesta atividade são: os minerais - constituintes das rochas, descrição e propriedades; as rochas - registro dos processos geológicos, rochas ígneas, metamórficas e sedimentares; dobras, falhas e fraturas e a geologia no cotidiano. Cabe ressaltar que em função do conhecimento adquirido, da conscientização e valorização dos temas vinculados às geociências, este minicurso deve cumprir a função, não só de atualizar os alunos com os conteúdos, mas ainda torná-los capazes de relacioná-los ao dia a dia e em especial as características de sua região.

PALAVRAS-CHAVE: GEOCIÊNCIAS, MINICURSO, ATUALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO